

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS) FACULDADE DE
EDUCAÇÃO (FACED)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPG/Edu)

ROBERTA MADEIRA DE MELO

Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações
sobre os povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos
(1901-1958)

Porto Alegre

2019

ROBERTA MADEIRA DE MELO

Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações
sobre os povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos
(1901-1958)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Professora Dr^a. Zita Rosane Possamai

Porto Alegre

2019

ROBERTA MADEIRA DE MELO

Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações
sobre os povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos
(1901-1958)

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Professora Dr.^a Zita Rosane Possamai

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr.^a Zita Rosane Possamai – UFRGS
Orientadora

Prof. Dr.^a Marília Xavier Cury – USP
Examinadora

Prof. Dr.^a Maria Aparecida Bergamaschi – UFRGS
Examinadora

Prof. Dr.^a Maria Stephanou – UFRGS
Examinadora

CIP - Catalogação na Publicação

Melo, Roberta Madeira de
Objetos de coleção, pesquisa e educação:
representações sobre os povos indígenas no Museu Júlio
de Castilhos (1901-1958) / Roberta Madeira de Melo. --
2019.
192 f.
Orientadora: Zita Rosane Possamai.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. História da Educação. 2. Museu Júlio de
Castilhos. 3. Povos Indígenas. 4. Representações. 5.
Coleção Etnológica. I. Possamai, Zita Rosane, orient.
II. Título.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi elaborado a partir do apoio de inúmeras pessoas. Entre tantos que contribuíram com esta pesquisa, gostaria enfatizar alguns agradecimentos:

A minha orientadora, Zita Rosane Possamai, que abraçou esta pesquisa comigo, obrigada pela paciência, dedicação, indicação de referências bibliográficas, correções de textos e por todo o incentivo ao longo desta jornada.

A professora, Maria Stephanou, por me inspirar tanto em suas aulas sobre teoria da história, história cultural e história da educação, obrigada pelas leituras divididas, pelos debates instigantes e por fazer das tardes de sexta-feira, sempre chuvosas, momentos agradáveis.

A professora, Maria Aparecida Bergamaschi, por ter me acolhido na disciplina específica de seus orientandos, obrigada por oportunizar momentos de aprendizados sobre teoria decolonial.

A professora, Carla Beatriz Meinerz, por ter me incentivado a tentar ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal, obrigada pelo carinho e acompanhamento desde a graduação.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, principalmente aos que tive a oportunidade de conviver, a partir das aulas assistidas.

Às docentes que compõe a banca examinadora deste trabalho, prof.^a Dr.^a. Marília Xavier Cury, prof.^a Dr.^a. Maria Aparecida Bergamaschi e prof.^a Dr.^a. Maria Stephanou, obrigada por aceitarem o convite, por dedicarem tempo, esforço e dedicação na análise desta pesquisa.

Aos técnicos, servidores terceirizados e bolsistas, obrigada pela ajuda ao longo de minha jornada enquanto pós-graduanda.

Aos colegas discentes do Programa Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal, principalmente aos colegas da linha de pesquisa História, Memória e Educação, obrigada pelas conversas, pelo auxílio e pelo acolhimento.

Aos funcionários e estagiários do Museu Júlio de Castilhos, obrigada pelo atendimento, acolhimento e disposição em me auxiliar com a pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, pelo atendimento e auxílio prestado durante a pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, obrigada por me ajudarem com a pesquisa.

Às minhas amigas, Alana Basso, Andréia Borba, Bruna Radaelli, Marília Blanco e Sara Dalpiaz, obrigada pela cumplicidade e apoio.

À minha companheira de vida, Tayane Lima, obrigada por me ouvir em cada crise, pelo apoio, pela paciência e por não soltar a minha mão em nenhum momento desta jornada.

Aos meus pais, obrigada por me apoiarem e estarem sempre ao meu lado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado.

Por fim, agradeço a todos e todas que lutam pela educação pública de qualidade e pelo incentivo e valorização da pesquisa científica.

O museu, como representante originário das memórias de seu povo em um país, tem a obrigação mais que nunca de repensar suas formas de representação e participação do povo indígena, seja nas exposições, coleções, seja nas pesquisas de si. Todavia, não se trata de uma prestação de contas, trata-se apenas de estar interligado a seu tempo e preocupado com a disseminação de conhecimento, mas não de conhecimentos camuflados como vimos historicamente no que diz respeito ao índio.

(CARVALHO, 2016, p. 103).

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado propôs compreender de que forma as diversas narrativas constituídas pelo Museu Júlio de Castilhos no período de 1901 – 1958 criaram representações sobre os povos indígenas e quais foram os sentidos atribuídos a estas representações na coleção etnológica durante as quatro primeiras direções. Importante salientar que o recorte temporal não iniciou na data oficial de fundação da instituição, 1903, pois em 1901, o Museu do Estado apareceu como expositor no Catálogo da Exposição Estadual de 1901, portanto, naquele ano, já havia um museu, mesmo que não existisse oficialmente. A pesquisa foi realizada a partir da análise dos seguintes documentos históricos: o Catálogo da Exposição Estadual de 1901, os Livros de Correspondências Expedidas e Recebidas (1903-1958), os Relatórios Anuais dos Diretores (1903-1955), as Revistas da Instituição (1927-1930; 1952-1958) e a Revista Artística, Científica e Literária Kosmos (publicado no Rio de Janeiro em abril de 1906). Para analisar o corpus documental utilizou-se aportes teóricos atrelados aos estudos da história cultural, da história da educação, museologia e teoria decolonial. Este trabalho foi elaborado a partir do entendimento da instituição museológica como um espaço produtor de conhecimento e sua importância na construção de um imaginário a respeito de diferentes grupos sociais, suas histórias e culturas. A pesquisa constatou que os povos indígenas foram estudados a partir da história natural, desta forma eram compreendidos como objetos de estudo científicos, assim como as plantas ou os animais irracionais. Todavia, quando as suas histórias se cruzavam com as dos povos europeus, os povos originários eram analisados através da perspectiva histórica, sendo compreendidos como “primitivos” ou “selvagens”. Ainda, a investigação ressaltou que os indígenas também foram pesquisados como povos folclóricos, que deveriam ser “civilizados” pelo Serviço de Proteção aos Índios para que não permanecessem em “estado selvagem”. Por fim, evidenciou-se que as representações produzidas pelo Museu Júlio de Castilhos no período analisado neste trabalho tinham um elo em comum: a inferiorização dos povos indígenas.

PALAVRAS-CHAVES

Museus, indígenas, educação, modernidade, decolonialidade, narrativas, representações, coleção.

ABSTRACT

This Master Thesis proposes to understand how the different narratives constituted by the Júlio de Castilhos Museum along the 1901 - 1958 period created representations about indigenous peoples and what were the meanings attributed to these representations in the ethnological collection during the first four administrations. It is important to stress that the time frame did not start on the institution's official founding date, 1903, because in 1901 the State Museum appeared as an exhibitor in the 1901 State Exhibition Catalog, so in that year already existed a museum, even if not officially. The research was based on the analysis of the following historical documents: the 1901 State Exposition Catalog, the Sent and Received Correspondence Books (1903-1958), the Directors' Annual Reports (1903-1955), the Institution's Magazines (1927-1930; 1952-1958) and the Kosmos Artistic, Scientific and Literary Magazine (published in Rio de Janeiro in April of 1906). To analyze the documental corpus, it was used theoretical contributions linked to the studies of cultural history, the history of education, museology and decolonial theory. This work was elaborated from the understanding of the museological institution as a knowledge-producing space and its importance in the construction of an imaginary about different social groups, their histories, and cultures. The research found that indigenous peoples were studied from a natural history perspective, thus being understood as scientific objects of study, such as plants or irrational animals. However, when their stories intersected with those of the European peoples, the original peoples were analyzed from the historical perspective and understood as 'primitive' or 'savage'. Besides, the investigation pointed out that the indigenous were also analyzed as folkloric peoples, who should be "civilized" by the Indian Protection Service so that they would not remain as "savage". Finally, it was evident that the representations produced by the Júlio de Castilhos Museum during the period analyzed in this work had one link in common: the inferiorization of indigenous peoples.

KEYWORDS

Museums, indigenous, education, modernity, decoloniality, narratives, representations, collection.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia da Terceira Seção do Museu do Estado, abril de 1903.....	47
Figura 2 – Fotografia do casarão de Júlio de Castilhos adquirido pelo Governo.....	55
Figura 3 – Gráfico de visitas do Museu do Estado entre os anos de 1903-1919.....	56
Figura 4 – Fotografia de Igaçaba.....	60
Figura 5 – Fotografia de cerâmicas indígenas da coleção etnológica do Museu Júlio de Castilhos.....	60
Figura 6 – Imagem de um dos sambaquis explorados por Theodoro Bischoff (1928).....	89
Figura 7 – Fotografia de esculturas missioneiras do museu.....	92
Figura 8 – Fotografia de peças do museu.....	93
Figura 9 – Escultura Missioneira do Museu.....	93
Figura 10 – Fotografia da Expedição em Torres.....	106
Figura 11 – Cerâmicas encontradas em sambaqui de Torres.....	107
Figura 12 – Fotografia intitulada “Índias de Três Passos”	130
Figura 13 – Fotografia intitulada “Índias de Três Passos”	130
Figura 14 – Fotografia intitulada “Índios de Três Passos.....	131
Figura 15 – Primeira casa construída em Xavantina, no mesmo lugar do acampamento pioneiro, ao fundo o Rio das Mortes.....	156
Figura 16 – Briga dos Botocudos próximo ao Quartel dos Arcos do Rio Grande de Belmonte (Versão Original).....	159
Figura 17 – Combate singular dos Botocudos (Versão Inglesa).....	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetos Indígenas Expostos na Sala Domingos José de Almeida da Exposição: Estadual de 1901.....	41
Quadro 2 – Objetos Indígenas do Museu Barbedo, expostos na Exposição Estadual de 1901.....	43
Quadro 3 – Funcionário do Museu Do Estado anos 1903, 1910 e 1922.....	53
Quadro 4 – Distribuição de Funcionários em cada departamento.....	74
Quadro 5 – Funcionários do museu 1928, 1938 e 1948.....	75
Quadro 6 – Distribuição de Salas do Museu.....	77
Quadro 7 – Distribuição de funcionários por sala (1948).....	80
Quadro 8 – Distribuição de funcionários por sala (1949).....	80
Quadro 9 – Objetos indígenas adquiridos pelo museu durante direção Alcides Maya	96
Quadro 10 – Objetos indígenas adquiridos pelo museu durante direção Emílio Kemp.....	101
Quadro 11 – Materiais indígenas remetidos a instituições de educação (1944-1947).....	110
Quadro 12 – Disciplinas do Curso do Museu Júlio de Castilhos e respectivos professores..	116
Quadro 13 – Lista de objetos fotografados (conforme o original).....	132
Quadro 14 – Artigos sobre os povos indígenas publicados nas revistas do museu (1952-1958).....	139
Quadro 15 – Objetos indígenas adquiridos pelo museu durante direção Dante de Laytano.....	154
Quadro 16 – Distribuição de funcionários por sala (1954).....	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de Artigos publicados na <i>Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul</i>	84
Tabela 2 – Quantidade de artigos publicados por autores na <i>Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul</i> (1927-1930).....	85
Tabela 3 – Quantidade de objetos da coleção etnológica (direção Emílio Kemp).....	104
Tabela 4 – Visitações 1939 – 1947.....	114

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 UM MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL: REUNIR E ESTUDAR OS ELEMENTOS RERENTES À ANTROPOLOGIA DOS INCOLAS PRIMITIVOS	25
2.1 O Museu do Estado na Era Brasileira de Museus (1870-1930).....	28
2.2 A coleção etnológica do Museu do Estado (1901-1925).....	37
2.3 História natural e os estudos etnológicos no Museu Júlio de Castilhos.....	51
3 ENTRE AS CIÊNCIAS NATURAIS E A HISTÓRIA: ESTUDAR OS POVOS PRIMITIVOS DO RIO GRANDE DO SUL	64
3.1 Um Museu dividido: História Nacional e História Natural.....	68
3.2 A <i>Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul</i> : primeiros artigos sobre os povos indígenas.....	82
3.3 A coleção etnológica em constante formação.....	95
3.3.1 Coleções para grupos escolares.....	108
3.4 Museus: <i>verdadeiros institutos de ensino</i>	113
4 OS POVOS INDÍGENAS NO MUSEU: ENTRE A HISTÓRIA E O FOLCLORE	122
4.1 Estudos folclóricos: a pesquisa <i>Material Indígena Existente no Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul</i>	124
4.2 As pesquisas são divulgadas: <i>Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul</i>	139
4.3 A coleção etnológica e a exposição de curta duração da obra <i>Viagem ao Brasil (1815-1817)</i>	153
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS	173
APÊNDICE A	191

1 INTRODUÇÃO

Uma das vias de construção de um imaginário sobre os povos indígenas é a produção de representações em diferentes espaços (escolas, meios de comunicação, universidades, entre outros). Este processo ocorre através das experiências dos agentes sociais de seus interesses e desejos (BACZKO, 1991). Entre os locais onde se produzem representações sobre os povos originários tem-se os museus. Nesse sentido, analisar a história da produção de representações sobre os povos originários nos espaços museais é uma forma, não a única, de compreender como estas instituições construíram ao longo do tempo imaginários sobre estes povos.

Foi a partir de uma vivência realizada no Colégio de Aplicação da UFRGS, quando era bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, que comecei a refletir a respeito da relação dos lugares de memória com os povos indígenas e os possíveis diálogos com a educação. Nessa escola, tivemos a oportunidade de ir com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental na aldeia guarani¹ Tekoá Pindó Mirim (Itapuã), localizada na cidade de Viamão, Rio Grande do Sul. Um dos objetivos da vivência era romper com o aprendizado baseado na perspectiva ocidental, pois, ir até a aldeia, viver a cultura Mbyá-Guarani por um dia nos colocou diante de outra forma de existência, saber e organização social.

Ainda, meus questionamentos sobre o assunto se ampliaram ao realizar o estágio de docência em história em espaços de Educação Patrimonial, pois a partir desta disciplina visitei diferentes instituições museais em Porto Alegre. A cada visita percebia a ausência das culturas e histórias dos povos indígenas nestes lugares; também evidenciava que quando as nações indígenas apareciam nas narrativas museais estavam representadas no passado.

Munida de questionamentos e com vontade de investigar como a educação e os lugares de memória dialogavam com os povos indígenas ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS) na linha de pesquisa História, Memória e Educação; a partir disso, comecei a articular a problemática da pesquisa. Assim, os caminhos percorridos, aulas lecionadas e assistidas, museus e aldeias visitadas, leituras realizadas, lideranças e colegas indígenas escutados, me

¹ Os Guarani pertencem ao tronco linguístico Tupi-Guarani, vivem em territórios que se estendem entre o Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina e se diferenciam internamente em inúmeros grupos. Para mais informações, consulte <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani>.

levaram a questionar: em que posição as temáticas e culturas indígenas se apresentavam em espaços como museus e quais eram os imaginários que essas posições representavam sobre os distintos povos originários? Essa pergunta poderia ser feita em relação às escolas, às universidades, entre outros espaços de construção do conhecimento.

Ao decidir realizar a pesquisa acerca do Museu Júlio de Castilhos² me deparei com mais de um século de história de uma instituição que salvaguarda uma coleção etnológica que corresponde a 18,67% do total de seu acervo³. Assim, um dos primeiros desafios da pesquisa foi escolher o recorte temporal, pois não existem trabalhos a respeito deste tema em específico⁴. Nesse sentido, escolhi começar o estudo pelo início do funcionamento do museu. Em um primeiro momento, decidi fazer a pesquisa a partir de 1903, ano da fundação do museu. Todavia, o *Catálogo da Exposição Estadual de 1901*, documento de 482 páginas, que contém a catalogação de todos os exemplares expostos na Exposição Estadual de 1901⁵, apresentou indícios a respeito de um decreto de criação de um Museu do Estado, em 1901, ano em que Porto Alegre sediou a Exposição Estadual de 1901⁶, inclusive, no mesmo documento, cita-se o Museu do Estado como um dos expositores. Estas evidências apontaram para a formação das primeiras coleções do museu, que, após a Exposição Estadual ficaram salvaguardadas em um dos pavilhões da exposição até a fundação oficial da instituição.

² Site do Museu Júlio de Castilhos: <http://museujuliodecastilhos.blogspot.com/>.

³ Foi consultado o programa Donato – sistema de organização digital do acervo do Museu Júlio de Castilhos – e verificou-se a existência de 2.202 artefatos indígenas originários de diversos povos e adquiridos pelo museu em diferentes períodos. Muitos objetos são identificados como pertencentes às culturas pré-coloniais do Rio Grande do Sul, mas também existem artefatos de povos indígenas que viveram do século XVI ao XX, por exemplo, cestas, colares e maracá (chocalhos) do povo Kaingang (RS) e cachimbos Guarani-Mbyá (RS).

⁴ Entre os trabalhos existentes sobre o Museu Júlio de Castilhos pode-se citar: Letícia Nedel (1999; 2005), Andréia Reis Silveira (2011), Zita Possamai (2012; 2014), Natália Thielke (2014) e Ana Celina Figueira da Silva (2018).

⁵ Ao todo foram catalogados 17 Grupos de exemplares, foram eles: 1 – Produtos Naturais; 2 – Produtos Agrícolas; 3 – Vinificação e Produtos Alcoólicos; 4 – Laticínios; 5 – Pastoril; 6 – Apicultura e Aves; 7 – Horticultura; 8 – Material e Maquinas; 9 – Alimentares, vinagres, construção, fiação e tecidos, artefatos de ferro e bronze, trabalhos de torno, tapeçarias vestuário, obras e trabalhos modistas, calçados, chapéus, luvas, obras de celeiro, malas, tintas para pintura, óleos e azeites, artefatos de vidro, utensílios de barro, fósforos, fogos de artifício, pólvora, pós para mosquitos, balanças e pesos, fogões, camas e cofres, fundição de ferros, ferramentas para carpinteiros, cutelaria, trabalhos de caldeiro, molduras, tubos, ornatos, ferragens para móveis, instrumentos e máquinas para agricultura, maquinas, motores, trabalhos em prata, trabalhos para montaria, papel fabricado no Estado, trabalhos de tipografia, trabalhos de litografia, encadernação; 10 – Cordoalha, cordas, etc, trabalhos de vime, utensílios de madeira para usos domésticos, sabão comum, sabonetes e velas, escovas, vassouras, capachos, instrumento de música, instrumentos e aparelhos para pesca, caça, obras de chifre e osso, tranças para fabricação de chapéus, artefatos não contemplados nos grupos antecedentes, preparos de fumo, escultura em madeira; 11 – Belas Artes, composições musicais, trabalhos e aparelhos fotográficos. (RIO GRANDE DO SUL, 1901, p. 457-467).

⁶ A Exposição Estadual de 1901 ocorreu nos Campos da Redenção, onde, atualmente, se localiza o Parque Farroupilha ou Redenção, um dos parques do município de Porto Alegre.

Assim, o recorte temporal da pesquisa inicia-se, em 1901, e abarca as quatro primeiras gestões da instituição: a primeira de Francisco Rodolfo Simch⁷ (1903-1925), a segunda de Alcides Maya⁸ (1925-1939), a terceira de Emílio Kemp⁹ (1939-1952) e a última de Dante de Laytano¹⁰ (1952-1958). Cada direção teve características diversificadas entre si, e a investigação busca compreender como a coleção etnológica foi gerenciada e como foram trabalhadas em cada gestão as culturas e as histórias dos povos originários.

O primeiro diretor do Museu Júlio de Castilhos foi Francisco Rodolfo Simch. A sua direção foi marcada por estudos vinculados à história natural do Rio Grande do Sul. O segundo diretor do museu foi Alcides Maya, sua administração marcou o início de uma guinada do museu à história. Neste período, a instituição foi dividida entre dois departamentos: História Nacional e História Natural, deste modo os sentidos atribuídos à coleção de objetos indígenas e as representações sobre os povos originários transpassavam entre estes dois campos.

Emílio Kemp foi o terceiro diretor do Museu Júlio de Castilhos, durante esta direção a instituição voltou-se para ações pedagógicas; o diretor presava pela aproximação entre escola e museu. Neste período, o museu ajudou diferentes escolas a construírem museus escolares, a partir de objetos indígenas doados da coleção etnológica. O quarto diretor do museu foi Dante de Laytano, um intelectual renomado que circulava em diferentes espaços de produção de conhecimento, como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Universidades, Centros de Tradição Gaúcha, Comissão de História, Comissão de Folclore, entre outros. Um

⁷ Natural de Santa Cruz do Sul (RS), bacharel em Direito e professor da Universidade de Direito de Porto Alegre onde lecionou de 1909 até 1936, ano em que faleceu (POSSAMAI, 2013).

⁸ Alcides Maya foi um escritor, jornalista e político natural do município de São Gabriel. Residiu por muito tempo no Rio de Janeiro, lá exerceu diferentes atividades administrativas vinculadas ao Estado, escreveu em jornais e publicou livros. Foi Deputado Federal pelo PRR (Partido Republicano do Rio-grandense). Em 1924, retornou ao Rio Grande do Sul e foi nomeado diretor do Arquivo Público, onde trabalhou até ser transferido para o Museu Júlio de Castilhos (SILVA, 2018).

⁹ Emílio Kemp, natural do Rio de Janeiro, foi médico, jornalista, professor e poeta. Também foi ex-diretor do Expediente da Secretaria da Educação e Saúde Pública, ex-diretor da Imprensa Oficial, ex-diretor da Escola Normal e fundador do Colégio Protásio Alves.

¹⁰ Dante de Laytano nasceu em 1908, na cidade de Porto Alegre, foi um intelectual destacado em diferentes campos de conhecimento, como jornalismo, direito, educação e história. Participou como agente da fundação de inúmeras instituições de ensino e produção de conhecimento, como por exemplo, a Comissão Gaúcha de Folclore, as duas primeiras Faculdades de Filosofia do Rio Grande do Sul vinculadas, respectivamente à Pontifícia Universidade Católica e à Universidade do Rio Grande do Sul. Antes de ser diretor, já se destacava no meio historiográfico a partir da sua atuação no próprio Museu Júlio de Castilhos, onde trabalhou com Eduardo Duarte e Alcides Maya. O ingresso no círculo de historiadores teve como percurso o próprio Museu Júlio de Castilhos, onde entrou pela mão de Eduardo Duarte e Alcides Maya. Após ser diretor do MJC, se dedicou à carreira acadêmica, da qual se aposentou em meados da década de 1980 (NEDEL, 1999).

dos propósitos da direção de Dante de Laytano era fazer do museu um local de culto à memória e à história rio-grandense, e isto se daria através do diálogo entre história e folclore.

Assim, nesta Dissertação, investigo o Museu Júlio de Castilhos na tentativa de descobrir de que forma foi constituída a coleção etnológica de seu acervo e como o museu produziu representações sobre os povos originários nestas quatro primeiras gestões. Diante deste desafio procurei responder as seguintes questões: (1) Como foi formada a coleção etnológica? Quais seus usos? (2) Quais povos indígenas foram investigados e representados no Museu Júlio de Castilhos? (3) Quais as representações criadas sobre esses povos e como foram constituídas?

Quando nos deparamos com questionamentos complexos de serem investigados é necessário jogar com o imponderável, ou seja, exercitar o paradigma indiciário (GINZBURG, 1989). Ao pensar em como pesquisar as representações sobre os povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos tive que percorrer caminhos variados a fim de montar um mosaico de sinais sobre o tema estudado. Assim, busquei o corpus documental no arquivo institucional do Museu Júlio de Castilhos, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Ao analisar estas documentações históricas, procurei atentar para a não inocência destes documentos, pois “todo o documento é um monumento que deve ser des-estruturado, des-montado” (LE GOFF, 1990, p. 110).

A documentação histórica mais volumosa desta pesquisa foi encontrada nos Livros de Correspondências Expedidas e Recebidas do Museu Júlio de Castilhos. Foram analisados 25 livros de Correspondências Expedidas e 29 de Correspondências Recebidas, totalizando 14.608 correspondências (expedidas e recebidas). Outro conjunto de documentação histórica que analisei foi os Relatórios do Museu, eles apresentam, mesmo que de forma sucinta, o que os diretores desejavam comunicar para as diferentes secretarias, as quais o museu era subordinado. Ao total, foram pesquisados 30 destes relatórios encontrados no Arquivo Histórico e no arquivo institucional do Museu Júlio de Castilhos. Ainda, analisei o *Catálogo da Exposição Estadual de 1901*, disponível para consulta de forma digital¹¹.

As revistas do Museu Júlio de Castilhos também foram analisadas, pois elas eram um dos meios pelos quais o museu se apresentava para outras instituições (do Rio Grande do Sul, do Brasil e de outros países) e para o público em geral. Estes periódicos tiveram duas séries de edições: a primeira série foi publicada entre os anos 1927 e 1930 e contou com seis

¹¹ Disponível em: https://archive.org/stream/catalogodaexpos03bragoog/catalogodaexpos03bragoog_djvu.txt. Acesso em: 10 dez. 2018.

volumes; na segunda série foram publicadas nove revistas entre os anos de 1952 e 1958. O conteúdo da revista se dividia entre artigos científicos sobre história natural e história nacional e transcrições de documentos históricos guardados no acervo da instituição. As primeiras sessões da revista foram encontradas no Arquivo Público do Rio Grande do Sul e a segunda no arquivo institucional do Museu Júlio de Castilhos. Além destas revistas, também analisei a *Revista Artística, Científica e Literária Kosmos*, publicada em abril de 1906, na cidade do Rio de Janeiro. Este periódico está disponível de forma digital na Hemeroteca Digital Brasileira.

Também realizei um levantamento dos objetos indígenas da coleção etnológica do acervo da instituição na ferramenta de busca de dados do museu, chamado Donato. Infelizmente, durante o período de pesquisa não encontrei as fichas de registros dos objetos, o que limitou o estudo apenas à ferramenta tecnológica. Todavia, entre os Livros de Correspondências encontrei registros de entrada de objetos, e esta foi a alternativa encontrada para se cruzar dados entre o Donato e a documentação histórica acerca da coleção etnológica.

A partir deste conjunto de documentações históricas, procurei responder o seguinte problema de pesquisa: **De que forma as diversas narrativas constituídas pelo museu Júlio de Castilhos no período de 1901 – 1958 criaram representações dos povos indígenas e quais foram os sentidos atribuídos a estas representações na coleção etnológica durante as quatro primeiras direções.** Assim, a trilha percorrida a fim de resolver esta problemática seguiu caminhos vinculados aos aportes teóricos dos campos da história da educação, da história cultural, da museologia e da teoria decolonial. Nesse sentido, importante discorrer, brevemente, sobre estas teorias para que se possa compreender o porquê de elas terem sido escolhidos.

Até a década de 1980, as maiores influências da história da educação eram atreladas aos estudos sociológicos, desse modo, para compreender os fenômenos educacionais se utilizava conceitos da sociologia. Nas últimas décadas a história da educação buscou em outros três campos teóricos, a história cultural, a história social e a micro-história, perspectivas e metodologias para renovar seu campo de estudo. Assim, foi a partir da aproximação entre a história da educação e a história cultural que o olhar, principalmente, sobre a cultural material, levou pesquisadores a pensarem os museus como locais cheios de potencialidade para se compreender os sentidos e representações construídas pela humanidade sobre a sociedade e seus indivíduos. Para Zita Possamai (2015), o museu, assim como o cinema, a escola, a família, também é o lugar do educar, pois nele se produz representações sobre a vida, a história, o mundo. Nesse sentido, compreende-se que o museu ao ser uma

instituição na qual representações e sentidos são produzidos e legitimados socialmente pode ser visto como um local possível de ser analisado pelo historiador da educação.

De acordo com Sandra Jatahy Pesavento (2012), foi a partir da década de 1970, que questões epistemológicas estremeceram os modos de escrever a história, colocando-a em crise. Um dos teóricos a colocar em xeque algumas certezas da história foi Michel Foucault, ao compreender que a realidade era historicamente construída por práticas discursivas, ou seja, o texto e contexto se entrelaçam no que entendemos como real. Já o filósofo Paul Veyne em *Como se escreve a História* (1971) questiona a cientificidade da história, ao afirmar que a história é uma narrativa verídica sobre o passado, e que, portanto, não tem a capacidade de explicar tudo. O historiador Hayden White em *Meta-História* (1973) foi mais radical que Paul Veyne. Para White a história é ficção, assim, como o romance. Já Paul Ricoeur nos seus três volumes *Tempo e Narrativa* (1983-1985) explica que a escrita do historiador tem uma intenção de verdade, mas sua narrativa é feita através de representações, assim, a história seria quase uma ficção. Essas epistemologias movimentaram a história a buscar novos métodos para explicar a realidade.

Assim, as influências de áreas diversas do conhecimento e as crises de paradigmas levaram aos poucos à constituição e afirmação do campo teórico da história cultural. Nesse sentido, novos conceitos são trazidos e utilizados na escrita da história, tais como: representação, imaginário, narrativa, ficção, sensibilidade. Para essa Dissertação interessa refletir acerca dos conceitos de imaginário e representação.

O imaginário é um conjunto de representações coletivas expressas, simbolicamente, através de imagens, narrativas, objetos, discursos, com a finalidade de dar sentido à realidade (PESAVENTO, 1995). As expressões simbólicas são socialmente aceitas a partir da aproximação, mesmo que mínima, do que se entende como realidade. Assim, na perspectiva da história cultural, damos sentido ao mundo através do imaginário, construído a partir de representações. Essas representações muitas vezes carregam consigo poderes simbólicos/ocultos que são compreendidos no inconsciente coletivo como naturais, todavia, são historicamente construídos e disputados. Para Roger Chartier (1999) as lutas de representações são importantes de serem analisadas para compreender como um determinado grupo se impõe sobre outros. Nesse sentido, a história cultural ajuda a compreender a forma como a realidade social é construída e pensada.

As representações que constituem o imaginário sobre determinados grupos sociais também são produzidas em espaços museais. Nesse contexto, importa refletir sobre como ocorre estas construções nestes espaços. No caso desta Dissertação, a análise centra-se em um

museu: o Museu Júlio de Castilhos. Assim, é significativo compreender a cadeia operatória da museologia (aquisição, conservação, pesquisa, exposição), além dos conceitos de coleção, devido a sua importância na constituição museológica do Museu Júlio de Castilhos e de museu, pois é nele que a pesquisa se concentra.

Ao estudar a história das coleções o historiador Krzysztof Pomian (1984) identificou que diferentes sociedades ao longo do tempo tinham o hábito de juntar objetos em determinados locais com sentidos diversos, por exemplo, os conjuntos de artefatos no mobiliário funerário da antiguidade, as oferendas aos deuses colocadas nos Templos das Musas, as relíquias conquistadas em guerras guardadas nos palácios principescos e os objetos sagrados em igrejas. Todos esses conjuntos de artefatos eram reunidos porque tinham funções e sentidos para estarem guardados. Para Pomian (1984), há algo em comum entre esses diferentes contextos históricos e sociedades ao reunir objetos: essas coleções uniam o mundo visível ao invisível.

De acordo com Pomian (1984), o mundo invisível é constituído por tudo que está longe do mundo visível, este afastamento pode ser dado pelo tempo (passado ou futuro), pela extensão espacial, pela vida, pela morte. Assim, os objetos que se tornam elos entre o visível e o invisível são conceituados como semióforos (algo que possui significado). Para ser um semióforo o objeto tem que receber um sentido através do observador, que vê e constrói o valor simbólico do objeto a partir da linguagem.

Até o século XVII, o invisível através das coleções era acessado apenas pelos segmentos sociais mais altos da sociedade, o que naquele contexto, significava a nobreza e o clero, ou seja, as coleções ficavam localizadas em palácios e igrejas. Com as grandes navegações do século XVI, outros semióforos aparecem, tais como: exemplares da flora e da fauna, conchas, pedras, entre outros; estes objetos eram trazidos de continentes explorados pelos europeus para serem estudados e representavam o “exótico” e os lugares descobertos pelas expedições. Nesse mesmo período, colecionar antiguidades e manter gabinetes de príncipes e galerias de arte eram elementos presentes na vida da nobreza. Outro semióforo presente nesse período era os instrumentos científicos, que ganhavam espaço no cientificismo do XVII, período em que são criadas diversas disciplinas – a arqueologia, a paleontologia, a história da arte, a etnografia – responsáveis por classificar, datar e estudar diferentes coleções. É nesse contexto histórico que diferentes artistas, eruditos, cientistas, escritores começam a reivindicar o acesso às coleções, que naquele momento eram restritas a poucos.

Os primeiros museus são constituídos através de doações de colecionadores, por exemplo, em 1675 Elias Ashmole doa suas coleções à Universidade de Oxford, constituindo o

Museum Ashmolean (1683) e em 1753, o Parlamento britânico cria o British Museum a partir de coleções adquiridas de Hans Sloane. No caso do Museu Júlio de Castilhos, sua origem também está atrelada a uma coleção, pois teve suas primeiras coleções adquiridas em 1901, fruto da 1ª Exposição Agropecuária e Industrial do Estado.

Os museus são formados por coleções, mas elas por si só, não os definem, então, o que seria um museu? Na concepção do Conselho Internacional dos Museus (ICOM)¹², o museu é um estabelecimento sem fins lucrativos que administra, estuda, conserva e expõe patrimônios materiais ou imateriais da humanidade, servindo à sociedade através de pesquisa, educação ou lazer¹³. Esse conjunto de ações (pesquisa, aquisição, documentação, exposição, conservação) realizadas no museu é chamado de museografia, que compõe o complexo processo de musealização de um objeto.

O estudo sobre o processo de musealização e a museografia é feito a partir da museologia. De acordo com o livro *Conceitos-chaves da Museologia* (2013), a museologia estuda o museu, seu conceito, sua relação com a sociedade, sua função, sua história, ou seja, analisa questões que permeiam os museus. Além disso, a museologia também reflete sobre tudo que a humanidade preserva, seja, culturalmente, historicamente, cientificamente, socialmente ou politicamente. No decorrer da década de 1960, a museologia foi considerada uma ciência específica em formação e um dos teóricos a defender tal perspectiva era Zbynek Stránský, em cujo artigo *Sobre o tema Museologia – ciência ou apenas trabalho prático?* (1980), o autor afirmara que apesar da museologia não preencher todos os requisitos para se inserir no universo teórico científico, ela está em processo de desenvolvimento e só se tornará uma ciência na medida em que consiga resolver “seus próprios problemas metateóricos” (STRÁNSKÝ, 2008, p. 105).

A museologia permite pensar a sociedade de forma crítica através das instituições museais. Nessa Dissertação, procuro, através dos estudos museológicos, questionar, analisar, compreender como o Museu Júlio de Castilhos produziu representações sobre os povos indígenas e sentidos a respeito da coleção etnológica, pois quando o objeto integra a cadeia operatória da museologia passa a ter um significado diferente do que tinha no seu contexto original, logo a musealização cria representações. Através do museu, a humanidade se

¹² Fundando em 1946, o ICOM é uma Organização não-governamental e sem fins lucrativos que desenvolve políticas internacionais para os museus. Sua sede se localiza em Paris (França) junto à UNESCO. Para mais informações consultar: <http://www.icom.org.br>.

¹³ Importante ressaltar que a definição de museu está em constante transformação, desta forma, ela pode não ser mais a mesma no momento em que o leitor estiver lendo esta pesquisa.

relaciona com a realidade ao seu redor, dando sentido a ela. Se o imaginário é construído a partir de um campo de representações coletivas, o museu é um dos cenários onde o ausente é representado. No caso em estudo, o Museu Júlio de Castilhos é um dos lugares onde os povos indígenas são imaginados, principalmente, a partir de seus artefatos, que são salvaguardados e comunicados através da exposição.

Estudar um museu, como o Museu Júlio de Castilhos, implica na compreensão de todo um contexto histórico, político, social e cultural que constituíram as práticas museológicas dessa instituição. Nesse sentido, a teoria decolonial¹⁴ pode oferecer um suporte epistemológico capaz de auxiliar na leitura dos tempos do Museu Júlio de Castilhos, e na reflexão sobre as representações a respeito dos povos originários produzidas neste espaço.

A teoria decolonial tem origem no grupo de pesquisa modernidade/colonialidade¹⁵, fundado em 1990. Os estudos decoloniais buscam compreender, problematizar, refletir sobre o desenvolvimento da modernidade na América Latina após a colonização. Para essa linha teórica, o fim da colonização dos territórios latino-americanos, não significou o fim das relações coloniais, pois outro fenômeno histórico, a colonialidade (do poder, do ser e do saber), se desenvolveu na América a partir da modernidade ocidental. Nesse sentido, a colonização da América, a centralização do poder econômico na Europa, a racialização¹⁶ dos colonizados, o controle de exploração do trabalho, são elementos construtores da colonialidade do poder. A partir da colonialidade do poder a Europa tomou o controle: da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade e da subjetividade e do conhecimento.

Nesta Dissertação, centro-me no conceito de colonialidade do saber para compreender a produção de sentidos, representações e imaginários numa instituição fundada a partir de epistemologias colonizadas, que resultaram na marginalização dos conhecimentos advindos de sociedades não europeias. Para Pablo Quintero (2010), o conceito de colonialidade do ser e

¹⁴ O termo decolonial também é encontrado como descolonial, ambos podem ser utilizados para definir as desconstruções de estruturas e dispositivos de dominações construídos a partir da colonização. Para Catherine Walsh (2013), suprimir o “s” é uma questão de opção, ainda, Walsh (2013, p. 25) aponta: “Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual se puede identificar, visibilizar y alentar ‘lugares’ de exterioridad y construcciones alter-(n)ativas”.

¹⁵ Alguns intelectuais do grupo: Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Dignolo, Santiago Castro-Gómez, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Fernando Coronil, Catherine Walsh, Zulma Palermo, Immanuel Wallerstein e Boaventura Santos.

¹⁶ “Termo que surgiu nas análises da década de 1970 para se referir ao processo político e ideológico por meio do qual determinadas populações são identificadas por referência direta ou indireta às suas características fenotípicas reais ou imaginárias, de modo a sugerir que essa população só pode ser compreendida como uma suposta unidade biológica. Esse processo normalmente envolve a utilização direta da ideia de ‘raça’ para descrever ou se referir à população em questão” (CASHMORE, 2000, p.456).

do saber é compreendido como um processo pelo qual se construiu e consolidou uma perspectiva hegemônica de pensamento que se universalizou nas sociedades coloniais e pós-coloniais. Assim, o processo histórico que culminou na pós-colonização não significou o fim de relações coloniais, elas se perpetuaram através da colonialidade. Deste modo, representações produzidas desde a colonização sobre os sujeitos colonizados tornaram-se hegemônicas a partir do poder-saber da modernidade.

A classificação racial dos outros (os colonizados) se institucionalizou com a ajuda do movimento iluminista (século XVIII) e da mundialização das ciências. Nesse contexto, termos como civilização, progresso e desenvolvimento foram, desde então, os paradigmas que articularam as representações da modernidade nas sociedades. As abordagens que permitiram compreender as relações sociais, históricas e culturais dos povos colonizados pelos europeus foram condicionadas pelas premissas de uma racionalidade supostamente universal e neutra, mas internamente racista e etnocêntrica (QUINTERO, 2010). Assim, estas estruturas de pensamento formam o que se conceituou por colonialidade.

Nesse contexto, os museus fundados na América Latina entre os séculos XIX e XX foram espécies de réplicas das instituições produtoras de conhecimento da Europa moderna, pois seguiram os paradigmas europeus. Exemplo disso são as epistemologias adotadas pelos museus de história natural do Brasil, que utilizaram os estudos teóricos evolucionistas e raciais advindos da Europa para explicar a sociedade brasileira, ou seja, enxergavam sua própria cultura com olhos europeus (VARINE, 2010). Os primeiros estudos etnológicos foram realizados a partir das dualidades primitivo/moderno, selvagem/civilizado, onde os povos originários eram os representantes do lado “primitivo” e “selvagem”, enquanto, os europeus eram os “modernos” e “civilizados”.

Assim, tem-se a hipótese que durante as primeiras gestões do Museu Júlio de Castilhos as diferentes representações que formaram imaginários sobre os povos originários foram produzidas a partir da colonialidade do saber. Para analisar esta hipótese procuro explanar o tema em três capítulos: *Um museu de história natural: reunir e estudar os elementos referentes à antropologia dos índios primitivos*; *Entre as ciências naturais e a história: estudar os povos primitivos do Rio Grande do Sul*; *Os povos indígenas no museu: entre a história e o folclore*.

O primeiro capítulo, intitulado *Um museu de história natural: reunir e estudar os elementos referentes à antropologia dos índios primitivos* apresenta a formação da coleção etnológica, os sentidos atribuídos a ela e as representações sobre os povos indígenas nas duas primeiras décadas de existência do museu. A proposta do capítulo é discorrer, primeiramente,

sobre o contexto histórico da formação dos primeiros museus brasileiros, Museu Nacional (1818) do Rio de Janeiro, Museu Emílio Goeldi (1871) do Pará e Museu Paulista (1894) de São Paulo, a fim de compreender a chamada *Era Brasileira de Museu (1870-1930)*, período em que são fundados os primeiros museus brasileiros, entre eles o Museu Júlio de Castilhos.

Nesta contextualização, leva-se em conta reflexões sobre a mundialização da ciência lida como universal, constituída a partir de uma perspectiva: a ocidental. Este ponto é importante, pois os museus de história natural ou enciclopédicos (que foram os primeiros a serem fundados no Brasil) foram responsáveis pela institucionalização das ciências no país (LOPES, 2009), e estes locais produziram conhecimento a partir das epistemologias europeias. Assim, neste capítulo, serão discutidos os primeiros anos do museu, como um museu de história natural, a formação da coleção etnológica e a produção de representações sobre os povos originários a partir de paradigmas vinculados à história natural.

O segundo capítulo, intitulado *Entre as ciências naturais e a história: estudar os povos primitivos do Rio Grande do Sul* propõe compreender como os povos indígenas foram representados e quais os sentidos produzidos sobre a coleção etnológica durante a direção de Alcides Maya e, posteriormente, de Emílio Kemp. Este capítulo é formado por dois momentos distintos: o período da direção de Alcides Maya, em que ocorrem mudanças administrativas na instituição que a levam para uma guinada à história, sem deixar seu caráter enciclopédico e o período da administração de Emílio Kemp, momento em que no museu foram realizadas atividades pedagógicas, entre elas, produções de museus escolares a partir de objetos indígenas da coleção etnológica da instituição.

O último capítulo, intitulado *Os povos indígenas no museu: entre a história e o folclore*, centra-se na análise da produção de representações a respeito dos povos originários durante a direção de Dante de Laytano. Neste período o Museu Júlio de Castilhos produziu narrativas históricas regionalistas pautadas na valorização do que se entendia como cultura gaúcha. Nesse contexto, a atuação do diretor Dante de Laytano é importante de ser analisada, pois ele era uma figura influente no meio intelectual rio-grandense, circulava entre diferentes espaços e tinha o desejo de fazer do museu um local de produção de conhecimento e culto ao regionalismo. Imbuído destes interesses, Dante de Laytano trouxe até a instituição os estudos folclóricos, uma novidade até então, e procurou estabelecer diálogos deste campo de conhecimento com a história a fim de pesquisar os diferentes grupos sociais que para ele formariam a identidade gaúcha; entre estes grupos, estavam os povos originários.

Assim, convido o leitor a caminhar comigo nestes três momentos e visitar o Museu Júlio de Castilhos em cada uma das direções apresentadas. Durante este percurso o leitor pode

encontrar lacunas, se deparar com descobertas e ser tomado por inquietações. Esta Dissertação possui início, meio e fim, mas as pesquisas que podem suceder este trabalho são infinitas em possibilidades. Portanto, que a leitura permita inúmeras reflexões ao caro leitor e que instigue outras pesquisas.

2 UM MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL: REUNIR E ESTUDAR OS ELEMENTOS REFERENTES À ANTROPOLOGIA DOS INCOLAS PRIMITIVOS

Neste capítulo, discorro sobre a formação da coleção etnológica no Museu Júlio de Castilhos entre os anos de 1901 e 1925. Também analiso a direção de Francisco Rodolfo Simch (1903-1925), seu entendimento de museu de história natural e as representações a respeito dos povos originários produzidas nesta gestão. Nesse sentido, importa salientar que os primeiros museus fundados no Brasil tiveram seus interesses voltados para essa a história natural e foram os primeiros locais a institucionalizarem as ciências no país (LOPES, 2009). Este período de criação dos primeiros museus no Brasil foi chamado de *Era Brasileira de Museus* (1870-1930) e ocorreu em um contexto de mundialização das ciências naturais¹⁷, processo vinculado à longa colonização europeia na África, Ásia, Oceania e América.

Sobre o processo de colonização, é relevante salientar que além das questões políticas e econômicas, a exploração dos europeus em terras desconhecidas também era realizada a partir da ciência. Assim, com o intuito de estudar, naturalistas realizavam viagens científicas, exploravam, classificavam e coletavam da fauna e da flora tudo o que identificavam como novo, como “exótico”, e isso incluía também, objetos e corpos humanos de povos não europeus; esse é o início do processo de formação das primeiras coleções científicas (POMIAN, 1984). Inseridas no contexto das colonizações (XVI-XIX) estas explorações científicas eram feitas tendo como centralidade a figura do europeu e sua sociedade, fenômeno conceitualizado como eurocentrismo.

Mesmo após as independências das colônias, o mundo continuou sendo classificado, hierarquizado, pensando a partir das ideias europeias. Isso significa que as amarras do longo processo de colonização não se desataram com o fim político, militar e econômico das invasões europeias em terras desconhecidas. A permanência de relações de poder entre colonizadores e colonizados pós-independências é compreendida por Quijano (2005) como colonialidade do poder, do ser e do saber. Nesse sentido, os museus, tanto de países colonizados, quanto em países colonizadores, principalmente, os de história natural, classificaram o mundo dos animais, das plantas e dos humanos a partir da colonização e depois da colonialidade.

¹⁷ Sobre o conceito de mundialização da ciência Lúcio Menezes Ferreira (2007, p. 09) explica que ele “descreve, portanto, a circulação mundial das ciências e suas apropriações transformadoras em contextos institucionais específicos de produção do conhecimento”.

No Brasil, não foi diferente, os primeiros museus fundados se caracterizavam como instituições enciclopédicas, pois suas coleções, muitas vezes, oriundas do processo de colonização interna, eram formadas por variados elementos, em sua grande maioria, vinculados à história natural. Nessas instituições, os *homens de ciência*¹⁸ (SCHWARCZ, 1993) se empenhavam em coletar e estudar elementos da fauna e flora brasileira a partir do que entendiam como história natural, ciência composta por diversas áreas do conhecimento, tais como: biologia, zoologia, botânica, paleontologia, geologia, mineralogia, arqueologia, etnologia e antropologia. Os *homens de ciência* se inspiravam nas teorias social-darwinistas e evolucionistas¹⁹, primeiramente, como uma forma de ler o que se produzia na Europa e, posteriormente, como produção de conhecimento sobre a sociedade brasileira. Essas teorias tinham como centralidade os homens europeus, se baseavam em classificar as diferentes raças humanas numa escala cujo parâmetro de “raça” humana evoluída era o europeu.

Maria Margaret Lopes (2009) aponta que o estudo dos museus de história natural ajuda a compreender o processo de institucionalização da ciência no Brasil. Tanto Schwarcz (1993), quanto Lopes (2009) indicam que esses locais foram centrais na produção científica do país entre a segunda metade do século XIX e primeiras três décadas do século XX, e tinham como influência as epistemologias europeias que guiavam a produção de conhecimento do país.

Ao visualizar os relatórios anuais e correspondências dos anos iniciais do Museu do Estado, evidenciei que a instituição foi gerenciada por um diretor dedicado aos estudos mineralógicos, possuía poucos funcionários, tinha problemas estruturais em seu edifício e uma quantidade significativa de coleções. Desde o início do museu, Simch deixava pistas nos relatórios que queria fazer da instituição um local de estudos científicos, voltados para a história natural do Rio Grande do Sul. Esse desejo não destoava de seus colegas diretores de outros museus, como o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Museu Paraense, com os quais o diretor trocava correspondências a respeito da organização do museu, da aquisição ou troca

¹⁸ Sobre os *homens de ciência*, Schwarcz (1993, p. 37) explica que “certa identidade os unia: a representação comum de que os espaços científicos dos quais participavam lhes davam legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que se apresentavam para o país”.

¹⁹ Segundo Schwarcz (1993), dentre os estudos sobre a humanidade e o evolucionismo se constituíram dois campos de conhecimento etnocêntricos: a antropologia cultural ou etnologia social e o darwinismo social ou teoria das raças. O primeiro tinha como premissa o entendimento de uma escala de evolução cultural da humanidade, que iria da primitiva e incivilizada (sociedades não ocidentais) até progredir e chegar na civilizada (populações ocidentais). Já o darwinismo social compreendia que dentre a humanidade existiam várias raças imutáveis, as do tipo puros e as inferiores, elas não deveriam se cruzar, pois a miscigenação tornaria a raça degenerada, ou seja, uma sociedade deveria ser formada somente por indivíduos de raça pura, nem que para isso fossem realizados processos como a eugenia – prática científica e política de interrupção de reprodução –.

de coleções, entre outros assuntos. Os estudos sobre o cenário das instituições museais do Brasil, nas primeiras décadas do Museu do Estado, indicam que essa rede de comunicação entre os museus era constante (LOPES, 2009). Estas instituições tinham algumas características em comum, como a perspectiva de história natural e o caráter enciclopédico de suas coleções. Além disso, é importante ressaltar que o surgimento desses museus ocorreu no auge da modernidade do século XIX, momento em que as perspectivas econômicas, políticas, culturais e de conhecimento, lidas como universais, eram as ocidentais, europeias ou estadunidenses.

Assim, para compreender como se formou a coleção etnológica do Museu Júlio de Castilhos, divido esse capítulo em três seções. No subcapítulo *O Museu do Estado na Era Brasileira de Museus (1870-1930)*, descrevo, brevemente, o histórico das primeiras décadas do Museu Paulista, do Museu Nacional e do Museu Paraense a fim de compreender como essas instituições formaram as suas coleções etnológicas e como elas eram trabalhadas; para isso utilizo os trabalhos de Maria Margaret Lopes (2009), Lilia Schwarcz (1993) e Nelson Rodrigo Sanjad (2005). Estes museus não foram os únicos fundados no século XIX, pois, em 1876, foi criado o Museu Paranaense, no entanto, para fins desta pesquisa me concentrei apenas nos três citados anteriormente²⁰. Estes primeiros museus serviam de espelho para outras instituições brasileiras que seriam criadas a posteriori, como o Museu Júlio de Castilhos, o qual mesmo fundado no início do século XX apresentou aspectos semelhantes aos museus anteriormente criados, mas também apresentava suas especificidades, que serão explicadas no decorrer do capítulo.

Uma das semelhanças entre o Museu Júlio de Castilhos e os demais museus citados anteriormente diz respeito à coleção etnológica, pois, em todos eles existia uma coleção de objetos indígenas, desde os primeiros anos de suas respectivas fundações. Assim, ao pensar sobre a formação da coleção etnológica no Museu Júlio de Castilhos algumas inquietações surgiram: como foram adquiridos os primeiros objetos indígenas pelo Museu Júlio de Castilhos? Foram vendidos ao museu? Ou doados? Ou coletados a partir de excursões científicas? De quais regiões eles vieram? A quais povos pertenciam? A fim de responder estas questões apresento no subcapítulo *A coleção etnológica do Museu do Estado (1901-*

²⁰ Sobre o Museu Paranaense existe ver: CARNEIRO, Cintia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca da identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013. Disponível em: http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/Livros/ebook_museu_paranaense_e_romario_martins.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

1925) um mosaico de pistas deixadas na documentação histórica sobre o Museu Júlio de Castilhos, os quais ajudam a dar sentido ao passado da instituição e de sua coleção etnológica.

Finalizo com o subcapítulo *História natural e os estudos etnológicos no Museu Júlio de Castilhos*, no qual reflito sobre as seguintes questões: quais os sentidos atribuídos à coleção etnológica em um museu fundado sob as bases da modernidade europeia? Quais as representações sobre os povos indígenas produzidas neste local que priorizava os estudos de história natural? A fim de refletir sobre estas questões analiso como o museu funcionava, quais eram seus públicos e seus funcionários. Além disso, discorro sobre o que o diretor, Francisco Rodolfo Simch, entendia como um museu de história natural. Ao final, apresento alguns documentos que deixaram indícios de como era percebida e estudada a coleção etnológica da instituição. Mesmo que a pesquisa não responda totalmente as perguntas que transpassam este capítulo foi através dos sinais e vestígios que pude levantar os debates que trarei nesse capítulo. Assim, convido o leitor que adentre as portas do Museu do Estado, na velha casa do republicano Júlio de Castilhos, aqui, venha descobrir comigo ou se questionar, sobre as representações e sentidos a respeito dos povos originários produzidos pelo Museu do Estado durante as duas primeiras décadas do século XX.

2.1 O Museu do Estado na *Era Brasileira de Museus* (1870-1930)

A institucionalização da ciência no Brasil a partir dos museus de história natural está atrelada a um movimento internacional de mundialização das ciências que por sua vez está ligado ao processo de colonização dos europeus em diferentes continentes, o qual não deixou de existir com as independências políticas dos locais colonizados, se perpetuou a partir da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). Nesse subcapítulo discorro, brevemente, sobre três museus brasileiros: o Museu Nacional, o Museu Emílio Goeldi e o Museu Paulista com o objetivo de compreender o processo de institucionalização das ciências naturais, principalmente nos campos da etnologia e antropologia durante a segunda metade do século XIX e início do XX, pois é nesse contexto institucional que o Museu Júlio de Castilhos estava inserido nas primeiras duas décadas de sua fundação.

A primeira instituição de estudo das ciências naturais fundada no Brasil, ainda quando era colônia de Portugal, foi a Casa de História Natural (1742), conhecida como a “Casa dos Pássaros”, local onde eram colecionados e preparados produtos naturais e adornos indígenas para serem levados à Metrópole, em Lisboa. Essa prática pode ser associada com o processo

de colonização, ocorrido a partir das grandes navegações do século XVI, momento no qual as coleções eram formadas por elementos compreendidos como científicos, exemplares da flora e da fauna, conchas, pedras, entre outros; estes objetos eram trazidos de continentes explorados pelos europeus para serem estudados e representavam o “exótico” e os lugares descobertos pelas expedições. Nesse mesmo período, colecionar antiguidades e manter gabinetes de príncipes e galerias de arte eram práticas presentes na vida da nobreza (POMIAN, 1984), por isso, não é de se estranhar que a Colônia Brasil tenha uma Casa de História Natural onde elementos do território explorado eram preparados e enviados para a capital da Metrópole, moradia da nobreza portuguesa. Mas foi a partir do século XVIII, com as ideias iluministas chegando a Portugal que a exploração científica começou a interessar os portugueses. Assim, Lopes (2009, p. 30) explica que:

[...] o ‘estatismo da produção científica – levou Portugal também a organizar suas expedições de exploração, as quais foram se tornando, para o final do século XVIII, cada vez menos ‘militares’, geopolíticas e mais ‘filosóficas’ – botânicas e mineralógicas.

A partir de 1808, ano em que a família real portuguesa se instalou no Brasil, ocorreu o que Maria Odila da Silva Dias (2005, p. 12) explica como o “enraizamento de interesses portugueses e sobretudo o processo de interiorização da metrópole no centro-sul da colônia”. Nesse contexto, os interesses da nobreza portuguesa passaram a se construir de dentro da colônia, como foi o caso do estatismo da produção científica que levou à fundação do primeiro museu brasileiro, chamado na época de Museu Real (1818), instalado no Rio de Janeiro.

Sobre o Museu Real Maria Margaret Lopes (2009, p. 45) aponta que sua principal função assim que fundado era “identificar os produtos naturais únicos dessa parte do mundo, para proveito das Ciências e das Artes e deles prover os museus do mundo”. Durante boa parte do século XIX o museu funcionou como provedor de peças “exóticas” da colônia para outras metrópoles europeias, tornando-se para os naturalistas estrangeiros uma ponte para os elementos desconhecidos das terras colonizadas. Um exemplo disso foi o naturalista e pintor, Jean-Baptiste Debret, que muitas vezes desenhava cenas de indígenas sem precisar adentrar os territórios indígenas, fazia a partir das peças etnológicas do Museu Real, como expõe Lopes (2009, p. 47 e 48):

Esse procedimento regular não só é mencionado pelo próprio Debret, como também Gonçalves de Magalhães em uma notícia sobre o livro de Debret que estava sendo publicado em 1836 diz na revista Niterói que “todas as armas de guerra e

instrumentos bélicos foram fielmente copiados dos naturais, que se acham no Museu do Rio de Janeiro, assim como mantos de pena, cocares, capacetes e mais adornos selvagens... E a vista destas litografias pode o Zoologista fazer uma perfeita ideia do que é um selvagem dos bosques do Brasil”.

Nota-se a que a construção de imaginários e representações sobre os povos indígenas que habitavam o território explorado pelos portugueses era produzida também no Museu Real, para além de pinturas, cartas, impressões de estrangeiros naturalistas que tiveram contato com diferentes nações indígenas²¹. Nesse sentido, Pomian (1984) explica que os objetos semióforos tinham a função de ligar o mundo visível ao invisível, esse que poderia ser tudo que tivesse de alguma forma inalcançável à realidade. Deste modo, Debret ao representar através de uma pintura uma cena indígena utilizando artefatos indígenas do museu, estava acessando o invisível (povos indígenas que ele não conhecia, mas sabia que existiam) a partir do visível, que eram as peças etnológicas do Museu Real, no caso, semióforos.

As coleções do Museu Real eram todas expostas, naquela época não havia uma separação do que era exposição e coleção. Quem visitasse o espaço provavelmente veria todas suas coleções ao passar pelas sete ou oito salas da instituição. De acordo com Maria Margaret Lopes (2009) as salas do museu se dividiam da seguinte maneira: a primeira estava localizada a coleção de répteis, serpentes, lagarto e tartarugas, amostras de madeiras, um bezerro e um cabrito bicéfalos, um porco com dois corpos e uma só cabeça, um cão monóculo, fetos acéfalos; na segunda, estava a coleção de conchas, insetos, alguns peixes; na terceira quadrúmanos indígenas, alguns macacos e pequenos mamíferos; em outras duas, a coleção de minerais, considerada a maior e mais valiosa; em outra sala estavam algumas vestes, ornatos, armas e outros objetos indígenas brasileiros, retiradas de povos do Pará e Mato Grosso; às salas das múmias egípcias também estavam as coleções de moedas e medalhas.

Suas coleções eram divididas em Produtos Zoológicos; Produtos Botânicos; Produtos Orictognósticos; Produtos das Belas-Artes e Objetos relativos às Artes, Usos e Costumes de diversos Povos (LOPES, 2009). As peças indígenas do museu pertenciam à coleção de Produtos das Belas-Artes e Objetos relativos às Artes, Usos e Costumes de diversos Povos, continha mais de duzentos artefatos de diferentes povos originários. Muitos dos objetos indígenas eram conseguidos a partir de naturalistas, contratados pela realeza para coletar

²¹ Sobre a análise das obras de Debret a respeito do Brasil escravista ver a tese de doutorado intitulada *A "Viagem Pitoresca e Histórica" de Debret: por uma nova leitura* de Valéria Alves Esteves Lima (2003). Já acerca de representações feitas por naturalistas europeus do século XIX, ver o artigo *Narrativas e imagens dos viajantes alemães do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história da nação* de Ana Luisa Sallas (2010).

elementos da fauna e da flora brasileira. Um exemplo foi o naturalista italiano Francisco Ricardo Zani, encarregado, entre os anos de 1829 e 1831, de buscar produtos na província do Pará através de uma comissão, formada por ele e o preparador auxiliar, Estanislau Joaquim Barreto, que com esta exploração coletou muitos objetos indígenas para o Museu Real. A partir de 1850 comissões de naturalistas estrangeiros na busca de objetos naturais do Brasil se tornaram mais frequentes, sendo responsáveis por reunir consideráveis peças para o museu.

Na segunda metade do século XIX o museu contava com uma coleção etnológica significativa, sendo esta uma das mais movimentadas do museu (LOPES, 2009). As trocas com outras instituições também eram frequentes, tanto com museus do Brasil, quanto com instituições estrangeiras. Um exemplo do primeiro caso foi, a doação de artefatos indígenas e ossos humanos, recebida do Museu Paulista; do segundo caso, o envio de “coleções de crânios e esqueletos indígenas aos professores Wirchow, da Alemanha, e Quatreges – o pesquisador do Museu de Paris difusor das teorias do monogenismo” (LOPES, 2009, p. 126).

Entretanto, não só de coletas vivia o museu, pois estudos no campo da história natural eram realizados baseados nas teorias positivistas e evolucionistas (SCHWARCZ, 1993), aspecto que explicaria essa doação ao professor Quatreges. Além disso, na década de 1870, sob a direção do botânico, Ladislau Neto (1874-1893), a instituição criou sua revista *Arquivos do Museu Nacional*, essencial para estabelecer redes de troca com outros museus estrangeiros. Ao analisar as primeiras revistas do museu, Schwarcz (1993) observou que os artigos de arqueologia e antropologia compunham entre 10% a 11% do total de artigos em cada revista, os demais eram voltados para a biologia, mineralogia, geologia. Os artigos sobre antropologia se concentravam nos estudos de craniometria, ou seja, análises físicas, principalmente de “raças” consideradas não europeias; vale destacar que o Museu Nacional foi o local onde pela primeira vez foi ofertada a disciplina de antropologia no país, ministrada pelo médico e cientista, João Batista Lacerda, autor de ensaios sobre *a antropologia das raças indígenas do Brasil*²² (SCHWARCZ, 1993), o qual entendia antropologia como o estudo da anatomia das diferentes “raças” humanas. Lacerda se baseava na linha teórica do poligenismo, acreditava em vários centros de surgimento humano, ao mesmo tempo, compreendia que a evolução humana seguia uma linha rumo à civilização. Nessa escala evolutiva, para Lacerda, indígenas,

²² O professor de antropologia do Museu Nacional já “no primeiro número da revista, propõe-se a estudar os Botocudos, tendo como material exclusivo onze cérebros de ‘espécies dessa tribo’, havia muito depositado no museu” (SCHWARCZ, 1992, p. 74).

como os “Botocudos”²³, eram “primitivos”, “atrasados intelectualmente”, portanto, menos evoluídos que os europeus, “pais da civilização humana”.

Ainda, sobre o Museu Nacional interessa sublinhar a Exposição Antropológica Brasileira, exibida durante três meses no ano de 1882. Obteve aproximadamente 1000 visitantes, o que na época era considerado um número alto em termos de público, tendo respaldo internacional também. Maria Margaret Lopes (2009) aponta através do *Guia da Exposição Antropológica Brasileira Realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro a 29 de julho de 1882* que:

[...] as coleções foram organizadas em oito salas que passaram a receber os nomes de: Vaz de Caminha – expondo quarenta diferentes tipos de objetos etnográficos numerados; Rodrigues Ferreira – com 113 objetos etnográficos; Lery – 39 peças arqueológicas; Hart – 207 materiais arqueológicos; Lund – 115 grupos de materiais relacionados à antropologia; Martius – 29 objetos de etnografia e arqueologia; e Anchieta – 67 objetos etnográficos. (LOPES, 2009, p. 176).

Os objetos que compunham a exposição foram coletados a partir de doações de museus, de coletas feitas também pelo diretor do Museu Nacional, que, em fevereiro de 1882, foi à Amazônia coletar artefatos e conhecer alguns territórios indígenas e de coleções já existentes no museu como as da Sra. Amélia Machado Cavalcante de Albuquerque, dos Srs. Caminhoá, Barbosa Rodrigues e Tomaso G. Bezzi (LOPES, 2009).

Desde a primeira instituição de ciências naturais em solo brasileiro, as coleções etnológicas eram estudadas a partir da história natural, ou seja, assim como a fauna, a flora, os povos indígenas eram classificados como elementos naturais que formavam a “exótica” colônia. A prática de colecionar artefatos e até mesmo corpos indígenas continuou através do Museu Real ou Museu Nacional, que durante o século XIX formou uma das mais significativas coleções etnológicas entre os museus. Essa coleção servia para estudos de naturalistas estrangeiros e nacionais e funcionários do museu. Foi constituída a partir de excursões de campo, trocas entre o museu e outras instituições nacionais e estrangeiras e também foi exposta na primeira exposição de antropologia no Brasil.

²³ O termo “botocudo” “refere-se a um conjunto de indígenas, referidos também como Aymoré e cujas ‘origens’ estariam ligadas aos assim-ditos Tapuia. Há desde o início do processo de colonização da América Portuguesa a referência a uma coletividade que não necessariamente se enxergava como tal, mas que no olhar do europeu, era tida como coletividade por conta de sua resistência ou não-aliança aos intuítos colonizadores. Este nome vem do uso dos batoques nos lábios e orelhas [...] que os distinguiria das demais nações indígenas. Entre si, os Botocudos referiram-se como Engerackmung” (COSTA, 2008, p. 14).

Maria Margaret Lopes (2009) destacou a importância da rede de museus, das trocas científicas, de artefatos e trabalhos realizados entre diferentes instituições. É o caso do Museu Nacional com o Museu Paraense, localizado no Pará. Um dos naturalistas que ajudou Ladislau Neto, na Exposição Antropológica Brasileira foi Domingos Soares Ferreira Penna, este que foi “um dos maiores coletores de vestígios arqueológicos na Amazônia no século XIX” (SANJAD, 2005, p. 318). Ele foi o primeiro diretor do Museu Paraense, fundado oficialmente em 1871. Ferreira Penna teve grande atuação na busca por materiais arqueológicos e etnológicos. Muitas das suas excursões científicas resultaram em materiais enviados para o Museu Nacional²⁴, como crânios e urnas Maracá e uma rocha com pinturas indígenas²⁵ encontrada no baixo curso do Xingu. O diretor do Museu Paraense também auxiliou Ladislau Neto nas excursões científicas pela Amazônia e na elaboração da Exposição Antropológica Brasileira, ocorrida no Museu Nacional.

Um dos diretores que se destaca na bibliografia sobre o Museu Paraense é o zoólogo suíço, Emílio Goeldi, que chegou a trabalhar no Museu Nacional. Em 1893, o governador do Pará, Lauro Sodré, contratou Emílio Goeldi para trabalhar como diretor do Museu Paraense. Uma das primeiras atividades de Goeldi foi a tentativa de recuperação dos artefatos emprestados para o Museu Nacional durante a administração de Ferreira Penna. Emílio Goeldi também passou a se concentrar na organização das coleções do museu; o diretor as dividiu em: zoologia, botânica, etnologia, arqueologia, geologia e mineralogia. Ainda, organizou uma Biblioteca para a instituição e jardins botânicos. A direção de Goeldi foi inspirada nas instituições internacionais, tanto que o diretor trazia diversos cientistas estrangeiros para o museu, como, por exemplo, o etnólogo Curt Nimuendajú.

O diretor também publicou o *Boletim do Museu Paraense*, revista de informações das atividades realizadas no museu e pesquisas. Lilia Moritz Schwarcz (1993) destaca que a revista se centralizava nas ciências naturais e suas publicações eram produzidas a partir de pesquisas locais. Aliás, o Museu Paraense se distinguia entre os demais, por sua localização, por isso, recebiam correspondências de etnólogos, arqueólogos, cientistas, solicitando artefatos, tentando sanar dúvidas, entre outros pedidos. A comunidade internacional de

²⁴ De 1876 a 1882 foram realizadas as maiores remessas do Museu Paraense para o Museu Nacional (SANJAD,2005).

²⁵ De acordo com Sanjad (2005) a rocha com pinturas foi considerada uma importante descoberta devido ao *boom* de procura por cidades perdidas na época, e deve ter sido guardada pelo Museu Nacional como uma preciosidade.

cientistas se interessava pelo Museu Paraense justamente porque ali poderiam descobrir as origens do homem americano e entender seu atraso. Apesar dessa atenção antropológica e arqueológica, na prática, as publicações nas revistas não tinham muitos estudos sobre essas áreas, Schwarcz (1993) indica que encontrou apenas 0,4% de artigos sobre antropologia nas dez primeiras publicações da revista e salienta que essa ausência pode ser explicada devido à falta de material ou do interesse do diretor, cuja atenção estava voltada para sua área de especialidade, a zoologia.

No mesmo período em que o diretor Emílio Goeldi começava sua administração no Museu Paraense, em São Paulo, era fundado o Museu Paulista (1894) sob a direção do alemão, médico e zoólogo, Hermann von Ihering, amigo do diretor do museu no Pará. O Museu Paulista seguiu o mesmo modelo dos demais museus de sua época, enciclopédico (salvaguarda de exemplares de diversas áreas do conhecimento) e voltado para a história natural. Seu diretor, von Ihering, acreditava que seria o primeiro museu brasileiro com valores verdadeiramente científicos, ignorando o histórico Museu Nacional, o que para Schwarcz (1993) indicava um começo de disputa entre os museus. Aparentemente von Ihering tinha uma aproximação maior com museus estrangeiros, tais como o British Museum, Museu Nacional dos E.U.A., Smithsonian Institution e o Museu de La Plata. Esta tendência em se relacionar mais com o estrangeiro, também se refletia na *Revista do Museu Paulista*, pois suas publicações eram somente realizadas por naturalistas estrangeiros e pelo próprio von Ihering. Apenas 1% dos artigos eram de brasileiros, Schwarcz (1993) ao analisar 254 artigos da *Revista do Museu Paulista* informa que apenas 10% dos ensaios eram sobre antropologia e 4% sobre arqueologia. Os artigos sobre antropologia tinham um viés biológico e evolucionista, ou seja, a explicação da evolução biológica da fauna e flora era utilizada como modelo também para os seres humanos.

A coleção etnológica do museu era uma das que mais se destacavam e, desde o início, contava com algumas armas de pedra, urnas, potes e artefatos indígenas do final do século XIX. No decorrer da administração de Ihering, a coleção etnológica aumentou através de permutas, compras, coletas e doações. Destaco algumas das peças recolhidas para o museu: peças arqueológicas de sambaquis brasileiros e dos calchquis da Argentina; 250 peças dos indígenas Carajás do rio Araguaia em Goiás; objetos dos Guaranis de Bananal no litoral de São Paulo; artefatos do povo Kaingang e da nação Ticuna e outras peças de diferentes povos da Amazônia.

Apesar de ter sido fundado somente no início do século XX, o Museu Júlio de Castilhos apresentou já em sua organização inicial muitas semelhanças com as demais

instituições aqui citadas, o que indica que naquele contexto existia um padrão de museu de história natural, muito inspirado nos modelos internacionais da Europa e dos Estados Unidos. Os museus de história natural eram enciclopédicos, reuniam objetos da fauna, flora, paleontologia, arqueologia, antropologia, etnologia e até mesmo objetos e documentos históricos, mesmo que estes não fossem o foco principal das instituições.

A organização do Museu Júlio de Castilhos não se diferenciou dos museus do Pará, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1903, no primeiro Regulamento do Museu do Estado, pode-se observar:

Capítulo 1 – Organização do Museu

Artigo 1º - Compete ao Museu do Estado:

§1º - Receber, classificar e guardar todos os produtos naturais do Rio Grande do Sul e de outras quaisquer proveniências.

§ 2º - Coleccionar todos os artefatos indígenas que tenham qualquer valor etnológico.

§ 3º - Reunir todos os elementos que possam ser uteis ao estudo antropológico dos habitantes primitivos não do Rio Grande do Sul como do Brasil em geral.

§ 4º - Reunir e classificar todos os vestígios paleontológicos que se acharem no Estado ou fora dele.

§ 5º - Coleccionar os produtos de ciências, indústrias e artes modernas.

§ 6º - Coleccionar documentos históricos de qualquer gênero.

§ 7º Estabelecer coleções filatélicas e numismáticas. (RIO GRANDE DO SUL, 1903a, p.26).

O primeiro Capítulo do Regulamento do Museu do Estado referente ao ano de 1903 apresenta o caráter enciclopédico do museu que deveria “receber, classificar e guardar todos os produtos naturais do Rio Grande do Sul e de outras províncias” (RIO GRANDE DO SUL, 1903a). Tal característica não difere de seus contemporâneos (MN, MPEG, MP) cada qual carregava como objetivo a coleta, estudo e classificação dos elementos de sua região e também do Brasil. Esta parecia ser a missão dos primeiros museus de história natural do Brasil.

Diferente dos outros museus citados, o Museu Júlio de Castilhos demorou a ter sua própria revista, não por falta de solicitação do diretor Simch, por exemplo, já no relatório de 1904, ele fazia a seguinte declaração:

Observando a grande quantidade de material que temos reunidos no Museu, e tendo em vista que os elementos coligidos fornecem dados importantíssimos para o estudo da história natural, seria bom iniciar-se dentro de pouco tempo a publicação de uma revista para a Repartição poder também ser útil a estabelecimentos congêneres, quer fornecendo-lhes elementos novos, quer chamando a atenção sobre fatores que passam desaparecidos, quer provocando a discussão para elucidação de pontos duvidosos. No meu parecer, uma publicação neste gênero não deve reverter a forma de livro, como em geral se usa, porém a forma de uma verdadeira publicação periódica trimestralmente, com 48 páginas *in-quarto*, fora desenhos e gravuras e preencheria perfeitamente seu fim. Facilitava a obtenção de literatura atual sobre os diversos ramos da atividade científica pela permuta de praxe, e ao mesmo tempo despertava mais atenção sobre nosso Estabelecimento. (RIO GRANDE DO SUL, 1904a, p. 219).

De acordo com o documento apresentado acima, Simch deixava evidente que a revista serviria para mostrar os trabalhos no museu para outras instituições do país e do mundo. Naquele momento, os periódicos eram um dos meios de propaganda de um museu e, para o diretor, não bastava realizar as atividades na instituição se as descobertas e estudos não fossem devidamente publicados; segundo ele, era uma maneira de mostrar ao mundo que se fazia ciência no Rio Grande do Sul. No relatório de 1906, o diretor cita os museus do Pará e São Paulo, como exemplo de museus conhecidos pela importância de suas publicações:

Pará e São Paulo são Estados tidos como muito ricos em matéria de elementos naturais, em consequência, grandemente, das publicações de seus Museus, que despertam interesse nas rodas competentes, tornando-se objeto de estudos, problemas e questões sempre resolvidas de acordo com a ciência [...]. (RIO GRANDE DO SUL, 1906a, p. 178).

Além das publicações das revistas que circulavam entre os museus trazendo e levando descobertas, teorias e estudos diversos, as teorias raciais, a influência positivista e os procedimentos científicos das ciências naturais chegavam aos museus, muitas vezes, pelos naturalistas estrangeiros. Como os museus naquela época eram muito frequentados por naturalistas de diferentes países²⁶, o entendimento europeu do que é ciência era presente cotidianamente nesses locais. Além dessa presença, as trocas de correspondência e coleções entre as instituições brasileiras e as estrangeiras também eram frequentes. Essa rede de comunicação entre os museus é destaca por Lopes e Murriello (2005, p. 17):

Por essas amplas redes de comunicação, as coleções, os catálogos, os pesquisadores, os conceitos e as inovações viajavam cada vez mais rapidamente pelo circuito dos museus. Passaram assim a integrar uma verdadeira tradição de viagens. Seus catálogos começaram a classificar os próprios museus entre si em seus processos de cooperação e disputas por hegemonias científicas, sociais, políticas – de caráter nacional, regional e internacional. Nesse processo, discursos de figuras proeminentes eram rapidamente traduzidos, divulgados e discutidos, servindo de base retórica ou concreta para reorganizações de museus, pedidos de mais verbas e disputas políticas.

O Museu Júlio de Castilhos não demorou muito para participar dessa rede de comunicação. As correspondências recebidas e expedidas datadas da primeira década de sua fundação já evidenciavam essa participação, por exemplo, em 1915, o diretor do Museu Júlio

²⁶ Inclusive, muitos se tornaram diretores dos museus, tais como o suíço Emílio Goeldi e o alemão Hermann von Ihering.

de Castilhos recebeu correspondências da Faculdade de Medicina de Paris e do Conservatório de Artes e Ofícios, para fazer parte de um projeto de comércio entre Brasil e França, onde os museus brasileiros auxiliariam a França a montar uma exposição sobre a fauna e flora brasileiras em Paris. No mesmo ano, o Museu Júlio de Castilhos também recebeu do Escritório de Informações do Brasil situado na França, uma correspondência informando sobre esse projeto comercial entre Brasil e França. O correspondente solicitava a participação do museu rio-grandense e demais museus brasileiros, tais como: o Museu Nacional, o Museu Emílio Goeldi, o Museu Paranaense, o Museu Paulista, o Jardim Botânico, o Museu Comercial e o Museu Fluminense. A ideia geral do projeto era formar um grupo de brasileiros que colecionassem elementos da fauna e da flora no Brasil para enviarem à França. Além disso, esse grupo deveria reunir todas as publicações que os museus no Brasil já publicaram sobre animais e plantas brasileiras. Os elementos reunidos e enviados aos franceses fariam parte de uma exposição sobre a história natural do Brasil²⁷.

No Brasil, a descoberta da pesquisa científica teve seu *locus* nos museus de história natural. Naquele momento, o principal objetivo dos museus, era conhecer as riquezas naturais desse território e estudar as diferentes “raças” humanas que já o habitaram com vistas a se situar no topo da cadeia civilizatória, tal como as demais nações europeias. Durante a *Era Brasileira de Museus* (1870-1930) as instituições museais criadas seguiram os modelos científicos evolucionistas e positivistas. Coletar, guardar, classificar e hierarquizar desde a fauna, a flora até os seres humanos eram as principais atividades dos museus, inclusive do Museu Júlio de Castilhos.

2.2 A coleção etnológica do Museu do Estado (1901-1925)

Assim como os museus do Rio de Janeiro, São Paulo e Pará, o museu do Rio Grande do Sul também contava com uma coleção etnológica já no primeiro ano de sua fundação. Nesse subcapítulo, analisarei alguns documentos históricos que deixaram pistas de como foi formada a coleção etnológica nas primeiras décadas do Museu Júlio de Castilhos.

²⁷ Offício nº 401 (RIO GRANDE DO SUL, 1915c).

As primeiras coleções adquiridas pelo Museu do Estado foram oriundas da Exposição Estadual de 1901²⁸, realizada nos Campos da Redenção e na Escola de Engenharia, na cidade de Porto Alegre. Importante ressaltar que as exposições realizadas no Rio Grande do Sul nos séculos XIX e primeiras décadas do XX inserem-se numa conjuntura internacional de realização de Exposições Universais em diferentes nações, principalmente, as imperialistas, como Inglaterra, França, Estados Unidos. Sobre estas exposições Sandra Jatáhy Pesavento (1997, p. 45) expõe que:

Com missão manifesta, elas objetivavam informatizar, explicar, inventariar e sintetizar. Partilhando da preocupação enciclopédica vinda do século das luzes, de tudo catalogar, classificando segundo critérios científicos as exposições receberiam ainda, os influxos de uma proposta comtiana, nascida no século XIX e que identificava a difusão dos saberes, como um dever positivista. Catálogo de conhecimento humano acumulado, síntese de todas as regiões e épocas, as exposições funcionavam para seus visitantes como uma 'janela para o mundo'. Ela exibia o novo, o exótico, o desconhecido, os mais recentes inventos, classificados cuidadosamente e organizados segundo preocupação didática e enciclopédica.

Nesse sentido, estas exposições tinham como objetivo exibir ao mundo as modernidades do século XIX e estudos científicos: invenções industriais, exemplares de fauna, flora, objetos arqueológicos, etnológicos e quaisquer elementos que representassem o moderno ou o exótico/primitivo. Deste modo, de acordo com Pesavento (1997) estas exposições eram eventos que ostentavam ao mundo o progresso econômico, cultural e tecnológico dos países que as sediavam.

No Rio Grande do Sul de 1901, a Exposição Estadual era a primeira grande amostra realizada sob o governo republicano e teve a participação de 60 municípios, 2.200 expositores e 8.872 exemplares apresentados com o objetivo de mostrar “suas riquezas minerais, fauna, flora, indústria manufatureira e pastoril, artes e ciências” (RIO GRANDE DO SUL, 1901, p. 08). A finalidade da exposição pode ser observada nas últimas palavras da introdução do *Catálogo da Exposição de 1901*:

Embora contenha deficiências ou incorreções, que, aliás, poderão ser futuramente sanadas, esta resenha servirá, aos contemporâneos e aos pósteros, como um repositório modesto do progresso e da civilização do Rio Grande do Sul, nos princípios do século XIX. (RIO GRANDE DO SUL, 1901, p. 08).

²⁸ Antes dessa exposição a província rio-grandense já havia sediado outras exposições, ocorridas em: 1859, 1866, 1875 e 1881 (RIO GRANDE DO SUL, 1901).

No mesmo documento que expunha o registro “do modesto progresso” do Rio grande do Sul também se assinala a criação de um Museu do Estado decretada pelo Governo, como se pode observar abaixo:

Não obstante trabalhos meritórios e dignos de nota executados por hábeis naturalistas, é de presumir que ainda haja muitas espécies de animais não classificados ou pouco estudados, principalmente da ordem dos invertebrados. A criação e organização, porém, do museu do Estado, decretada pelo nosso previdente e sábio Governo, sanando uma falta que há tanto se fazia sentir, muito há de concorrer para o desenvolvimento de tão interessante quão proveitoso estudo. (RIO GRANDE DO SUL, 1901, p. 57).

Se a criação de um Museu do Estado havia sido deliberada, como indica o *Catálogo da Exposição Estadual de 1901*, isso explica o porquê de muitas coleções, como a etnológica, se formarem a partir desta exposição. O corpus documental não apresentou indícios a respeito de quando foi decretada esta criação, se antes da Exposição Estadual ou durante, mas o fato é que no *Catálogo da Exposição Estadual de 1901*, o Museu do Estado é citado como uma criação do Governo e como expositor.

Diante deste indício, tem-se a hipótese de que a história do Museu do Estado não começa, em 1903, ano de sua fundação oficial, mas anteriormente, em 1901, ano em que aparece como expositor na Exposição Estadual de 1901. Importante ressaltar, que a Exposição Estadual de 1901 foi contextualizada pelo desejo de transformar a capital, Porto Alegre, em um espelho das principais metrópoles internacionais, urbanizada e industrializada. Nesse sentido, Letícia Nedel (1999, p. 63) explica:

A fundação do Museu do Estado situa-se no contexto local de implantação de um projeto modernizante e de reforma urbana impetrada pela administração de Porto Alegre, que na virada do século passara a ser conhecida como a ‘sala de visitas do Rio Grande do Sul’. Enquanto até a década de 1890 o incipiente desenvolvimento industrial concentrava-se basicamente na região sul do estado (em Rio Grande e Pelotas), a partir de então a capital entrava em ‘franca fase de industrialização’, integrando-se à onda que acontece no país por ocasião do encilhamento: no início do século, ela já era o centro comercial e industrial em maior crescimento, além de ter o porto comercial mais importante do Rio Grande do Sul.

Destaco essas questões, pois são significativas para compreender o porquê dos funcionários do museu sob a liderança de Simch terem concentrado seu trabalho em determinadas coleções e pesquisas. Nesse sentido, empenho-me em esboçar um mosaico de pistas que ajudem a pensar como se constituiu a coleção etnológica nessa conjuntura.

Os primeiros objetos da coleção etnológica do museu foram oriundos da Exposição Estadual de 1901. Esta evidência foi encontrada em alguns documentos, como o *Material indígena existente no Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio grande do Sul*

(RIO GRANDE DO SUL, 1954), um trabalho realizado em 1954, pelo diretor do museu na época, Dante de Laytano, e seus alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No começo desse documento encontra-se a seguinte informação:

O material indígena existente, no Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, é original, todo ele, da Exposição Estadual que se realizou em Porto Alegre, no ano de 1901. (RIO GRANDE DO SUL, 1954, p. 01).

Nesta documentação, existe uma relação de objetos indígenas que foram expostos na Exposição Estadual de 1901 e, posteriormente, foram incorporados ao Museu do Estado. Ao cruzar as informações do documento *Material indígena existente no Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio grande do Sul* com o *Catálogo da Exposição Estadual de 1901*, foi possível evidenciar que o Museu do Estado, que ainda não existia oficialmente, expôs alguns objetos na sala Domingos José de Almeida, como se pode ver no seguinte trecho do documento *Material indígena existente no Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio grande do Sul*:

Na Sala Domingos José de Almeida, que foi o célebre da Revolução Rio-grandense, de 1835, o Museu do Estado está presente dentro do recinto da Exposição, com inúmeros objetos históricos, e também indígenas. (RIO GRANDE DO SUL, 1954, p. 03).

No *Catálogo da Exposição Estadual de 1901* há a informação que os objetos indígenas expostos pelo Museu do Estado na sala Domingos José de Almeida foram: “uma panela de bugre²⁹”, pontas de flechas, dois machados, três painéis e um pote (RIO GRANDE DO SUL, 1901, p. 379 e 380). Na mesma sala foram expostos aproximadamente 140 objetos indígenas, cujos expositores eram de diferentes municípios do Rio Grande do Sul. Os artefatos expostos nesta sala foram recolhidos para o museu e ficaram guardados em uma das salas da Escola de Engenharia até a fundação oficial do Museu do Estado, em 1903, quando foram divididas em duas salas da Secretaria de Obras Públicas em um dos pavilhões dos Campos da Redenção (RIO GRANDE DO SUL, 1954, p. 02 e 03). A seguir apresento um quadro de objetos indígenas expostos na Sala Domingos José de Almeida da Exposição, nele pode-se perceber a variedade de artefatos e de locais que estes vieram:

²⁹ A utilização do termo “bugre” para designar os povos indígenas será explicado a posteriori.

Quadro 1 – Objetos Indígenas Expostos na Sala Domingos José de Almeida da Exposição: Estadual de 1901:

Expositor	Peças indígenas	Cidade de Origem
Caon Antonio	Um socador Dois machados de ferro	Antonio Prado
Barnabé Leão	Artefatos	Caçapava
Domingo Jayme de Figueiredo	Um machado Uma mão de almofariz	Caçapava
Intendência de Caçapava	Um machado	Caçapava
Alberto Muller	Nove pedras	Cachoeira
João Braun	Uma panela ³⁰	São Sebastião do Caí
José Candido de Campos Junior	“Uma panela de bugre quebrada”	Caxias
P. Mendonça	23 artefatos	Conceição do Arroio
Manoel Gildo de Aguiar	Quatro artefatos	Conceição do Arroio
Freitas	Quatro pedras	Conceição do Arroio
Zeferino	Uma pedra	Conceição do Arroio
Nicoláu Fucks e Outros	Uma coleção de armas e instrumentos	Lajeado
Messias Bertier de Almeida	Três arcos com flechas	Palmeira das Missões
Pantaleão Prestes	Uma ponta de flecha ³¹	Passo Fundo
Francisco Antonio	“Um machado bugre”	Passo Fundo
A Comissão	Duas cunhas de pedras	Passo Fundo
José Manoel Schimitt	“Três flechas de bugres”	Santo Antônio
Cosme Pinheiro Machado	Um jarro	São Luís
Pedro Ferreira Vargas	Uma faca de ferro	São Luís
Clementino José de Oliveira	“Uma panela e um prato bugre”	São Luís
Intendência	Um sino jesuítico de 1688 Um sino jesuítico de 1717 Um santo jesuítico Uma coluna de pedra	São Luís
A Comissão	Duas panelas Um rosário Um balaio de carregar água Cinco bolas de pedra Um cachimbo de barro Uma pedra uso desconhecido, Um	São Luís

³⁰ “Achada na Forqueta de São Sebastião do Caí, onde antigamente existia uma tribo de indígenas” (RIO GRANDE DO SUL, 1901, p. 385).

³¹ “Encontrada em uma escavação na chácara de Thomas Pompilio” (RIO GRANDE DO SUL, 1901, p. 83).

	machado redondo	
General Salvador Pinheiro Machado	Dois machados Uma panela Duas mãos de pilão Um santo São Pedro (esculpido em madeira), Duas imagens de madeira	São Luís
João Martins	Dois balaíos	São Luís
Vigário C. Ferreira	Uma panela indígena	Soledade
Theodoro Bischoff	“Uma panela bugre furada” “Uma panela bugre oval” Duas bolas de pedra Um machado arruinado Dois pedaços de machado Uma cunha pequena de pedra Dois objetos desconhecidos, Duas pedras ovais para alisar panelas Um machado antigo Dois machados antigos Um socador e um buzo quebrados Um machado principado Uma bola pequena Uma pedra para alisar panelas	Taquara
Guilherme Raimundo	Um prato	Taquara
João Fleck	Uma panela Cinco pedras para alisar panelas Uma faca de pedra Um prato chato	Taquara
Henrique Koetz	Um machado Uma bola contendo um metal Um cachimbo	Taquara
João Schumann	Uma panela quebrada Quatro pedaços de machado	Taquara
Jorge Becker	Dois machados redondos furados Um machado redondo furado e quebrado	Taquara
Albano Wolff	Um machado	Taquara
Guilherme Molter	Um pedaço de pedra Um machado Um machado pequeno	Taquara

Frederico Pintzmann	Um instrumento desconhecido	Taquara
Manuel Ignacio Flores	Um instrumento desconhecido Um mó Um socador	Taquara
Pedro Pereira David	Uma panela	Taquara
José Ignacio Flores	Uma orelha de pau	Taquara
Jacob Pilger	Um machado	Taquara
Carlos Luiz Lalm	Um colar	Taquara
José Joaquim Pereira	Uma flecha	Taquara

Fonte: Elaborado pela autora com base no Catálogo da Exposição de 1901 (RIO GRANDE DO SUL, 1901).

Ainda no *Catálogo da Exposição Estadual de 1901* encontrei a informação que na sala Dom Feliciano José Rodrigues Prates localizava-se o Museu Barbedo, coleção particular dos irmãos Octacílio³² e Arnaldo Barbedo³³, formada por 8.610 exemplares, divididos em: objetos indígenas, seção mineralógica, seção numismática, seção craniológica, seção botânica, seção ofiológica, seção ornitológica, seção paleontológica e seção entomológica. Nessa sala os cerca de 790 artefatos indígenas estavam organizados em diferentes armários. A coleção completa dos irmãos Barbedo foi adquirida pelo Museu do Estado em 1905 (RIO GRANDE DO SUL, 1954, p. 06). Abaixo tem-se um quadro de objetos indígenas do Museu Barbedo:

Quadro 2 - Objetos Indígenas do Museu Barbedo, expostos na Exposição Estadual de 1901:

Armários	Objetos
A	Três tangas Oito pulseiras Oito adornos diversos Um colar Quatro colares de presas de macaco Um colar de dentes de tigre Quatro colares de concha Três colares de tíbias de pássaro Dois colares de sementes Um colar de taquaras e sementes Três colares de garras de tigres Um colar discos pretos e brancos

³² Foi um jornalista, advogado e etnologista.

³³ Não foram encontradas informações sobre o irmão Arnaldo Barbedo.

	<p>Um chapéu feito por um indígena de Nonoai</p> <p>Uma ventarola feito por um indígena de Nonoai</p> <p>Uma bolsa tecida com tucum</p> <p>Amostras de tucum e gravatá</p> <p>Amostras de corda de crina animal</p> <p>19 flechas pequenas</p> <p>14 flechas grandes</p> <p>Um arco</p> <p>Três panelas</p> <p>14 flechas</p> <p>Dois arcos</p>
B	<p>Três panelas</p> <p>Uma rede</p> <p>22 quebra-caroços</p> <p>22 pedras sulcadas para amolar pontas de flecha</p> <p>11 pedras cavadas ou almofarizes</p> <p>12 clavas</p> <p>Quatro discos furados</p> <p>Seis facas</p> <p>12 pequenos enfeites encontrados em Sambaquis</p> <p>Uma amostra de fumo usada pelos indígenas (Pitum)</p> <p>Quatro ditas de panelas (fragmentos)</p> <p>Quatro panelas</p> <p>Dois arcos</p> <p>12 flechas</p>
A e B	<p>Uma zarabatana</p> <p>Uma panela</p> <p>14 flechas grandes</p> <p>13 ditas pequenas</p>
C	<p>70 exemplares de armas para guerra, caça, pesca e solenidades</p> <p>Um remo</p> <p>Um ceptro</p> <p>Cinco arcos</p> <p>Um arco de cacique</p> <p>46 flechas com ponta de madeira, ferro e osso</p> <p>Dois arpões para pesca</p> <p>Duas lanças</p> <p>Quatro panelas</p> <p>Dois arcos</p> <p>Seis flechas</p>

D	<p>65 exemplares de cerâmica e tecidos</p> <p>35 panelas</p> <p>Uma rede</p> <p>Uma viola</p> <p>Dois chocalhos</p> <p>Um chocalho para dança</p> <p>Amostras de conchas de Sambaqui de SC</p> <p>Cinco fotografias de “tipos” de indígenas</p> <p>Ossos humanos encontrados em Sambaquis</p> <p>Cinco amostras de panelas (fragmentos)</p> <p>Uma fotografia de 18 objetos de coleção</p> <p>Três panelas</p> <p>Dois arcos</p> <p>Nove flechas</p>
E	<p>17 machados da Pedra Lascada</p> <p>87 machados quadrangulares</p> <p>Seis machados entalhados</p> <p>Quatro machados duplamente entalhados</p> <p>12 machados circulares</p> <p>Seis machados de ferro</p> <p>Um machado circular partido</p> <p>52 boleadeiras</p> <p>Três bolas esféricas</p> <p>13 pontas de flechas de ágata, sílex, cristal, quartzo, etc</p> <p>Uma bala de chumbo encontrada em um Sambaqui</p> <p>Dois zoólitos</p> <p>Um zoólito de pedra imitando a cabeça felina</p> <p>Cinco tambetás</p> <p>Nove cachimbos de barro</p> <p>Um cachimbo de madeira feita por indígenas aldeados</p> <p>Um enfeite de discos pequenos de osso</p> <p>Um porongo pequeno com desenhos lineares</p> <p>Um porongo grande no formato de um pato</p> <p>25 amostras de panelas curiosas (cacos)</p> <p>Sete pequenos enfeites de pedra</p> <p>Três panelas</p> <p>Dois arcos</p> <p>14 flechas</p>
D e E	<p>Uma zarabatana</p> <p>Duas Igaçabas com desenhos lineares a tinta vermelha</p>

	Um arco
	Doze flechas

Fonte: Elaborado pela autora com base no Catálogo da Exposição de 1901 (RIO GRANDE DO SU, 1901).

Passada a grande Exposição Estadual de 1901, o projeto Museu do Estado enfim saiu da informalidade e foi oficialmente fundado pelo decreto nº 589, de 30 de janeiro de 1903. Ainda sem sede própria, a instituição funcionou nos pavilhões da Secretaria de Obras Públicas, construídos na época da Exposição Estadual de 1901. No relatório de 1903 o diretor Simch explicou que uma das primeiras atividades de sua gestão foi a transferência dos exemplares do museu que estavam em salas da Escola de Engenharia desde a Exposição Estadual de 1901 e a distribuição dos objetos para cada seção do museu como é exposto no excerto abaixo:

Artigo 2º - Os artigos entregues ao Museu serão distribuídos pelas quatro seções seguintes:

1ª Seção de zoologia e botânica.

2ª Seção de mineralogia, geologia e paleontologia.

3ª Seção de antropologia e etnologia.

4ª Seção de ciências, artes e documentos históricos. (RIO GRANDE DO SUL, 1903a, p. 27).

No artigo 5º do Regulamento de 1903 pode-se ver a organização da seção de antropologia e etnologia:

Artigo 5º - A seção de antropologia e etnologia compreende:

§ 1º - Reunião e estudo de todos os elementos referentes à antropologia dos índios primitivos do Brasil e especialmente do Rio Grande do Sul.

§ 2º - Classificação e determinação de armas, utensílios, ídolos, etc., dos índios.

§ 3º - Grupamento e estudo dos crânios e esqueletos indígenas que porventura se encontra. (RIO GRANDE DO SUL, 1903a, p. 27).

Percebe-se o caráter científico e classificatório desta seção, o que remete ao mesmo sistema de organização de outros museus brasileiros, contemporâneos ao Museu do Estado, todos inclinados aos estudos de história natural. As outras seções do museu não diferem dessa organização, o que evidencia que o lugar dos estudos antropológicos e etnológicos é o mesmo dos biológicos, todos pertenciam ao grande campo da história natural.

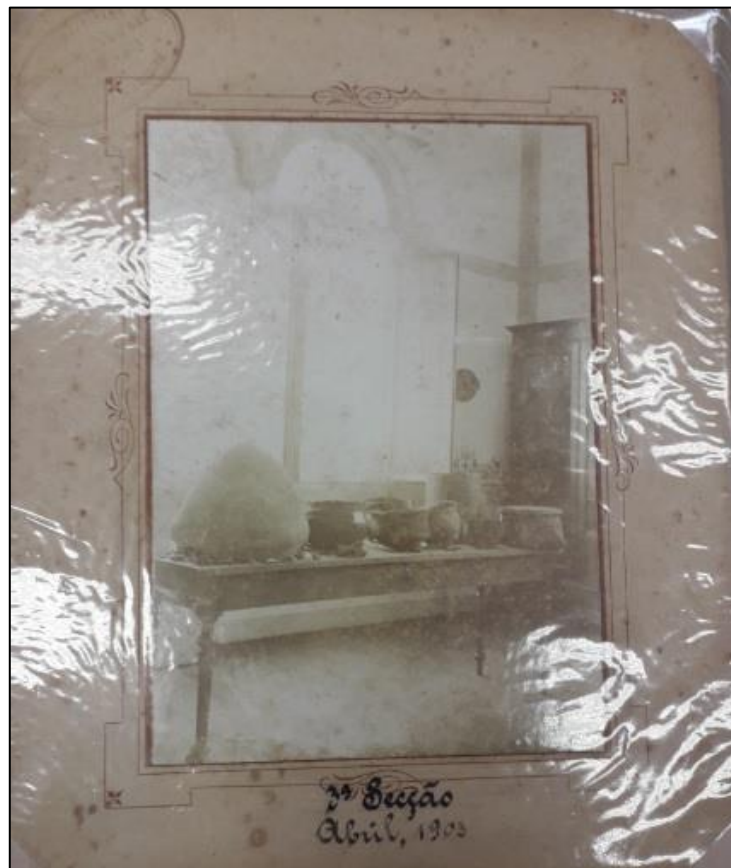
Cada seção foi ordenada assim que o diretor conseguiu transferir as peças das salas da Escola de Engenharia para os pavilhões da Secretaria de Obras Públicas. Sobre a disposição da terceira seção o relatório do museu, referente ao ano de 1903, informa o seguinte:

3ª Seção: Consta a terceira seção de tudo aquilo que concerne à *Antropologia e Etnologia*. O material recebido pertencente a ela eleva-se a cento e noventa e dois exemplares, dos quais estavam estragadas à fragilidade destes últimos, é de supor

que antes de serem doados ao Museu já estivessem nestas condições. (RIO GRANDE DO SUL, 1903a, p. 199).

Assim, já em 1903 o Museu do Estado, possuía na terceira seção 192 exemplares classificados como antropológicos ou etnológicos. Parte destes objetos, provavelmente, são os mesmos expostos na Exposição Estadual de 1901 e vieram de diferentes municípios do Rio Grande do Sul, isso é interessante de ser destacado, pois desde sua fundação o Museu do Estado concentrou suas atividades na busca por objetos do Rio Grande do Sul, mesmo que no Regulamento estivesse escrito que buscariam exemplares também do Brasil, a coleção etnológica e as demais, foram formadas, em sua maioria, a partir de exemplares obtidos de municípios rio-grandenses. Na figura 1 tem-se uma fotografia da terceira seção do Museu do Estado, datada de abril de 1903, época em que a instituição estava instalada nos pavilhões dos Campos da Redenção:

Figura 1 – Fotografia da Terceira Seção do Museu do Estado, abril de 1903:



Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Como explicou Margaret Lopes (2009) no início da *Era Brasileira de Museus* as coleções eram expostas em sua totalidade, não existia a separação entre os objetos para expor

e aqueles para ficar guardados. No entanto, parece que no caso do Museu do Estado, nem todos os objetos foram expostos, pois de acordo o relatório do museu de 1904 alguns objetos por serem pesados não podiam ficar no local destinado à terceira seção (RIO GRANDE DO SUL, 1904a), portanto, ficavam salvaguardados em outros locais, que não foram informados pelo diretor no mesmo documento.

Ainda no relatório do museu de 1904, o diretor Simch relatou que a seção antropológica e etnológica era a mais pobre da instituição. De acordo com o mesmo documento, a maior parte dos exemplares pertencia ao período classificado como “pré-história” e estavam divididos em quatro subcategorias: *Armas, Utensílios, Adornos e Produtos de Indústria* (RIO GRANDE DO SUL, 1904a, p. 218). Neste documento Simch informou que dentre os objetos da coleção etnológica estavam: machados de pedra polida, circulares preclusos e oblongos de duplo entalhe, diferentes flechas, boleadeiras e cachimbos de diversos materiais, além de artefatos confeccionados pelos Guarani do território das Missões.

Ainda sobre a terceira seção no relatório do museu de 1905, Simch atentou que, aos poucos, a coleção iria aumentar, principalmente a partir das instalações de um edifício para o museu, pois assim teria espaço suficiente para guardar mais objetos (RIO GRANDE DO SUL, 1905a, p. 150). Nesse sentido, a falta de espaço foi uma das reclamações frequentes do diretor, desde o primeiro relatório, quando as coleções ainda estavam nos pavilhões dos Campos da Redenção. Simch relatava que os pavilhões de madeira onde o museu estava instalado não satisfaziam as funções a que a instituição se propunha no Decreto nº 589 de 1903. Era necessário um espaço específico para o Museu do Estado. Até que em 1905, o Governo comprou a antiga casa do falecido ex-presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos. Assim, conforme o relatório anual da direção do Museu Júlio de Castilhos de 1906, a mudança das coleções dos pavilhões da Secretaria de Obras Públicas para a nova sede do museu foi realizada entre os dias 15 e 19 de agosto daquele ano.

As expectativas sobre os objetivos do Museu do Estado eram grandes, porém a equipe e a estrutura física eram pequenas. O quadro de funcionários nos primeiros anos não chegava a cinco pessoas³⁴, contando com o diretor, esse que praticamente sozinho, organizava, classificava e estudava as coleções. O espaço era muito reclamado pelo diretor, a casa de Júlio

³⁴ No primeiro ano de funcionamento do museu os funcionários eram três: o diretor, um guarda e um servente, em 1904 foram contratados um amanuense (escrivão) e mais um guarda e ao decorrer dos primeiros dez anos eram praticamente essas profissões que formavam a equipe de trabalho do museu.

de Castilhos era pequena para os planos de Simch; não comportava todas as coleções e não tinha estrutura para um laboratório, este que também não tinha materiais adequados para um laboratório de ciências. Abaixo destaco a situação do museu de acordo com o relatório do museu de 1906, ano em que foi feita a instalação no casarão do Júlio de Castilhos:

O edifício em que está definitivamente o Museu, conquanto excelente, tem, todavia alguns defeitos que, sem grande tardança, devem ser corrigidos. Apontarei entre eles o mais importantes: a estreiteza e pequenês das salas, a falta de luz em alguns cômodos e, sobretudo, a deficiência de espaço. As coleções têm crescido de modo extraordinário, fazendo-se já sentir bastante a falta de lugar para a distribuição; no entanto, com alguma paciência, consegui dar localidade aos objetos todos, embora ficassem menos expostos. (RIO GRANDE DO SUL, 1906a, p. 173).

Este tipo de problema foi destacado por Margaret Lopes (2009), principalmente ao falar do Museu Paraense Emílio Goeldi, que recebia pouquíssima atenção do governo nos primeiros anos de seu funcionamento. Outro destaque interessante desse documento é o esforço do diretor em organizar as coleções, mesmo em um espaço pequeno. Lopes (2009) e Schwarcz (1993) salientam que uma das características comuns entre os diferentes diretores da *Era Brasileira de Museus* era o empenho em fazer das instituições, locais de ciência, mesmo diante de dificuldades, tais como as encontradas por Simch no Museu Júlio de Castilhos. Os diretores procuravam colocar em prática seus projetos de museus, organizavam e classificavam as coleções, praticamente sozinhos, além de administrar as instituições e publicar nas revistas, os que as tinham.

Em 19 de julho de 1907, o governo do Estado estabeleceu um novo regulamento para o museu pelo decreto nº 1140. Uma das mudanças estipuladas pelo decreto foi o nome da instituição, que a partir daquele ano passou a se denominar Museu Júlio de Castilhos, em homenagem ao líder do Partido Republicano rio-grandense. A seção de etnologia e antropologia passou a ser chamada de quarta seção, e além de ser composta por objetos indígenas, também guardaria artefatos classificados como históricos e artísticos.

Para melhorar a estrutura do edifício do museu foram feitas algumas reformas, como a relatada no relatório do Museu Júlio de Castilhos de 1909. Neste documento, informa-se que foram retiradas paredes internas da casa e a instituição passou a ser dividida por cinco salões “bem espaçosos e arejados” (RIO GRANDE DO SUL, 1909a, p. 21). Apesar disso, o diretor não deixou de mencionar no ano seguinte em seu relatório, que a casa não comportava todas as repartições do museu, por exemplo, laboratório, secretaria e compartimentos de taxidermia tinham que ficar nos porões da casa, um local úmido e pouco iluminado (RIO GRANDE DO SUL, 1910a, p. 24). Nos relatórios posteriores até o fim da gestão de Simch, o diretor

continuou chamando a atenção para a falta de espaço no edifício adquirido pelo Estado, principalmente, no que diz respeito a comportar as coleções que a cada ano aumentava.

Só a coleção etnológica aumentou de 192 exemplares para 1534 objetos, conforme consta no relatório do museu de 1906. No mesmo documento, o diretor destacou que a coleção estava em ótimo estado e seus objetos estavam classificados consoantes às subcategorias *Armas, Utensílios, Adornos e Produtos de Indústria* (RIO GRANDE DO SUL 1906a, p. 176). Desde sua fundação até 1906, o museu adquiriu por compra ou doação, além dos artefatos oriundos da Exposição Estadual de 1901, a coleção dos irmãos Barbedo, mencionada anteriormente, através de compra, em 1905; quatro pedras com escritas guaranis da região das Missões, município de Santo Ângelo por doação, conforme correspondência datada de 20 de maio de 1904, também por doação sete caixas contendo pedras, artefatos indígenas, pedras boleadeiras, arcos e flechas, (RIO GRANDE DO SUL, 1904a, p. 148).

Posteriormente, a aquisição de objetos indígenas foi diminuindo, pelo menos, a documentação não evidencia um aumento significativo nessa seção. Assim, o que encontrei nos documentos históricos foram os seguintes registros: em 1908, a instituição adquire por compra a coleção de exemplares indígenas do Dr. H. Eichenberg³⁵; em 1911 o museu recebeu doação de três modelos de lanças; em 1914 o Capitão Cassio Pereira doou duas lanças e uma flecha; e em 1920 a instituição recebeu doação de 20 exemplares de artefatos indígenas não especificados³⁶. Sobre a coleção etnológica o diretor registrava:

[...] dificilmente aparecerá algum exemplar ainda não representado nas nossas coleções pelo menor no tocante ao material do Estado [...] tão grande é o número de objetos e sua variedade. (RIO GRANDE DO SUL, 1916a).

A análise documental referente às duas primeiras décadas de funcionamento do Museu Júlio de Castilhos indica, em alguns casos, a origem dos objetos que formaram a coleção. A maioria dos artefatos indígenas adquiridos pelo museu veio de doadores ou vendedores que moravam em municípios rio-grandenses, o que pode indicar que os objetos doados ou comprados pela instituição eram de povos indígenas que viveram e ainda vivem em regiões que a modernidade conceituou como Rio Grande do Sul. Assim, os objetos adquiridos pelo museu possivelmente podem ter pertencido às nações Guarani, Kaingang, Minuano e Charrua, tanto os artefatos classificados pelo museu como pré-históricos, quanto os referentes ao

³⁵ Infelizmente não encontrei na documentação pesquisada a lista dos objetos indígenas pertencentes à coleção comprada do Dr. H. Eichenberg.

³⁶ Informações retiradas dos relatórios anuais do diretor do Museu do Estado referente aos anos de 1911, 1914 e 1922 (RIO GRANDE DO SUL, 1911, 1914 e 1916).

período de colonização/invasão europeia. Esta é uma probabilidade, pois a documentação histórica referente ao início do século XX não indica o nome dos povos indígenas a qual os objetos pertenciam.

Se a informação sobre a quais povos indígenas pertenceram os objetos adquiridos pelo museu não aparece na documentação histórica, a forma pela qual estes foram coletados é indicada. De acordo com os documentos, principalmente, os relatórios anuais do Museu Júlio de Castilhos, para coletar exemplares eram realizadas excursões científicas, compras e pedidos de doações, tanto para pessoas quanto para as intendências do Rio Grande do Sul. Importante destacar que as viagens científicas do início da gestão Simch eram voltadas, principalmente, para a busca de exemplares minerais e da fauna, artefatos indígenas só eram trazidos das excursões se fossem achados aleatoriamente; viagens específicas para a busca de objetos indígenas não foram encontradas na documentação histórica. A procura por novos exemplares era uma das principais atividades dos funcionários e de seu diretor. Assim, de acordo com Maria Margaret Lopes (2009, p. 22):

Reunir coleções foi a razão de ser dos museus uma vez que estas materializavam os próprios objetivos centrais da história natural da época: mobilizar o mundo, classificá-lo e ordená-lo, nos espaços institucionais especialmente concebidos para tal fim, os museus.

Desde a Exposição Estadual de 1901, o projeto do Museu do Estado tinha como propósito reunir e classificar os diferentes exemplares do Rio Grande do Sul. O estado rio-grandense e sua capital, Porto Alegre, tinham que pegar a mesma locomotiva das principais cidades modernas no início do século XX. A modernidade europeia era sinônimo de progresso, a sociedade que quisesse chegar ao patamar “civilizado”, deveria conhecer cientificamente a história natural de seu território, classificar seus exemplares, estudá-los. As pistas deixadas nos documentos históricos evidenciam que a coleção etnológica não era a que mais ganhava a atenção de Simch, mas se formou desde 1901, aumentou consideravelmente ao passar dos anos e tinha seu espaço no museu.

2.3 História natural e os estudos etnológicos no Museu Júlio de Castilhos

Como mostrei desde a fundação do Museu Júlio de Castilhos a existência da coleção etnológica na instituição não era insignificante. Ao longo da administração de Francisco Rodolfo Simch esta coleção chegou a mais de mil exemplares, advindos de diferentes cidades

do Rio Grande do Sul, alguns deles foram adquiridos a partir de excursões científicas, outros simplesmente achados por pessoas leigas aos assuntos científicos da época que vendiam ou doavam os objetos encontrados em seus terrenos e, ainda, tinham os colecionadores particulares que também forneciam ao Museu Júlio de Castilhos peças etnológicas. Muitos objetos foram retirados de seus contextos de uso através do complexo processo de musealização e ganharam no museu outros significados; lá foram classificados, expostos e estudados a partir dos paradigmas ocidentais da modernidade. Assim, neste subcapítulo, primeiramente, apresento os rastros deixados nos documentos sobre o entendimento do diretor sobre um museu de história natural. Após, discorro sobre a atmosfera do museu, seu funcionamento e atividades, para que enfim, possa trazer reflexões sobre os sentidos e representações produzidos sobre os povos indígenas pelo Museu Júlio de Castilhos durante a direção de Simch.

Na busca por registros nas documentações históricas sobre a compreensão de museu de história natural encontrei nos relatórios anuais do diretor do Museu Júlio de Castilhos algumas pistas que apresentam somente a perspectiva do diretor, se outros funcionários tinham outros entendimentos sobre uma instituição de história natural a documentação analisada, infelizmente, não deixou registros. Assim, no relatório do museu de 1910, o diretor fez uma comparação entre as ciências históricas e as ciências naturais. Sobre as ciências históricas ele relatou:

Os Museus em geral têm dois fins principais ou ocupações de desenvolvimento da civilização com as chamadas *ciências históricas* ou visam os estudos das *ciências naturais*. Ambas as formas ainda desdobram-se em grande número de variantes mais ou menos uteis ou não. A manutenção do primeiro grupo é muitíssimo dispendiosa e de utilidade quase exclusivamente limitada às classes que se ocupam com os estudos sobre a civilização, dá-se isto com a numismática, filatélica, escultura, pintura, gravura, bibliografia, etc. (RIO GRANDE DO SUL, 1910a, p.26).

De acordo com o documento, para o diretor os estudos das ciências históricas podem ser dispendiosos e sua utilidade se limita a uma parte da sociedade. Já sobre as ciências naturais ele afirmou o seguinte:

O outro grupo, o que se refere as ciências naturais, tem diferente escopo; as ciências naturais deixaram de ser privilégio de meia dúzia de escolhidos, para serem acessíveis a todos. As condições econômicas de uma região dependem de modo absoluto, de suas condições naturais; estas por sua vez são determinadas pela constituição do solo, do clima, da fauna e da flora respectiva. (RIO GRANDE DO SUL, 1910a, p.27).

No trecho acima Simch explica que os estudos das ciências naturais, se diferenciavam das ciências históricas, pois eram acessíveis a todos. No entanto, ele não explica o porquê das

ciências naturais terem deixado “de ser privilégio de meia dúzia”. Além disso, expõe que a partir das ciências naturais era possível compreender as condições econômicas de uma região, ou seja, para o diretor, o sucesso econômico de um território dependeria das condições do solo, clima, da fauna, flora, entre outros elementos que pertenciam aos estudos naturais. Nesse sentido, tem-se a hipótese que para Francisco Rodolfo Simch o estudo das ciências naturais era mais útil para a sociedade, já que auxiliava a sociedade a se desenvolver economicamente.

A comparação feita pelo diretor demonstra a inclinação dele para as ciências naturais. Sobre isso, Nedel (1999, p. 66) elucida:

A desproporção entre o número de três seções voltadas para as ciências biológicas (ou positivistas, segundo a ortodoxia positivista), e uma única para ciências, artes e documentação, mostra que o lugar ocupado pela história era, todavia indefinido neste museu. Seus domínios parecem ter operado sob a vagueza de um historicismo naturalista, associado ao *spencerismo* e ao evolucionismo, ou enquanto abordagem que privilegiava a solução dos problemas do conhecimento pelo método das ciências naturais e o emprego de abordagem histórica dos fenômenos.

A respeito da função de um museu de história natural o diretor Simch também deixou registrado no relatório de 1910, que era “reunir de forma sistemática e completa as amostras de todos aqueles elementos oriundos do Rio Grande do Sul e susceptíveis de apuração industrial” (RIO GRANDE DO SUL, 1910a, p. 26). O diretor reforçou as funções do museu no relatório do museu de 1916, como se pode observar:

Uma das principais funções dos museus de história natural, como é o nosso, está em que possa desassombradamente, se entregar aos estudos e pesquisas dos elementos que a fartíssima natureza nos pôs a disposição e que se não aproveitam exatamente por não se conhecerem suas propriedades e valores. (RIO GRANDE DO SUL, 1916, p. 02).

De acordo com Simch era preciso conhecer os elementos do Estado para entender seus valores. Assim, para exercer as funções do museu o diretor contava com um quadro de funcionários que ao passar dos anos foi aumentando em número de profissionais como demonstrado no quadro 3:

Quadro 3 – Funcionário do Museu do Estado anos 1903, 1910 e 1922:

1903	1910	1922
Diretor: Francisco Rodolfo Simch	Diretor: Francisco Rodolfo Simch	Diretor: Francisco Rodolfo Simch
Guarda-porteiro: Arlindo Baptista Lisbôa	Guarda-Porteiro: Patrício Pereira de Almeida	Guarda-Porteiro: Fernando José de Oliveira Dócca
Servente: Patrício Pereira de Almeida	Guarda: Fernando José de Oliveira Dócca	Guarda: Lourival Meirelles Salgado

	Amanuense: João Baptista Lisbôa	Amanuense: João Luiz Nascimento Leães
	Amanuense: Amancio de Freitas	Amanuense: Amancio de Freitas
	Servente: Augusto Bianchi Filho	Servente: Bernardo Fernandes Couto
	Servente: Bernardo Fernandes Couto	Preparador: Hugo Debiasi
		Preparador: Otto Schmitd Brauner

Fonte: Elaborado pela autora com base em RIO GRANDE DO SUL (1903a), RIO GRANDE DO SUL (1910a) e RIO GRANDE DO SUL (1922a).

No quadro 3 pode observar que há um aumento significativo de profissionais atuando na instituição desde sua função até meados da década de 1920. Esta ampliação era um desejo do diretor, pois em alguns relatórios ele reclamou sobre a falta de trabalhadores na instituição como se pode ver no relatório de 1904:

Atendendo ao grande desenvolvimento e a multiplicidade dos serviços que atualmente estão atacados nesta repartição, o pessoal é insuficiente; assim é que o amanuense, além de suas funções próprias, serve de auxiliar nas 3ª e 4ª Seções; o guarda-porteiro é obrigado ao trabalho de servente; o guarda acumula os trabalhos de auxiliar da 2ª Seção e do servente aproveito as excepcionais aptidões para os trabalhos da taxidermia da 1ª Seção. (RIO GRANDE DO SUL, 1904a, p. 215).

Além de atentar para insuficiência de trabalhadores, o diretor aponta que pela falta de funcionários, eles acabavam fazendo suas tarefas e outras que não eram atribuições das suas respectivas profissões. Os cargos existentes na instituição dirigida por Simch e suas respectivas funções eram:

- Diretor: responsável por organizar e classificar as coleções, bem como redigir os catálogos de cada seção; se comunicar com outros museus nacionais ou internacionais; organizar a biblioteca do museu; apresentar anualmente à Secretaria dos Negócios das Obras Públicas um relatório contendo todas as atividades realizadas pelo museu, aquisições, correspondências e visitas; abrir o museu para a visitação pública em dias determinados.
- Amanuense: redigir os livros de carga e descarga do material e instrumental do laboratório, de registro geral de entrada de objetos, de impressões, reclamações e visitantes, de registros de correspondência, de despesas, de protocolo e de minutas de correspondência; organizar o catálogo da biblioteca; tomar ponto dos funcionários.
- Guardas: prezar pela segurança da instituição.

- Guarda-porteiro: prezar pela segurança da entrada e saída do museu, tanto de pessoas, quanto de objetos; o guarda-porteiro deveria morar na instituição.
- Servente: fazer limpeza dos móveis; entregar correspondências; auxiliar os guardas; ajudar na conservação das coleções; um dos serventes devia cuidar do jardim.
- Preparador: o primeiro preparador do museu, Otto Schmitd Brauner, foi nomeado em 1911, os preparadores organizavam, classificavam e estudavam as coleções.

Enquanto o museu funcionava nos pavilhões do Estado nos Campos da Redenção o Museu do Estado não abria as suas portas para o público, exceto para cientistas e políticos. Assim, no início os funcionários exerciam tarefas voltadas para o interior do museu, tais como organização das coleções nas quatro seções; classificação e salvaguarda dos objetos ali instalados. Após instalação no casarão de Júlio de Castilhos os atendimentos ao público tornaram-se frequentes.

A partir de 1905, quando ocorre a transferência do museu para o casarão que outrora pertencia à família de Júlio de Castilhos a instituição começa a receber visitas. Abaixo tem-se a fotografia da nova sede do museu:

Figura 2 – Fotografia do casarão de Júlio de Castilhos adquirido pelo governo:

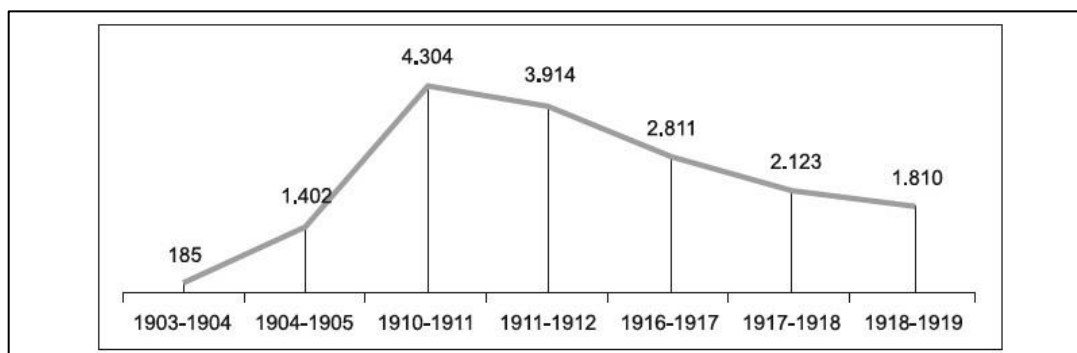


Sobre os públicos que o Museu do Estado recebeu durante a direção de Francisco Rodolfo Simch, essa demanda estava prevista desde o primeiro Regulamento do Museu, datado de 1903, que dentre muitas definições, indicava que a instituição deveria abrir aos domingos e às quintas-feiras (RIO GRANDE DO SUL, 1903a). Entre os grupos de visitantes, Zita Possamai (2013, p. 374) indica que o regulamento “incluía os estudantes e professores entre o público que teria acesso garantido ao museu, mesmo nos dias em que este não estaria aberto à visitação pública”. Todavia, haviam grupos excluídos de visitação, eram os “indivíduos descalços e maltrapilhos ou ébrios” (RIO GRANDE DO SUL, 1903a, p.43), isso pode ser explicado devido ao contexto urbano de Porto Alegre que foi administrada sob os paradigmas da modernidade ocidental, que dentre os valores seguidos, exigia-se de uma capital, sua higienização, e isso visava, principalmente os grupos sociais que não “embelezavam” as cidades, ou seja, pessoas que não pertenciam as elites econômicas e não seguiam os padrões da burguesia ocidental. Sobre esses excluídos, Zita Possamai (2013, p. 379) explica:

Localizado na área central e nas proximidades do Beco do Poço, um dos alvos preferidos da polícia republicana e dos jornais, o museu não poderia furtar-se a visitas consideradas inoportunas, daí, talvez, uma norma direcionada tão diretamente aos indivíduos com as características citadas.

Na figura 3 tem-se um gráfico de visitas que demonstram a frequência de público na instituição durante as duas primeiras décadas³⁷.

Figura 3 – Gráfico de visitas do Museu do Estado entre os anos de 1903-1919:



Fonte: POSSAMAI, 2013, p. 375.

³⁷ Em alguns momentos da administração de Simch a instituição chegou a não abrir para o público, por exemplo, em 1909 quando o museu contava com muitas salas o que dificultava o trabalho dos funcionários em vigiar os objetos de cada sala. A solução para esse problema foi feita em 1910 quando foram quebradas algumas paredes e o museu passou a ter apenas cinco grandes salas de exposições (POSSAMAI, 2013).

As visitas de estudantes aos poucos foram tomando o cotidiano do Museu Júlio de Castilhos, e isso pode ser explicado devido aos métodos de ensinamento positivistas utilizados na época. Por exemplo, no Rio Grande do Sul a denominada Lições de Coisas³⁸ estava presente na legislação desde a época imperial, permanecendo na República. As atividades exercidas no Museu Júlio de Castilhos estavam vinculadas aos métodos científicos, como coleta, classificação, experimentação, observação, exposição. Este conjunto de procedimentos era desejado também no ensino através dos pressupostos do Método Intuitivo. Nesse sentido:

[...] a presença dos estudantes no museu demonstra que as escolas estavam sensibilizadas para os conhecimentos a serem aprendidos através do contato com as coleções expostas nos espaços da instituição. Esse aspecto pode constituir-se em pista a mostrar a apropriação do método intuitivo nas escolas, por seus diretores e pelos professores, em face das dificuldades com a compra de materiais de alto custo para sua implementação em sala de aula [...]. Desse modo, é possível, concluir, através dos esparsos rastros à disposição, que o Museu Julio de Castilhos e suas coleções de ciências naturais constituíram-se em materiais pedagógicos disponíveis, sendo explorados por mestres e alunos das escolas no sentido de uma educação nos moldes científicos, então em voga. (POSSAMAI, 2013, p. 388).

A presença estudantil no Museu Júlio de Castilhos demonstra que a preocupação do diretor Simch não era só em estudar e classificar os exemplares da natureza rio-grandense era preciso que este conhecimento alcançasse as pessoas. Assim, aos poucos o Museu Júlio de Castilhos foi tornando-se parte do percurso cultural dos rio-grandenses, principalmente do público escolar que via naquele local uma oportunidade de aprender a partir dos modelos científicos, tão importantes na época.

As atividades realizadas no interior da instituição eram voltadas para os estudos das ciências naturais, principalmente, as pesquisas geológicas e paleontológicas, que eram conduzidas por Francisco Rodolfo Simch. Os direcionamentos das pesquisas nos museus de história natural seguiam o interesse de seus diretores. Todavia, de acordo com Nelson Rodrigues Sanjad (2005, p. 10):

³⁸ O Método Intuitivo, que contornou a denominada Lições de Coisas tem como base o empirismo de Francis Bacon (1561-1626), John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776). O empirismo defende que o conhecimento científico deve ser construído a partir da experiência de todos os sentidos. A utilização da teoria empirista numa metodologia pedagógica surgiu como forma de modernizar o ensino baseado na leitura e memorização. O Método Intuitivo chega ao Brasil através da obra traduzida *Primeira Lições de Coisas* de Norman Calkins (1822-1895) e tem uma circulação significativa. Adota como política pública na educação republicana, a metodologia Lições de Coisas ganhava espaços nos museus escolares e nos museus estaduais e de História Natural, locais onde os estudantes podiam aprender através do olhar e da experiência com objetos e imagens (PAZ, 2015).

Se os diretores dos museus definiam seus campos de estudo premidos por suas idiossincrasias científicas, norteavam-se também pelas agendas do Estado, almejando prestígio político, reconhecimento profissional e progressão na carreira, e, sobretudo, pensavam a ciência como promotora do progresso, na modernidade e da civilização, vendo-a como forte fator de intervenção na realidade social e política.

Nesse contexto, a coleta de materiais indígenas era realizada a fim de proporcionar estudos de um passado desconhecido pelos descendentes de europeus e de entender a partir de comparações dicotômicas (primitivo/civilizado, atrasado/evoluído) quais povos se aproximavam ou não de uma civilização considerada moderna. Além disso, estes estudos seguiam a agenda política de cada região, pois também existiam interesses políticos nas expedições arqueológicas. Segundo Sanjad (2005, p.324):

Na arqueologia do século XIX, a descrição dos vestígios materiais de antigas ‘civilizações’ era central. Pinturas e gravuras rupestres, material cerâmico e lítico, carvão e ossos – tudo servia para dar base às interpretações e teorias em jogo (...) as coleções de cerâmica, machados de pedra, tembetás e outros artefatos indígenas despontavam como fundamentais para a comparação de formas, estilos decorativos, materiais, usos e significados – um exercício que tinha como fim estabelecer relações, filiações e hierarquias entre diferentes etnias e entre estas e a sociedade nacional.

Sobre a comparação de formas e estilos encontrei na Revista Kosmos, (revista Artística, Científica e Literária do Rio de Janeiro) número quatro do ano de 1906, um artigo de Octacílio Barbedo, um dos irmãos Barbedo que venderam a coleção etnológica exposta na Exposição Estadual de 1901, para o Museu Júlio de Castilhos. Nesse artigo, chamado *Cerâmica dos Índolas do Rio Grande do Sul*, Octacílio Barbedo (1906) discorre sobre as cerâmicas indígenas da coleção do Museu Júlio de Castilhos e outras coleções particulares. Em determinado momento do artigo, o autor tenta justificar a ausência de tangas de cerâmicas³⁹ no Rio Grande do Sul em comparação aos dos indígenas do Marajó, no Norte do Brasil⁴⁰. Para ele os indígenas do sul do Brasil não produziam tangas de cerâmicas tal como as dos indígenas do Norte devido ao clima rio-grandense, os indígenas do sul “viviam acossados pela inclemência de friidas temperaturas e rígidos pampeiros” (BARBEDO, 1906, n.p), já os

³⁹ As tangas de cerâmica são objetos atribuídos à cultura marajoara, estes objetos foram encontrados somente nesta cultura. Tangas de fibras vegetais ou de plumas são mais comuns de serem encontradas em outras culturas indígenas.

⁴⁰ Cerâmicas Marajó expostas no Museu Nacional e Paraense de acordo com Barbedo (1906) no mesmo artigo. Sobre a musealização destas cerâmicas no Museu Paraense ver: MELO, Josiane Martins. **Objetos em trânsito: A musealização de artefatos arqueológicos no Museu Paraense Emílio Goeldi (1866-1907)**. Dissertação (Mestrado em História) PPG-HISTÓRIA/UFPA, Belém, 2017. Disponível em: <http://pphist.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Objetos%20em%20Tr%C3%A2nsito%20FINAL%20Josyane.pdf>. Acesso: 10 mar. 2019.

indígenas de Marajá tinham “talvez as condições de vida, influências climáticas da zona tórrida, que como consequência trazem o amor e o luxo” (BARBEDO, 1906, n.p). Barbedo (1906) procura justificar a ausência de alguns objetos cerâmicos no Rio Grande do Sul pelo fator climático, seguindo as bases do determinismo positivista.

O autor ainda destaca uma içaçaba⁴¹, objeto da coleção etnológica do Museu Júlio de Castilhos. Para o autor era uma das peças mais preciosas entre as cerâmicas dos indígenas do Rio Grande do Sul. A içaçaba havia sido encontrada na costa da Lagoa dos Quadros⁴² em um sambaqui. Sobre a peça, Barbedo (1906, n.p) salienta:

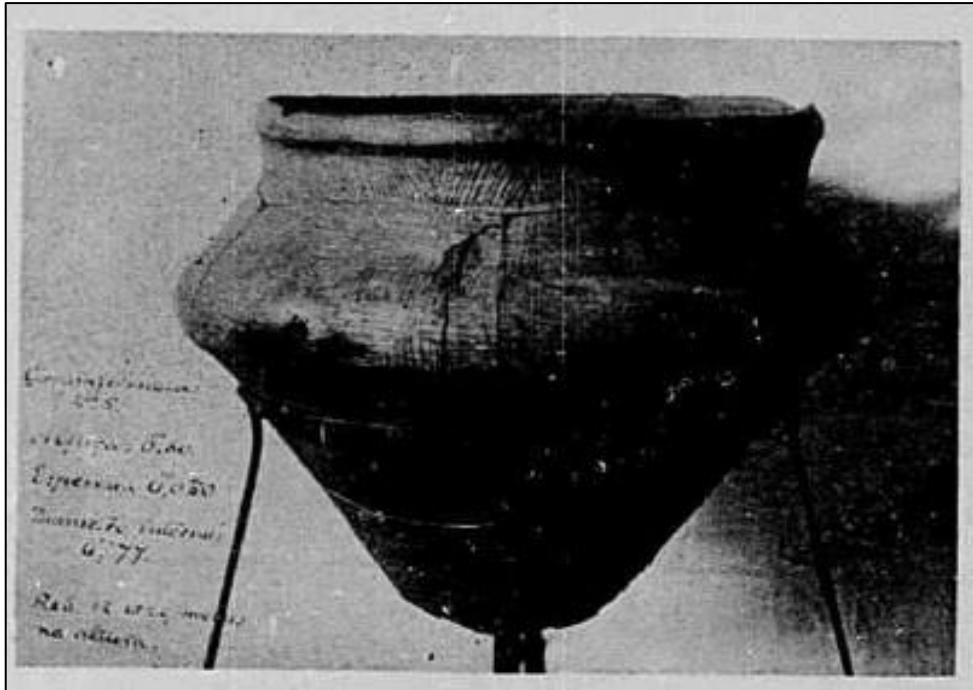
[...] esse precioso artefato, talvez único no Rio Grande do Sul, pelos seus lavrões, volume e perfeição, pertence a grande série de necrópoles funerárias, preciosos monumentos arqueológicos que se levantam bordando esses estendes savanas de areias banhas pelo Atlântico que formam as regiões praias do Rio Grande do Sul, terreno úbere em relíquias indígenas.

As palavras de Barbedo (1906) demonstram o cuidado em registrar que assim como na região norte, das citadas cerâmicas Marajá, no Rio Grande do Sul também haviam peças arqueológicas valiosas. Além disso, o autor menciona que o território praiano do Estado rio-grandense também era rico em registros arqueológicos. Ao pensar no contexto histórico ao qual Barbedo (1906) escreve este artigo pode-se entender o porquê da necessidade de registrar que no Rio Grande do Sul também existiam materiais arqueológicos e locais a se explorar cientificamente, pois naquela época os museus com maior visibilidade, como o Museu Nacional, Museu Paraense e Museu Paulista também tinham em suas atividades e produções registros da riqueza arqueológica do país, principalmente das regiões norte e sudeste. Os debates sobre arqueologia e etnologia estavam em efervescência no país (SANJAD, 2005), o Rio Grande do Sul e seu recente museu não poderiam ficar de fora. Apesar de Octacílio Barbedo não ser funcionário do Museu Júlio de Castilhos, seu artigo apresenta parte da coleção etnológica, no caso as cerâmicas, e deixa pistas de como a coleção era entendida. A coleção etnológica fazia parte do rico conjunto de elementos que formava a história natural do Rio Grande do Sul. Duas fotografias apresentadas no corpo do artigo de Octacílio Barbedo (1906), contribuem para visualizar os artefatos. A figura 4 é a içaçaba, peça valiosa da arqueologia rio-grandense de acordo com o autor e a figura 5 é o conjunto de cerâmicas do Museu Júlio de Castilhos.

⁴¹ Urna funerária. Barbedo acentua que esta peça pertenceu aos indígenas “botocudos”, termo utilizado para designar diferentes povos indígenas.

⁴² Localizada no litoral gaúcho, na cidade de Capão da Canoa.

Figura 4 - Fotografia da Igaçaba:



Fonte: KOSMOS, 1906.

Figura 5 – Fotografia de cerâmicas indígenas da coleção etnológica do Museu Júlio de Castilhos:



Fonte: KOSMOS, 1906.

A arqueologia do século XIX e primeiras décadas do XX, além de ser a ciência dos vestígios materiais de sociedades que pertenciam a um passado desconhecido, era uma

ferramenta colonizadora, pois os artefatos arqueológicos assinalavam espaços, territórios e materializavam estereótipos (primitivos, selvagens, fossilizados, degenerados) sobre os povos indígenas, validando processos colonizadores, lidos como “civilizadores” (FERREIRA, 2007).

A arqueologia, a antropologia, a etnologia, bem como outras ciências se consolidaram a partir do século XIX dentro de uma forma de pensamento hegemônico universal, resultado das relações históricas entre colonizados e colonizadores que levaram à colonialidade reproduzida pós-colonizações. Estas ciências se constituíram baseadas nos valores e crenças da modernidade ocidental, que distinguiam os colonizados dos colonizadores, silenciando os saberes dos colonizados e legitimando o discurso colonizador, tornando-o hegemônico.

A classificação dos diferentes povos colonizados se institucionalizou com o aparato teórico dos iluministas produzido a partir do século XVIII e das ciências do século XIX (QUINTERO, 2010), inclusive legitimado em espaços como os museus de história natural. Nesse processo, conceitos como civilização e progresso foram paradigmas que estruturaram os projetos modernos das sociedades periféricas, como o Brasil, no caso em estudo, o Rio Grande do Sul.

A documentação histórica referente às primeiras décadas do século XX no Museu Júlio de Castilhos deixaram poucas pistas sobre como a coleção etnológica era trabalhada no museu. Uma das poucas evidências que trazem à luz a reflexão sobre o entendimento dos funcionários do Museu Júlio de Castilhos sobre a coleção etnológica foi encontrada no relatório do museu datado de 1904. Quando o diretor Simch justificou sobre o porquê de os objetos adquiridos da região das missões estarem localizados na terceira seção (antropológica e etnológica) da instituição. Assim o diretor argumentava:

[...] visto ser justo mostrar de um lado a rudez dos trabalhos dos nossos indígenas e do outro o alto grau de aperfeiçoamento a que estes mesmos indígenas chegaram sob a hábil direção daqueles paladinos da civilização de outra era. (RIO GRANDE DO SUL, 1905a).

Para o diretor os povos Guarani que viveram nas diferentes aldeias da região missioneira só foram capazes de fabricar objetos “com alto grau de aperfeiçoamento” (RIO GRANDE DO SUL, 1904a), porque tinham sob suas tutelas os paladinos, padres jesuítas. Na opinião de Simch, os artefatos só tinham um grau de aperfeiçoamento devido à presença de europeus, no caso, padres jesuítas nas aldeias missioneiras, visto que os povos indígenas, compreendidos como “primitivos” pela literatura antropológica da época, não eram capazes de confeccionar objetos daquele patamar sozinhos. A subalternização dos povos indígenas,

bem como de suas práticas e conhecimentos é conceituada como diferença colonial (MIGNOLO, 2003). Nesse contexto, os saberes dos povos que viveram o processo de colonização europeia foram marginalizados por não fazerem parte da lógica hegemônica, assim as racionalidades científicas ocidentais excluíram ou não consideraram relevantes os conhecimentos dos povos indígenas.

Pablo Quintero (2010) explica que este modelo de poder se desenvolveu a partir da “Conquista da América” e teve continuidade teórica no século XIX com o evolucionismo, que supõe a classificação hierárquica da sociedade não só por seus traços fenotípicos, mas também por suas particularidades culturais. Assim, o discurso estabelecido a partir da colonialidade do poder, ratificou, a construção de uma história da civilização como trajetória, que parte de um estado primitivo de natureza e chega na Europa. A centralidade histórica da Europa distorce a representação do outro e, também altera a autocompreensão de si mesmo. Nesse sentido, a produção de representações no Museu Júlio de Castilhos estava contextualizada pela colonialidade do saber:

Concebimos la colonialidad como un sistema ideológico que, apoyándose en algunas ciencias sociales como la historia, la antropología y la sociología, justificó la lógica de la dominación de unos pueblos sobre otros. Dominación que, en la mayoría de los casos, también se validó con la ayuda de razonamientos filosóficos y preceptos morales que exponían argumentos altruístas, caritativos o benéficos para ayudar al otro, primitivo o atrasado, a superar los distintos estados de inferioridad en los que se encontraba respecto a la ‘Civilización. (QUINTERO, 2010, p. 89).

Assim, os sentidos atribuídos à coleção etnológica durante a direção de Francisco Rodolfo Simch estavam transpassados pelos paradigmas da sociedade moderna ocidental e produziram representações colonizadas sobre os povos indígenas. A coleção etnológica era importante para o museu, na medida em que mostrava a existência de povos “primitivos” no Rio Grande do Sul. Esta coleção deveria ser estudada para entender como eram os primeiros habitantes do Estado, o quão atrasadas ou não eram essas sociedades. Os artefatos indígenas, assim como os exemplares na fauna, flora e mineralogia atestavam as riquezas do Estado e ajudavam a determinar quais condições o Rio Grande do Sul teria para ser uma civilização que realmente caminhasse para o progresso e a modernidade. Os objetos indígenas estavam lá para mostrar o que já foi o que ficou no passado, o que deveria ser estudado como “primitivo”.

Mesmo que o museu não tenha tido uma revista para publicar suas pesquisas, a sua produção de conhecimento chegava nos públicos a partir das visitas, de artigos em jornais e revistas científicas, em eventos e exposições. Nesse sentido, o museu foi um lugar de

construção de imaginários sociais acerca dos objetos lá expostos. O público escolar estava presente no museu, e esta visão sobre os povos indígenas a partir dos objetos chegavam nas escolas, nos estudantes, nos professores. Assim, desde sua fundação, o Museu Júlio de Castilhos se constituiu como um local de produção científica e legitimou narrativas colonizadoras através das ciências naturais, onde tudo era passível de classificação e hierarquização, menos os indivíduos pertencentes à “raça” europeia.

3 ENTRE AS CIÊNCIAS NATURAIS E A HISTÓRIA: *ESTUDAR OS POVOS PRIMITIVOS DO RIO GRANDE DO SUL*

Francisco Rodolfo Simch em sua gestão (1903-1925) no Museu Júlio de Castilhos se empenhou em fazer do museu um local de estudos sobre os elementos naturais do Rio Grande do Sul, seguindo a tendência nacional e internacional dos museus de história natural de caráter universal e enciclopédico. Nesse contexto, a coleção etnológica do museu foi trabalhada através dos pressupostos das ciências naturais, positivistas e evolucionistas. A partir da gestão do letrado Alcides Maya (1925-1939) as atenções dos funcionários do museu voltaram-se para a história. Na direção de Emílio Kemp (1939-1952) as atividades exercidas no Museu Júlio de Castilhos privilegiaram o público escolar. Assim, neste capítulo, investigo como a coleção etnológica passou a ser compreendida, exposta e representada pelos agentes do museu nesses contextos marcados pela perspectiva histórica e pedagógica da instituição.

Esta guinada à história ocorreu no mesmo período em que os primeiros museus de história foram fundados no país. Durante as décadas de vinte e trinta do século XX os museus enciclopédicos perderam espaço na produção de conhecimento devido ao surgimento de instituições de pesquisas, consequência do processo de especialização das ciências naturais (LOPES, 2009). Ainda nestas décadas, as teorias raciais e evolucionistas, tão presentes nos museus de história natural, passaram a ser questionadas e criticadas (SCHWARCZ, 1993). Lopes (2009) e Schwarcz (1993) ajudam a entender como alguns museus, por exemplo, o Museu Paulista, mudaram seus projetos iniciais, transformando-se de museus enciclopédicos para museus de história. No caso do Museu Júlio de Castilhos, Ana Celina Figueira da Silva (2018) aponta que para além dos fatores globais de fim da era dos museus enciclopédicos e início das instituições de pesquisa, a mudança de projeto de museu focado nos estudos das ciências naturais para a história decorreu também da atuação do diretor Alcides Maya, que anteriormente já havia projetado um museu de história para o Rio Grande do Sul.

Outro fator importante que levou o Museu Júlio de Castilhos a guinar para a história foram as mudanças estruturais e administrativas, ocorridas em 1925. Uma delas foi a transferência do setor de história do Arquivo Público⁴³ e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul⁴⁴ para as dependências do museu, formando o que Ana Celina Figueira da Silva (2018) conceituou como *Tríade Institucional*. Neste mesmo período, o museu passou

⁴³ Fundando no ano de 1906 (NEDEL, 1999).

⁴⁴ Fundando em 1921 (NEDEL, 1999).

a ser organizado em três diferentes departamentos: o Administrativo, o de História Nacional (onde funcionavam os setores de história do Arquivo Público e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul) e o de história natural. Nesse sentido, o Museu Júlio de Castilhos apesar de ter inclinado para a história, não abriu mão do setor de história natural, diferente do Museu Paulista, que ao se tornar um museu de história, transferiu as coleções vinculadas às ciências naturais, inclusive, a etnológica, para outras instituições.

Durante a administração de Alcides Maya (1925-1939), o Museu Júlio de Castilhos ficou fechado ao público por 14 anos, o diretor alegava que o edifício não tinha estrutura para suportar a nova configuração do museu. Ana Celina Figueira da Silva (2018) explica que o museu chegou a receber algumas visitas, mas estas eram de pesquisadores que se concentravam principalmente na parte da seção do Arquivo Histórico. No entanto, encontrei no relatório de 1929 a seguinte informação: “Este Instituto conserva-se fechado, para as obras de remodelação. Apenas o Departamento de História Natural tem estado em franca visitação” (RIO GRANDE DO SUL, 1929a, p. 24). Esta informação indica que, pelo menos no ano de 1929, o Departamento de História Natural esteve movimentado pelo público visitante.

Mesmo que tenham ocorrido visitas ao museu, este não era o foco da gestão Alcides Maya. Assim, o diretor e os funcionários se concentraram em organizar e catalogar as coleções já existentes e elaborar uma nova coleção de objetos e documentos históricos do Estado, que até então, não tinha sido o objetivo do ex-diretor Francisco Rodolfo Simch. Ana Celina Figueira da Silva (2018) e Letícia Nedel (1999) apontam a importância do Departamento de História Nacional em abrigar o Arquivo Histórico e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pois esta *Tríade Institucional* foi a base para que ocorresse a mudança de perspectiva do museu para a história. Antes da *Tríade Institucional*, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul era o local onde narrativas históricas sobre o Rio Grande do Sul eram produzidas. Desta maneira, ao deslocar o Arquivo Histórico e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul para o Museu Júlio de Castilhos o Departamento de História Nacional passou a ganhar *status* de instituição histórica.

Todavia, para se tornar o bastião da memória rio-grandense o museu tinha que adquirir para suas coleções diversos elementos históricos (documentos, objetos, imagens). Nesse contexto, a atuação do próprio diretor e do chefe do Departamento de História Nacional,

Eduardo Duarte⁴⁵ foi importante, pois juntos realizaram uma “cruzada” pelo Estado em busca de objetos e documentos históricos (SILVA, 2018). Esta procura era feita a partir de solicitações escritas por Eduardo Duarte aos intendentess de cada cidade do Estado e de viagens empreendidas pelos funcionários do museu com o objetivo de encontrar, principalmente, documentos históricos para o museu. Nota-se que estas ações destoam do que outrora era feito pelos funcionários durante a administração de Simch, pois na era Alcides Maya as coleções de ciências naturais receberam pouca atenção dos servidores do Museu Júlio de Castilhos.

De acordo com Silva (2018) e Nedel (1999), a administração de Alcides Maya foi essencial para o processo, mesmo que gradual, da transformação do perfil do museu de história natural para histórico. Todavia, esta mudança não significou o fim do caráter enciclopédico do Museu Júlio de Castilhos, pois outras coleções pertencentes às ciências naturais continuaram no museu, mesmo que a atenção dos funcionários tenha se voltado para as coleções históricas, tanto de documentos, quanto de objetos e até mesmo imagens, pois naquela gestão foi criada uma Pinacoteca Histórica (SILVA, 2018). Nesse sentido, as atividades em torno do Departamento de História Nacional passaram a fazer parte do cotidiano de ações do Museu Júlio de Castilhos, setor que ganhou dedicação quase que exclusiva dos servidores da instituição.

Em 1939, os dois funcionários responsáveis pela guinada do museu à história, Alcides Maya e Eduardo Duarte se aposentaram. No mesmo ano, Emílio Kemp, foi nomeado, e administrou o museu entre os anos de 1939 e 1952. A primeira ação desta gestão foi a reabertura do museu ao público. Desta forma, num primeiro momento, foi realizada a organização das coleções para serem expostas ao público, principalmente aos estudantes e professores. Para Kemp, não fazia sentido um museu guardar objetos, imagens e documentos históricos e científicos, se a população não tivesse acesso ao conhecimento ali produzido, ele compreendia o museu como um lugar de ensino.

A partir das particularidades de cada gestão, a de Alcides Maya (1925-1939) e a de Emílio Kemp (1939-1952), o desafio proposto neste capítulo é compreender como foram produzidos sentidos e representações sobre a coleção etnológica do museu durante esta

⁴⁵ Eduardo Duarte foi médico, professor e funcionário público. Natural de Veranópolis, onde trabalhou no funcionalismo público por 12 anos. Em Porto Alegre, formou-se médico, foi docente na Academia do Comércio, até que em 1921, foi nomeado Chefe da Segunda Seção do Arquivo Público, onde criou a *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. No Museu Júlio de Castilhos atuou como Chefe do Departamento da História Nacional, onde trabalhou até 1939, ano em que se aposentou (SILVA, 2018).

transição de um museu de história natural para um museu de história. Estas administrações deram ao Museu Júlio de Castilhos bases para se tornar de fato um museu de história. Alcides Maya trouxe as instituições históricas da época, setor de história do Arquivo Público e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul que aproximaram o museu dos discursos e representações históricas já produzidas naqueles locais. Já Emílio Kemp abriu as portas do museu para o público, principalmente o estudantil, ao investir em atividades pedagógicas. Estes dois fatores, cada qual destacado em cada gestão, serão trabalhados neste capítulo porque são importantes na análise da construção de representações a respeito da coleção etnológica e sobre os povos indígenas.

A fim de dar sentido às inquietações que permeiam este capítulo, divido-o em quatro diferentes subcapítulos. No primeiro, intitulado *Um Museu dividido: História Nacional e História Natural*, analiso documentos administrativos do Museu Júlio de Castilhos que informam como a instituição se organizou a partir da gestão de Alcides Maya, quando se dividiu em Departamento de História Nacional e História Natural. Assim, investigo a atmosfera de trabalho do Museu Júlio de Castilhos durante o longo período de transição entre museu de História Natural e História Nacional. Ainda, examino como dois departamentos distintos (História Nacional e História Natural) moldaram as atividades do museu, destacando a presença das teorias raciais, nos estudos sobre as temáticas indígenas. Também, analiso como as gestões de Alcides Maya e Emílio Kemp, cada uma com suas características, construíram bases que transformariam num futuro próximo, a instituição em um museu de história.

Compreender a complexidade da produção de representações em um museu caracterizado pela divisão de dois campos de conhecimento distintos – ciências naturais e história – não é uma tarefa simples; o pesquisador conta com as documentações históricas por ele encontradas e, neste mosaico de pistas, tenta dar sentido a um passado repleto de lacunas. Nesse contexto, analisar os artigos das primeiras revistas publicadas pelo Museu Júlio de Castilhos foi uma das formas encontradas para estudar as diferentes representações dos povos indígenas. Assim em *A Revista do Museu: primeiros artigos sobre os povos indígenas* analiso os primeiros números da *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, principalmente os artigos sobre os povos indígenas, pois compreendo que para além do espaço físico do museu, as exposições, as coleções e atividades realizadas, as representações sobre os povos originários também chegavam à sociedade a partir de publicações no periódico do Museu Júlio de Castilhos.

Como a coleção etnológica continua a existir mesmo diante das inúmeras mudanças que ocorrem no museu, tratarei dela em *A coleção etnológica em constante formação*. Neste subcapítulo, investigo quais foram as novas aquisições etnológicas do Museu Júlio de Castilhos durante as gestões de Alcides Maya e Emílio Kemp e como estes novos objetos foram musealizados. Além disso, durante a administração de Emílio Kemp, o Museu Júlio de Castilhos formou coleções escolares para diferentes instituições de ensino, do nível básico ao superior; muitas dessas coleções eram compostas apenas por objetos indígenas e, por isso, também analiso quais foram os objetos doados e quais eram as intenções do diretor e das escolas com a formação de museus escolares através das peças do museu.

Por fim, no subcapítulo nomeado *Museus: verdadeiros institutos de ensino*, discorro sobre a influência do museu na construção de um imaginário colonizado a respeito dos povos originários. Neste capítulo, foco na direção de Emílio Kemp, pois durante este período o museu esteve aberto ao público, e recebia, principalmente, grupos escolares, que viam na instituição um lugar de referência sobre a temática indígena. Ainda, apresento um projeto de curso arquitetado pelo diretor, as disciplinas que seriam ofertadas e como os estudos sobre os povos indígenas eram apresentados, e reflito a partir deste documento sobre o entendimento de museu para esta administração. Ao fim, analiso cartas de estudantes que visitaram o Museu Júlio de Castilhos na década de 1940 e reflito sobre como estas visitas foram vistas pelos grupos escolares.

Entre as ciências naturais e a história: neste capítulo convido o leitor para caminhar comigo entre um departamento e outro. Venha desvendar como foram produzidas representações sobre os povos indígenas em um museu dividido entre História Nacional e História Natural.

3.1 Um Museu dividido: História Nacional e História Natural

No final da década de vinte do século XX, o museu passou por mudanças de caráter administrativo e organizacional. A primeira delas foi a chegada de Alcides Maya na direção da instituição⁴⁶. A escolha do diretor ocorreu por alguns fatores específicos. Ana Celina

⁴⁶ Interessante destacar que de acordo com o relatório do museu referente ao ano de 1926, Alcides Maya trabalhava no Arquivo Público, assim sob o decreto nº 3.473 de 15 de maio de 1925 Alcides Maya que antes era

Figueira da Silva (2018) explica que um dos motivos de Alcides Maya ter sido nomeado diretor do museu foi sua vinculação com o Partido Republicado Rio-grandense (PRR) e sua notoriedade enquanto membro da Academia Brasileira de Letras. Além disso, Alcides Maya trabalhou no *Pedagogium*⁴⁷, ou seja, tinha experiência na área de trabalho e já tinha elaborado um projeto de museu voltado para a história do Estado, proposta que ele levou adiante como diretor.

Outro elemento relevante de ser destacado a respeito de Alcides Maya é que ele chegou ao museu por transferência do Arquivo Público. Esta informação se torna interessante, pois o recém-chegado diretor já conhecia o Arquivo Público e provavelmente trouxe com ele a ideia de instalar o Arquivo Histórico no museu. Como salienta Silva (2018), um projeto de museu histórico já se encaminhava como um dos objetivos do diretor, assim, as mudanças estruturadas no museu durante a década de trinta não ocorreram por acaso. A instituição tinha um diretor com experiência e com um projeto histórico para seu novo local de trabalho, o Museu Júlio de Castilhos.

Para elucidar as transformações administrativas sucedidas no museu a partir de 1925, recorro ao Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul referente ao ano de 1926. No primeiro capítulo deste documento constam os objetivos do museu, que seriam: “adquirir, estudar e catalogar ou colecionar sistematicamente todos os documentos concernentes à história e geografia e todos os espécimes das riquezas e curiosidades naturais, científicas e arqueológicas do Rio Grande do Sul” (RIO GRANDE DO SUL, 1926a). Neste trecho, há uma novidade em comparação com os regulamentos anteriores: a busca por documentos históricos é o primeiro item da lista de objetivos do museu, justamente, pela aproximação do museu com o Arquivo Histórico. Todavia, nesta primeira amostra do Regulamento também nota-se que o caráter enciclopédico da instituição continua presente. Sobre as incumbências do museu referente à coleção etnológica o artigo 2º, item VI, expõe o seguinte:

Artigo 2º:

VI – Organizar a indumentária, a coleção de artefatos, armas e utensílios dos indígenas, quer na América, ou do Brasil e, particularmente do Rio Grande do Sul. (RIO GRANDE DO SUL, 1926a, p. 01).

diretor do Arquivo Público foi para o Museu Júlio de Castilhos, enquanto que Francisco Rodolfo Simch foi transferido para o Arquivo Público (RIO GRANDE DO SUL, 1926).

⁴⁷ De acordo com Maria Helena Camara Bastos (2000, p. 97) o *Pedagogium* (1890-1919), foi fundado pelo Estado Republicano Brasileiro, inspirado nos modelos de museus pedagógicos franceses, e tinha como um de seus objetivos a “disseminação de instituições congêneres nos demais Estados da República e a organização de Museus Escolares nas escolas”.

Como se pode visualizar no excerto acima, o Regulamento de 1926 não difere muito do primeiro Regulamento do Museu no que se refere aos objetos indígenas. O principal objetivo era organizar os artefatos indígenas existentes na coleção e classificá-los. As novidades neste novo regulamento são relativas às atividades do Arquivo Histórico, coleta e catalogação de documentos históricos.

Entre as modificações realizadas no museu, a mais evidente diz respeito à divisão da instituição em três departamentos, como se observa no excerto abaixo:

Artigo 3º - O Museu e Arquivo Histórico organizar-se-á em três grandes departamentos, a saber:
I – Administração
II – História Natural
III – História Nacional
§ único – Os segundo e terceiro departamentos a que se refere este artigo, posto que independentes entre si ficarão subordinados ao primeiro. (RIO GRANDE DO SUL, 1926a, p. 04).

Neste excerto do Regulamento, aparece a inserção de um novo departamento o de História Nacional. A partir daí a instituição começa a se organizar também para ser um local de salvaguarda de documentos e objetos da história do Rio Grande do Sul, não somente dos elementos naturais do Estado, dos históricos também. O estudo de Ana Celina Figueira da Silva (2018) indica que não foi por acaso que o Departamento de História Nacional foi criado, era um desejo do diretor Alcides Maya que a instituição guinasse para a história. Com a atuação de Eduardo Duarte na busca por documentos e objetos históricos e organização dos elementos adquiridos para a instituição, acabou sendo este departamento o mais envolvido pela direção e pelos funcionários do museu.

Mesmo que se tenha averiguado que as atividades do museu eram mais frequentes no Departamento de História Nacional, em tese cada departamento tinha um conjunto de funções a serem exercidas. O Departamento Administrativo era responsável por questões administrativas efetuadas pela direção do museu, como dirigir e distribuir os trabalhos em cada repartição, promover a aquisição de peças e documentos históricos, realizar o relatório anual, organizar os livros administrativos e editar a revista do museu. No Departamento de História Natural deveriam ser realizadas tarefas voltadas para as coleções de ciências naturais. Já o Departamento de História Nacional incumbia-se de: “coleccionar, classificar, catalogar, guardar e expor todos os subsídios históricos, geográficos, artísticos literários e outros do Brasil e do Rio Grande do Sul” (RIO GRANDE DO SUL, 1926a, p. 07). Durante a administração de Alcides Maya, o responsável por chefiar o Arquivo Histórico foi Eduardo

Duarte. Entre as funções executadas por ele, destaca-se o envio de solicitações de documentos e objetos históricos para as intendências, que resultou na aquisição de inúmeros itens históricos pelo Museu Júlio de Castilhos. Eduardo Duarte também acabou exercendo a função de diretor por um longo período, pois Alcides Maya se ausentou do museu ao ficar no Rio de Janeiro por mais de um ano⁴⁸ com objetivo de procurar documentos históricos sobre o Rio Grande do Sul.

Ainda sobre o Departamento de História Nacional, Ana Celina Figueira da Silva (2018) relata que a ele seriam integradas coleções de numismática, cartografia, indumentária, Pinacoteca, estatuária, filatelia e etnográfica. A respeito da coleção etnográfica, Silva (2018) informa que existiam cerca de 300 peças, compostas também com objetos advindos das Ruínas Jesuíticas. Nesse sentido, constata-se que parte da coleção etnológica do museu era lida como objetos históricos, diferente do que ocorria, até então, na administração de Francisco Rodolfo Simch.

Em relação ao Departamento de História Natural, o Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1926) diz o seguinte:

A História Natural é o departamento do Museu que tem por fim o estudo e a exposição dos objetos e produtos naturais, segundo suas propriedades, características, classes, ordens, famílias, gêneros, épocas ou períodos cronológicos a que pertenciam com todas as suas subdivisões, bem como o estudo dos fenômenos relativos a esses mesmos seres, orgânicos ou inorgânicos. (RIO GRANDE DO SUL, 1926a, p. 06).

Deste modo, apesar das mudanças estruturais realizadas no museu, o entendimento de história natural continuou o mesmo da gestão de Francisco Rodolfo Simch. Na teoria, não se pretendia abandonar as funções cabíveis a um museu de história natural, mas a gestão de Alcides Maya esteve marcada pela atuação em prol das atividades no Departamento de História Nacional, principalmente da Seção do Arquivo Histórico, que envolviam coleta, pesquisa e catalogação de documentos e tinha como chefe Eduardo Duarte (SILVA, 2018). Assim, questiono acerca de como o Departamento de História Natural foi administrado, pois encontrei reclamações do diretor Emílio Kemp, que sucederia Alcides Maya, a respeito do total abandono das coleções deste departamento, como se vê no seguinte excerto:

Assumindo o cargo de diretor do Museu 'Júlio de Castilhos', [...] encontrei, como é de conhecimento de V.ex^a, esse Instituto fechado à visitação pública. Em consequência dessa situação, as seções de História Natural e do Museu Histórico

⁴⁸ De acordo com o Relatório do Museu de 1932 Eduardo Duarte atuava como diretor interino há mais de um ano, visto que o diretor, Alcides Maya encontrava-se no Rio de Janeiro. (RIO GRANDE DO SUL, 1932a).

estavam completamente paralisadas, havendo, apenas, atividades na seção do Arquivo Histórico. As seções de História Natural estavam em pleno abandono, algumas completamente em confusão, estando a de mineralogia amontoada no porão e com a sua antiga classificação, feita pelo extinto diretor do Museu dr. Rodolpho Simch, mineralogista de renome, perdida. (RIO GRANDE DO SUL, 1939b, p. 05).

De acordo com o diretor Emílio Kemp, a única seção do museu que estava organizada era a do Arquivo Histórico, as outras estavam em completo abandono, pois a instituição não precisava receber o público e expor as coleções. Se as seções do Departamento de História Natural não estavam organizadas e classificadas como dito por Kemp, como elas deveriam estar? Conforme o Regulamento do Museu e Arquivo Histórico de 1926, o Departamento de História Natural se dividia em três seções: I - Biologia; II - Mineralogia, Geologia e Paleontologia; III - Antropologia, Etnologia e Arqueologia. Sobre a seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia o Regulamento informa o seguinte:

Seção III

Antropologia, Etnologia e Arqueologia.

Artigo 8º - A seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia, além de alcançar todos os temas referentes à matéria, em americanologia, abrangerá especialmente o exame das raças do Brasil, e, particularmente, do Rio Grande do Sul. (RIO GRANDE DO SUL, 1926a, p. 07).

Conforme se observa no artigo 8º do Regulamento do Museu e Arquivo Histórico (1926), uma das atividades listadas na Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia era o exame de raças do Brasil e do Rio Grande do Sul. Esta pista deixada no Regulamento oferece indícios da presença dos estudos raciais ou racialistas na instituição. A presença das teorias raciais em diferentes instituições e eventos no Brasil era recorrente no contexto histórico das primeiras décadas do século XX (SCHWARCZ, 1993).

Felipe R. Contri Paz (2015) destaca a Exposição de Antropologia de 1882 transcorrida no Museu Nacional, como primeiro grande evento em que as teorias racialistas aparecem em meio às narrativas e discussões. O segundo evento, conforme Paz (2015), foi o Congresso Internacional de Raças de 1911 que aconteceu em Londres, na Inglaterra, tendo como representante brasileiro João Batista Lacerda, na época diretor do Museu Nacional. Fruto deste Congresso foi um guia publicado pelo Museu Nacional, o qual continha relatos do evento, informações sobre uma exposição fotográfica a respeito das diferentes raças humanas e algumas conclusões do Congresso, como a ideia de congregação das raças humanas e a tutela da humanidade em mãos da raça branca, responsável por civilizar as demais raças. Por último, Paz (2015) destaca o I Congresso Brasileiro de Eugenia, organizado no Rio de Janeiro, Brasil, em julho de 1929. Este evento contou com mais de 200 congressistas que

discutiram inúmeros temas relacionados às questões raciais, fato que colocava o Brasil no movimento eugênico (PAZ, 2015). Os eventos citados demonstram que as teorias raciais estiveram presentes nos debates, que envolveram diferentes intelectuais dos campos da medicina, direito e educação, os quais alimentavam os discursos eugênicos em solo brasileiro.

A partir destas informações, questiono: será que em algum momento os funcionários do museu participaram de eventos a respeito dos estudos raciais? Nesse sentido, encontrei entre as correspondências recebidas de 1932 um convite da Diretoria Geral da Instrução Pública para que o Museu Júlio de Castilhos participasse da *Semana da Raça*, que ocorreria dia 12 de outubro de 1932 (RIO GRANDE DO SUL, 1932c). Este indício aponta para a hipótese de que as discussões raciais no Rio Grande do Sul de alguma forma estavam presentes, no caso deste documento, no campo da educação pública.

Era no Departamento de História Natural, onde se localizava a Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia, que as diferentes “raças” do Rio Grande do Sul deveriam ser estudadas. A única “raça” que não era estudada do Departamento de História Natural era a branca, pois esta aparecia na história rio-grandense. Nesse contexto, era no Departamento de História Nacional que a história “dos grandes homens” era construída a partir da busca por documentos, objetos e imagens tidas com valor histórico.

A exclusão dos povos indígenas da história ocorria na medida em que não eram considerados pertencentes à mesma raça que a branca, e sim de uma raça inferior. Os povos indígenas eram os outros na perspectiva do Museu Júlio de Castilhos, isto fica perceptível ao se analisar uma troca de correspondência entre o museu e o fotógrafo Raphael Ferrari. Em 1928, Raphael Ferrai envia uma correspondência para o diretor do Museu Júlio de Castilhos relatando que gostaria de pintar umas fotografias de indígenas para o museu, já que este estava construindo uma Pinacoteca Histórica. A resposta do diretor se pode observar no excerto a seguir:

Em resposta à vossa carta enviada dia 02 do corrente, na qual apresenta a proposta de reproduzir em tela alguns retratos de índios, a fim de figurarem nas galerias do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, tenho a informar que, de acordo com o plano deste Instituto, presentemente, só aceito temas artísticos referentes ao nosso Estado. Futuramente, porém, poderão ser incorporados, igualmente, às coleções do Museu, quadros de assuntos brasileiros ou americanos. Considero, portanto, inaceitável a vossa proposta. (RIO GRANDE DO SUL, 1928c, p. 04).

Raphael Ferrari chegou a enviar outra correspondência insistindo em sua proposta, mas não obteve sucesso. Naquele momento, o diretor do museu estava determinado em fazer da instituição um local dedicado à história rio-grandense, e isto excluía as pessoas

consideradas indígenas da galeria de personalidades do Estado. Todavia, Alcides Maya chegou a considerar que, futuramente, a instituição poderia aceitar pinturas de assuntos americanos ou brasileiros. O interessante deste documento é a separação que o diretor faz dos assuntos relacionados ao Rio Grande do Sul e dos demais, até mesmo temas sobre o Brasil não estavam incluídos nos interesses do museu naquele momento, somente o Rio Grande do Sul importava, desde que fosse a história e cultura europeia, ocidental e cristã do Estado.

Se o projeto de Alcides Maya era fazer do Museu Júlio de Castilhos um museu de história do Rio Grande do Sul, qual era a organização de funcionários para que a ideia se tornasse realidade? De acordo com o Regulamento de 1926 o quadro de funcionários do museu deveria ser:

[...] um diretor geral, diretores e subdiretores departamentais, de mestres técnicos, de assistentes técnicos, de preparadores, de primeiros oficiais, de segundos oficiais, de terceiros oficiais, de um bibliotecário arquivista, de datilógrafo, de um porteiro, de um correio, de contínuos e de serventes. (RIO GRANDE DO SUL, 1926a, p. 08).

Estes funcionários seriam divididos entre os departamentos, como se pode observar no quadro abaixo:

Quadro 4 – Distribuição de Funcionários em cada departamento:

Departamento Administrativo	Departamento de História Natural	Departamento de História Nacional	Pessoal da Serventia
Diretor do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul	Diretor do departamento	Diretor do Departamento	Porteiro
Secretário	Três Chefes de Seções	Subdiretor	Jardineiro
Datilógrafo	Três Preparadores Técnicos	Primeiro Oficial	Correio
		Segundo Oficial	Três Contínuos
		Terceiro Oficial	Sete Serventes
		Bibliotecário Arquivista	

Fonte: Elaborado pela autora com base em RIO GRANDE DO SUL (1926a).

O quadro acima foi formulado a partir das informações do Regulamento de 1926, ou seja, são projeções de como o museu deveria funcionar. Todavia, no cotidiano da instituição a organização de funcionários não ocorria como explanada no regulamento. Para entender esta situação, é necessário olhar a administração de Emílio Kemp, pois em seus relatórios uma das queixas frequentes era a falta de funcionários na instituição, como se pode ver numa correspondência datada de 24 de junho de 1942, enviada ao Secretário da Educação e Cultura:

A insignificância do pessoal do Museu, que não passa de 13 funcionários em atividade levando em conta 5 da portaria, possui, apenas, 2 técnicos, o encarregado da seção de zoologia e o pintor a quem cabe pintar, restaurar e conservar os quadros e objetos do museu. Destarte é aproveitado o pessoal administrativo nos serviços especializados, nele agindo, principalmente, o porteiro, sr. Carlos Thomas Duarte, que aliás vem prestando inestimável auxílio das atividades do Museu. (RIO GRANDE DO SUL, 1943b, p. 209).

Assim, a insuficiência de trabalhadores na instituição era resolvida com o acúmulo de tarefas para cada funcionário, que exerciam suas funções e outras aquém do que seus respectivos cargos demandavam. Esta estratégia era uma forma de manter o museu funcionando, mesmo assim, o diretor não deixava de pontuar como a falta de servidores prejudicava as atividades projetadas na instituição. Abaixo, no quadro 5, tem-se conjuntos de profissionais que atuavam no museu em três diferentes décadas, 1928, 1938 e 1948⁴⁹:

Quadro 5 – Funcionários do museu 1928, 1938 e 1948:

1928	1938	1948
Diretor: Alcides Maya	Diretor: Alcides Maya	Diretor: Emílio Kemp
Chefe do 3º Departamento: Eduardo Duarte	Chefe de Seção: Eduardo Duarte	Sub-diretor: Dante de Laytano
1º Oficial: Emilio Carlucci	1º Oficial: Aurélio Porto	Assistente Técnica: Rivadávia F. Coelho
2º Oficial: Bento Fernandes	2º Oficial: Augusto Bianchi	Oficial administrativo: Madalena Azumrenha
3º Oficial: Rosauro Tavares do Santos Lima	3º Oficial: Edmundo Casado Marques	Oficial administrativo: Olympio Bianchi Gomes
Guarda-porteiro: Carlos Thomas Duarte	Amanuense: José Barros Vasconcelos	Oficial administrativo: Silvestre D. Azambuja
Guarda: Lorival Meireles Salgado	Praticamente: Isa Teixeira de Oliveira ⁵⁰	Escriturário: Lourival A. Cruxen
Praticante: Leopoldo José da Costa Cabral	Datilografa: Listardina da Fontoura Chagas	Preparador: Pilade Frediani
Datilografa: Listardina da Fontoura Chagas ⁵¹	Datilografo: Esmar Andrade	Preparador: Isa Teixeira de Oliveira

⁴⁹ Os anos foram escolhidos pensando num período de dez anos de diferença cada com a intenção de visualizar as transformações profissionais ocorridas no museu nas décadas marcadas pelas administrações de Alcides Maya (1925-1939) e Emílio Kemp (1939-1950).

⁵⁰ Primeira mulher preparadora.

⁵¹ Primeira funcionária mulher a aparecer no quadro de funcionários do museu.

Preparador de zoologia do Departamento de História Natural: Hugo Debiasi	Datilografo: Olympio Bianchi Gomes	Conservador e restaurador: Ascanio Ilo Fredini
Amanuense: Augusto Bianchi Filho	Guarda-porteiro: Carlos Thomaz Duarte	Arquivista: Laura J. Cepollaro
Servente: Henrique Duarte	Guarda: Lourival Meireles Salgado	Escrituraria: Rita G. Soares
Servente: Bruno da Silva	Servente: Bruno da Silva	Escrituraria: Marina Maciel Santos
Jardineiro: Rodolpho Daltro	Servente: Nery de Almeida Machado	Escrituraria: Lavinia Guedes
4º Oficial: Jesuína Ferreira de Souza	Servente: Clemente de Oliveira	Datilografo: Hedna P. Franco
	Jardineiro: Severo Antonio Rosa	Porteiro: Carlos Tomas Duarte
		Continuo: Bruno da Silva
		Servente: Alvaro da Silva
		Servente: Sireno Santos
		Jardineiro: Luís de Souza

Fonte: Elaborado pela autora com base em RIO GRANDE DO SUL (1928a), RIO GRANDE DO SUL (1938b), RIO GRANDE DO SUL (1948a).

Ao observar o quadro 5 constata-se que gradualmente a quantidade de funcionários foi aumentando, inclusive, houve acréscimo de profissões exercidas na instituição. No que diz respeito ao conjunto de serventes do museu, se pode observar que este é o grupo que menos sofre alteração e que esteve preenchido nos três diferentes anos mostrados. No Departamento Administrativo, a presença de pelo menos três oficiais administrativos aparece de forma constante nos três anos, além de datilógrafos e amanuenses. Estes trabalhadores também realizavam trabalhos no Departamento de História Nacional, principalmente, durante a direção de Alcides Maya.

Os cargos de arquivista e conservador foram preenchidos somente na administração de Emílio Kemp. Já os preparadores técnicos que deveriam ser três, oscilavam de um para dois, e eram, estes profissionais, encarregados de estudar, classificar e organizar as coleções do museu, principalmente, do Departamento de História Natural. Ao observar o quadro, 4 é possível perceber que os preparadores técnicos deveriam atuar no Departamento de História Natural, mas este cargo, como mostra o quadro 5, era o que menos era preenchido, o que explica a ausência de trabalho nas coleções de ciências naturais e a constante reclamação de Emílio Kemp para que estas funções fossem exercidas por profissionais adequados e não por outros trabalhadores do museu, como porteiros ou guardas.

Quando o museu ficou fechado ao público, a ausência de funcionários era amenizada, pois estes exerciam atividades voltadas à organização, aquisição e classificação dos documentos, objetos e imagens que chegavam no museu; tudo isso com a intenção de um dia expor todo o material. De acordo com Ana Celina Figueira da Silva (2018) mesmo que a instituição tenha ficado fechada, Alcides Maya chegou a projetar uma estrutura de exposição para o museu. Assim, no projeto de Alcides Maya o museu seria dividido em diferentes salas de acordo com as coleções, seriam elas: Salão Colonial Visconde de São Leopoldo, Salão 35 Bento Gonçalves, Salão I e II e Salão Republicano, todas pertenceriam ao Departamento de História Nacional. Já para o Departamento de História Natural projetavam-se duas salas: Salão de História Natural Visconde de Rio Grande (onde seriam expostas as coleções de antropologia, arqueologia, paleontologia e geologia) e o Salão de Americanologia Apolinário Porto Alegre (onde teriam exposições sobre os povos indígenas do Rio Grande do Sul e do Brasil). Além destas salas tinha-se projetado uma sala exclusiva em homenagem ao patrono Júlio de Castilhos e um Jardim Histórico que seria composto de bustos de personalidades históricas do Estado. Na prática, este projeto não seguiu adiante, devido à falta de estrutura do edifício que não comportaria todas as salas de forma adequada.

Na gestão Emílio Kemp, uma das primeiras ações realizadas foi a organização das coleções para que fossem expostas. Nas palavras do diretor Kemp: “reorganizamos as coleções científicas e aberto à visitação em junho de 1939, começou a cumprir sua finalidade educativa o Museu Júlio de Castilhos” (RIO GRANDE DO SUL, 1940a, p. 75). Assim, logo o museu foi estruturado com suas coleções separadas em diferentes salas para serem expostas. No quadro 6, se pode ver como o Museu Júlio de Castilhos ficou organizado na década de 1940:

Quadro 6 – Distribuição de Salas do Museu:

Sala	Coleções
Hall com Panóplia	Armas.
Sala General Osório	Indumentárias de uso pessoal de D. Pedro I, Deodoro, Carlos Gomes, Pinheiro Machado, Rafael Pinto Bandeira, Almirante Saldanha, Barão de Triunfo, General Osório, Solano Lopes, entre outros. Mostuário de leques do século XIX.
Corredor com Pinacoteca	Quadros de famosos pintores como: Lucilio de Albuquerque, Cervásio, Ferras, Monteiro, Siqueira, entre outros.

Sala Bento Gonçalves	Objetos relacionados à guerra farroupilha.
Sala Júlio de Castilhos	Objetos relacionados ao patrono do museu Júlio de Castilhos.
Sala Alcides Maya	Material arqueológico e indígena, estátuas das missões do século XVII.
Sala Rodolfo Von Ihering	Parte da coleção de História Natural.
Sala Araújo Porto Alegre	Pinturas feitas por Araújo Porto Alegre, galeria de retratos de governadores, autoridades do Rio Grande do Sul e diretores do museu.
Numismática	Coleção de moedas do Brasil, da África portuguesa, estrangeiras. Coleção de medalhas brasileiras, de selos e condecorações.
Sala Adolfo Mabilde	Coleção de Borboletas, coleção de zoologia, de fauna marinha, restos de sambaquis, esqueletos armados, aves, entre outras espécies.
Parte térrea do edifício	Laboratório – sala escura, sem ar, desprovida de aparelhos de refrigeração para conservação –.
Sala Francisco Rodolfo Simch	Coleção de mineralogia.
Sala Apolinário Porto Alegre	Coleção de móveis antigos
Vitrine de História Natural	Localizada no subsolo do edifício. Coleções de História Natural
Arquivo Histórico	Documentos, jornais, biblioteca, mapoteca, fotografia, patrimônio.
Laboratório	Peças de Taxidermia

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1948b, p. 13.

Como se observa no quadro 6, a Sala Indígena do museu se chamava Alcides Maya. Ana Celina Figueira da Silva (2018) ao questionar o porquê de a sala ter o nome de Alcides Maya e não de outras personalidades históricas como padre Roque González ou o índio Sepé Tiaraju, ambos relacionados à história das Missões, ou também a nomes de estudiosos do assunto como os padres jesuítas, membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Carlos Taschauer, Luiz Gonzaga Jaeger e/ou João Batista Hafkemeyer, conclui que a direção do museu na época seguia a perspectiva lusitana sobre a história das Missões, logo não seria possível homenagear um indígena ou um padre jesuíta, pois os verdadeiros fundadores do Rio Grande do Sul seriam os luso-brasileiros. Para a autora (SILVA, 2018), Alcides Maya teria manifestado interesse e valorizado os objetos adquiridos das Reduções e, durante sua gestão chegou a adquirir uma escultura missioneira, um sino, uma pedra tumular e

solicitado recurso financeiro para a compra da escultura missioneira de Nossa Senhora da Glória.

Além dos fatores levantados por Ana Celina Figueira da Silva (2018), tem-se a hipótese que Emílio Kemp tenha escolhido homenagear os ex-diretores ao nomear a sala de mineralogia com o nome de Francisco Rodolfo Simch e a indígena de Alcides Maya, os primeiros diretores do Museu Júlio de Castilhos. A justificativa na escolha destes nomes Emílio Kemp expõe no relatório de 1947:

Diretor que foi deste Museu, o autor de ‘Ruínas Vivas’ tem, na casa, uma sala onde expomos o nosso material de Arqueologia Indígena composto de variadas e grandes coleções de ornamentos, armas, instrumentos, objetos de cozinha e uso doméstico, etc. Contam-se as estátuas do século XVIII da região missioneira e objetos de arte do mesmo período. A renovação do material tem sido constante, além dos mostruários que acabam de ser novamente catalogados [...] Leva esta sala o nome de um dos ex-diretores do Museu. Professor, secretário de Estado e grande conhecedor das coisas do Rio Grande do Sul, Francisco Rodolfo Simch dá o seu nome a sala de mineralogia, ele que foi autor de esplêndido trabalho dessa matéria. (RIO GRANDE DO SUL, 1947a, p. 15 e 17).

Estas justificativas oferecem indícios que Emílio Kemp tinha a intenção de homenagear os ex-diretores do museu. Para isso, escolheu salas cujas coleções, de alguma forma, se aproximavam dos assuntos que interessavam os diretores Francisco Rodolfo Simch e Alcides Maya. Alcides Maya, além dele ter adquirido e valorizado peças indígenas, principalmente vindas das Missões, em 1928, doou “um crânio de índia retirado de um sambaqui de Torres” (RIO GRANDE DO SUL, 1928a, p. 458), e ainda, durante sua gestão era sob os cuidados dele que ficava a coleção arqueológica do museu⁵², o que incluía muitas peças etnológicas. Talvez, estas atividades de Maya no museu levaram Emílio Kemp a pensar que seria importante destacar a sala indígena com o nome do ex-diretor.

Cada sala homenageava alguma personalidade rio-grandense e até mesmo os diretores que haviam passado pelo museu. A partir da organização das coleções em diferentes salas de exposição era necessário preparar o ambiente para receber o público, afinal, era o grande objetivo de Emílio Kemp, enquanto diretor do Museu Júlio de Castilhos. Assim, para cumprir este árduo desafio de receber o público sem ter no museu quantidade considerada suficiente de profissionais, Emílio Kemp distribuiu os funcionários nas diferentes salas do museu para

⁵² De acordo com o Relatório de 1929: “As seções de paleontologia e arqueologia ficaram desde o início da presente administração, entregues, por deliberação do governo do Estado, ao atual diretor (...) Em antropologia e arqueologia, foram recolhidos elementos de calor, ossadas e artefatos de uma caverna existente perto de Soledade” (RIO GRANDE DO SUL, 1929a, p. 210).

que estes garantissem a salvaguarda das coleções e recebessem os visitantes. De acordo com portaria datada de 04 de agosto de 1948, o diretor, através do artigo 13 do Regimento Interno, determinava a distribuição de funcionários como se pode observar no quadro 7:

Quadro 7 – Distribuição de funcionários por sala (1948):

Funcionários	Salas
Olympio Bianchi Gomes (Oficial administrativo)	Sala General Osório (sala da frente) Panoplia (saguão de entrada) e Pinacoteca (corredor)
Isa C. Stefani (preparadora)	Sala Bento Gonçalves
Sireno A. dos Santos (servente)	Sala Numismática
Hedna P. Franco (datilógrafa)	Sala Alcides Maya (arqueologia indígena)
Pilade Frediani (preparadora)	Sala Adolfo Mabilde
Carlos Tomas Duarte (porteiro)	Sala Rodolfo Hireng (zoologia)
Luiz de Souza (jardineiro)	Sala Rodolfo Simch (mineralogia) e Sala Apolinario Porto Alegre

Fonte: Elaborado pela autora com base em RIO GRANDE DO SUL (1948b, p. 97).

Constata-se no quadro 7 que a distribuição de funcionários por sala não seguia necessariamente uma ordem por funções dos servidores. Observa-se que as preparadoras Isa C. Stefani e Pilade Frediani estavam, respectivamente, nas salas Bento Gonçalves (destinada a coleções sobre a guerra dos farrapos) e Adolfo Mabilde (coleções zoológicas). Ou seja, o museu tinha duas preparadoras e elas estavam divididas entre uma sala do Departamento de História Nacional e outra no Departamento de História Natural. Talvez o diretor procurasse dar um equilíbrio de trabalho nos dois departamentos, distribuindo as únicas preparadoras uma em cada departamento. A Sala Alcides Maya (coleções etnológicas) ficou sob os cuidados de uma datilógrafa, Hedna P. Franco. Infelizmente, não foram encontrados documentos suficientes para analisar se a profissional tinha algum conhecimento específico sobre o assunto ou apenas foi colocada nesta sala por falta de outro funcionário.

A distribuição vista no quadro 7 foi realizada no ano de 1948, mas em 1949 o diretor fez uma outra divisão de trabalhadores e salas, como pode-se ver no quadro 8:

Quadro 8 – Distribuição de funcionários por sala (1949):

Funcionários	Salas
Olympio Bianchi Gomes (Oficial administrativo)	Sala General Osório (sala da frente)
Alvaro Basílio da Silva (servente)	Panoplia (saguão de entrada) e Pinacoteca (corredor)

Sireno Alves dos Santos (servente)	Sala Bento Gonçalves
Hedna P. Franco (datilógrafa)	Sala Júlio de Castilhos
Ascanio Ilo Frediani (conservador e restaurador)	Sala Alcides Maya (arqueologia indígena)
Pilade Frediani (preparadora)	Sala Adolfo Mabilde
Carlos Tomas Duarte (porteiro)	Numismática
Luiz de Souza (jardineiro)	Sala Rodolfo Simch (mineralogia) e Sala Apolinario Porto Alegre

Fonte: Elaborado pela autora com base em RIO GRANDE DO SUL (1949b, p. 269).

Pode-se observar que entre os anos de 1948 e 1949 foram feitas mudanças quanto aos funcionários que vigiariam determinadas salas. As salas Bento Gonçalves, Júlio de Castilhos, Alcides Maya, Numismática, o saguão de entrada e corredor passaram a ser vigiados por outros funcionários, como se pode observar no quadro 8. A respeito da Sala Alcides Maya, destinada aos objetos indígenas, também ocorreu troca de funcionário, saiu a datilógrafa, Hedna P. Franco, e em seu lugar, entrou o conservador e restaurador, Ascanio Ilo Frediani, que em 1949 havia realizado um trabalho de coleta em um Sambaqui de Torres⁵³, o que pode indicar o motivo da troca destes funcionários, pois o restaurador havia tido experiência com a coleta de objetos arqueológicos dos sambaquis, considerados pertencentes à coleção etnológica.

A distribuição de funções de trabalhadores por salas demonstra o empenho do diretor Emílio Kemp em fazer do museu um local a ser visitado, mesmo que não se tivesse estrutura para tal. E por mais que Alcides Maya não tenha focado em abrir o museu, ele de certa forma, preparou o terreno para Kemp, principalmente, ao se concentrar nas seções do Departamento de História Nacional que até então, nem existiam no museu. Assim, ao abrir a instituição para visitantes, Emílio Kemp tinha um museu composto por número significativo de objetos, documentos e imagens históricas, além das coleções de história natural, tendo como tarefa elementar expor todos estes objetos.

Neste subcapítulo, procurei descrever a atmosfera de trabalho do Museu Júlio de Castilhos durante o longo período de transição entre museu de História Natural e História Nacional. A partir da documentação aqui analisada, foi possível observar que ambos os departamentos tiveram atividades que muitas vezes se mesclavam entre um departamento e

⁵³ Sobre esta coleta tratarei no subcapítulo *A coleção etnológica em constante formação* quando discorro sobre a coleção etnológica.

outro, pois a instituição não tinha a estrutura desejada por seus diretores e muito menos funcionários suficientes para realizar as tarefas projetadas no museu.

No decorrer das gestões Alcides Maya (1925-1939) e Emílio Kemp (1939-1952) o Museu Júlio de Castilhos passou por inúmeras transformações. Cada diretor atribuiu atividades no museu de acordo com seu interesse. A partir de 1925, a instituição passou a ser dividida entre o Departamento de História Natural e o Departamento de História Nacional. Esta divisão de funções por departamento acarretou diferentes narrativas sobre a coleção indígena, que ficou sob as subjetividades das visões históricas ou antropológicas/etnológicas. Os estudos raciais eram atribuídos à Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia do Departamento de História Natural, onde se localizava a coleção etnológica. Todavia, em determinado período da gestão Alcides Maya, parte da coleção etnológica se situava no Departamento de História Nacional, principalmente os objetos advindos da região missioneira, local muito explorado pelos discursos históricos acerca do Rio Grande do Sul. Assim, percebe-se que entre um departamento e outro de um museu em transição, as questões etnológicas foram trabalhadas a partir da complexidade de dois campos de conhecimento: o de história e o de ciências naturais.

3.2 A Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul: primeiros artigos sobre os povos indígenas

No subcapítulo anterior, discorri sobre as mudanças administrativas do museu, as atividades exercidas em cada departamento, a distribuição das salas, seus funcionários e como as discussões raciais se inseriam neste museu em transição. Na construção deste cenário não citei um elemento importante: a publicação das *Revistas do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Desde a direção de Francisco Rodolfo Simch ter uma revista do museu era um desejo da diretoria, e ele foi concretizado na gestão de Alcides Maya.

As primeiras revistas do museu foram publicadas entre os anos de 1927 e 1930, mas, antes disso, o Arquivo Público já havia publicado outros 18 volumes do periódico, cujo título era *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Manolo Silveiro Cachafeiro (2018) expõe que esta revista esteve em circulação entre os anos de 1921 e 1925, ano em que ocorre

a transferência da Seção Histórica do Arquivo Público para o museu⁵⁴. Assim, do número 1 ao 18 as publicações corresponderam às questões consideradas relevantes para o Arquivo Público do Estado, como correspondências entre militares, câmaras municipais e o poder central, relatos de expedições militares de campanhas realizadas no início do século XIX, documentos sobre as missões, mapas do Estado, inventários e distribuições de sesmarias. Nos anos de 1925 e 1926 a publicação foi pausada, devido à transferência das documentações históricas do arquivo para o Museu Júlio de Castilhos e a organização da Seção Histórica em seu novo espaço.

No segundo semestre de 1927, a publicação foi retomada com uma estruturação diferente, pois daquele ano em diante a revista contou também com artigos do Museu Júlio de Castilhos. Com essa nova edição, o título do periódico passou a ser *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Com a revista retomada foram publicados trimestralmente seis volumes, com os números 19, 20, 21, 22, 23 e 24 durante um período de três anos – 1927 a 1930 –. A partir do número 19, já sob o novo título, *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, foram incorporados artigos do Departamento de História Natural, do Departamento de História Nacional do Museu Júlio de Castilhos, além da continuação das transcrições de documentos do Arquivo Público. Nesse sentido, importa atentar para o prefácio da 19ª edição da revista que destacava o seguinte:

No período que encetamos com a edição do presente número, serão também versadas todas as matérias contidas no programa das novas seções do Departamento de História Nacional e no plano geral de estudos do novo Departamento de História Natural do Museu, em particular as relativas ao meio rio-grandense (geologia, mineralogia, botânica, paleontologia, antropologia e arqueologia). (MAYA; DUARTE, 1927, p. 04).

Neste excerto, o diretor Alcides Maya e o chefe da seção de história do Arquivo Público, Eduardo Duarte, explicavam que a revista editada teria suas publicações divididas entre os dois departamentos do museu, História Nacional e História Natural. É interessante notar que a estrutura projetada para o museu em 1925, também se refletia na revista do museu, ou seja, os trabalhos na instituição estariam divididos entre os departamentos, tanto no espaço físico, quanto no periódico. A revista era um meio de divulgar as diferentes pesquisas

⁵⁴ Para mais informações sobre o histórico das revistas do Arquivo Público e do Museu Júlio de Castilhos ver: CACHAFEIRO, Manolo Silveiro. **As Publicações do Museu Júlio de Castilhos e do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1903-1960)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) MSL –Museologia/UFRGS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/181714/001073713.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 mar. 2019.

produzidas no Museu Júlio de Castilhos ou que estivessem relacionadas com documentos e objetos existentes na instituição.

Mesmo que as reclamações de Emílio Kemp apontassem para o desleixo do Departamento de História Natural, a revista não refletia tal discurso, pois a maioria dos artigos publicados era vinculada a este departamento. Nesse sentido, tem-se a hipótese que os artigos sobre história natural podem ser oriundos das pesquisas realizadas na administração de Simch, pois, naquela época, o museu voltava-se apenas para este campo do conhecimento e seu diretor produzia pesquisas e tinha o desejo de publicá-las em uma revista do museu. Na tabela 1 pode ser observada a quantidade de artigos publicados nas revistas:

Tabela 1 – Quantidade de Artigos publicados na *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*:

Número	Ano	Botânica	Zoologia	Geologia	Antropologia	Arqueologia	História	Documentos	Total
19	1927		03		02	01		01	05
20	1928	02	01	01		01	02	01	10
21	1928	02	01	01		01	02		07
22	1930	01					01		02
23	1930						01		01
24	1930	01					02		03
Total p/ área		06	05	02	02	03	08	02	28

Fonte: CACHAFEIRO, 2018, p. 43.

A tabela 1 mostra uma quantidade significativa de artigos publicados nos seis anos do periódico, relacionados ao Departamento de História Natural (Botânica, Zoologia, Geologia, Antropologia, Arqueologia). Esta quantidade equivale a 64,28% do total de publicações. Os artigos de arqueologia e antropologia somam 17,85% no total de publicações. A maioria dos artigos referentes aos povos indígenas que viveram no período que antecedeu à chegada dos europeus e também no pós-contato, estavam na parte dedicada ao Departamento de História Natural, o que mostra a continuidade dos agentes do museu em considerar os povos originários como objetos de estudo das ciências naturais.

Os artigos que analisarei estão presentes no número 21 da revista. Infelizmente, o número 20, publicado em 1928, não foi encontrado nos locais que pesquisei, mas sabe-se que

nele existiram os seguintes artigos: *Etnográficos*, autor Carlos Von Koseritz⁵⁵, extraído da *Gazeta de Porto Alegre*; *Primitivos Habitantes do Rio Grande do Sul*, autor Hugo Otto Luedecke⁵⁶; *Os Coroados da Província Brasileira do Rio Grande do Sul*, de Reinhold Friedrich Hensel⁵⁷. Entre as revistas foi a publicação com a maior quantidade de artigos relacionados com os povos originários, seus autores eram referências em assuntos etnológicos na época, principalmente, Von Koseritz, o que mostra o interesse do museu em publicar artigos sobre o assunto.

No número 21 da revista, datada de 1928, há o artigo *Sobre os Sambaquis do Estado do Rio Grande do Sul* de autoria de Theodoro Bischoff⁵⁸. Ainda, na revista número 21, chama a atenção o artigo *Ruínas dos Sete Povos das Missões* de Rosauro Tavares⁵⁹, estando este texto localizado na seção do Departamento de História Nacional; nesse artigo os indígenas Guarani e Charrua são citados a partir de uma narrativa histórica. Na tabela 2, tem-se a quantidade de artigos publicados por autores:

Tabela 2 – Quantidade de artigos publicados por autores na *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul* (1927-1930):

Autores	Formação	Nº de artigos	Nº da Revista
AUGUSTO, Irmão	Botânico	04	20,21,22 e 24
BISCHOFF, Theod	Arqueólogo	01	21
DUTRA, João	Botânico	01	21
GLIESH, Rudolf	Zoólogo	02	19 e 20
HENSEL, Reinaldo	Historiador	01	20
IHERING, Hermann V.	Naturalista	02	19 e 21
KOSERITZ, Carlos Von	Antropólogo	01	20
LUEDECKE, Hugo Otto	Historiador	01	20
MARTIUS, G.F.Ph. Von	Botânico	01	20

⁵⁵ Carlos ou Karl von Koseritz (1830-1890) era um professor, folclorista, antropólogo, empresário, político jornalista e escritor teuto-brasileiro. Para mais informações sobre esse intelectual consultar: WEIZENMANN, Tiago. **Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890)**. Tese (Doutorado em História) PPG/PUC-RS, Porto Alegre, 2015.

⁵⁶ Historiador.

⁵⁷ Reinhold Friedrich Hensel foi um historiador e zoólogo alemão que ficou na província do Rio Grande do Sul de 1863 a 1866, era representante da Academia de Ciência de Berlim. O artigo publicado na revista é fruto da experiência do alemão, que passou uma semana entre os Coroados da Colônia Militar de Caseros. Esse mesmo artigo também foi publicado em *Zeitschrift fur Ethnologie*, em Berlim no ano de 1869 (BECKER, 1995).

⁵⁸ Foi um naturalista e arqueólogo alemão.

⁵⁹ Foi um historiador e na época da publicação do seu artigo na revista era funcionário do museu, exercia a função de Terceiro Oficial.

PAWELS, P. Geraldo J.	Historiador	01	23
SIMCH, Francisco R.	Mineralogista	01	21
Textos sem identificação		10	19, 20, 21, 22 e 24
Total		27	

Fonte: CACHAFEIRO, 2018, p. 44.

Sobre as profissões dos autores dos artigos publicados nas revistas, Cachafeiro (2018) atenta:

No que tange à biografia e à atividade profissional dos autores dos artigos publicados na *Revista do Museu e do Arquivo Público do RGS*, constatou-se que parte dos mesmos ocupavam cargos públicos na Administração Estadual, Municipal e até mesmo Federal; eram professores, diretores de órgãos públicos, promotores; outros eram ligados ao sacerdócio -. Observa-se ainda que alguns dos autores dos textos e/ou artigos publicados, na Revista do Museu e do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, possuíam formação religiosa e estavam vinculados a algumas das principais instituições educacionais do Estado, como por exemplo, o Colégio Anchieta e Farroupilha, onde ministravam a disciplina de ciências naturais – botânica, fauna e zoologia, onde as aulas oportunizavam pesquisas e observações. (CACHAFEIRO, 2018, p. 44 e 45).

Nesse contexto, os autores que escreveram textos a respeito dos povos indígenas eram profissionais de diferentes áreas, tais como: história, antropologia, ciências naturais e arqueologia. Esta evidência demonstra a complexidade em analisar a produção de representações sobre os povos originários no periódico do museu, pois os diversos profissionais que tinham autoridade para escrever na revista tinham cada qual a sua perspectiva a respeito do assunto tratado, ou seja, não se encontra uma narrativa homogênea sobre os povos indígenas, mas similaridades quanto ao uso de alguns termos para designar as diferentes nações originárias. Sabendo das contradições, ambiguidades e subjetividades intrínsecas a cada artigo, analisarei cada publicação atentando para quem estava escrevendo, diluindo o que cada autor escreveu para enfim, compreender o que os autores que tiveram espaço na revista do museu produziram a respeito dos povos indígenas.

Início a análise com o artigo intitulado, *Sobre os Sambaquis do Estado do Rio Grande do Sul*, de autoria do arqueólogo e naturalista Theodoro Bischoff (1928), localizado no volume 21 da revista publicada no ano de 1928. O texto possui 31 páginas, nas quais Bischoff (1928) descreve fisicamente todos os sambaquis explorados por ele no litoral norte do Rio Grande do Sul. Assim, os sambaquis abordados são: os de Lagoa da Fortaleza, do Lago da Cidreira, Lago da Cerquinha, Sambaqui da Tapera de Joaquim Bernardes e Sambaquis nas Dunas Novas de Capão das Cabras. Theodoro Bischoff (1928) expõe quais foram os objetos arqueológicos encontrados em cada sambaqui explorado, muitos deles caracterizados por

cacos de vasos, lascas de pedras, boleadeiras, conchas, ossadas de animais e de humanos. Interessante destacar o que o autor diz sobre os sambaquis localizados em Torres:

Mais ao norte da Província, em Torres, onde a costa é de rocha, só há sambaquis formados de conchas, de ostras que, se diz, não são inferiores aos europeus na importância; porém eles são aproveitados para fins industriais, fabrica-se cal dos mesmos; dentro em pouco deles também se dirá: Era uma vez! Infelizmente não estive lá; o não permitiram o tempo e as circunstâncias. Entretanto, o que restará de tudo dentro de poucos anos? Lá eles são destruídos por mãos humanas. (BISCHOFF, 1928, p.16).

Theodoro Bischoff (1928) afirma que “se diz” que os sambaquis da Província em Torres não são inferiores aos dos europeus, aspecto que demonstra uma tendência em citar a Europa para comparar descobertas arqueológicas no Brasil. Outro elemento que chama atenção neste excerto é a ênfase ao perigo da industrialização dos sambaquis para fazer cal, pois para o autor (BISCHOFF, 1928) os sambaquis seriam destruídos pelas mãos humanas e logo não sobraria nada para ser estudado. Assim, observa-se a preocupação por parte de Bischoff (1928) com a preservação das descobertas arqueológicas.

A descrição de Bischoff (1928) a respeito dos sambaquis explorados é rica em detalhes. Mas, é sobre a forma com que o autor (BISCHOFF, 1928) estuda as populações que habitavam os sambaquis que busco destacar. Ao escrever sobre os homens e mulheres que viviam nos sambaquis, o autor (BISCHOFF, 1928) utiliza a palavra “selvagens/selvagem” inúmeras vezes, como por exemplo, na seguinte frase: “O raro aparecimento de ossos de mamíferos poderá ter sua origem parcial no fato de que os selvagens se alimentavam mais de produtos do mar do que da terra, que eles não eram caçadores” (BISCHOFF, 1928, p. 17). Outros termos utilizados são “índios” e “bugres”, todos para se referir às diferentes culturas – não europeias – que já habitaram o Rio Grande do Sul em épocas distantes da contemporaneidade do autor, como se pode observar no excerto:

[...] nossos bugres do mato tinham plantações; eles plantavam milho, mandioca uma espécie de abóbora e talvez mais alguma coisa; cultivavam uma espécie silvestre de pimentão e o empregavam como tempero. Os bugres do campo talvez nunca tiveram plantações; o solo arenoso, magro, infrutífero, do qual ainda hoje se obtém escassa colheita, mesmo com forte adubação, não animava. Entretanto, a invenção e o uso das bolas eleva estes índios muito acima dos comedores de mariscos que, sobre as suas dunas, na costa do mar ou no meio dos pântanos, ainda menos que aqueles que pensavam em plantações. (BISCHOFF, 1928, p. 21).

O termo “selvagem” é antagônico ao “civilizado”, e na perspectiva das teorias raciais o selvagem está hierarquicamente abaixo da pirâmide racial, justamente por se opor ao que se padronizava como “civilizado”. Assim, ao se referir aos povos originários como “selvagens” o autor mesmo que estivesse recentemente estudando estes povos já os colocava em posição

de inferioridade. Sobre a palavra “bugre” Guisard (1999) explica que o termo tem sua origem na Idade Média, quando ocorreu um movimento herético na Europa que contrariava os preceitos da Igreja e ao decorrer do tempo ganhou outros significados, todos com conotação pejorativa. Nesse sentido:

É possível estabelecer três expressivas matrizes para se compreender as significações ligadas ao termo bugre: religiosa, moderna e biológica. Essas matrizes dispõem-se em camadas de significações sucessivas no tempo, mas as posteriores não eliminam as anteriores, acrescentam-se umas às outras ao longo da história. Assim, a matriz religiosa fornece significados preciosos: herege-sodomita e infiel-traíçoeiro. Pode-se dizer que os significados mais antigos – o de herege e sodomita – desaparecem na atualidade enquanto conteúdos determinados, mas a desqualificação absoluta que aqueles termos contêm ainda permanece. As significações de infiel e traíçoeiro podem hoje ser encontradas. Na matriz ‘moderna’, ligada às novas práticas econômicas e políticas da modernidade, encontram-se os pares preguiçosos-vagabundo e estrangeiro-inteiramente outro. As significações devidas a uma matriz biológica – deficiente-incapaz e violento-desordeiro – também estão presentes no imaginário sobre o bugre. (GUISARD, 1999, p. 94).

No Brasil, este termo foi associado aos povos originários, bem como em outros países da América Latina. Assim, os indígenas foram chamados de “bugres” por terem hábitos diferentes dos europeus, como andarem nus ou seminus, não compactuarem com a fé cristã, não terem traços físicos iguais aos dos europeus, entre outras características que para os portugueses, e, posteriormente, para outros imigrantes europeus, eram compreendidas como imorais.

O estudo realizado por Bischoff (1928) produziu a partir das palavras representações que colocavam os indígenas em posição de inferioridade para com os europeus, sejam eles habitantes de sambaquis, de campos ou de matas. Esta hierarquização não ocorreu somente no âmbito europeu-indígena, pois o autor também classificou os diferentes povos originários, como se pode ver abaixo:

A diversidade do modo de viver, dos utensílios e armas usadas pelo menos na forma, demonstram claramente que os <<bugres>> dos sambaquis, os do campo e os do mato pertenciam a três tribos distintas, sendo que a dos sambaquis ocupava o grau inferior, porém os nossos bugres do mato se avantajavam em inteligência aos do campo; isto demonstra os machados de combate, perfurados, os cacos bem trabalhados e muitos com delicadas pinturas, e as urnas fúnebres da época moderna; também encontrei painéis que estavam pintadas na face superior. (BISCHOFF, 1928, p. 20).

A partir dos objetos encontrados em cada área explorada Theodoro Bischoff (1928) produziu representações sobre os habitantes que nestes locais um dia viveram. Para além da classificação racial em que os brancos/europeus estariam no topo, ainda, há a hierarquização de cada nação indígena, o que evidencia uma perspectiva evolutiva na narrativa do autor.

Assim, para ele existiam povos mais evoluídos, os “civilizados”, e outros não, portanto, classificados como inferiores/primitivos.

O artigo também é rico em imagens, como por exemplo, a imagem mostrada logo abaixo, na figura 6. Nela pode-se ver o desenho de ossadas, que podem ser de animais ou de humanos, elementos encontrados com frequência pelo arqueólogo que relata ao longo do artigo as inúmeras ossadas descobertas nos diferentes sambaquis.

Figura 6 – Imagem de um dos sambaquis explorados por Theodoro Bischoff (1928):



Fonte: BISCHOFF, 1928, p. 35.

Os elementos encontrados pelo arqueólogo em cada sambaqui são essenciais na produção de suas hipóteses científicas. A partir destes semióforos (POMIAN, 1989), o autor (BISCHOFF, 1928) fabricou sua narrativa, encontrou o invisível – como viviam os primeiros humanos no Rio Grande do Sul – acessando os objetos arqueológicos e tornou-os objetos científicos a partir da escrita que comunicava as diferentes representações sobre um passado distante do autor. Além disso, o texto de Bischoff (1928) chegou à revista do museu, pois de certa forma teve autoridade para isto, afinal, o autor, arqueólogo e naturalista, naquele contexto, tinha reconhecimento por parte dos editores da revista, já que seu artigo estava sendo publicado. Portanto, a narrativa científica produzida pelo arqueólogo a partir de

semióforos fabricou representações sobre os antepassados indígenas, a partir do museu⁶⁰ que distribuía a revista a diferentes instituições e pessoas.

O outro artigo que destaco da *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul* foi escrito pelo Terceiro Oficial do museu e historiador, Rosauro Tavares (1928). Chamado *Ruínas dos Sete Povos das Missões* o texto foi produzido a partir de documentos históricos e fotografias daquela região e de objetos advindos destes locais. De acordo com correspondência de Rosauro Tavares enviada ao diretor do museu no dia 28 de fevereiro de 1928, o trabalho intitulado *As Ruínas dos Sete Povos das Missões Orientais* havia sido concluído e estava em anexo a correspondência (RIO GRANDE DO SUL, 1928c, p. 42). Deste modo, percebe-se que o artigo foi fruto de um trabalho do Terceiro Oficial demandado pelo diretor do museu, Alcides Maya. A revista foi publicada em dezembro de 1928, por isso, o trabalho de Rosauro Tavares foi incorporado ao periódico e foi o único artigo relacionado aos povos indígenas, escrito a partir de uma pesquisa feita por um funcionário do museu.

Este artigo tem outra particularidade em comparação com o anterior, pois se localiza na parte do Departamento de História Nacional. O texto de viés histórico cita os povos originários a partir de uma narrativa histórica, algo que até o momento não havia ocorrido. O artigo possui 49 páginas, muitas imagens das ruínas das missões, inclusive de esculturas missionárias que foram doadas ao museu depois da Exposição de 1901, e trata da história da região e das relíquias históricas ali existentes.

O texto sobre as Ruínas das Missões tem uma estrutura cronológica; o autor (TAVARES, 1928) faz uma explicação de cada povoamento de acordo com sua data de fundação, da primeira à última. Assim, a primeira redução destacada por Rosauro Tavares (1928) foi a de São Nicolau, fundada em 1626, sendo considerada pelo autor (TAVARES, 1928, p. 168) “um dos povos mais bem construídos”; ainda destaca que “a edificação era grandiosa, havendo belo e altaneiro templo e moradas confortáveis, quer para os padres, ou para os selvagens, principalmente para os que tinham certa autoridade sobre os outros, tais como os morubixabas ou caciques” (TAVARES, 1928, p. 168 e 170). Neste breve excerto, percebe-se a utilização da palavra “selvagem”, assim como no artigo anterior, para se referir aos povos indígenas, no caso, da redução dos Guarani.

A segunda redução explanada pelo autor foi a de São Miguel, cuja fundação data de 1632. Afirma que esta “teve grande desenvolvimento” (TAVARES, 1928, p. 171) chegando a

⁶⁰ Entre outras instituições que o arqueólogo possa ter tido autoridade para mostrar suas hipóteses arqueológicas.

ser capital da região missioneira, depois de São Nicolau. Seguindo a ordem cronológica, cita o povoamento de São Luiz, também fundado em 1632. Após, destaca o aldeamento de São Francisco de Borja, fundado em 1690; o de São Lourenço, fundado no ano de 1691 e, por último, o de Santo Ângelo, fundado em 1707.

Ao fim da descrição cronológica de cada povoamento, Rosauro Tavares (1928) disserta sobre a organização dos Sete Povos. Neste item, chama a atenção o seguinte trecho:

As aldeias ou povos missioneiros, conforme as descrições dadas eram em geral construídas em forma de grande quadrilátero, com sumptuosa igreja, cheia de dourados e de colunas pelo interior, com vasto colégio, amplo cabildo e outras comodidades, de que são atestadas as magnificências referidas por abalizados autores e as fotografias que ilustram o presente trabalho, as quais nos sugerem uma ideia lucida sobre a passada grandeza das Missões Jesuíticas. (TAVARES, 1928, p. 187).

Aqui, percebe-se a necessidade de mostrar ao leitor o valor histórico das Missões Jesuítico-Guaranis. Ao longo do texto, o autor (TAVARES, 1928) repete a importância da região missioneira na história do Rio Grande do Sul, principalmente no item do artigo chamado *Salvamento das ruínas dos Sete Povos*. Nele, é dito que o Estado procurou compreender a significância histórica das ruínas, principalmente a partir dos “esforços daqueles que sinceramente se interessam pelo enaltecimento da nossa gloriosa história e lugares que lhe evocam vida e refulgência, entre os quais, grandes patriotas, cumpre notar brilhante escritor gaúcho dr. Alcides Maya” (TAVARES, 1928, p. 224). Rosauro Tavares (1928) não deixou de enaltecer seu chefe, diretor do Museu Júlio de Castilhos, Alcides Maya, este que, de acordo com o autor do artigo, fez:

[...] baixar o Regulamento de Terras de 10 de agosto de 1922, no qual se consigna o seguinte: Art. 24º - Serão mantidos no domínio público, ou trazidos para este e devidamente conservados, os lugares notabilizados por fatos assinados da evolução do Estado. Em virtude e no cumprimento desta prescrição regulamentar, a Secretaria de Estado das Obras Públicas determinou a respectiva Diretoria de Terras que, por intermédio de sua comissão localizada em Santa Rosa, tomasse posse das ruínas [...] e realizasse os serviços necessários ao salvamento das ruínas [...] As fotografias que ilustram este pequeno apanhado histórico mostram já o trabalho realizado pela dita comissão. (TAVARES, 1928, p. 224).

Assim, nota-se que desde antes de se tornar diretor, Alcides Maya já estava envolvido no processo de historicização de patrimônios do Rio Grande do Sul, incluindo as Reduções Jesuítico-Guaranis.

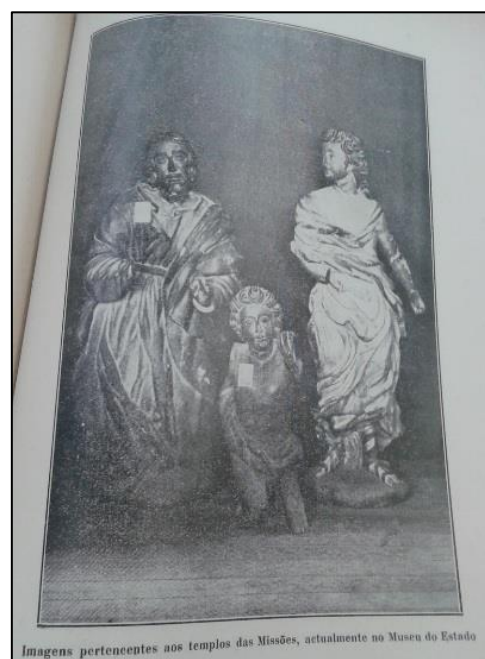
Sobre a história das Missões, é relevante apontar que existiam duas linhas teóricas seguidas por quem escrevia sobre o assunto: a jesuítico-espanhola e a luso-brasileira. A primeira tem-se como exemplo a produção do padre jesuíta Carlos Teschauer, caracterizada por uma escrita da história das Missões que prioriza a ação heroica dos padres jesuítas diante

dos portugueses e dos “selvagens indígenas” que podiam ser catequizados por terem alma. A perspectiva luso-brasileira pode ser exemplificada com a produção textual do historiador Moysés Velhinho, cuja narrativa os Guarani aparecem como inimigos da civilização, por estarem do lado dos padres jesuítas, enquanto que os bandeirantes são representados como heróis (WITTMANN, 2011). Nesse sentido, Thielke (2014, p. 109) aponta que:

[...] nos anos iniciais do século XX houve um exercício por parte dos estudiosos que buscaram contribuir para com o entendimento da reconstituição histórica da formação do Rio Grande do Sul, no sentido de integrar as Missões enquanto parte da História do Estado. Essas referências apontam para uma não homogeneização das ideias que circulavam no Instituto e no próprio Museu Júlio de Castilhos, o que implicou numa coexistência de ideias que privilegiavam um enfoque luso-brasileiro por um lado e, por outro, daquelas que configuravam a tendência historiográfica jesuítico-missioneira. Esta, é importante frisar, privilegiava a atuação dos padres da Companhia de Jesus que, de acordo com os autores acima referidos, promoveram a proteção da unidade territorial do Rio Grande do Sul a partir de sua ação catequizadora e, sobretudo, civilizadora.

Ainda, para Thielke (2014), foi durante a Exposição do Centenário Farroupilha em 1935, que as esculturas missioneiras expostas pelo Museu Júlio de Castilhos, apareceram como objetos/monumentos históricos, dentro de uma narrativa luso-brasileira da história das Missões Jesuítico-Guaranis. Todavia, o artigo aqui analisado, datado de 1928, já apontava para o valor histórico das peças missioneiras do museu, inclusive como se pode ver nas figuras 7, 8 e 9 os objetos advindos das missões foram fotografados e ilustram parte do texto de Tavares:

Figura 7 – Fotografia de esculturas missioneiras do museu:



Fonte: TAVARES, 1928, p. 209.

Figura 8 – Fotografia de peças do museu:



Fonte: TAVARES, 1928, p. 211.

Figura 9 – Escultura Missioneira do Museu



Fonte: TAVARES, 1928, p. 205.

O autor (TAVARES. 1928) inseriu no corpo no texto fotografias de, praticamente⁶¹, todas as peças adquiridas das Missões Jesuítico-Guaranis pelo museu. Este cuidado mostra que os funcionários do Museu Júlio de Castilhos estavam dispostos a classificar estas peças como históricas, pois elas estavam ilustrando um texto da *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul* dentro da seção do Departamento de História Nacional. Mas, e os Guarani como aparecem no texto? Ao longo da publicação, Rosauro Tavares (1928) relata sobre o sofrimento dos indígenas com o fim das reduções, sempre os chamando de “selvagens” ou “selvícolas”, parece ter ao descrever os indígenas, conhecimento sobre as teorias raciais, como se pode observar:

São, tais ruínas, restos de grandiosos monumentos que com a nossa história, em verdade, se relacionam pela sua simples localização em território conquistado por nossos antepassados, a golpes de heroísmo, de ingentes sacrifícios e perdas de preciosas vidas [...] Por outro lado, alguns estabelecimentos missionários marcaram a fundação objetiva de povoações, vilas ou cidades que são, hoje, parte integrante da grandeza do nosso Estado, embora os elementos étnicos que a repovoaram e engrandeceram houvessem promanado de outra fonte sociogênica, fossem filhos de Portugal, ou do Rio Grande primitivo, propugnando pela expansão portuguesa como fator proeminente na formação duma grande pátria luso-americana. (TAVARES, 1928, p. 226).

No excerto acima, Rosauro Tavares (1928) deixa nítido a visão evolucionista ao frisar que a história da região missioneira é grandiosa devido à ação dos heróis portugueses, ou seja, do homem branco/europeu. E ainda destaca que apesar da região ter uma “mistura” sociogênica entre portugueses e “primitivos” do Rio Grande, os locais que formaram cidades “parte integrante da grandeza e nosso Estado” (TAVARES, 1928, p. 226) foram consequência da expansão portuguesa.

Nos dois artigos destacados, nota-se um elo em comum: a ideia de inferioridade dos indígenas, sejam estes povos do passado pré-colombiano ou do período colonial. Os textos publicados no periódico não foram escolhidos pelos editores da revista por acaso, afinal no museu a coleção etnológica era formada por muitas peças arqueológicas, inclusive, muitas advindas de sambaquis do litoral gaúcho, portanto, seria interessante haver textos que falassem sobre estes territórios habitados pelos primeiros humanos do Rio Grande do Sul. O primeiro artigo apresenta estudos arqueológicos sobre os sambaquis rio-grandenses, valorizando os objetos advindos de sambaquis que o museu mantinha sob sua guarda.

⁶¹ Praticamente, pois entre as peças que não foram fotografadas podem-se citar alguns sinos, parte de ruínas e pedras com escritas guaraníticas.

O segundo artigo destoa do primeiro devido ao viés histórico da narrativa do autor. Todavia, mesmo que as ruínas missioneiras tenham sido compreendidas como relíquias históricas, o texto cita os Guarani e os Charrua de forma inferiorizada em relação aos portugueses ou espanhóis. Já, as peças missioneiras⁶², fabricadas pelos Guarani, e que ilustram o texto são lidas como representantes de um episódio da história rio-grandense rico, capaz de produzir relíquias que resistiram à ação do tempo e dos humanos, e que deviam ser salvas tanto no museu, quanto na região missioneira, no caso das ruínas. As confecções dos Guarani se tornam “relíquias”, não porque são obras deste povo, mas por serem fabricadas a partir do contato com o homem branco, no caso, os padres jesuítas.

O museu, local com autoridade, enquanto instituição produtora de conhecimento criava a partir das revistas representações, significados e sentidos sobre os povos originários através de narrativas científicas. Nesse sentido, ao analisar os artigos constata-se que para os autores os povos indígenas eram objetos científicos, raças primitivas a serem estudadas ou eram vistos à margem da história do Rio Grande do Sul.

Assim, para além do espaço físico do museu, as exposições, as coleções e as atividades realizadas, as representações sobre o passado também chegavam à sociedade a partir de publicações no periódico do Museu Júlio de Castilhos. Nesse contexto, atenta-se para os efeitos do mundo textual para com o leitor, efeitos que podem acarretar novas formas de ver e compreender a sociedade (CHARTIER, 1990). Assim, ao ler os artigos da revista, produzida num local com autoridade científica, e aprender que os indígenas eram “selvagens”, “bugres”, “índios”, que tinham um modelo de vida não “civilizado” e sim “primitivo”, o leitor poderia produzir um imaginário sobre os povos originários a partir dos significados dados nos artigos da revista; um imaginário formado pela representação de ser inferiorizado.

3.3 A coleção etnológica em constante formação

A coleção etnológica, formada na direção de Francisco Rodolfo Simch (1903-1925), permaneceu no Museu Júlio de Castilhos, sob os cuidados de outros profissionais, que adquiriram e classificaram novos objetos para a mesma. Como visto na análise da direção de

⁶² Sobre as esculturas missioneiras é importante ressaltar que são fruto da interação cultural dos Guarani e dos padres jesuítas. Nesse sentido, refletem “a existência de duas formas culturais distintas cujo encontro num mesmo plano espaço-temporal engendra novas formas culturais e, sobretudo, uma pluralidade dos empregos e compreensões a partir das distintas apropriações feitas dos objetos” (THIELKE, 2015, p. 48).

Simch, as representações produzidas sob a coleção etnológica estavam dotadas pelos paradigmas da sociedade moderna ocidental. Os sentidos fabricados na coleção etnológica refletiam o complexo fenômeno da colonialidade do saber, o que implicava em representações inferiorizadas acerca dos povos originários em relação às culturas europeias.

Neste subcapítulo, identifico quais as mudanças ocorridas na coleção etnológica durante as gestões de Alcides Maya e, posteriormente, de Emílio Kemp. Deste modo, analiso quais foram as novas aquisições; de que forma os artefatos foram coletados e quais foram os agentes envolvidos na musealização dos objetos. Ainda, busco compreender os sentidos atribuídos à coleção etnológica e identificar transformações nas leituras dos objetos em comparação com a gestão de Simch. Por último, destaco uma característica marcante da administração de Emílio Kemp que foi a fabricação de coleções etnológicas escolares doadas pelo museu para diferentes instituições de ensino.

De acordo com relatórios anuais redigidos por Emílio Kemp, a direção de Alcides Maya prestigiou o Departamento de História Nacional do museu, principalmente, a Seção do Arquivo Histórico, ao mesmo tempo em que negligenciou o Departamento de História Natural e todas as coleções que a compunham, inclusive a etnológica. Nesse sentido, investigo se esta negligência se refletiu na aquisição, classificação e estudo da coleção etnológica durante a administração de Alcides Maya. Primeiramente, importa destacar no quadro 9 os objetos indígenas coletados pelo museu nesta gestão⁶³:

Quadro 9 – Objetos indígenas adquiridos pelo museu durante direção Alcides Maya:

Ano	Descrição do objeto	Forma de aquisição	Local de origem
1926	Objetos não identificados	Doados por Intendência	Bom Jesus (Rio Grande do Sul)
1927	17 peças não especificadas	Doadas por Francisco Spinelli	Fazenda Matemática (sem especificação da cidade)
1928	Crânio indígena	Doado por Dr. Alcides Maya	Sambaqui de Torres (litoral norte do Rio Grande do Sul)
1928	Duas pedras	Doado pelo Secretário da	Palmeiras (Rio Grande

⁶³ O levantamento de dados sobre os objetos adquiridos pelo museu durante a gestão de Alcides Maya foi realizado a partir dos relatórios, livros de ofícios expedidos e recebidos, portanto as informações podem estar incompletas, objetos adquiridos podem ter passado despercebidos.

		Presidência do Estado	do Sul)
1928	Panela	Doado pelo Secretário da Presidência do Estado	Porto Cascalho sobre o rio Uruguai (Rio Grande do Sul)
1929	Tembatá de quartzo hialino, encontrado em uma içaçaba (urna funerária)	Doado por Dr. Carlos T. Gonçalves	Estado de Santa Catarina
1929	Craneologia, esqueleto e indumentária “selvagem”)	Recolhidas pelo Terceiro Oficial do Museu Rosauro Tavares	Caverna em Soledade (Rio Grande do Sul)
1929	Objetos não identificados	Recolhidos pelo diretor e um funcionário do museu	Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul)
1929	Duas urnas	Doadas pelo Intendente Leopoldo Petry	Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul)
1930	Coleção de indumentária indígena	Ofertado por Antônio Gonçalves de Almeida, especialista em antropologia americana	Informação não encontrada
1932	Três flechas	Doadas por Dr. Alfredo Varela	São Paulo (SP)
1933	Objetos não especificados	Doado por sr. Camargo Branco de Bom Jesus (Rio Grande do Sul)	Norte do Estado do Rio Grande do Sul
1937	Coleção de objetos não especificados	Recolhidos pelo funcionário do museu Sr. Augusto Bianchi Filho	Sambaquis de Torres (Litoral Norte do Rio Grande do Sul)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações retiradas dos seguintes documentos históricos: relatórios do museu (RIO GRANDE DO SUL, 1927a, 1928a, 1929a, 1930a), Livro de Ofícios Expedidos (RIO GRANDE DO SUL, 1926b, 1929b) e Livro de Ofícios Recebidos (1926c, 1929c, 1928c, 1929c, 1932c, 1933c, 1937c).

Ao visualizar o quadro 9, percebe-se que a maioria dos objetos, foram adquiridos de cidades do Rio Grande do Sul, o que já ocorria na gestão de Francisco Rodolfo Simch. Isto mostra que houve uma continuação de ações do museu voltadas para o Estado. O quadro também aponta que algumas aquisições foram feitas a partir de excursões de funcionários do museu. Há informações na correspondência do diretor, expedida no dia 17 de maio de 1929, para o secretário da Secretaria do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul sobre uma das viagens. Este documento trata da solicitação por parte do diretor do museu de ajuda financeira para o transporte até Novo Hamburgo, onde o diretor pretendia ir com um

funcionário com o intuito de coletar objetos indígenas lá encontrados (RIO GRANDE DO SUL, 1929b). Geralmente, os funcionários do museu conseguiam financiamento do Estado para as excursões científicas, mas algumas vezes esta ajuda era feita com algumas ressalvas, como se pode ver no ofício recebido do diretor geral da Secretaria do Estado dos Negócios e Saúde Pública por Alcides Maya, em 13 de maio de 1937:

Levo ao vosso conhecimento que S. Excia. o Sr. Governador do Estado autorizou a vossa proposta feita em ofício nº45, de 6 do corrente, com relação ao exame da coleção de artefatos indígenas, que se encontra em Torres, menos com a concessão de diárias ao auxiliar desse serviço, Sr. Augusto Bianchi Filho, 2º oficial dessa Diretoria. A viagem deverá ser feita, como propusestes, pela 'Empresa Expresso Nordeste. (RIO GRANDE DO SUL, 1937c, p. 99).

Mesmo não dispondo do recurso financeiro para diárias, o funcionário Augusto Bianchi Filho foi até Torres, cidade litorânea do Rio Grande do Sul, para investigar o sambaqui encontrado na cidade, e coletar para o museu objetos lá encontrados como se pode conferir na informação descrita no quadro 9. É interessante observar este indício, pois contrapõe a crítica de Emílio Kemp ao mencionar o completo abandono das coleções de história natural por parte da administração de Alcides Maya. Se o diretor Maya tivesse negligenciado as coleções do Departamento de História Natural, não enviaria um funcionário do museu para recolher objetos em outra cidade sem ajuda financeira que custeasse totalmente as despesas do servidor. Outra informação encontrada na documentação que não condiz com o discurso crítico de Emílio Kemp é a seguinte:

(...) Em antropologia e arqueologia, foram recolhidos elementos de calor, ossadas e artefatos de uma caverna existente perto de Soledade. Esta jazida, a despeito de reiteradas indicações desta Diretoria, foi saqueada por particulares, que, após, por preços exorbitantes, para os quais não tínhamos verba, pretenderam vender-nos o que pertencia ao patrimônio do Estado. Ainda assim, conseguimos receber desse depósito, algumas peças interessantes (craneologia, esqueleto e indumentária selvagem). (RIO GRANDE DO SUL, 1929a, p. 210).

No relatório de 1929, Alcides Maya expõe sua preocupação com os frequentes saques na jazida que ainda geravam ofertas de venda para o museu de objetos que o diretor considerava patrimônio do Estado, portanto não deveriam ser saqueados e muitos menos vendidos ao museu. Ainda, comemora por terem conseguido alguns depósitos de materiais da jazida como craneologia, esqueleto e indumentária indígena. O fato do diretor se preocupar com a situação do material arqueológico demonstra que ele não desdenhava tal materialidade, talvez não conseguisse organizar as atividades do museu em prol de ambos os departamentos,

por falta de estrutura física e quantidade de funcionários, problemas que continuaram marcando as diferentes gestões da instituição.

Mas, como era realizado o processo de musealização dos objetos? Qualquer artefato era coletado pelo museu? Tinham preferências? Especificidades? Em um ofício enviado ao Sr. Carlos Karoly Garibaldi em 02 de maio de 1932 encontram-se algumas pistas sobre como os funcionários do museu determinavam se um objeto deveria ou não ser incorporado à coleção etnológica:

O bloco de pedra granítica que vos referís e do qual enviastes um desenho, talvez constitua material para estudos de caráter científico relativo às primitivas populações do Rio Grande do Sul. Não se pode, entanto, avançar um juízo, confiando em informes quando deficientes e à distância. Era preciso que esse bloco fosse recolhido a esse Museu, para ser visto e estudado pelos especialistas. Que pretende dele fazer, o seu proprietário? Quer oferece-lo ao Museu? (RIO GRANDE DO SUL, 1932b, p. 128).

De acordo com Cury (2005) o complexo processo de musealização de um objeto envolve, primeiramente, a seleção deste para o museu. Nesse sentido, o excerto acima demonstra que, naquele contexto, a posição dos agentes do museu em relação à aquisição de um artefato envolvia o recolhimento da peça para o museu, para que ali fosse estudado pelos funcionários, só então, poderia ser feita a seleção do objeto. Assim, quem definia se um objeto deveria fazer parte das coleções do museu eram os próprios servidores da instituição, que também classificavam e colocavam em exposição.

A maioria dos objetos indígenas musealizados pelo Museu Júlio de Castilhos era analisada com base nas premissas da história natural, principalmente, a partir da antropologia e arqueologia. No entanto, alguns artefatos ganhavam outras leituras, como é o caso das esculturas missioneiras que foram confeccionadas pelos Guarani das Missões, que eram entendidas como arte e/ou relíquias históricas (THIELKE, 2014). Nesse contexto, chama atenção o sentido colocado na doação de seis flechas do Estado de São Paulo, no ano de 1932:

Esses exemplares serão incorporados às referidas coleções com a nota de sua procedência, pois que assim constituem mais um documento para o estudo, no futuro, da história dos angustiosos dias por que passou a nossa cara pátria. (RIO GRANDE DE SUL, 1932b, p. 239).

As seis flechas foram incorporadas ao museu a partir de um viés histórico e não antropológico ou arqueológico. Pouco importava, as quais nações indígenas pertenciam as flechas, de quais materiais eram compostas ou para que eram utilizadas, mas sim seu valor enquanto documento histórico, que ajudaria num futuro a análise do período em que a política

brasileira viveu momentos de tensão, devido ao atrito entre o então presidente Getúlio Vargas e os paulistas, descontentes com o governo do gaúcho. Assim, as flechas indígenas, por serem encontradas numa trincheira em meio à “Revolução Paulista”⁶⁴ de 1932, passaram a ganhar outro sentido na leitura feita pelos agentes do museu, deixaram de ser objetos etnológicos para se tornarem documentos históricos, afinal, estavam relacionadas a um episódio que envolvia os homens brancos, portanto, poderiam pertencer à narrativa histórica.

O processo de musealização “inicia-se ao selecionar um objeto de seu contexto e completa-se ao apresentá-lo publicamente por meio de exposições, de atividades educativas e de outras formas” (CURY, 2005, p. 26), no caso da gestão de Alcides Maya, este processo era completado eventualmente, quando o museu participava de algum evento, como na Exposição do Centenário Farroupilha em 1935, onde, inclusive, foram expostas as esculturas missionárias, mas no geral, o museu permaneceu fechado e sem exposições. Diferente foi o caso da administração de Emílio Kemp, marcada pela reabertura da instituição ao público e pelo esforço do diretor para que o museu, a partir de suas exposições, tivesse uma função educativa, como se pode observar no excerto abaixo:

Todas as seções de História Natural estão sendo conservadas com todo o zelo e aumentadas com as devidas aquisições que podemos fazer, são elas procuradas sempre com grande interesse pelo público e principalmente pelos professores e alunos dos estabelecimentos de ensino primário e secundário. (RIO GRANDE DO SUL, 1940a, p. 76).

No trecho retirado do relatório de 1940, Emílio Kemp registra o trabalho de conservação realizado nas coleções de história natural e o aumento delas devido às novas aquisições. Além disso, o diretor aponta o interesse público para com as coleções, principalmente, dos professores e alunos, característica marcante da gestão de Kemp, o olhar pedagógico sob as atividades do museu. Antes de analisar como Emílio Kemp e os demais funcionários trabalharam com a coleção etnológica, desde aquisição de objetos até sua exposição, importa observar no quadro 10 quais foram os objetos adquiridos pelo museu, como foram adquiridos e de onde vieram:

⁶⁴ A “Revolução Paulista” ou “Constitucionalista” de 1932 foi um conflito armado entre paulistanos, insatisfeitos com o Governo Federal, e Getúlio Vargas, presidente do Brasil. Os paulistanos lutavam pela constitucionalização do país, e entendiam São Paulo, como um estado autônomo e superior economicamente aos demais. O conflito durou cerca de 3 meses, os paulistanos acabaram não resistindo ao poder militar do Governo Federal. Apesar da vitória, Getúlio Vargas passou a ver a elite paulista com mais importância política e econômica, por outro lado, os derrotados, passaram a compreender que não deviam bater de frente com o Governo.

Quadro 10 – Objetos indígenas adquiridos pelo museu durante direção Emílio Kemp:

Ano	Descrição do objeto	Forma de aquisição	Local de origem
1941	Machado	Doado por Januário Correia	Informação não encontrada
1942	Várias pedras e artefatos	Doado por Alcides Cazimbra	Informação não encontrada
1942	Peças líticas e outros artefatos	Permuta com o Instituto de Arqueologia e Linguística e Folclore da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina	Córdoba (Argentina)
1942	Machado de pedra “utilizado pelos bugres” (RIO GRANDE DO SUL, 1942a)	Ofertado pelo coronel Augusto Januário Correio	Sapucaia (Rio Grande do Sul)
1942	Cachimbo	Ofertado por Olympio Gomes, Oficial Administrativo do Museu Júlio de Castilhos	Em uma casa na rua Joaquim Nabuco, Porto Alegre (Rio Grande do Sul)
1943	Uma caixa com “fabricada por indígenas da região” (RIO GRANDE DO SUL, 1943a)	Doadada pelo suíço Jorge Barbieux	Passo Fundo (Rio Grande do Sul)
1943	Objetos de indígenas chamados “tapes” pelos bandeirantes	Doado por Artur Ferreira Filho	Vacaria (Rio Grande do Sul)
1943	Igaçaba	Doadada por Alvaro Martins	Passo Fundo (Rio Grande do Sul)
1944	Dois adornos de um colar indígena, dois tembetás um de osso e outro de cristal	Doação	Informação não encontrada
1946	6 flechas	Doados por Léo Schulz	Goiás
1947	Sepultura indígena	Ofertado por Tito Carvalho	Porto Alegre (Rio Grande do Sul)
1948	1 machado, 1 mão de pilão, 1 quebrador de caroços de 1 orifício, 1 quebrador de caroços de 3 orifícios	Material recolhido de sambaqui pelo conservador e restaurador do Museu Júlio de Castilhos, Ascanio Ilo Fredini	Sambaqui, Torres (Litoral Norte do Rio Grande do Sul)
1948	Diversos artefatos	Doado por Rui Rubens	Sambaqui, Torres

		Ruschel	(Litoral Norte do Rio Grande do Sul)
1949	Panela	Doado pelo Dr. Helio Palmeiro da Fontoura	Porto Alegre (Rio Grande do Sul)
1949	Bengala com enfeites indígenas	Doação	Informação não encontrada
1949	Soquete	Doado pelo professor Ruy Ruben Ruschel	Sambaqui Torres (Litoral Norte do Rio Grande do Sul)
1949	Uma igaçaba e fragmentos de outra	Doado por A. Dimer	Sambaqui Torres (Litoral Norte do Rio Grande do Sul)
1950	Mão de pilão, alisador, machado de pedra (tipo média), machado tipo comum, machado fragmentado, três boleadeiras, uma boleadeira com entalhe, um quebrador de caroços	Recebido pelo museu sem identificação do doador	Informação não encontrada

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações retiradas dos seguintes documentos históricos: relatórios do museu de 1942 (RIO GRANDE DO SUL, 1942a), Livro de Ofícios Expedidos (RIO GRANDE DO SUL, 1943b, 1947b, 1950b) e Livro de Ofícios Recebidos (1941c, 1942c, 1943c, 1944c, 1946c, 1948c, 1949c).

A partir das informações existentes no quadro 10 pode-se observar a continuação na busca e aquisição de objetos advindos de cidades rio-grandenses, salve algumas exceções, como as seis flechas adquiridas de Goiás e a permuta feita com o Instituto de Arqueologia e Linguística e Folclore da Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina. Ainda, observa-se que houve um aumento de aquisições de objetos indígenas significativo durante a gestão de Emílio Kemp em comparação com a de Alcides Maya. Infelizmente, muitos objetos não estão especificados na documentação consultada, ou seja, existem informações sobre objetos indígenas doados ou adquiridos, mas não o que eram ou à quais povos pertenciam.

Um frequente relato de Emílio Kemp encontrado na documentação histórica diz respeito à tentativa do diretor em demonstrar seu esforço para com as atividades do museu, mesmo que para isso não tivesse verba suficiente. Além disso, Emílio Kemp procurava dar ênfase a estas atividades comparando-as com as da gestão anterior, como pode-se ver no trecho seguinte:

[...] podemos afirmar que não são insignificantes as nossas coleções de História Natural. Pequenas eram ou nulas mesmo, quando assumimos a direção desta Repartição, hoje, podemos afirmar, que as suas coleções estão muito aumentadas e se não se encontram completas é devido a insignificância das verbas destinadas a aquisição de exemplares. (RIO GRANDE DO SUL, 1948b, p. 195).

A comparação das coleções realizada pelo diretor em relação à administração de Alcides Maya pode soar como uma crítica à gestão anterior, mas também pode ter sido uma forma encontrada pelo diretor de sensibilizar o Estado para com o trabalho que o então gestor do museu realizava. Assim, se Emílio Kemp e o grupo de profissionais que liderava conseguiam executar tarefas antes não realizadas, com pouca verba, imagina se o museu recebesse ajuda financeira suficiente, o que poderia ser feito? Talvez, teria sido este o recado que o diretor gostaria de passar aos seus superiores através de correspondências e relatórios anuais de atividades do museu.

Como relatado anteriormente, Emílio Kemp desejava preparar as coleções do museu para que estas fossem expostas ao público. Ao analisar alguns relatórios anuais escritos pelo, então, diretor, percebe-se a intenção do mesmo para que as coleções ficassem devidamente organizadas com “exemplares perfeitos” para serem expostas, como se pode ver no seguinte excerto:

Sendo os museus núcleos de preparação cultural, tenho procurado, dentro da exiguidade das verbas de que dispomos, melhorar as coleções existentes no Museu já preparando-as melhor já acrescentando-as novos exemplares, de modo que cada seção apresente exemplares perfeitos e mais numerosos, nos seus mostruários. (RIO GRANDE DO SUL, 1942b, p. 302).

A fim de melhorar as coleções, Emílio Kemp procurou enviar ao secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul um pedido para que os prefeitos enviassem objetos históricos e de valor científico ao museu. Sobre os objetos indígenas, o diretor enviava o seguinte pedido:

Objetos indígenas de qualquer tipo e feitio, inclusive os de uso doméstico, utensílios para pesca, caça e trabalhos no corte de árvores, matos, etc. Tudo que se prende a vida dos índios é de grande interesse para as coleções do museu. (RIO GRANDE DO SUL, 1942b, p. 46).

Diferente da gestão de Alcides Maya, que prezou por buscar documentos históricos, Emílio Kemp deu atenção aos objetos históricos e científicos, o que incluía artefatos indígenas. No excerto acima, se pode observar que para o diretor qualquer objeto indígena era considerado valioso para o museu, não havia uma preferência, desde que fossem classificados como elementos utilizados por indígenas. Nesse sentido, a tabela 3 apresenta a quantidade de objetos existentes na coleção etnológica entre os anos de 1942 e 1951:

Tabela 3 – Quantidade de objetos da coleção etnológica (direção Emílio Kemp):

Ano	Objeto	Quantidade
1942 – 1945	De pedra	700
1942 – 1945	De madeira	240
1942 – 1944	De fibra	07
1942 – 1944	De barro	403
1942 – 1944	De palha	22
1942 – 1944	Adornos	52
1942 – 1944	Antropologia (crâneos)	2
1944 – 1944		Total: 1426
1945	De pedra	702
1945	De madeira	240
1945	De fibra	7
1945	De barro	403
1945	De palha	22
1945	Adornos	54
1945	Antropologia (crâneos)	2
1945		Total: 1430
1946	De pedra	703
1946	De madeira	246
1946	De fibra	9
1946	De barro	403
1946	De palha	24
1946	Adornos	54
1946	Antropologia (crâneos)	2
1946		Total: 1441
1947 – 1951	De pedra	705
1947 – 1951	De madeira	250
1947 – 1951	De fibra	10
1947 – 1951	De barro	405
1947 – 1951	De palha	25
1947 – 1951	Adornos	55
1947 – 1951	Antropologia (crâneos)	2
1947 – 1951		Total: 1452

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos documentos históricos chamados *Coleções Culturais Museu Julio de Castilhos Peças, Segundo as Coleções* (RIO GRANDE DO SUL, 1944c, 1945c, 1946b, 1947b, 1951b).

Na tabela 3, visualiza-se que o número maior de peças era de pedra e o de menor quantidade, de fibras. Na Seção de Antropologia, existiam dois crâneos e estes permaneceram em igual quantidade em todo o período apresentado no quadro. A quantidade de objetos por tipo de material foi retirada do documento *Coleções Culturais do Museu Júlio de Castilhos Peças, Segundo as Coleções*, presente em diferentes livros de correspondências expedidas e recebidas. Visto isso, questiona-se o porquê da classificação ser realizada por materialidade e não por uso (doméstico, de guerra, etc), como anteriormente já foi apontado⁶⁵. Na tentativa de responder tal questionamento recorre-se a uma correspondência expedida ao secretário da Educação e Cultura no ano de 1943:

Assim procedendo, esta Diretoria tem encontrado da parte do porteiro sr. Carlos Thomas Duarte o mais dedicado e prestimoso auxílio dado o gosto por trabalhos desta natureza e sua dedicação ao Museu onde serve há 17 anos. Encarregado de organizar a seção de arqueologia indígena, houve-se de tal forma que conquistou confiança e assim, depois, foi lhe entregue para o mesmo fim a seção de numismática, onde se encontram coleções valiosas que estavam completamente abandonadas e amontoadas no porão do edifício, apesar do seu valor intrínseco [...] Foi entregue a esse funcionário a continuação de zelar e manter em condições de ser estudada não só esta coleção como a de arqueologia indígena [...] Dada a circunstância de não ser possível esse funcionário abandonar a Portaria nas horas de expediente do Museu, esses serviços são feitos fora desse horário com prejuízo do seu descanso e com grande proveito e economia para esta Repartição. (RIO GRANDE DO SUL, 1943b, p. 224).

A correspondência acima mostra que as coleções etnológica e arqueológica foram organizadas pelo porteiro Carlos Thomas Duarte, que as classificou por materialidade. Todavia, esta classificação foi feita, especificadamente, para fins de realização do documento *Coleções Culturais do Museu Júlio de Castilhos Peças, Segundo as Coleções*, pois na Sala Alcides Maya, os objetos estavam organizados em armas, instrumentos, objetos de cozinha e uso doméstico, e ainda, contava-se com as esculturas missionárias do século XVIII (RIO GRANDE DO SUL, 1947b). Aqui é importante retomar o que já foi afirmado neste capítulo quando se explicava como os departamentos eram organizados; os funcionários do museu exerciam funções diversas além das que eram contratados para exercer. Assim, o porteiro Carlos Thomas Duarte, que em teoria, deveria realizar tarefas cabíveis ao seu cargo, acabou executando atividades que deveriam serem feitas por técnicos, se houvessem técnicos suficientes.

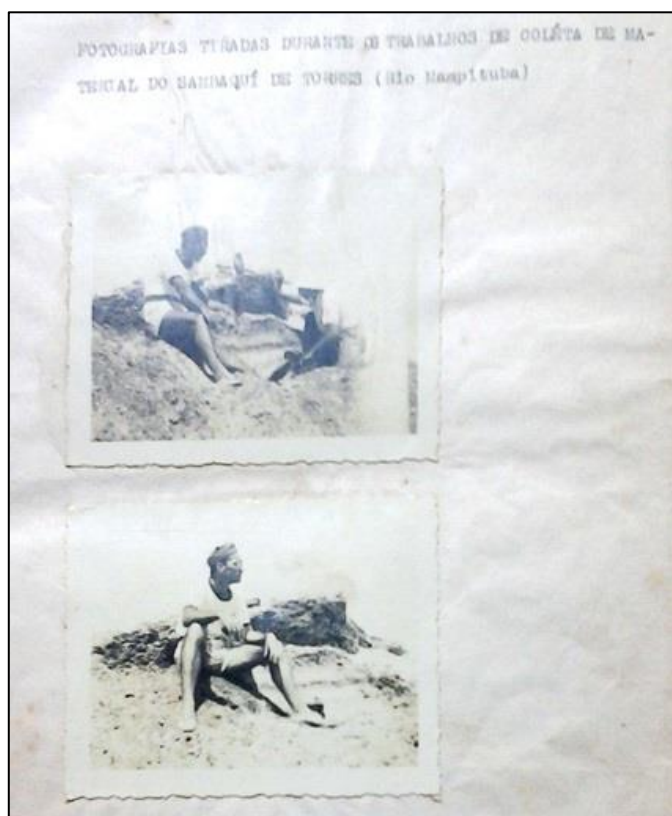
⁶⁵ Durante a gestão de Francisco Rodolfo Simch os objetos indígenas foram classificados de acordo com o sentido de uso compreendido pelos funcionários do museu, que dividiram os objetos em: Armas, Utensílios, Adornos e Produtos de Indústria como se pode ver no capítulo 2.

Nesse sentido, observa-se que diferentes funcionários do museu participavam do que se entende como processo de musealização. Exerciam funções diversas, por falta de trabalhadores suficientes. Assim, o porteiro “virava” técnico; o técnico se virava como podia e assim o museu ia sendo administrado. Se a classificação e a organização de objetos indígenas eram realizadas pelo porteiro, Carlos Thomas Duarte a busca por novas aquisições através de expedições científicas era feita por outro funcionário, o conservador e restaurador Ascanio Ilo Fredini. É o que informa um relatório de trabalho realizado em 1948 em um sambaqui de Torres, litoral rio-grandense. Sobre o material indígena encontrado no sambaqui o relatório informa que:

Uma parte do trabalho foi dedicada a coleta de grandes quantidades de fragmentos de cerâmica indígena, existentes na superfície do sambaqui [...] Observando-se o desenho da cerâmica poder-se-há avaliado estágio cultural do homem que ali viveu. É uma prova da existência do homem na região dos sambaquis e do contato mesmo com o depósito de conchas que constituem o sambaqui. (RIO GRANDE DO SUL, 1948b, p. 05).

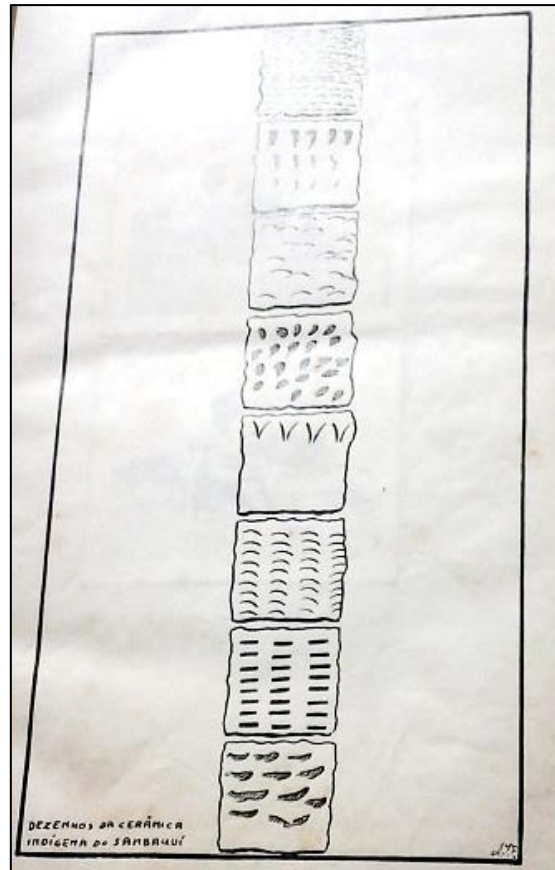
No mesmo relatório existem algumas fotos da expedição e também desenhos das cerâmicas encontradas, como se pode observar nas figuras 10 e 11:

Figura 10 – Fotografia da Expedição em Torres:



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1948b, p. 10.

Figura 11 – Cerâmicas encontradas em sambaqui de Torres:



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1948, p. 09.

A figura 10 mostra dois homens sentados no que poderia ser parte do sambaqui encontrado em Torres. Estes dois homens podem ser o restaurador, Ascanio Ilo Fredini, e o professor, Ruy Ruben Ruschel, que auxiliou o funcionário do museu na pesquisa. Não é possível afirmar com precisão que sejam eles, pois não há informação sobre as fotos na documentação histórica consultada, mas como as fotos estavam colocadas no relatório elaborado por Ascanio Ilo Fredini, deduz-se que sejam eles. Já a figura 11 se trata de um desenho das cerâmicas, classificadas como indígenas pela descrição do desenho, encontradas no sambaqui. Sobre os sambaquis o diretor considerava que eles eram:

[...] importantes depósitos de restos de toda espécie acumulados, principalmente, nas costas marinhas não só do nosso país como de outras regiões e continentes, constituem preciosos acervos de documentos que os estudiosos de arqueologia, paleontologia e antropologia examinam, estudam, classificam no empenho de desvendar e fixar, sistematicamente, a raça, os hábitos, os costumes, a vida, enfim, dos primitivos habitantes de zonas, regiões e continentes. Os sambaquis do Rio Grande têm prestado assinalados serviços ao estudo e classificação da nossa arqueologia [...] venho trazer ao conhecimento de Vossa Excelência que existem ainda na costa do Rio Grande vários sambaquis [...] entre esses sambaquis encontra-se um na praia do município de Torres que fiz localizar e registrar pelo funcionário

desta Repartição sr. Ascanio Ilo Frediani [...]. (RIO GRANDE DO SUL, 1949b, p. 292).

No excerto acima o diretor deixa registrado que os sambaquis e os objetos encontrados nestes “depósitos de toda espécie acumulados” são acervos de documentos para que antropólogos, arqueólogos e paleontólogos estudem a raça dos que um dia habitaram aquelas regiões. No mesmo documento, o diretor expõe que seriam os museus os locais onde estes objetos deveriam ser guardados. Nesse sentido, os objetos encontrados nos sambaquis ao serem musealizados se transformariam em objetos científicos, pois ajudariam a dar sentido a um passado desconhecido. Através destes objetos, os funcionários do museu ou pesquisadores da temática acessariam o mundo invisível, as “raças primitivas” do Rio Grande do Sul a partir do visível, as peças indígenas. Ainda interessante destacar a necessidade do diretor em afirmar que os locais onde estes objetos deveriam ser salvaguardados era o museu; esta informação mostra que Emílio Kemp, também compreendia que a instituição museal era um espaço de pesquisa.

3.3.1 Coleções para grupos escolares

Durante a gestão de Emílio Kemp a coleção etnológica do museu além de ser alimentada por novas aquisições, também foi destituída de algumas peças, que foram encaminhadas a diferentes instituições de ensino. Foram muitas as escolas que receberam doações de objetos indígenas do museu para formarem seus museus escolares, muitas delas solicitavam as peças por correspondências ou ao visitarem a instituição. Nesse sentido, tem-se a hipótese de que o Museu Júlio de Castilhos poderia ser referência no Rio Grande do Sul em estudos relacionados com os povos indígenas, pois detinha uma quantidade significativa de objetos em sua coleção etnológica.

Para compreender como e por que o museu efetuou doações para instituições de ensino produzirem museus escolares é importante refletir sobre o conceito de museu escolar e sua relevância naquele contexto da década de 1940. Felipe Contri Paz (2015) expõe que o conceito de museu escolar não é um consenso entre os pesquisadores, pois designava diferentes materialidades e espaços que de alguma forma estavam relacionados com a educação. Para Zita Possamai (2012, p. 08) os “museus escolares reuniam coleções de artefatos destinados ao auxílio do professor no ensino das diversas matérias previstas no

currículo escolar”, estes locais poderiam ser chamados de laboratórios, gabinetes e museus escolares, mas todos serviam para o mesmo fim, ser uma ferramenta pedagógica, inspirada pelo Método Intuitivo e sua estratégia de ensino denominada por Lições de Coisas. Importante salientar que no Brasil, o surgimento dos museus de história natural bem como a adoção de Lições de Coisas ocorreu num mesmo contexto, havendo, inclusive, diálogo entre instituições de ensino e museus, pois o método de ensino ligado ao empirismo científico era utilizado nos estudos das ciências naturais, presentes tanto nos museus, quanto nas escolas.

No caso do Rio grande do Sul, Zita Possamai (2012) explica que Lições de Coisas foi considerada uma metodologia de ensino a partir da constituição da República. Foi com o Decreto 89/1897, o qual visava a organização da instrução primária que Lições de Coisas apareceu como método pedagógico, chegando a ser decretado que o livro seria apenas um auxiliar no processo de aprendizagem, pois o que deveria ser frequentemente utilizado era o Método Intuitivo. Nesse sentido, desde o final do século XIX e início do XX este método era aplicado nas escolas ou pelo menos era legalmente aceito como instrução pedagógica. Neste processo, o Museu Júlio de Castilhos teve uma significativa participação, pois durante a direção de Francisco Rodolfo Simch, a instituição produziu 1000 coleções de 110 exemplares vinculados aos estudos da história natural, enviadas às escolas do Rio Grande do Sul (POSSAMAI, 2012).

Assim, percebe-se que a doação de peças do museu para escolas não foi uma novidade do diretor Emílio Kemp, pois o museu já fazia isso desde sua primeira direção. No entanto, a novidade residiu na quantidade de doações e na tipologia dos artefatos, pois os indícios encontrados no corpus documental evidenciam que as doações, especificamente, de objetos indígenas para museus escolares, foram frequentes. Por que este *boom* de solicitações ao Museu Júlio de Castilhos durante as décadas de 1930 e 1940? De acordo com Felipe Contri Paz (2015), as instituições de ensino, principalmente, as escolas básicas aplicavam as teorias raciais ou racialistas da mesma forma que ensinavam sobre qualquer outro assunto relacionado às ciências naturais. Assim, alguns museus escolares, além de terem objetos ligados à fauna e à flora, também possuíam bustos humanos que representavam diferentes raças, as quais deveriam ser estudadas. Ainda, Paz (2015, p. 46) aponta que foi nas décadas de 1920 a 1940 que as escolas “acabariam por aumentar o investimento nos temas raciais [...] período marcado por preocupações étnicas em todo o mundo, por eventos como os congressos de eugenia no Brasil, e pelo Governo Vargas (1930-1945)”.

Além dos bustos humanos (PAZ, 2015), alguns museus escolares também eram compostos por objetos indígenas, os quais como já foi citado pelo diretor Kemp, serviam

como documentos para antropólogos e arqueólogos compreenderem as “raças primitivas”. É nesse contexto que o Museu Júlio de Castilhos acabou se tornando fornecedor de materiais para as escolas, pois possuía uma coleção etnológica formada por mais de 1000 objetos, e era a referência de museu no Rio Grande do Sul nesse assunto. Uma correspondência recebida em 1932 deixa uma pista em relação ao interesse do diretor Emilio Kemp em estudos sobre os povos indígenas, antes mesmo de ser diretor do museu:

O sr. Dr Emilio Kemp, diretor da Escola Normal, solicita a esta diretoria a sua cooperação no sentido de concorrer à exposição de objetos que evocam a vida doméstica dos primitivos povos do Brasil. Esta Repartição, pode, de fato, concorrer de modo eficiente aquela exposição, notadamente quanto à indumentária dos ameríndios, pois possui exemplares magníficos e em excelente estado de conservação. Julgando de grande utilidade o concurso solicitado pelo referido diretor, queira Vossa Excelência dar a indispensável autorização, certo de que os objetos expostos serão guardados com o máximo zelo e carinho. Essa exposição será feita na próxima sexta-feira, sendo, por isso, de urgência a determinação de Vossa Excelência. (RIO GRANDE DO SUL, 1932c, p. 251).

No excerto acima, Emílio Kemp, quando era diretor da Escola Normal, solicitava ao Museu Júlio de Castilhos, na época administrado por Alcides Maya, objetos indígenas para serem expostos a fim de evocar “a vida doméstica dos primitivos povos do Brasil”. Prontamente, o diretor Alcides Maya, solicitou ao secretário para que fosse autorizado o empréstimo de objetos para a exposição, que possivelmente, tenha ocorrido. Assim, tem-se a hipótese que desde a época em que era funcionário de outro estabelecimento, Emílio Kemp, já apresentava interesse em expor peças indígenas, talvez durante sua administração, influenciasse as escolas a pedirem objetos indígenas, ou se mostrasse mais aberto às doações destas peças. Portanto, durante as décadas em que as discussões sobre as teorias raciais eram frequentes no Brasil, o diretor do museu poderia ser uma referência dos diretores de escolas para solicitarem objetos indígenas, formarem seus museus escolares e, a partir disso, normatizarem as teorias racialistas nas escolas. No quadro 11 são apresentados os objetos indígenas doados pelo Museu Júlio de Castilhos para instituições escolares:

Quadro 11 – Materiais indígenas remetidos a instituições de educação (1944-1947):

Instituições	Ano	Artefatos indígenas
Grupo Escola Inácio Montanha	1944	Uma mão de pilão em duas partes Um machado grande Um machado pequeno Um machado plano Três boleadeiras Três bolas

		<p>Uma pedra para jogo</p> <p>Dois machados lascados</p> <p>Três peças utensílios</p> <p>Um arco de flecha completo com pontas de madeira lisa, dentilhada, caso e taquara</p>
Grupo Escolar Dona Leopoldina	1944	<p>Uma metade de pilão</p> <p>Um machado grande</p> <p>Dois machados médios</p> <p>Três machados planos</p> <p>Três machados pequenos</p> <p>Duas boleadeiras</p> <p>Dois machados lascados</p> <p>Um alisador</p> <p>Um quebrador de caroços</p> <p>Um machado com entale</p>
Escola Normal Nossa Senhora da Medianeira de Bento Gonçalves	1944	<p>Uma metade de pilão</p> <p>Um machado grande</p> <p>Dois machados médios</p> <p>Três machados planos</p> <p>Três machados pequenos</p> <p>Duas boleadeiras</p> <p>Dois machados lascados</p> <p>Um alisador</p> <p>Um quebrador de caroços</p> <p>Um machado com entale</p>
Faculdade Livre de Ciências e Letras ⁶⁶	1944	<p>Dois machados polidos sem entalhe</p> <p>Dois machados polidos com entalhe simples</p> <p>Um machado polido facetado</p> <p>Meio machado circular</p> <p>Um machado lascado</p> <p>Uma ponta de lança em bruto</p> <p>Um machado polido</p> <p>Quatro boleadeiras polidas</p> <p>Uma mão de pilão</p> <p>Três quebradores de caroços duplos</p> <p>Um mó</p>

⁶⁶ A única exceção neste quadro é a doação feita para a Faculdade Livre de Ciências e Letras que não faria um museu escolar, mas sim um museu etnológico dentro do seu espaço institucional (RIO GRANDE DO SUL, 1944b).

		Um quebrador de caroços
Instituto de Educação	1946	Um machado circular inacabado Um machado sem entalho Um machado plano Um machado sem entalho pequeno Um machado plano grande Um machado oval grande Um machado roliço Um machado oval pequeno Um boleadeira Três boleadeiras pequenas
Colégio São Carlos de Guaporé	1947	Boleadeiras Uma mão de pilão Um apontador de flecha Quebradores de caroços Um machado de pedra (pedra lascada) Um machado de entalho Machados de pedra (pedra polida) Um arco de flecha Uma flecha com ponta de taquara Uma flecha com ponta de madeira dentilhada Um marrecão socó branco

Fonte: RIO GRANDE DO SUL (1944b, 1946b, 1947b).

O quadro 11 apresenta uma compilação de informações encontradas na documentação consultada sobre os objetos indígenas que o Museu Júlio de Castilhos doou para escolas. No total, foram cinco escolas e uma faculdade que receberam as doações do museu no período de 1944 a 1947⁶⁷. Somando as doações tem-se o valor aproximado⁶⁸ de 90 objetos, estes que foram doados por serem exemplares duplicados que o museu tinha.

Os registros sobre as doações realizadas pelo museu para escolas eram enviados para a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, na época secretaria a qual o Museu Júlio de Castilhos estava vinculado. Não foram encontradas correspondências de solicitações das escolas para o museu, exceto da Faculdade Livre de Ciências e Letras, que, em 1943,

⁶⁷ Este recorte temporal foi realizado devido aos documentos históricos, pois somente neste período encontraram-se informações a respeito das doações de objetos indígenas guardados pelo museu para instituições de ensino dentro do período gerenciado por Alcides Maya e Emílio Kemp.

⁶⁸ Aproximado, pois em algumas informações não há o número exato de objetos, exemplo, a doação de boleadeiras para o Colégio São Carlos de Guaporé.

solicitava materiais indígenas para constituir o futuro museu etnológico da faculdade (RIO GRANDE DO SUL, 1943c). Talvez, as escolas por visitarem frequentemente o museu e terem abertura do diretor Emílio Kemp, possam ter feito seus pedidos pessoalmente através dos próprios professores que acompanhavam os estudantes nas visitas. Já correspondências de agradecimentos foram encontradas como a do Grupo Escolar Dona Leopoldina vista no trecho a seguir:

Recebemos com grande entusiasmo o valioso material enviado para o museu que estamos organizando neste Grupo Escolar. Por tanta bondade, agradecemos (alunos do terceiro ano e professora Nelly Velasques de Souza). (RIO GRANDE DO SUL, 1944c, p. 59).

Este agradecimento é feito em nome dos estudantes e de uma professora, que provavelmente visitaram o Museu Júlio de Castilhos e lá solicitaram peças indígenas para montarem um museu escolar ou o aprimorem com os materiais recebidos. Esta hipótese se sustenta, pois, a relação entre o diretor Emílio Kemp com as escolas aparece inúmeras vezes na documentação histórica. O gestor não escondia sua preferência em pensar as atividades do museu para as instituições de ensino, de fato o diretor tinha uma visão pedagógica do museu, fazia questão de abrir as portas do estabelecimento para escolas, professores e estudantes.

3.4 Museus: *verdadeiros institutos de ensino*

Neste subcapítulo investigo quais representações sobre os povos indígenas foram produzidas a partir de uma visão pedagógica de museu, além disso, reflito sobre o alcance destas representações no campo da educação através de uma instituição museológica. O museu como uma instituição de ensino foi defendido pelo diretor Emílio Kemp em relatórios anuais, em projetos e em correspondências enviadas. No relatório de 1948, o gestor afirmava que os museus eram instituições de ensino, como se pode ver:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência os museus não são simples mostruários de antiguidades, de objetos notáveis pelo seu valor histórico e científico, ou de curiosidades por qualquer circunstância, porém, verdadeiros institutos de ensino, podemos dizer colégios para o ensino de todos os graus, inclusive o superior, e é nesse sentido que os museus são hoje considerados em todo o mundo civilizado. [...] Visando a finalidade educacional que é preenchida pelas explicações e verdadeiras aulas ministradas pelos funcionários da casa, isso todos os dias, professores e alunos de institutos de ensino partindo do primário até academias superiores, visitam o Museu e as suas salas e coleções são postas às suas disposições para aulas. Assim de 1939 até 1948 foram ministradas aulas por 496 professores a 9.669 alunos, o que é um número lisonjeiro. (RIO GRANDE DO SUL, 1948a, p. 194 e 195).

Para refletir sobre o trecho acima, é importante retomar o que já foi dito no segundo capítulo desta dissertação. As atividades realizadas nos museus, as narrativas construídas, as coleções adquiridas, as exposições produzidas, tudo, passava pelos interesses dos seus diretores e de suas relações com os agentes políticos das regiões em que estas instituições se localizavam. Emílio Kemp tinha experiência na área de educação, já tinha sido diretor da Escola Normal, este campo lhe era conhecido, portanto, não era de se estranhar que ele daria ao museu *status* de local de ensino. O diretor olhava tanto para o público estudantil e de professores que fazia levantamentos de quantos professores, alunos visitavam o museu; do público total, este era o único recorte de grupo que Kemp fazia, como se pode ver na tabela 4:

Tabela 4 - Visitações 1939 – 1947:

Ano	Professores	Alunos	Terças e quintas	Quartas e domingos	Total
1939	3	27	3645		3543
1940	8	72	4685		4685
1941	30	440	3534		3534
1942	42	915	5639		5639
1943	61	1120	7769	3404	11325
1944	65	1080	6626	7769	14395
1945	81	1210	7586	15729	
1946	86	1472	6875	8705	15580
1947	66	880	6997	8950	15947
TOTAL	442	7216	53758	36414	90373

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1948a, p. 26.

As informações existentes na tabela 4 foram retiradas do relatório de atividades do museu de 1948. O quadro aponta para um aumento do público estudantil, de professores e do público em geral no decorrer dos anos (1939-1947), o que refletia o desejo do diretor: fazer do

museu uma instituição de ensino. Foram muitas as correspondências enviadas pelo diretor: para o secretário de Educação e Cultura com tabelas informando o número de estudantes, professores e escolas que visitavam o museu, isto indicava o quanto Kemp se preocupava em informar este aspecto das atividades do museu.

Todavia, não era só para o público estudantil que o museu abriu suas portas. Um exemplo disso foi quando se incluiu mais dois dias de visitação do público, nos domingos das 14h00min às 17h00min e quartas-feiras à noite, para que os trabalhadores pudessem visitar a instituição, como se pode ver na correspondência expedida ao secretário de Educação e Cultura do Estado:

Comunico a Vossa Excelência, que ontem, domingo, 1º do corrente, foi iniciado o novo horário de visitação pública aos domingos das 14 às 17 horas e quartas-feiras à noite, além do horário antes estabelecido às terças e quintas-feiras das 13 às 17 horas, tendo sido o número de visitantes de 77 pessoas. (RIO GRANDE DO SUL, 1943b, p. 197).

A ampliação de horários foi um pedido realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas através do secretário da Educação e Cultura, que atendeu ao pedido e ordenou o diretor para que executasse a solicitação, desta maneira os trabalhadores também poderiam ter acesso à cultura a partir do Museu Júlio de Castilhos. O museu não tinha estrutura e nem número suficiente de funcionários para abrir tantos dias à visitação do público, mas para conseguir cumprir as ordens, o diretor e os servidores do museu se revezavam em horários e dias de trabalhos.

Entre as atividades projetadas para o Museu Júlio de Castilhos em prol da educação tem-se um projeto de Curso do Museu Júlio de Castilhos, realizado em 1945. Este curso seria composto por seis disciplinas: Arqueologia Ameríndia, especialmente do Brasil e Rio Grande do Sul; Zoologia e prática de Taxidermia; Mineralogia e Numismática; Botânica; História do Rio Grande, especialmente das Missões e sua arqueologia; e Organização de Arquivo e preparação de documentos históricos. Teria duração de um ano, iniciando no dia 1º de março e finalizando 15 de dezembro de 1945. Os estudantes que desejassem participar do curso deveriam apresentar os seguintes documentos: conclusão de curso secundário ou conclusão de curso complementar ou normal. O curso seria dividido em alunos ouvintes, que poderiam participar das aulas, mas não fariam exames e nem ganhariam certificado e alunos regulares, que fariam exames e teriam ao final do curso, se aprovados, certificado de conclusão. As disciplinas com seus respectivos professores são mostradas no quadro 12:

Quadro 12 – Disciplinas do Curso do Museu Júlio de Castilhos e respectivos professores:

Disciplina	Professor
Botânica	Irmão Augusto, professor do Ginásio N.S. das Dores e autor de valiosas obras de botânica.
Zoologia e Taxidermia	Ascanio Ilo Frediani, que tem curso especial dessa matéria na Faculdade Católica e Filosófica e conhece bem taxidermia.
Mineralogia e Numismática	Dr. Ney Crisostomo da Costa, professor de vários institutos de ensino superior.
História do Rio Grande do Sul, principalmente das Missões e sua Arqueologia	Dr. Dante de Laytano, autor de obras sobre o assunto.
Organização de Arquivo e preparação de documentos históricos	Professor Rivadavia Fernando Coelho, técnico dessa especialidade.
Arqueologia Ameríndia	D. Emílio Kemp, que foi professor de literatura da extinta Escola Normal, professor da Academia do Comércio e examinador nos Ginásios por designação do Ministério da Educação.

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1948b, p. 85.

Dos seis professores apenas dois não eram funcionários do museu, o Dr. Ney Crisostomo da Costa e o Irmão Augusto. Das seis disciplinas, duas tratariam dos povos indígenas. Enquanto os Guarani que viveram na região das Missões, provavelmente, entrariam nas narrativas sobre a história do Rio Grande do Sul, outros povos indígenas – incluindo também os Guarani – seriam tratados na disciplina de Arqueologia Ameríndia.

Ainda sobre as disciplinas que tratariam de questões indígenas destacam-se os professores que ministrariam estas aulas, Emílio Kemp e Dante de Laytano, o primeiro era diretor na época do projeto, o segundo comandaria o museu a partir de 1950. Esta informação suscita uma hipótese: seriam os diretores as referências sobre os povos indígenas dentro do Museu Júlio de Castilhos? Ou eles ministraram estas disciplinas na ausência de professores capacitados a dar este tipo de conteúdo? Independentemente da resposta, o que se sabe é que a temática indígena estava presente no museu, seus diretores tinham certo conhecimento sobre o assunto e a sala indígena, assim como a coleção etnológica continuou a existir.

O Curso do Museu Júlio de Castilhos foi projetado a partir do modelo do Curso de Museus oferecido pelo Museu Histórico Nacional, que na época existia há mais de 10 anos⁶⁹, e tinha como objetivo formar pessoas capacitadas para trabalhar em museus. O diretor Kemp chegou a citar o Museu Histórico Nacional no projeto do curso planejado para o Museu Júlio de Castilhos, como se vê no trecho abaixo:

[...] venho solicitar a Vossa Excelência permissão para criar e instalar neste Museu o primeiro de Julho próximo futuro cursos de História Natural e Nacional especialmente do Rio Grande do Sul e de caráter eminentemente prático, destinados não só ao desenvolvimento da cultura geral como a preparação de pessoal de museus, tão escasso no país. Já o Museu Nacional e o Histórico ambos do Rio de Janeiro formam cursos dessa natureza, tendo até bolsas para estudantes dos Estados, cumprindo a sua finalidade cultural com a difusão do ensino de História Natural e de História Nacional. (RIO GRANDE DO SUL, 1945b, p. 85).

O projeto redigido pelo diretor apresentava inúmeras justificativas para que o curso fosse aprovado. Uma delas foi intensamente utilizada, dizia-se a respeito da função de um museu:

O antigo Museu, com mostruários reunindo objetos dispare, ao qual se poderia denominar, apropriadamente, museu-bazar, está hoje fora de moda. Essa ideia teve de ceder terreno ao critério de que o museu deve responder às necessidades de que visitantes e conhecedores, isto é, ser um instrumento não só de acúmulo e preservação de um patrimônio espiritual, mas também, o instrumento de ciência, deleite e educação do grande público [...] Mas o que interessa é mostrar a maneira de atingir-se esta função educadora do grande público que cabe aos museus (RIO GRANDE DO SUL, 1945b, p. 82).

A solução apresentada pelo diretor para transformar o museu num local não só de salvaguarda de objetos, mas em uma instituição que promovesse o acesso à cultura e à educação era o Curso do Museu como o excerto retirado do projeto aponta:

O Curso do Museu, com algumas cadeiras essenciais, é a única solução, parece-nos [...] O encarregado da Região Sul do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional acha mesmo, para apenas se dominar ou determinar o que seja museu: ‘A melhor definição e a mais precisa que encontrei nos dicionários dos quais me socorri, foi a seguinte dada pelo dicionário de E. Littré – Museu é lugar – destinado ao estudo das letras das ciências e das belas artes, reunindo as produções e os fragmentos de monumentos. Coleção de objetos raros ou preciosos que diga respeito às ciências, às artes –, à história ou a indústria’. A definição, como seria de esperar, envolve a ideia de lugar de estudo que deve ser o museu [...] Um curso de Museu

⁶⁹ Para obter informações aprofundadas sobre o Curso de Museu oferecido pelo Museu Histórico Nacional ler: FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: O Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGEDU/UFRGS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72139/000882106.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 abr. 2019.

constitui complemento importante das diretrizes científicas de tais estabelecimentos. (RIO GRANDE DO SUL, 1945b, p. 82 e 83).

Não foi encontrado nos documentos históricos se o curso realmente existiu ou ficou apenas no projeto. Mas, o que se ressalta deste documento são os argumentos utilizados pelo diretor, justificativas, que mostram o que Kemp entendia como museu. Para ele, este local não poderia apenas guardar objetos e documentos, mas também, expor as coleções para o público, estabelecer atividades que incluíssem, principalmente, o público estudantil, que era o que mais visitava a instituição.

Nesse contexto, como os estudantes percebiam ou viviam a visita no museu, o que será que eles achavam das coleções, das salas e das mediações? Não se tem uma resposta consensual a estas questões, mas entre as correspondências recebidas foram encontradas cartas de alunos que visitaram o museu, nelas os estudantes descreviam como foi a visita, o que mais chamou a atenção e agradeciam o diretor pela receptividade. Estes documentos ajudam a refletir sobre a percepção dos estudantes ao visitarem o museu, como por exemplo, mostra-se no seguinte excerto:

Ontem nossa classe foi visitar o Museu Julio de Castilhos. Era uma promessa que a professora nos fez quando começamos a estudar os povos primitivos do Rio Grande do Sul e que ontem foi cumprida. A nossa alegria foi grande e nossa curiosidade maior. (RIO GRANDE DO SUL, 1944c, p. 138).

Esta carta não contém o remetente e, infelizmente, não se pode saber qual escola a enviou, a única informação diz respeito à data de envio, 26 de abril de 1944. A carta apresenta um relato de um grupo estudantil que afirmava o quão alegres se sentiram ao visitar o Museu Júlio de Castilhos, pois a professora do grupo havia cumprido a promessa de que levaria os estudantes ao museu por estarem aprendendo sobre os “povos primitivos”. Esta frase pode passar despercebida, mas ela é significativa para a pesquisa, pois aponta para o lugar do museu no ensino sobre os povos indígenas naquele contexto.

Assim, tem-se a hipótese de que a professora levou os seus alunos ao museu quando estavam aprendendo sobre os “povos primitivos”, pois havia na cidade um museu referência nesta temática, e este era o Museu Júlio de Castilhos. Nesse sentido, a coleção etnológica exposta na sala indígena da instituição era utilizada como ferramenta de ensino, talvez, como Lições de Coisas, era importante estar no museu, ver as peças indígenas, as exposições na sala indígena, ouvir os funcionários, e esta professora sabia disso, aparentemente, os seus alunos também, pois ressaltaram na carta a felicidade em terem vivenciado a promessa cumprida da sua professora.

Outra carta de escola recebida pelo museu foi remetida pelo Grupo Escolar Dom Pedro I, estudantes do 3º ano. A visita foi realizada no dia 14 de abril de 1944 e a carta foi enviada no dia seguinte, 15 de abril. Este documento é muito interessante, pois os estudantes descrevem em detalhes a visita no museu, enfatizando a sala indígena, como se pode observar:

Ontem dia 14 de abril, fomos ao Museu Julio de Castilhos do qual é diretor o sr. Emílio Kemp, ex-diretor da Escola Normal. Na entrada, as primeiras coisas que vimos, foram os canhões. Mais adiante, nossa professora assinou o seu nome, o nome do grupo e o número de alunos que foram poucos, e foi pena. Subimos uma escada e logo encontramos muitas armas da Guerra do Paraguai e objetos de uso dos nossos grandes homens, que já não vivem para nossos olhos, mas para nossos corações. Fomos direto a Sala dos Índios que nos interessava em 1º lugar, porque estamos estudando os habitantes primitivos de nossa terra. Nossa professora nos explicou tudo e logo passamos para as outras salas [...]. (RIO GRANDE DO SUL, 1944c, p. 141).

Destaca-se que mais uma vez aparece no relato de outros estudantes, que foram ao museu visitar principalmente a sala indígena, por estarem aprendendo sobre os “habitantes primitivos de nossa terra”. Vê-se novamente, o Museu Júlio de Castilhos como referência cultural sobre os povos indígenas. Além disso, na carta também há o relato detalhado de como foi para os estudantes ouvir o diretor Emílio Kemp explicar sobre os povos indígenas:

[...]. Depois quando subimos para dar mais uma olhada na sala dos Índios tivemos a grande honra, a distinção de receber explicações do Sr. Emílio Kemp em pessoa. Como ouvimos em silêncio suas palavras. Sabemos como os Índios enterravam seus mortos, vimos a içaçaba até com a panela de comida; sabemos que aqueles lindos enfeites de penas eram dos homens e não das mulheres, delas eram os colares de bicos e dentes de bichos; vimos as redes feitas de fios vegetais onde já tinham dormido *corumins e cunhatains*. O Dr. Emílio Kemp ainda nos explicou sobre o habito e forma de fumar dos índios e nos falou sobre o uso dos machados e panelas de pedra e, infelizmente, o telefone chamou e o Dr. Emílio Kemp nos deixou. Mas gostamos tanto que vamos pedir para mandar uma cartinha. (RIO GRANDE DO SUL, 1944c, p.142).

Esta carta redigida por estudantes felizes em visitar o museu deixa uma interessante pista sobre a relação do diretor, Emílio Kemp, com os estudos a respeito dos povos indígenas. O diretor tinha conhecimento sobre as peças indígenas que estavam expostas no museu; abordou hábitos e elementos da cultura indígena – no singular, pois no relato trata-se dos indígenas de forma homogênea –, deu uma aula que foi bem recebida pelos estudantes. Emílio Kemp parecia familiarizado com o assunto a respeito dos povos indígenas, antes mesmo de ser diretor do museu, pois quando era diretor da Escola Normal, já havia solicitado objetos indígenas para montar uma exposição sobre “os povos primitivos”, conforme mencionado anteriormente. Em 1945, quando construiu o projeto de Curso de Museu era ele quem daria

aulas sobre Arqueologia Ameríndia. Portanto, o diretor da compreensão de museu como “verdadeiros institutos de ensino” (RIO GRANDE DO SUL, 1948a, p. 194), também era o diretor das questões indígenas.

Viu-se nas cartas de alunos enviadas ao diretor que os grupos escolares visitaram a instituição quando estavam aprendendo sobre os “povos primitivos do Rio Grande do Sul”. Estas pistas levam à hipótese de que o Museu Júlio de Castilhos, naquela época, era referência para as escolas da região – ou pelo menos das que enviaram as cartas –, quanto ao ensino sobre os povos indígenas. Foi ao museu que as professoras levaram suas respectivas classes para dar continuidade à temática sobre os “povos primitivos”. Na sala indígena, os estudantes tiveram acesso a diversos objetos indígenas, como panelas, flechas, plumaria, boleadeiras, içaças, cerâmicas, cestarias, esculturas missioneiras, entre outras peças.

A sala indígena e os objetos lá expostos representavam o ausente, o passado distante, eram semióforos que ganhavam sentidos científicos a partir das narrativas, tanto das professoras, quanto dos funcionários do museu. Ao dar sentido ao desconhecido/distante/passado através de objetos museológicos, os funcionários do museu e os professores produziram imaginários sobre as nações indígenas, pois:

Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um ‘outro’ ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente [...]. Este processo, portanto, envolve a relação que se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com os seus significados (representações, significações), processos este que envolve uma dimensão simbólica. (PESAVENTO, 1995, p. 15 e 16).

Nesse contexto, os objetos indígenas e as narrativas produzidas através deles representavam os “outros” distantes da realidade dos estudantes e funcionários, que seriam os “povos primitivos”. Este processo produz o que se denomina imaginário, pois a partir de significantes – os objetos, a narrativa, as imagens, fabricam-se significados – as representações, como por exemplo, a ideia das nações indígenas serem todas primitivas, “raças não civilizadas” que viviam há muitos anos no Rio Grande do Sul. As representações fabricadas através dos significantes produzem sentidos que:

[...] ao se condensarem em uma formação discursiva, produzem efeitos diversos, que compõe um mosaico de autoridades, primazias, hierarquias e exclusões, cristalizando-se em instituições/verdades, formulando relações de poder/força. (NAVARRO-SWAIN, 1994, p. 47).

No caso do contexto analisado, os efeitos produzidos sobre os povos indígenas a partir dos sentidos construídos na narrativa do Museu Júlio de Castilhos foram de inferioridade e inexistência no tempo presente, pois as nações indígenas no museu existiam no passado, não glorioso tal como dos portugueses, mas “primitivo” e distante da realidade.

Neste capítulo viu-se que a partir da nova configuração do Museu Júlio de Castilhos em três departamentos: Administrativo, Departamento de História Nacional e Departamento de História Natural as representações acerca das nações indígenas foram produzidas, ora numa perspectiva histórica, como foi o caso, das seis flechas encontradas no Estado de São Paulo, registradas como documentos históricos da “Revolução Paulista” de 1932. E, ainda como apareceu no artigo *Ruínas dos Sete Povos das Missões*, publicado no volume 21 da *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, no ano de 1928, em que as esculturas feitas pelos Guarani das Missões foram tidas como valores de “reliquias históricas”. Ora, numa visão vinculada aos estudos das ciências naturais, como apareceu na análise do artigo da revista, em que o texto relacionado aos povos indígenas localizava-se no conjunto de artigos do Departamento de História Natural. Nas duas perspectivas, os povos indígenas foram representados como povos “primitivos” ou “selvagens”.

Além disso, durante a direção de Emílio Kemp, foram realizadas atividades voltadas para a aproximação das escolas com a instituição. Foi o caso das doações de objetos indígenas para a fabricação de museus escolares e o projeto de Curso do Museu Júlio de Castilhos. Ainda, os grupos escolares visitavam o museu quando estavam aprendendo sobre os “povos primitivos do Rio Grande do Sul”. Deste modo, o Museu Júlio de Castilhos se apresentava como referência para estes grupos escolares que enviaram as cartas, quanto ao ensino sobre os “povos primitivos”.

Assim, neste capítulo analisei as representações sobre dos povos indígenas em duas direções diferentes, a de Alcides Maya e a de Emílio Kemp. As duas administrações produziram sentidos sobre a coleção etnológica e representações a respeito dos povos originários a partir da dicotomia selvagem/civilizado, em que os povos indígenas eram considerados “selvagens”, enquanto os europeus eram os “civilizados”. Estas representações sobre as nações indígenas foram produzidas em diferentes locais, inclusive no museu, que era referência no assunto, portanto, ajudava a construir a teia de um imaginário colonializado, que atribuía aos povos originários leituras inferiorizadas e marcadas por um só tempo, o passado.

4 OS POVOS INDÍGENAS NO MUSEU: ENTRE A HISTÓRIA E O FOLCLORE

O último capítulo desta dissertação centra-se na análise da produção de sentidos e representações dos povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos durante a direção de Dante de Laytano (1952-1958). Esta administração foi marcada pela aproximação do museu com o folclore e a história. Ao longo da década de 1950 foram realizadas atividades, tanto de pesquisa (elaboração de trabalhos e apresentações em diferentes eventos), quanto de montagem de exposição e de organização das coleções, que envolviam a valorização da história e da cultura regional.

De acordo com Letícia Nedel (1999), esta administração passou por três fases distintas. Na primeira (1952-1953), o diretor tentou angariar recursos para melhorias do espaço físico, trabalhou para recuperar o caráter de pesquisa da instituição, principalmente, a partir da reedição da revista, sob o título *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* (1952-1958) e investiu na preparação dos funcionários, ao conseguir bolsas de estudos e estágios no Museu Histórico Nacional.

A segunda fase (1954-1956) foi marcada pela aproximação do museu com instituições tradicionalistas, como a Comissão Gaúcha de Folclore⁷⁰ e Centros de Tradição Gaúchos, e pelo desmembramento de parte de seu acervo – as coleções de ciências naturais foram para o Museu de Ciências Naturais, a coleção artística para o Museu de Artes do Rio Grande do Sul e a coleção de documentação foi para o Arquivo Público do Rio Grande do Sul⁷¹ –. A aproximação com outros centros culturais, o desmembramento de parte das coleções e o desejo do diretor em tornar o Museu Júlio de Castilhos um lugar de culto à memória e à tradição rio-grandense culminaram na terceira fase (1957-1958), caracterizada pelo investimento da direção em promover estudos folclóricos e históricos no museu.

Durante a direção de Dante de Laytano, o museu continuou a enfrentar problemas já vistos nas administrações anteriores, como falta de funcionários, espaço físico precário e pouco recurso financeiro para realizar mudanças e atividades. Mesmo diante destas dificuldades, o museu mantinha a biblioteca, o arquivo histórico, os departamentos de História Natural e História Nacional e o laboratório funcionando, ainda, produzia a revista do museu e continuava a manter a linha pedagógica do diretor anterior. As visitas públicas

⁷⁰ Comissão fundada em 1948 por Dante de Laytano.

⁷¹ O desmembramento das coleções ocorreu em decorrência da lei 2345, de 29 de janeiro de 1954, posteriormente, regulamentada pelo decreto 5065 de 29 de julho de 1955 (NEDEL, 1999).

contaram com novidades: as exposições especiais, que eram exposições temporárias, como a de Duque de Caxias, a da República Piratini, a de Júlio de Castilhos e a exposição dos desenhos coloridos e em preto e branco de autoria do Príncipe Maximiliano, que ilustravam o original de sua obra *Viagem ao Brasil* (1815-1817). Além destas atividades, o diretor fazia questão de participar de inúmeros eventos, tais como: *Congresso Brasileiro de Folclore*, *Congresso Internacional de Americanistas*, *Congresso Brasileiro de Geografia*, *Congresso Brasileiro de História*, entre outros.

Sob o comando de Dante de Laytano o museu passou a se reaproximar com o público especializado, pesquisadores e letrados, pois além do diretor ser um intelectual renomado, tinha como diretriz reestabelecer o museu como centro de produção histórica, já que na década de 1940 havia perdido espaço para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A ressignificação do museu como centro de produção histórica foi marcada por um período de disputas de narrativas entre a instituição e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Assim, para Nedel (1999), os embates entre o Museu Júlio de Castilhos e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul levaram o museu a se aliar com outras instituições, como a Comissão Gaúcha de Folclore, os Centros de Tradição Gaúcha, outros museus e Universidades.

Diferente das administrações trabalhadas no capítulo anterior, em que o Museu Júlio de Castilhos dividia-se entre História Nacional e História Natural, sob a gestão de Dante de Laytano a instituição passou a ser um local dedicado à história, sua museografia era pensada a partir do folclore e do regionalismo. Esta ênfase ocorria no mesmo momento em que os Centros de Tradição Gaúcha tiveram um *boom* no Estado, bem como a construção de um conceito positivo sobre o gaúcho (NEDEL, 1999). Além disso, era a primeira vez que o governo do Estado valorizava a Cultura, criando a Divisão da Cultura, setor que o Museu Júlio de Castilhos foi vinculado na mesma época em que algumas de suas coleções foram desmembradas.

A influência de Laytano enquanto historiador e os caminhos trilhados por sua administração fazia com que a instituição chegasse cada vez mais perto de se tornar um museu de história. Assim, nesse aspecto investigo como os povos indígenas foram representados em diferentes atividades do museu, em exposições, em pesquisas, nas revistas e na coleção etnológica, que permaneceu no museu. Para isso, divido o capítulo em três momentos: o primeiro intitula-se *Estudos folclóricos: a pesquisa Material Indígena Existente no Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*; o segundo denomina-se *As pesquisas são divulgadas: Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do*

Rio Grande do Sul; e o terceiro momento nomeia-se *A coleção etnológica e a exposição de curta duração da obra Viagem ao Brasil (1815-1817)*.

No primeiro subcapítulo, analiso como o diretor trabalhou com o diálogo entre história e folclore no museu. Após, examino a pesquisa *Material Indígena Existente no Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, realizada, em 1954, pelo diretor, alguns funcionários do museu e estudantes das Faculdades de Filosofia. Esta pesquisa foi um dos estudos feitos com base no interesse do diretor em estudar os diferentes grupos sociais que para ele formariam a identidade cultural rio-grandense, entre estes grupos, estavam os povos originários. A partir desta análise, explico onde esta pesquisa foi divulgada, as referências utilizadas na pesquisa e a estrutura que o texto foi organizado.

As pesquisas realizadas no museu foram divulgadas em diferentes espaços e eventos. Um dos caminhos encontrados pelo diretor para divulgação de suas pesquisas foi a reedição das revistas do museu, que receberam o título de *Revista do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, sendo publicadas de 1952 a 1958, totalizando um número de 9 volumes. Neste subcapítulo, analiso os artigos sobre os povos indígenas que foram publicados nas revistas, atentando para a forma como os indígenas foram representados nestes textos.

Encerro este capítulo retomando a análise da musealização de objetos adquiridos para a coleção etnológica, visto que esta permaneceu na instituição. Ainda, discorro sobre a exposição de curta duração da obra *Viagem ao Brasil (1815-1817)* do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied. Entre os desenhos em aquarela da obra expostos estavam os que ilustravam diversos povos indígenas da região central do Brasil a partir da perspectiva do viajante europeu, portanto, esta exposição também produziu representações.

Ao chegar no último capítulo desta Dissertação instigo o leitor a continuar a sua visita no Museu Júlio de Castilhos, agora sob a administração do diretor Dante de Laytano. Venha refletir como os povos indígenas foram representados em um museu marcado pela aliança entre a história e o folclore.

4.1 Estudos folclóricos: a pesquisa *Material Indígena Existente no Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*

Neste subcapítulo, analiso um trabalho de pesquisa sobre o material indígena do museu realizado por Dante de Laytano, alguns de seus alunos das Faculdades de Filosofia e funcionários do Museu Júlio de Castilhos. Esta pesquisa foi realizada a partir do interesse do

diretor em estudar os povos que habitavam o Rio Grande do Sul, pois ele acreditava que a cultura gaúcha era constituída pelo conjunto de distintas populações. Este empenho, por sua vez, foi reflexo da aproximação de Laytano com o folclore e a história regionalista. Assim, num primeiro momento, investigo como o diretor uniu história e folclore às atividades do museu, para então, analisar o trabalho e as representações que esta pesquisa construiu sobre os povos originários.

De acordo com Nedel (1999), a inclinação do Museu Júlio de Castilhos à história regionalista na década de 1950 ocorreu dentre inúmeros fatores, tais como desmembramento de algumas coleções, a influência do novo diretor no campo histórico e folclórico, a aproximação de Dante de Laytano com temas regionalistas e seu desejo em trabalhar com história, folclore e memória; para ele um tríplice importante para se estudar o regionalismo. Nedel (1999, p. 190) também destaca o contexto cultural da década de 1950 que, de certa forma, influenciou na virada de perfil do Museu Júlio de Castilhos, assim, explica:

[...] o período em que ocorreu a redefinição tipológica do Museu e o seu direcionamento para o folclore e a história regionais equivaleu a uma espécie 'boom da identidade regional' no estado, que ainda hoje se desdobra em uma indústria cultural rentável e convincente. Naquele momento o gauchismo tornou-se um imperativo cultural muito mais abrangente do que fora até então, adquirindo uma força política respeitável na medida em que se espalhavam pelo estado os CTGs.

Nesse sentido, compreende-se que a transformação museográfica seguia a atmosfera cultural do Rio Grande do Sul. Além disso, naquela época, o governo investiu na área cultural, com a Criação da Divisão de Cultura, de outros museus históricos e com a atuação do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) no Estado. Desta forma, se constituía um cenário de valorização do que se considerava cultura gaúcha. Nesse contexto, o Museu Júlio de Castilhos ganhava espaço como lugar de exaltação dessa memória regionalista, principalmente pela atuação de Dante de Laytano, um letrado reconhecido e influente no meio intelectual.

Com o intuito de fazer do museu um espaço de culto às tradições gaúchas o diretor uniu duas áreas de conhecimento que eram de seu interesse: a história e o folclore. O relatório do museu referente ao ano de 1955 aponta a união entre estes dois campos de saberes nas atividades do museu. Nele tem-se a informação que a Comissão Estadual de Folclore, seria sediada no Museu Júlio de Castilhos. No mesmo documento há a informação que a Comissão Estadual de História já era sediada na instituição (RIO GRANDE DO SUL, 1955a). Assim, em 1955, o Museu Júlio de Castilhos tinha duas comissões atuando no mesmo espaço físico sob a supervisão do diretor que compreendia a união entre a história e o folclore como meio

para se estudar a cultura regional. Esta aliança refletia-se na museografia da instituição, por exemplo, no mesmo relatório do museu, o diretor expunha:

Outra iniciativa da atual direção foi aparelhar o Museu com elementos informativos, sobre as tradições gaúchas, pois os visitantes de outras regiões brasileiras e mesmo os estrangeiros mostram maior interesse, sempre, pelas coisas regionais do Rio Grande. Formamos assim duas coleções inteiramente novas: Indumentária Gaúcha (mais de 30 quadros coloridos, devidamente explicados, conforme o testemunho escrito pelos viajantes, sobre o traje do homem e da mulher, no pampa brasileiro, que é no nosso Estado, trabalho e autoria de Isoldi Brans) e Miniaturas (uma coleção de perto de 40 esculturas, em miniatura, de autoria de Ovidio Magalhães, reproduz cenas, costumes e tipos mais comuns da vida do campo e uma série de figuras populares de Porto Alegre, com muita vantagem). (RIO GRANDE DO SUL, 1955a).

Nota-se na primeira frase do excerto acima a importância para Dante de Laytano em mostrar para brasileiros e estrangeiros as especificidades regionais do Rio Grande do Sul. Isto ocorria devido à compreensão que o diretor tinha sobre a formação cultural do país; para ele o Brasil era formado por um conjunto de regiões com diferentes tradições (NEDEL, 1999). No caso, o Rio Grande do Sul, fazia parte desta nação, mas assim como outras regiões do Brasil, tinha sua própria cultura e esta deveria ser mostrada a todos que eram alheios a ela.

Para o diretor, era importante que o Museu do Estado fosse um lugar onde as pessoas visitassem e conhecessem a partir de suas exposições a história e a cultura rio-grandense. Mas, para construir exposições que valorizassem a cultura e a tradição gaúcha era preciso estudar a história regional. Nesse sentido, as pesquisas de Laytano no Museu Júlio de Castilhos seguiam “teses culturalistas das ‘origens’ do Rio Grande do Sul em que se articulam elementos geográficos, linguísticos, folclóricos e históricos a moldarem o passado, moldando o próprio ‘caráter’ dos rio-grandenses” (NEDEL, 1999, p. 134).

A partir de teorias culturalistas, Dante de Laytano compreendia ser o povo rio-grandense formado pela contribuição de diferentes populações que habitavam diversas regiões do Estado. Inclusive, para o diretor, o termo gaúcho⁷², muito cultuado na década de 1950, tinha um significado plural, não era apenas o tropeiro, o herói pampeano ou o homem que

⁷² O termo gaúcho, de origem castelhana, utilizado até o presente para designar pessoas que vivem no Rio Grande do Sul foi resultado de uma construção histórica e cultural. Esta palavra já teve outros significados, inclusive, pejorativos, por exemplo, no século XVIII era utilizada como sinônimo de ladrão, vagabundo ou bandido, as pessoas que recebiam o nome de gaúcho eram indivíduos que viviam do roubo de gado, principalmente, na fronteira entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina. Ser gaúcho só foi se tornar culturalmente positivo, a partir da literatura rio-grandense do século XIX e início do XX, quando romancistas resgataram este termo para construir um herói pampeano do sul brasileiro. A partir da criação de Centros de Tradição Gaúcha no século XX, houve uma crescente valorização e naturalização do termo gaúcho como sinônimo de ser habitante do Rio Grande do Sul. (NEDEL, 1999).

vivia na fronteira. Assim, para estudar esta população plural formadora do gaúcho, Dante de Laytano entendia ser necessário investigar a linguagem popular, as tradições e os costumes de diferentes grupos sociais do Rio Grande do Sul através da literatura folclórica, que incluía leituras de clássicos da literatura gaúcha como Alcides Maya, João Lopes Neto e Darci Azambuja. Por outro lado, era relevante também realizar pesquisas históricas, a fim de descobrir a origem do povo rio-grandense e, para isso, o diretor olhava para temas historiográficos considerados “tabus” entre os historiadores gaúchos, como “as missões jesuíticas e as contribuições indígena e negra na configuração étnica do Estado” (NEDEL, 1999, p. 144).

Mesmo transgredindo do pensamento histórico-regionalista da época, ao valorizar a contribuição dos povos indígenas e africanos na construção da identidade cultural rio-grandense, ao produzir suas narrativas e articular as exposições do museu, o diretor dava ênfase ao papel luso-açoriano, às epopeias heroicas dos farroupilhas e à agência dos militares na conquista do território do Estado. Sobre o destaque dado aos açorianos encontrou-se em meio às correspondências expedidas de 1952 uma carta enviada ao historiador e etnógrafo açoriano, Dr. Luiz Bernardo Leite d’Athayde, onde se dizia:

Foi uma honra ter recebido resposta ao apelo deste museu brasileiro de província, no sentido de criarmos uma Seção Açoriana, dentro do setor etnográfico, uma vez que Porto Alegre, fundada pela brava gente da Ilha, não possui até agora nenhum lugar que se lhe invoque os feitos da conquista da terra americana. (RIO GRANDE DO SUL, 1952b, p. 227).

Ao que parece, o etnógrafo respondeu positivamente à ideia de Laytano. Mas, o interessante deste excerto é o modo como o diretor descreve o povo açoriano, “a brava gente da ilha” que conquistou a “terra americana”, ou seja, aos açorianos seria atribuído o perfil de conquistadores. Ainda a respeito dos açorianos Nedel (1999, p. 136), expõe que Dante de Laytano considerava este povo:

[...] o guardião da língua portuguesa, na medida exata de sua importância para a concretização da ‘milagrosa’ unidade nacional: a língua estrutura e confere unidade ao complexo cultural brasileiro e seu preservador – o açoriano – torna-se o elo de inserção do regional ao nacional.

Nesse sentido, percebe-se, que apesar do reconhecimento da influência dos povos indígenas e africanos na identidade gaúcha, o diretor não destoava do pensamento de seus pares intelectuais da época do Museu Júlio de Castilhos. Estudar-se-ia estes diferentes povos para compreender a formação da cultura gaúcha, mas, neste estudo, eram privilegiados os

indivíduos ligados à cultura luso-açoriana, enquanto os demais tinham papel complementar na construção desta identidade.

Uma das diferenças evidenciadas entre Laytano e os demais ex-diretores do museu centra-se na influência da união entre história e folclore nas atividades culturais, pesquisas e exposições da instituição. Se o diretor tinha esta linha de pensamento é necessário compreender o que ele entendia como folclore e tradição e qual o elo que ele encontrava para dialogar com a história. Entre as correspondências recebidas do Museu Júlio de Castilhos encontrou-se um texto de autoria do historiador Walter Spalding⁷³, em que há a explicação da diferença entre tradição e folclore:

Tradição é sentimento nobre de culto do passado – ao bom passo –, para engrandecer o presente porque passado é complô e, como tal, alicerce da civilização. Por isso já diziam os antigos que ‘povo sem tradição não merece viver’. Folclore, por sua vez, é ciência, ramo da antropologia, do estudo do ser humano através de ‘todas as suas manifestações e aplicações coletivas da cultura vulgar, mantidas geralmente pela Tradição’, conforme tão bem o definiu o mestre Osvaldo Cabral. (RIO GRANDE DO SUL, 1955c, p. 78).

Parece ser esta definição adotada por Dante de Laytano ao elencar a importância de cultivar o passado através do tradicionalismo e de estudar os povos formadores do Rio Grande do Sul a partir do folclore, que seria um ramo da antropologia. Assim, como já foi enfatizado nos capítulos anteriores, a museografia aplicada no Museu Júlio de Castilhos mudava de acordo com os interesses e as influências dos diretores e com o contexto histórico destas gestões existiram. No caso da direção de Laytano, percebe-se o interesse em fazer do museu um local onde a história, o culto às tradições gaúchas e os estudos folclóricos se encontrassem, visto que eram todas áreas de conhecimento que o cativavam, nas palavras de Nedel (1999, p. 141):

[...] o museu foi a trincheira de onde partiram suas investidas pela aliança entre história (pela pesquisa no arquivo), memória (pelo culto à tradição no museu) e folclore (pela aliança entre Museu, tradicionalistas e Comissão Gaúcha de Folclore) [...].

Foi através desta aliança que o diretor levou para o Museu Júlio de Castilhos a importância de se estudar os diversos povos que constituíram o Rio Grande do Sul. Dentre

⁷³Foi um historiador, natural da cidade de Arroio dos Ratos (RS). Trabalhou como Diretor do Arquivo Histórico de Porto Alegre e chegou a ser sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na década de 1940. Para mais informações acessar: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/wspalding.html>.

eles estavam incluídos os povos originários, desta forma, importa compreender como eles foram estudados e quais as representações produzidas a partir destes estudos.

Nesse sentido, destaco a pesquisa intitulada *Material Indígena Existente no Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, realizado por Dante de Laytano e seus ex-alunos Orlando Suberad e Ascanio Ilo Frediani, em suas disciplinas, nas Faculdades de Filosofia, e, pelos funcionários do museu, Isa Cecilia Teixeira Stefani e Carlos Thomas Duarte, no ano de 1954. Esta pesquisa consiste em um levantamento sobre a coleção etnológica do museu e os povos Kaingang e Guarani.

Para realizar esta pesquisa o diretor, seus alunos e funcionários do museu utilizaram diferentes referências, entre elas, destacam-se: informações retiradas dos relatórios da sede da região sul do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, em Curitiba, obras de Carlos Teschauer, Aurélio Porto, Antonio Serrano, Balduino Rambo e informações existentes no próprio museu, principalmente a respeito da coleção etnológica. A pesquisa divide-se em: origem, coleções, classificações, catalogação, cartografia histórica, cartografia contemporânea (nela incluem-se mapas dos postos indígenas, dos toldos indígenas, dos Kaingang e dos Guarani) e conclusão. Além dos mapas, em anexo ao texto também havia mais de 50 fotografias de indígenas e 56 fotografias de peças do museu (RIO GRANDE DO SUL, 1954b, p. 202).

As 50 fotografias e os mapas não foram encontrados junto ao trabalho. No entanto, encontrei na coleção iconográfica do museu três fotografias de Kaingang, moradores da aldeia de Guarita, do município de Três Passos, adquiridas pelo museu, em 1953⁷⁴. Abaixo tem-se as três fotografias:

⁷⁴ Informações retiradas do Sistema de Catalogação do acervo do MJC.

Figura 12 – Fotografia intitulada “Índias de Três Passos”:



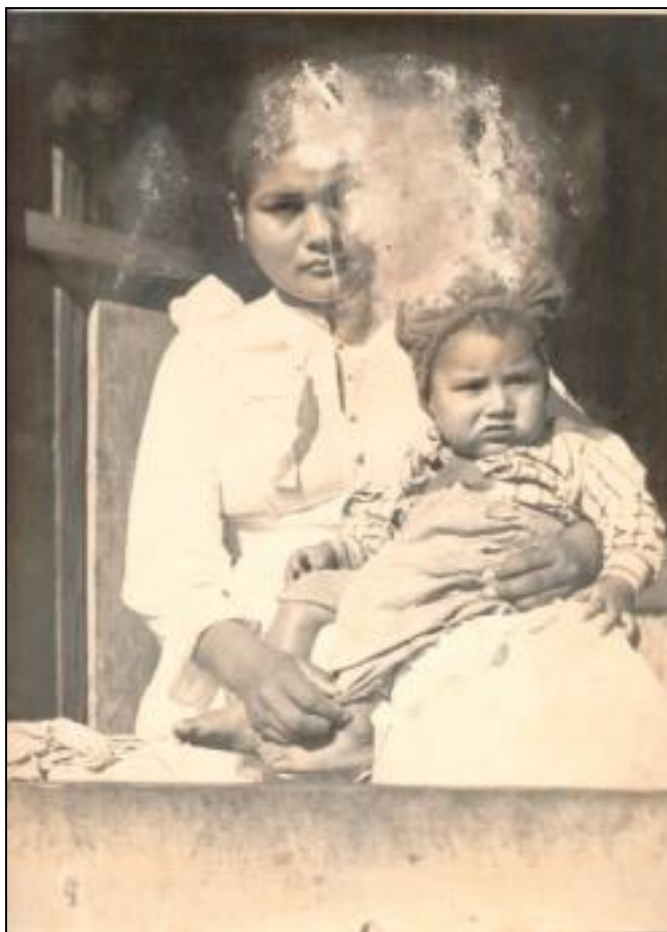
Fonte: Donato – Sistema de Catalogação do acervo do Museu Júlio de Castilhos.

Figura 13 – Fotografia intitulada “Índias de Três Passos”:



Fonte: Donato – Sistema de Catalogação do acervo do Museu Júlio de Castilhos.

Figura 14 – Fotografia intitulada “Índios de Três Passos”:



Fonte: Donato – Sistema de Catalogação do acervo do Museu Júlio de Castilhos

Chama atenção nas figuras 12, 13 e 14 a vestimenta dos Kaingang: nas figuras 12 e 14 os Kaingang estão usando trajes gaúchos e na figura 13 vestem o que parece ser uniformes escolares. Não há como saber se as pessoas fotografadas se vestiram destas formas, exclusivamente, para serem fotografadas, ou realmente, utilizavam tais vestimentas. Todavia, no próximo subcapítulo, em que analisarei artigos das revistas do museu, aparecem considerações sobre o uso de roupas pelos Kaingang. Em um dos artigos, há uma defesa da utilização de roupas, pois era visto como um hábito “civilizado”, portanto, os Kaingang que se vestiam destas roupas eram considerados “civilizados”, em contrapartida, os que andassem nus ou com vestimentas não convencionais para os não indígenas, eram tidos como “selvagens”, assunto que será tratado no próximo subcapítulo.

Em relação à origem destas fotografias, encontrei nas correspondências expedidas e recebidas dos anos 1952 e 1953, trocas de correspondências entre o diretor Dante de Laytano

e os prefeitos de diversos municípios do Rio Grande do Sul⁷⁵. Nestas cartas, Laytano solicitava que os prefeitos enviassem ao museu pelo menos 10 fotografias de indígenas que habitassem os seus respectivos municípios. Importante salientar que estas cartas não foram enviadas a todos os municípios do Estado, mas sim àqueles que haviam registrados a presença de indígenas, seja em toldos ou postos, sob o controle do Serviço de Proteção aos Índios⁷⁶. Por exemplo, a carta enviada no dia 23 de fevereiro ao prefeito de Erechim, Dr. José Mandelli Filho, dizia o seguinte:

Tomo a liberdade de apelar para V.S no sentido de conseguir se possível, pelo menos dez fotografias de índios que habitaram o próspero município de Erechim [...] O Museu Júlio de Castilhos está vivamente interessado em colher material indígena, entretanto de momento nos preocupa obter no mínimo dez fotografias de cada posto de toldo, natural que apreciaria número maior, alias fotografias de índios e índias, crenças, habitação, vestuário, objetos de uso doméstico, etc. Conto com o seu patriotismo, colaboração inteligência e indispensável ajuda para que me remeta essas fotografias que constarão de um levantamento referente às populações indígenas atuais do Estado. (RIO GRANDE DO SUL, 1953b, p. 27).

Os prefeitos prontamente respondiam ao diretor, por exemplo, o de Erechim respondeu que: “Estamos providenciando atendimento pedido fotografias da municipalidade presentemente não possui material indígena sendo preciso coletar” (RIO GRANDE DO SUL, 1953c, p. 387). Como se pode ver, nem sempre a resposta era positiva, mas os prefeitos mostravam-se dispostos a procurar fotografias. Outras prefeituras já tinham sob sua guarda fotografias e enviavam ao diretor como se pode averiguar na seguinte resposta do prefeito do município de Três Passos, Octacílio Melo Barcelos: “Com grande satisfação remetendo junto a este, algumas fotografias do Posto Indígena Guarita, neste Município, conforme solicitação” (RIO GRANDE DO SUL, 1953c, p. 64).

Encontrou-se na pesquisa uma lista referente à “catalogação” dos objetos fotografados que estariam em anexo ao texto. Abaixo se listam as peças:

Quadro 13 – Lista de objetos fotografados (conforme o original):

Número	Peça fotografada
1	Crânio e fêmures
2	Cestos

⁷⁵ Entre as correspondências expedidas foram encontradas cartas enviadas para as prefeituras dos municípios de: Passo Fundo, Erechim, Três Passos, Sarandi, Getúlio Vargas e Lagoa Vermelha.

⁷⁶ O Serviço de Proteção aos Índios foi fundado em 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072. Tinha como objetivo dar assistência aos povos indígenas (BRASIL, 200-).

3	Cestos
4	Chocalhos
5	Colar
6	Colar
7	Colar
8	Colar
9	Bolsa
10	Bolsa
11	Pontas de flechas
12	Pontas de flechas
13	Pontas de flechas
14	Tembetá
15	Garrafas
16	Barbantes de fibra
17	Cocar e adornos
18	Cocar e adornos
19	Cocar e adornos
20	Arco e flechas de pesca
21	Setas
22	Arco de flechas
23	Machado, bastão, tacape, remo
24	Quebradores de caroço
25	Inelegível
26	Inelegível
27	Machados
28	Boleadeiras
29	Zoólito
30	Zoólito
31	Zoólito
32	Almofaria
33	Mó
34	Adorno
35	Igaçaba
36	Igaçaba
37	Panela
38	Panelinhas
39	Panelinhas
40	Panelinhas
41	Cerâmico

42	Panelinhas
43	Panela
44	Panela
45	Panela
46	Panela
47	Cachimbo
48	Cachimbo
49	Cachimbo
50	Cachimbo
51	Cachimbo
52	Cachimbo
53	Cachimbo
54	Cachimbo
55	Cachimbo
56	Cachimbo de Barro

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1954c, p. 11 e 12.

A lista não apresenta todos os objetos existentes na coleção indígena, mas parte deles. Pelo registrado na pesquisa, junto com cada imagem havia uma descrição da origem do objeto e a data de aquisição. Ainda, de acordo com o documento, estas informações foram retiradas dos registros do Museu Júlio de Castilhos, desta forma a pesquisa realizada sobre estes materiais só foi possível, pois havia uma organização desta coleção. Este indício aponta para um não abandono da coleção etnológica, ela pode não ter sido a mais visada pelas direções, mas parece não ter sido deixada de lado pelas direções que antecederam a de Laytano. Este rol de fotografias também mostra que houve uma atenção dos funcionários e do diretor em mostrar parte da coleção etnológica e sua procedência a partir do uso das fotografias, recurso tecnológico também utilizado para se retratar os povos indígenas do Rio Grande do Sul.

Além do material em anexo, a pesquisa contava com um texto estruturado em diferentes itens. Nos dois primeiros itens, “Origem” e “Coleções” os autores descrevem a história do Museu do Estado, relatam a origem dos primeiros objetos que formaram a coleção etnológica e apresentam uma lista destas peças. No item “Classificação” constam biografias e obras dos autores Carlos Teschauer, Aurélio Porto e Antonio Serrano, pois estas eram as principais referências utilizadas para estudar os objetos indígenas a fim de classificá-los.

Após a explicação da origem do museu e da coleção etnológica, os autores preocuparam-se em relatar quais os povos indígenas existiam no Rio Grande do Sul e em que regiões do Estado eles viviam. A pesquisa destaca os lugares onde os povos originários

viviam, seriam os municípios de Três Passos, Sarandi, Getúlio Vargas, Erechim, Passo Fundo e Lagoa Vermelha. Estas cidades são as mesmas que o diretor enviou cartas solicitando fotografias de indígenas, pois eram os locais onde se localizavam postos ou toldos indígenas e onde o Serviço de Proteção aos Índios estava presente. Ainda a respeito da localização dos povos originários no Estado, os autores expõem que:

Os nativos estão localizados em Postos e Toldos, respectivamente, ou esses Postos e Toldos os cuidam, em determinadas áreas. Há sempre alguns raros índios nos municípios limítrofes, que saem dos lugares reservados a eles. O total de população indígena do Rio Grande do Sul é de 2888 pessoas, de dois únicos estoques tribais: caingang (2641) e guarani (1941), ambos recentes no nosso território, pois as populações primitivas desapareceram no processo de migração. (RIO GRANDE DO SUL, 1954c, p. 13).

No excerto acima, os dois povos destacados como “estoques tribais”, foram os Kaingang e os Guarani. Chama a atenção o uso da palavra “estoque” na descrição da quantidade populacional dos povos Kaingang e Guarani, este termo na década de 1950, assim como atualmente, remete à quantidade de objetos existentes num determinado espaço e não a pessoas. Nesse sentido, a escolha desta palavra desumaniza os povos originários, transformando-os em objetos. Além da descrição de quantidade populacional no decorrer do texto os autores explicam a origem dos Kaingang e dos Guarani e como estes chegaram ao Rio Grande do Sul. Por exemplo, sobre os Kaingang explica-se que:

Os Caingang vieram de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, no século passado, e representam o maior estoque de indígenas no Rio Grande do Sul, atualmente, com 2694 pessoas [...]. (RIO GRANDE DO SUL, 1954c, p. 13).

Novamente a palavra utilizada para descrever a quantidade de indivíduos pertencentes a um determinado povo é “estoque”. Sobre os Guarani é relatado que eles povoavam o Rio Grande do Sul em menor quantidade e conviviam em meio aos Kaingang em postos e toldos das cidades já citadas anteriormente. Ainda, sobre estes povos, há mapas que correspondiam à localização destes no Estado, tanto contemporâneas à década de 1950, quanto referentes a períodos anteriores. Ao se analisar o texto, evidencia-se que este se centra na história da coleção etnológica, como ela foi adquirida e quais os objetos que a formaram, além disso, o texto apresenta dados estatísticos sobre estes povos. Observa-se também que em nenhum item do trabalho cita-se, por exemplo, a história das Missões Jesuítico-Guaranis ou outro fato histórico ocorrido no Rio Grande do Sul em que os Kaingang ou Guarani teriam participado, isto indica que a pesquisa não era compreendida como histórica. Também não há no texto explicações sobre os usos dos objetos indígenas, classificações e procedência, o que assinala que também não foi um trabalho de cunho arqueológico. Assim, por apresentar dados

estatísticos, mapas etnológicos, fotografias o trabalho parece ser baseado em estudos folclóricos, sociológicos e antropológicos.

Por fim, os autores concluem que a pesquisa “não passa da simples comunicação” (RIO GRANDE DO SUL, 1954c, p. 14), mas que não deixava de ter seu valor, pois havia nela uma descrição do material indígena do museu, mapas cartográficos e fotografias dos povos indígenas e dados até então inéditos obtidos a partir de pesquisas junto ao Serviço de Proteção ao Índio. Ainda sobre a pesquisa encontrou-se entre as correspondências expedidas a seguinte carta, enviada por Dr. Herbert Baldus:

Tenho a satisfação de remeter a V.S meu trabalho ‘Material Indígena existente no Museu do Estado do Rio Grande do Sul’ – Aliás escrito por sua sugestão e que embora não seja científico é, pelo menos, uma contribuição inédita e especial para XXXI Congresso Internacional de Americanistas. (RIO GRANDE DO SUL, 1953b, p. 9).

Em outra carta sobre o mesmo assunto também enviada ao Dr. Herbert Baldus o diretor declara:

Não sou especialista nesse campo científico, mas Diretor do Museu do Rio Grande do Sul e Prof. da Universidade do Estado e da Pontifícia Universidade Católica, teria grande interesse na reunião, esperando levar um trabalho inédito sobre as populações indígenas atuais do Rio Grande, mas preciso de detalhes referentes ao tamanho das teses, etc. (RIO GRANDE DO SUL, 1953b, p. 192).

Nota-se que, em ambas as correspondências, Dante de Laytano deixava explícito não ser especialista no assunto e que o trabalho não era científico, mas mesmo simples, havia nele dados importantes que contribuiriam para os debates entre os americanistas. Assim, com o intuito de divulgar as importantes contribuições realizadas a partir de pesquisas de integrantes do Museu Júlio de Castilhos o diretor apresentou o trabalho na *XXXI Sessão do Congresso Internacional de Americanistas*, realizada entre os dias 23 e 28 de agosto de 1954 na cidade de São Paulo, e no *XI Congresso Brasileiro de Geografia*, ocorrido no mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro. Além destas apresentações, Laytano solicitou ao Diretor Geral da Secretaria de Educação e Cultura que a pesquisa fosse publicada na Imprensa Oficial. Outro fato interessante a ser destacado foi o envio da pesquisa a diferentes autoridades no assunto, como o Padre Rambo e o Padre Jaeger. A circulação deste trabalho em diferentes ambientes, os quais ultrapassavam as paredes do museu apontam para a hipótese da importância desta pesquisa para os objetivos do diretor da instituição.

A pesquisa realizada por Laytano, seus alunos e funcionários do museu foi elaborada a partir de obras que existiam na biblioteca da instituição. Desde a construção da biblioteca o

museu recebia livros relacionados aos estudos dos povos indígenas⁷⁷. Além das referências citadas no trabalho, a biblioteca contava com revistas e boletins recebidos de diversas instituições, nacionais e internacionais, dentre elas encontrava-se a *América Indígena: órgano trimestral del Institutot Indigenista Interamericano*, periódico publicado pelo Instituto Indigenista Interamericano⁷⁸.

Em relação ao Instituto Indigenista Interamericano ressalta-se a sua importância em termos de sua atuação nos estudos indigenistas na América. De acordo com Laura Giraud (2011) o instituto se tornou uma referência para os especialistas indigenistas no continente. A revista *América Indígena: órgano trimestral del Institutot Indigenista Interamericano*, era publicada com o intuito de compartilhar os estudos científicos na área da cultura indigenista de diversos países americanos. Ainda sobre a revista, Sochodolhak (2017) explica que o antropólogo, Manuel Gamio⁷⁹, diretor do periódico, prezava por publicações científicas e dava ênfase aos estudos das culturas indígenas, compreendidas como parte do folclore americano, tanto que os antropólogos indigenistas eram considerados folcloristas. Assim, de acordo com Sochodolhak (2017, p. 141 e 142):

Essa perspectiva também aparece no discurso visual da revista, que sempre busca representar o indígena como uma figura que se aproxime de uma peça de museu, dotada de traços exóticos, entre os quais se destacam os trajes. [...] Nesses casos os indígenas são tratados como ‘tipos’ ou ‘exemplares’, o que lhes confere uma conotação quase que não-humana (individual), sendo identificados de forma semelhante a descrições de plantas ou animais típicos de uma determinada região.

Além dos artigos científicos, o periódico era ilustrado por inúmeras fotografias que retratavam diversos povos originários⁸⁰ do continente. O historiador Christopher Pinney (1996), afirma que os antropólogos viram nesta tecnologia uma forma de afirmar a cientificidade dos seus registros na pesquisa de campo, ou seja, uma maneira de comprovar a verdade. Nesse contexto, o emprego do recurso visual na revista servia para ratificar a cientificidade dos estudos indigenistas. Além disso, conforme Sochodolhak (2017), as

⁷⁷ Ressalta-se que a constituição da biblioteca do MJC, as obras, revistas e boletins recebidos pelo museu é um tema a ser explorado em futuras pesquisas, pois o volume de títulos referentes a diversos temas recebidos pela instituição ao longo das administrações é significativo. A respeito dos povos indígenas havia obras de antropologia, etnologia, arqueologia e história natural.

⁷⁸ Fundado em 1940, durante o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, ocorrido em Pátzcuaro, Michoacán, México (GIL, 2012).

⁷⁹ Era o antropólogo e diretor da revista que enviava as publicações para o MJC, em diversas correspondências expedidas Dante de Laytano agradece ao antropólogo pelo recebimento das valorosas publicações.

⁸⁰ Somente entre os anos de 1941 e 1945 a revista publicou 92 fotografias individuais e/ou coletivas de indígenas, a maioria das fotografias recebia uma legenda, com o nome da nação indígena retratada (SOCHODOLHAK, 2017).

fotografias acabavam por destoar dos textos, elas falavam por si, ou seja, as imagens comprovavam a veracidade da existência de determinadas culturas, mas não dialogavam com os textos e nem contextualizavam a fotografia com quem era fotografado, desumanizava-se os povos indígenas que eram fotografados, transformando-os em objetos científicos e ao mesmo tempo folclóricos.

Assim, tem-se a hipótese que a *Revista América Indígena*, publicada por uma instituição referência nos estudos indigenistas da América, possa ter sido utilizada pelo diretor e os demais autores do trabalho como recurso bibliográfico e até mesmo influenciado Laytano em sua decisão de buscar fotografias dos indígenas habitantes do Rio Grande do Sul e utilizá-las no trabalho como recurso visual. Nesse sentido, as fotografias anexadas ao trabalho podem ter sido utilizadas como ferramentas que comprovariam a veracidade da pesquisa, elas mostrariam o que o texto não conseguiria fazer sozinho. As culturas indígenas sob o olhar da fotografia representariam o real, dariam legitimidade ao trabalho, mesmo que ele não fosse considerado científico pelo diretor.

A partir do evidenciado até o momento, atenta-se que Dante de Laytano incluía em suas atividades estudos folclóricos; tanto que chegou a participar de eventos da temática, como o *Congresso Internacional de Americanistas*, se dedicou à pesquisa sobre o material indígena do Museu Júlio de Castilhos apresentando-a em diversos espaços e tornando-a publicamente impressa, além de prezar pelo recebimento de livros, boletins e revistas sobre o assunto, tal como a *Revista América Indígena*. Esta inserção entre os folcloristas, antropólogos e indigenistas se dava pela ênfase dada por Laytano na diversidade étnica rio-grandense como afirma Nedel (1999, p. 147):

No que diz respeito à ênfase dada à diversidade étnica rio-grandense esta constituía-se teoricamente em um meio estratégico para que se ultrapassasse o terreno das particularidades da fronteira, incluindo suplementarmente sub-regiões e populações pouco trabalhadas até então na apreensão livresca do passado regional (como as missões, negros, índios e imigrantes). Tais elementos irão compor o domínio referido por Laytano como o da 'tradição popular', cuja presença no museu se dará concentrada na atividade de pesquisa diluída na multidão de fatos folclóricos – no estudo da participação de escravos em congregações religiosas de antigas cidades do Rio Grande, - ou ainda entendidos pelo diretor como 'sociológicos' -, como no estudo das condições em que se encontravam os aldeamentos Kaingang no estado.

Nesse contexto, se evidencia que a temática indígena teve uma continuidade na direção de Dante de Laytano, mas, com um viés diferente das direções anteriores. O diretor da década de 1950 via os povos indígenas como etnias que formavam a diversificada população rio-grandense, porém, esta visão continuava carregada de subjetividades da colonialidade do saber, pois esta presença era inferiorizada, na medida em que a cultura privilegiada na

museografia ainda era a portuguesa. Assim nota-se que os povos originários foram incluídos no que se entendia como identidade cultural gaúcha, inclusive, por isso, o diretor elaborou um trabalho e o apresentou em espaços acadêmicos. No entanto, o reconhecimento da importância em estudá-los dava-se a partir do entendimento de que estes povos eram culturas folclóricas, portanto, pesquisadas a partir dos estudos folclóricos.

No âmbito de pesquisas e elaboração de trabalhos viu-se neste subcapítulo que os povos indígenas eram considerados grupos folclóricos que formavam, junto com outros, a cultura gaúcha. Portanto, as representações das nações indígenas eram transpassadas pelas narrativas folclóricas. Para além de apresentações em eventos estas pesquisas ganharam divulgação a partir das revistas do museu, que foram reeditadas na direção de Dante de Laytano.

4.2 As pesquisas são divulgadas: *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*

A reedição da revista do museu, sob o novo título *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* aproximou ainda mais o Museu Júlio de Castilhos do público de pesquisadores e intelectuais. O periódico era amplamente distribuído para instituições (museus, universidades, institutos de pesquisa) nacionais e estrangeiras. As revistas eram publicadas anualmente⁸¹, com exceção das duas primeiras edições que foram publicadas no ano de 1952, e das edições de número 7 e 8 editoradas no ano de 1957. Ao total, foram 9 publicações editadas entre os anos de 1952 e 1958. Durante a edição da revista foram publicados 96 artigos de 47 autores (CACHAFEIRO, 2018), entre os artigos encontram-se os seguintes títulos a respeito dos povos originários:

Quadro 14 – Artigos sobre os povos indígenas publicados nas revistas do museu (1952-1958):

Artigo	Autor	Ano	Volume
Os nossos selvagens, contribuição para a Arqueologia Riograndense	Octacílio Barbedo	1952	1
Dicionário Guarani-Português	Mario Arnaud Sampaio	1952	2
Dicionário Guarani-Português	Mario Arnaud Sampaio	1953	3

⁸¹ Todavia, a intenção do diretor era publicá-las semestralmente, mas isto só ocorreu nos anos de 1952 e 1958.

Dicionário Guarani-Português	Mario Arnaud Sampaio	1954	4
Populações Indígenas – Estudos Históricos de suas condições atuais no Rio Grande do Sul I Parte	Dante de Laytano	1955	5
Populações Indígenas – Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – Caingang	Dante de Laytano	1956	6
Dicionário Guarani-Português	Mario Arnaud Sampaio	1956	6
Dicionário Guarani-Português	Mario Arnaud Sampaio	1957	7
Dante de. Populações Indígenas – Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – II Parte: a) Informações Antigas (Século XIX)	Dante de Laytano	1957	7
Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. II Parte – B) Informações Recentes (Século XX)	Dante de Laytano	1957	8
O Índio Guarani	Alfred Métraux	1958	9

Fonte: Revistas do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (todos os volumes).

Dentre os 96 artigos da totalidade das publicações 11,45% foram dedicados aos povos indígenas, ou seja, 11 artigos. Ao observar o quadro 14 nota-se que estes artigos se dividem nas seguintes temáticas: cinco de dicionários guarani-português, um de arqueologia e cinco dizem respeito aos povos Kaingang e Guarani. Todos os artigos se referem aos povos originários habitantes do Rio Grande do Sul, isto denota o caráter regionalista destes artigos, o que seguia o perfil do próprio Museu Júlio de Castilhos comandado por Dante de Laytano.

A partir de um primeiro olhar sobre a reedição da revista percebe-se, que a presença de artigos sobre os povos indígenas é significativa. Nesse sentido, analiso os artigos a fim de compreender como os povos indígenas foram descritos nestas publicações. Sabe-se que estes periódicos levaram as pesquisas realizadas no museu para muitos lugares, fizeram com que a produção de conhecimento do Museu Júlio de Castilhos ultrapassasse as paredes do velho casarão. Assim, tem-se a hipótese que as revistas, assim como as pesquisas apresentadas em eventos, também contribuíram na produção de um imaginário a respeito dos povos indígenas. Desta forma, se torna relevante compreender quais representações sobre os povos originários foram produzidas a partir dos artigos da revista publicada na década de 1950.

Início a análise das revistas com o artigo *Os nossos selvagens, contribuição para a Arqueologia Riograndense*, extraído da *Gazeta do Comércio de Porto Alegre* (1903) de autoria de Otacílio Barbedo. Ele foi publicado na primeira edição do periódico, divulgado em 1952. Logo no início do texto, o autor (BARBEDO, 1952) afirma que tinha o propósito de

contribuir para arqueologia rio-grandense. Esta contribuição se dava pela descrição dos objetos indígenas pertencentes à coleção dos irmãos Barbedo⁸². Em seu texto o autor informa que as observações foram feitas em “15 anos de trabalhos e estudos como colecionadores” (BARBEDO, 1952, p.513). No decorrer do artigo, foram descritos os seguintes objetos: machados, flechas, bolas ou boleadeiras, facas, adornos de pescoço, tembetás ou pedra de beijo, panelas, cachimbos, igaçabas (urnas funerárias), zarabatanas, cestos, lanças, arcos, cocares, pulseiras e colares. A descrição detalhava a quantidade destes objetos na coleção, sua procedência e sua utilidade com base em estudos e referências citadas pelo autor ao longo do texto⁸³.

Tem-se a hipótese de que este artigo era uma referência importante para o diretor e funcionários do museu, pois foi escolhido para estar no primeiro volume da reedição da revista. Além disso, o artigo parece servir como uma apresentação de caráter arqueológico dos diferentes objetos etnológicos que o museu possuía, já que a coleção dos irmãos Barbedo era uma das maiores que constituíam a coleção etnológica.

Observa-se no artigo que as informações sobre a procedência dos objetos têm um elo em comum: a maioria das peças advém de cidades do Rio Grande do Sul⁸⁴. Quando o autor (BARBEDO, 1952) constrói suas representações a partir dos objetos analisados, estes que tem sua procedência do Rio Grande do Sul, ele acaba por se referir aos indígenas com um pronome possessivo: “nosso/nossos”, como se os povos originários, assim como os objetos pelo autor coletados, fossem elementos do Estado. Deste modo, Barbedo (1952) utiliza as expressões “nossos selvagens”, “nossos bugres”, “nossos aborígenes” ou “nossos índios” ao se referir aos povos indígenas, como se pode ver no seguinte excerto: “Os nossos indígenas eram muito astuciosos e mesmo inteligentes” (BARBEDO, 1952, p. 518). Nesse sentido, a utilização de um pronome possessivo (nossos) indica que o autor (BARBEDO, 1952) compreendia que os indivíduos os quais fabricaram os objetos coletados pertenciam ao Rio Grande do Sul, e não às diferentes nações indígenas que habitaram este território.

Importante ressaltar que o artigo não foi escrito na década de 1950, e sim no início do século XX, portanto, suas referências e a pesquisa sobre os objetos da coleção tinha influência

⁸² Esta coleção foi comprada pelo museu em 1905, conforme abordado no capítulo 2.

⁸³ O autor utiliza muitas referências para elaborar o artigo, por exemplo, ele cita os diretores de outros museus, tais como Ladislau de Souza Mello Netto (diretor do Museu Nacional de 1874 a 1893), Hermann Von Ihering (diretor do Museu Paulista de 1895 a 1915), Emílio Goeldi (diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi de 1894 a 1907) e Dr. Florentino Ameghino (diretor do Museu de la Plata). Ele também utiliza referências bibliográficas da etnologia e da arqueologia como Carlos Teschauer e Carlos Von Koseritz, entre outros.

⁸⁴ Com exceção de alguns adornos de penas que são descritos como provenientes da região central do Brasil.

dos estudos da história natural tal como ocorria no Museu Júlio de Castilhos nas primeiras décadas de sua existência, conforme visto anteriormente. A forma como o artigo foi escrito é muito parecida com os artigos analisados no capítulo anterior das primeiras edições da revista (1927-1930), principalmente com o texto *Sobre os Sambaquis do Estado do Rio Grande do Sul*⁸⁵, presente no volume 21 da revista do museu, publicada no ano de 1928, no qual os indígenas eram classificados de acordo com os objetos encontrados nos sambaquis. No artigo de autoria de Barbedo (1952) é feito o mesmo, a diferença é que os povos originários são representados a partir de outros objetos e outras referências. Além disso, o texto de Barbedo (1952) apresenta uma preocupação em descrever os usos dos objetos e, a partir da análise de como as peças foram utilizadas o autor classifica os povos indígenas, por exemplo, se eram mais evoluídos, inteligentes, simplórios, astutos.

Por apresentar os objetos da coleção, todo o texto foi construído por meio da descrição destas peças. Nesse sentido, retomo o conceito de semióforos do historiador Krzysztof Pomian (1984). Os objetos etnológicos ao serem lidos como elementos arqueológicos são utilizados para descreverem povos que Barbedo (1952) não teve contato, são invisíveis para ele. Assim, para torná-los visíveis, o autor (BARBEDO, 1952) descreve e classifica os objetos a partir de seus conhecimentos arqueológicos. Ao formarem a coleção etnológica, estes objetos perdem suas funções originais (como eram empregados por quem os fabricou) e tornam-se semióforos, ganham outros significados, que são construídos por quem os colecionou, os analisou a partir de suas referências. Lidos com outros significados, são salvaguardados no museu e descritos nas revistas científicas desta instituição. Estes periódicos chegam a inúmeros locais, são lidos por diferentes pessoas que desconhecem seu uso original, pois ao chegarem aos leitores da revista já são semióforos, representam os habitantes pré-colombianos do Rio Grande do Sul.

O próximo artigo a ser analisado descreve representações acerca dos povos indígenas contemporâneos ao período em que o texto foi escrito (década de 1950). Assim, o artigo *Populações Indígenas – Estudos Históricos de suas condições atuais no Rio Grande do Sul I Parte* de autoria do diretor Dante de Laytano, publicado no volume 5 no ano de 1955 refere-se aos Kaingang. O autor descreve a situação deste povo na década de 1950, a partir de dados retirados do Serviço de Proteção ao Índio. A escrita do texto é dividida em vários itens como,

⁸⁵ De autoria de Theodoro Bischoff (1928) este artigo foi analisado no capítulo 2.

por exemplo, populações, localização, denominação, linguagem, entre outros⁸⁶. Estes itens apontam informações estatísticas, linguagem, um pouco da história dos Kaingang e características fisiológicas e morais dos mesmos.

Sobre os apontamentos estatísticos sublinho o item “Localização”, nele Dante de Laytano procura informar a localização de cada posto ou toldo indígena existente no Rio Grande do Sul. Os postos citados com suas respectivas localizações são: Guarita e Inhacorá de Três Passos; Nonoai e Serrinha de Sarandi; Ligeiro e Ventarra de Getúlio Vargas; Votouro de Erechim, Águas Santas de Passo Fundo; Cacique Doble de Lagoa Vermelha. Alguns destes territórios Kaingang existem até hoje⁸⁷. O autor (LAYTANO, 1955) afirma que cada posto indígena estava sob os cuidados do Serviço de Proteção aos Índios, pois: “Perante a lei, os índios são considerados menores, debaixo da tutela dos Postos” (LAYTANO, 1955, p. 200). Nesse sentido, compreende-se que existia uma visão de tutela sobre os povos indígenas. Assim, mesmo que houvesse territórios específicos para os Kaingang, eles eram vistos como inferiores perante a organização social do Rio Grande do Sul, portanto, tinham que ser tutelados.

A respeito das informações históricas destaco o item “História” no qual Dante de Laytano (1955) utiliza como referência o padre Teschauer, e transcreve textos deste autor. Na transcrição, o padre refere-se aos Kaingang como descendentes dos Guayaná, que para ele eram “simples, não maliciosos nem falsos e facilmente contentáveis” (LAYTANO, 1955, p. 189). Teschauer também enfatiza o tipo antropológico dos Kaingang, que seriam:

[...] de estatura mais mediana quase esbeltos, o corpo e os membros bem proporcionados. O rosto é antes oval do que largo, os olhos pretos brilhantes movem-se inquietos. A cor da pele mais ou menos escura, segundo a região, campo ou mato, onde vivem e tem pouco da cor de cobre. (LAYTANO, 1955, p. 192).

Este tipo de descrição era comum na época em que as teorias raciais eram utilizadas para estudar os diversos povos não ocidentais. Assim, se dividiam hierarquicamente as

⁸⁶ Os outros itens que estruturam o artigo são os seguintes: Gramática (Substantivos, Verbos, Afixos e Sufixos, Sintaxe); Dicionário; Vocabulário; Expansão; Situação Atual dos Grupos Caingang, História (Notícias, Pesquisa de campo, Passado prehistorico, Os Guayaná dos séc. 16, 17 e 18, Cavernas, Observações, Epidemia, Identificação, Hábitos, Moral, Caça, Defuntos, Cemitério, Época Moderna, Áreas geográficas, Os Guaianá, Hostilidades, Aparecimento dos Caingang, Tipo antropológico, Sistema de Vida); Divisões das Tribos e História, Governo (Patriarquismo, Chefe, Teocracia, Escolha, Funções, Poder Local, Poder Central, Convenções); Família (Matrimônio, Direito, Nascimento, Couvade, Educação, Condições Sociais, Monogamia, Festas, Crianças, Recato, Negócios, Ciúmes, Escolha, Brinquedos, Relações, Costume, Dedicção); Ciclo de Vida (Nascimento e Infância, Casamento) Casa; Habitação; Guerra (Armas, Manejo, Hostilidade, Defensiva, Aniquilamento, Lides de Guerra, Estratégias).

⁸⁷ Para mais informações sobre os territórios Kaingang no Rio Grande do Sul acesse: http://www.portalkaingang.org/populacao_por_estado.htm.

diferentes “raças humanas” de acordo com características fisiológicas e morais. Ao transcrever o texto do padre Teschauer, Dante de Laytano (1955) mantém esta forma de descrição. Mesmo que na década de 1950 as teorias raciais já não fossem tão utilizadas, algumas de suas metodologias, como a descrição fisiológica e moral de diferentes povos, ainda estavam presentes, principalmente nos estudos antropológicos e etnológicos. Portanto, faz sentido Laytano (1955) manter esta maneira de descrição no texto transcrito.

Ao descrever os povos Kaingang, um apontamento chama atenção no texto, a informação de que a palavra “bugre”, termo usado pelos colonos europeus para chamar os Kaingang era pejorativa. Aqui, percebe-se uma mudança em comparação às publicações das primeiras edições da revista (1927-1930) que apresentam esta palavra sem nenhuma explicação de sua origem. No entanto, mesmo que o texto afirme o uso pejorativo da palavra, no decorrer do próprio artigo e de outros, este termo continua a ser empregada como sinônimo de indígena, ou seja, sabe-se que é pejorativo, mas sua aplicação continua a mesma.

O texto é finalizado com descrições sobre aspectos morais dos Kaingang, descritos como monogâmicos, as mulheres como recatadas, os homens como respeitosos. Suas relações com outros indígenas são descritas como frouxa e/ou desinteressada; já com os portugueses o autor destaca que eram relações “apenas com interesse comercial e cercadas de desconfiança e precaução” (LAYTANO, 1955, p. 207). A forma com a qual Laytano (1955) descreveu as características morais dos Kaingang (utilizando-se de referências no assunto) produziu representações homogêneas acerca destes povos, como se todos os Kaingang agissem da maneira descrita. Assim, o artigo ao estar numa revista de uma instituição com autoridade de produção de conhecimento, acaba por contribuir para uma construção de imaginário constituído de representações homogêneas sobre os Kaingang.

A revista de número 6, de 1956, também apresenta um artigo de Dante de Laytano sobre os Kaingang intitulado *Populações Indígenas – Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – Caingang*. Na continuação da escrita sobre os Kaingang, Dante de Laytano (1956) estrutura o artigo da mesma forma que o artigo publicado na revista anterior, ou seja, divide o texto em diferentes itens que trazem ao público informações estatísticas, históricas, linguísticas e sociais destes povos⁸⁸. Ao final do artigo há uma extensa bibliografia a qual o autor se baseou para poder escrever o artigo⁸⁹.

⁸⁸ Os itens estavam organizados da seguinte maneira: Economia (Consumo, Propriedade, Troca, Residência, Comércio, Crédito, Doméstica); Alimentação (Alimentos, Utensílios, Variedade, Extravagância, Preparo); Mel, Caça e Pesca; Ciclos Anuais; Fogo (Uso, Produção, Origem, Material); Trançado (Cestas, Chapéu, Peneira e

A primeira consideração a se fazer sobre o artigo trata-se da necessidade em apontar o Serviço de Proteção aos Índios como um órgão essencial para a educação dos Kaingang nos moldes da sociedade capitalista-moderna do Rio Grande do Sul. Esta constatação pode ser observada no excerto abaixo:

a)Consumo: Os ‘antigos’ só conheciam a caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais espontâneos, principalmente pinhões. Sob a influência do ambiente e da educação proporcionada pelo Posto, hoje plantam milho, feijão, batata doce e criam galinhas. [...] **b)Propriedade:** O Posto com a administração do Serviço de Proteção aos Índios – aproveitou-se com excelente resultado, desse sentimento do direito de propriedade para estimular o trabalho de competição entre eles e este ano 3 índios compraram vaca de leite com o produto de suas colheitas. (LAYTANO, 1956, p. 201).

No trecho acima, o autor (LAYTANO, 1956) explica a importância do Serviço de Proteção ao Índio na vida e organização dos Kaingang. Uma das principais funções do Serviço de Proteção aos Índios era proporcionar a integração dos povos originários à política, economia e cultura do Estado brasileiro, mesmo que esta integração fosse feita a partir do uso da violência e repressão. Ao identificar como importante a atuação do Serviço de Proteção aos Índios nos postos Kaingang do Rio Grande do Sul, Laytano (1956) deixa subentendido a sua visão, tal como da época, que os indígenas tinham que estar integrados à sociedade ocidental, suas culturas e costumes eram compreendidas como primitivas, portanto, para serem “civilizados” era necessário agirem como os ocidentais modernos.

Há no texto, assim como no anterior, descrições sobre os aspectos morais dos Kaingang. Ao longo do artigo, são atribuídos os seguintes adjetivos aos Kaingang: pouco falantes, contidos, desconfiados, descontentes, preguiçosos e pacíficos. Estes atributos parecem estar presentes tanto nos Kaingang considerados “selvagens”, quanto nos “modernos”. Este tipo de análise também produz representações homogêneas sobre os Kaingang, excluindo-os de suas subjetividades, individualidades e particularidades culturais.

Todavia, o que se repete no texto é a dicotomia selvagem/civilizado. Por exemplo, no item “Roupas” o autor descreve que “os Caingang selvagens andam nus, com exceção de um cinto” (LAYTANO, 1956, p. 209), nesta frase percebe-se que o ato de andar nu era uma

Ventarola); Tecelagem (Panos, Pudicidade, Moda, Fibras, Confecção, Fiação, Tecidos); Instrumentos Musicais (Trombetas, Clarinetes, Flauta de Nariz, Travessa, Maracá); Adornos; Enfeires; Arco e Flecha; Mortos (Luto, Sepultura, Velório, Enterro); Religião (Deus, Missa, Rito, Paganismo, Reza, Crenças Religiosas, Adivinhações); Mitologia; Lenda ou Mito Aré; Diversos (Colheita, Suscetibilidade, Cerâmica, Doenças, Agricultura, Pedra, Comunicações, Antropofagia, Canções, Visitas, Danças, Bebidas e Intoxicantes, Contentamento, Rêdes, Indolência, Transporte, Cão, Descontentamento, Etiqueta, Sanguinolência, Minorias).

⁸⁹ Algumas das referências do artigo são: o antropólogo Alfred Métraux, o Padre Rambo, o Padre Teschauerer, o etnólogo Curt Nimuendajú e o arqueólogo Juan Bautista Ambrosetti.

característica atribuída ao que se considerava “selvagem”, ao contrário disso, o uso de roupa era considerado uma prática “moderna”, portanto, os Kaingang nus eram “selvagens”, os Kaingang vestidos eram “civilizados” ou estavam a caminho do que se entendia como “civilizado”. No entanto, mesmo ao portar roupas, eles continuariam perpetuando características morais que eram entendidas como intrínsecas a eles.

Outro exemplo que se pode citar sobre a dicotomia selvagem/civilizado aparece no item “Morte”, em que se cita que os Kaingang “modernos” já estariam integrados ao cristianismo, assim como os que aprendiam a enterrar seus mortos em caixões, diferente prática era feita pelos Kaingang “selvagens” que enterravam os mortos numa esteira, a 12 palmos do chão. Ainda, sobre esta dicotomia se pode observar no seguinte excerto:

d)Paganismo: ‘Atrasado, alguns milhares de anos de nossa civilização o índio serviu em frente a um sistema monoteico de religião e teve de saltar da astrolatria por cima de todas as fases por que passou o homem para nos poder alcançar impelido pelas premências de uma evolução forçada. Ora, uma mente, ainda nos folguedos da primeira concepção humana, sem ter podido cuidar das bases fundamentais do seu organismo, teria mesmo de cair na anarquia ou no caminho do extermínio, como aconteceu com todas as tribos que tentaram permanecer no litoral, ao lado da nossa civilização. Daí a grande dificuldade do Serviço de Proteção aos índios para civilizar esses nossos irmãos, reparando erros que a História nos deixou, ou procurando, sistematicamente, abrir-lhes a civilização; e nunca, como outrora, posto obrigatoriamente, abrir-lhes a lado (LAYTANO, 1956, p. 218).

Para analisar o trecho acima, retomo o conceito de colonialidade do poder de Quijano (2000). A estrutura de dominação vinculada ao processo histórico da colonização europeia na América foi mantida a partir de dois diferentes suportes: a exploração da força de trabalho a partir do sistema capitalista e o controle das subjetividades culturais. Ao analisar o texto, se evidencia que o controle das subjetividades culturais dos Kaingang era feito pelo Serviço de Proteção aos Índios, pois era o órgão responsável por civilizar os povos originários, que sem esta tutela do Serviço de Proteção aos Índios não seriam “civilizados”, permaneceriam em estado “selvagem”, fadados ao aniquilamento, tal como havia ocorrido com povos do litoral brasileiro. A análise também aponta que o texto é tomado pela dicotomia selvagem/moderno: os Kaingang que viviam de acordo com sua cultura e costume foram representados como “selvagens”; os Kaingang que de alguma forma incorporara aspectos culturais ocidentais foram chamados de “modernos”. Esta construção textual se dava na medida em que se mostrava a importância da atuação do Serviço de Proteção aos Índios para que os Kaingang evoluíssem, deixassem de ser “selvagens” para seguirem rumo à civilização moderna.

A revista de número 7, datada de 1957, contém o artigo *Populações Indígenas – Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – II Parte: a) Informações*

Antigas (Século XIX) de autoria também do diretor, Dante de Laytano. No começo do artigo Laytano (1957a) procura explicar esta sequência de artigos sobre os povos indígenas:

A I Parte, que trata dos dois únicos estoques tribais existentes hoje, no nosso Estado, e que são os ‘Caingang’ e “Guarani”, já foi publicada. O material referente ao Caingang está nos ns. 5 e 6 da Revista [...] A pesquisa dedicada ao Guarani apareceu num Boletim da Cadeira de História da Civilização Brasileira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agora, iniciamos a divulgação da II Parte, que é uma coleta reunida sob o título geral de informações, compreendendo o que se convencionou denominar Informações Antigas, para o que se referem ao Século XIX, inserida nas páginas deste volume, e Informações Recentes, para o que se referem ao Século XX, que se imprimirá no próximo (LAYTANO, 1957a, p.151).

Neste artigo Dante de Laytano (1957a) apresenta informações sobre os povos indígenas nos Sete Povos das Missões através diversas tabelas como: mapa de povoamento, mapa de indígenas por aldeamento e sexo, censos e número de pessoas por aldeamento. Também descreve o processo de catequização dos indígenas durante o século XIX e o desenvolvimento de aldeias (Nonoai, São Nicolau, Santa Isabel). Depois o autor se dedica à escrita sobre os chamados Coroados que ele chama de “legítimos índios do mato” (LAYTANO, 1957a, p. 160). O texto de Dante de Laytano (1957a) é construído a partir de um compilado de excertos do século XIX que ele transcreve de diferentes referências⁹⁰. Após, retoma a escrita a partir da divisão textual em vários itens tal como as publicações anteriores⁹¹.

Pelo artigo ser composto de excertos de textos do século XIX ele apresenta inúmeras representações dos povos indígenas construídas naquele período. Início a análise destas representações com um excerto chamado *Ambrósio Schupp e a procedência do índio riograndense* que descreve as impressões do jesuíta alemão Ambrósio Schupp a respeito dos povos originários do Rio Grande do Sul. Uma das formas que o jesuíta diferenciava os indígenas que entravam em contato com os ocidentais de forma pacífica dos que não

⁹⁰ Alguns textos transcritos no artigo: *Os primitivos Habitantes do Rio Grande do Sul* por Hugo Luedeke retirado da Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, nº 20; *Subsídios Etnográficos* por Carlos Von Koseritz, também da Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, nº 20; Fala dirigida à Assembleia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Conselheiro Jeronimo Martiniano Figueira de Melo em a segunda sessão da 14ª Legislatura; *Los Kaingags de Rio Grande do Sul. A mediados del siglo XIX – según un Manuscrito del Teniente Coronel Alfonso Mabilde* por Antonio Serrano; entre outros.

⁹¹ A organização do texto a partir dos itens se estrutura da seguinte forma: Incursões e Civilização dos Índios; Arbitrariedades; Caciques; Terras; Representação; Sublevação; Ataques; O Bugre Riograndense; Medição de Posses; Assistência do Governo; Cantos Guarani; Vocábulo dos Índios Bugres de Nonohai; Contabilidade; Usos Indígenas; Usos e Costumes; Aldeamentos Indígenas; Índios do Rio Grande do Sul e Von Inhering e PE. Ambrosio Schupp e a Procedência dos Índios do Rio Grande do Sul.

aceitavam o contato era chamando os primeiros de “amansados” e os segundos de “selvagens”. Sobre os “selvagens” Schupp aponta que:

[...] não há força que os levem à vida do trabalho e da civilização. Tivemos ocasião de examinar em nossa passagem pelos campos e aldeamento de Nonoai, o estado, tendências e disposições dessa mísera população que prefere a fome, a nudez, e a miséria à uma hora de trabalho. (LAYTANO, 1957a, p. 154).

A transcrição do texto de Schupp não se diferencia muito dos artigos analisados anteriormente. Novamente vê-se a dicotomia selvagem/civilizado presente em mais uma publicação, assim como a necessidade em civilizar os povos originários, fazer com que estes se integrem ao trabalho. Nesse sentido, percebe-se que esta ideia de integração permaneceu como política defendida até mesmo cientificamente, inclusive esta projeção aparecia diversas vezes nas publicações da revista do museu. Assim, pode-se dizer que o Museu Júlio de Castilhos através da revista contribuiu para a difusão da ideia de integração dos povos indígenas à nação brasileira a partir da ação do Estado, seja ela violenta ou pacífica.

Outra característica em comum com os artigos analisados anteriormente, diz respeito a descrição das características fisiológicas e morais dos povos originários. Por exemplo, na transcrição do texto *Los Kaingags de Rio Grande do Sul. A mediados del siglo XIX – según un Manuscrito del Teniente Coronel Alfonso Mabilde* por Antonio Serrano, os intitulados “coroados” são descritos como: intolerantes, preguiçosos e com excelente memória. Outra descrição moral dos povos indígenas encontra-se no seguinte excerto:

Contabilidade: Reservamos para o último lugar este assunto que prova, à saciedade, a pobreza mental dessa gente, sendo bem culpados os que tendo competência para isso, nunca trataram com o devido interesse sua catequização. Os bugres de Nonohay só sabem contar até o número seis e daí por diante empregam a partícula en como para dizer que basta [...] Pelo pouco, que conseguimos saber da vida e linguagem desses índios mansos e em contato com a população civilizada do distrito de Nonohay, vê-se quão necessário é, ao Governo do Estado, a quem não faltam meios, lançar suas paternais vistas sobre esses aborígenes e, com poucas medidas, tira-los desse deplorável embrutecimento e traze-los para a vida social. (LAYTANO, 1957a, p. 202).

Mais uma vez vê-se a ideia de inferioridade racional dos povos originários que precisariam da tutela do Governo para se integrarem à vida social. Ao comparar os artigos *Populações Indígenas – Estudos Históricos de suas condições atuais no Rio Grande do Sul I Parte* e *Populações Indígenas – Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – II Parte: a) Informações Antigas (Século XIX)* – que são complementares –, percebe-se que apesar de tratarem de temporalidades diferentes a respeito das nações indígenas (o primeiro composto de informações da década de 1950 e o segundo do século XIX) há pouca ou nenhuma mudança na forma pela qual os indígenas são descritos. Além disso, há em

ambas as publicações o destaque para a importância da atuação do Estado ou agentes do Governo para com a civilização dos “selvagens”.

Ainda sobre informações que seriam atuais à direção de Dante de Laytano, há o artigo *Populações Indígenas. Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. II Parte – B) Informações Recentes (Século XX)*, também de autoria de Dante de Laytano, presente na penúltima revista, número 8, publicada em 1957. O artigo tal como o do volume anterior é composto por transcrições de diversos textos⁹² que abordam estudos históricos das condições dos povos indígenas no Rio Grande do Sul. Além disso, Laytano (1957b) utiliza diferentes documentos para descrever informações estatísticas sobre os povos originários⁹³ no contexto do século XX.

Há no artigo uma narrativa histórica que começa no século XVI e termina no XX. Os acontecimentos citados em cada século específico são construídos a partir do que ocorre com os europeus e quais consequências acarretavam para os indígenas, como se pode observar na seguinte frase: “No século XVIII, a imaginação açoriana e o conseqüente entrechoque com os espanhóis expulsaram os índios de toda a metade meridional do Estado” (LAYTANO, 1957b, p. 50).

Assim como nos artigos anteriores também há uma descrição fisiológica e moral dos povos originários. A respeito da descrição fisiológica aparece no item “Características raciais” a seguinte caracterização:

Todos os índios por nós observados são de estatura pigmoide, tanto os caingangues quanto os guaranis. Principalmente nos caingangues se acentua a grande uniformidade de caracteres raciais, sendo raros os casos discordantes. Ficamos surpreendidos com os traços flagrantemente ‘mongóis’ evidenciados pelos caingangues: um rapaz da escola do Posto é um legítimo ‘japonesinho’. (LAYTANO, 1957b, p. 51).

As características morais dos povos indígenas aparecem em diferentes transcrições ao decorrer do artigo, como no texto transcrito *O Eco* do padre Gonzaga Jaeger. Nele os “bugres” são descritos como mansos e muito pedinchões. No texto transcrito de Cezimbra

⁹² O autor transcreve os seguintes artigos: *Problema Histórico (Território, Caracteres Raciais, Língua)* de Pe. Balduino Rambo; *Estatísticas Modernas* da Revista de Erechim; *Populações Indígenas do Rio Grande do Sul entre 1927-1930* de Frederico Rondon; *Área Geográfica Brasileira dos Caingang* de Herbert Baldus; *Posição Sociológica do Caingang* de Lima Figueiredo; *Entre Bugres (Um povo Sóbrio, Ignorante e Votado ao Extermínio)* de Luíz Gonzaga Jaeger; *Assuntos do Rio Grande do Sul – Notas sobre os selvícolas* de Cezimbra Jacques; *Relatório sobre os Indígenas do Rio Grande do Sul (junho de 1910)* de Tôrres Gonçalves; *Breve Notícia sobre os Mbyá-Guarani de Guarita* de Herbert Baldus; *Sinopse da História dos Kaingang Paulistas* de Herbert Baldus.

⁹³ Quadros estatístico (de populações, benfeitorias, imóveis, pecuária, agricultura, máquinas, entre outros) dos Relatórios da Inspetoria Sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Relatório da Administração e Programa de Trabalho.

Jacques intitulado *Assuntos do Rio Grande do Sul Notas sobre Selvícolas: Kaingangs ou coroados*, os Kaingang são representados como “selvagens cruéis” até serem catequizados, após se tornam “humildes, bondosos e revelam mesmo aptidão para o trabalho e inteligência capaz de assimilar o que se lhes ensinar” (LAYTANO, 1957b, p. 63). Na mesma transcrição existe uma comparação entre os Kaingang ou Coroados com os Guarani. Nela os Kaingang são considerados “bugres” por serem “selvagens” e terem uma língua rude e pobre, o que dificultava a tradução por parte dos portugueses, já os Guarani eram considerados herdeiros de um povo “civilizado” – o qual é citado como um mistério –. Por fim, se afirma que os habitantes “primitivos” do Rio Grande do Sul eram em sua maioria os Guarani.

Ainda sobre os aspectos morais no texto afirma-se que os povos indígenas eram ignorantes e frequentemente eram vítimas da maldade dos ocidentais, inclusive cita-se que os indígenas eram “antes considerados como animais do que como seres humanos” (LAYTANO, 1957b, p. 72). Além disso, no item “Algumas informações sobre a vida e os costumes dos índios do Rio Grande do Sul” cita-se que:

[...] a impressão que se tem dos indígenas que atualmente ainda existiam aqui no Rio Grande do Sul, é de uma raça abandonada, deprimida, decadente, que nada lucrou com o contato dos ocidentais antes perdeu. Entregues a si próprios a sua evolução natural, tendo mantido a sua incipiente indústria, teriam conservado os seus costumes e toda a sua poética feição fetichista. Os contatos com os ocidentais pela forma porque eles se deram e se dão ainda, corromperam, porém os seus hábitos domésticos, quebraram-lhe a energia e estimularam sua natural indolência. As perseguições sofridas, as que sofrem ainda a consciência da sua inferioridade abateram também a antiga altivez dos nossos selvícolas, e mesmo sua dignidade! Cumpre-nos resgata-los dessa situação, no que isso depende ainda de nós, pois temos dívida de honra a saldar com os descendentes dos primitivos ocupantes das terras por nós conquistadas pela violência. (LAYTANO, 1957b, p. 74).

O artigo apresenta uma vitimização dos povos originários. Assim como os demais textos, considera a necessidade destes povos serem tutelados pelos mesmos ocidentais que conquistaram a terra pela violência. Nesse sentido, vê-se uma repetição nas formas as quais os povos originários foram representados nas revistas do museu. Neste artigo, ainda se afirma que a atuação do Estado teria tanta importância que caso não intervissem na forma pela qual estes povos viviam eles estariam fadados ao desaparecimento.

Sobre os povos Guarani há cinco textos sobre linguística, os artigos são apresentados como dicionários Guarani-Português. Há apenas um artigo que trata sobre aspectos históricos, sociais e culturais dos povos Guarani e ele foi publicado na revista de número 9, em 1958, chama-se *O Índio Guarani* do antropólogo de origem suíça Alfred Métraux, traduzido por Dante de Laytano. Diferente dos artigos anteriores este se centra apenas na transcrição de um texto, inclusive na última nota do artigo há um agradecimento ao autor, por ter autorizado a

tradução. Além da transcrição nas páginas do artigo há uma série de notas de Dante Laytano sobre o tema⁹⁴

Logo no início do texto, Métraux (1958) apresenta suas referências sobre os estudos dos povos Guarani⁹⁵, em sua maioria, obras de cunho arqueológico e/ou antropológico. Depois, o autor (MÉTRAUX, 1958) passa a relatar um breve histórico dos Guarani na América. Inicia esta narrativa com o item “Arqueologia no território dos Guaranis”, em que discorre sobre as descobertas feitas a respeito de objetos arqueológicos em territórios Guarani, como por exemplo, as cerâmicas. O autor afirma que os Guarani: “do Paraguai ou do sul do Brasil não possuíam cerâmica alguma, ou quando muito somente algumas peças muito toscas” (MÉTRAUX, 1958, p. 39). Nesta frase, percebe-se que as cerâmicas Guarani são lidas de forma pejorativa por serem chamadas de “toscas”.

Após discorrer sobre a arqueologia Guarani, Métraux (1958) aborda o período pós-contato dos Guarani com os povos europeus, principalmente portugueses e espanhóis. Neste assunto, ele afirma que aos Guarani faltava determinação, por isso, foram vítimas da conquista e da violência, principalmente vinda dos espanhóis através do sistema de *encomiendas*. Diferente deste sistema, os Guarani que viviam nas Missões com os padres jesuítas, construíram junto aos jesuítas uma espécie de “organização comunista” (MÉTRAUX, 1958, p. 47), o que Métraux (1958) cita como um assunto polêmico. A parte histórica do texto se encerra com o fim das Missões, que de acordo com o autor foi uma consequência nefasta para os Guarani, pois saíram da tutela dos jesuítas, voltaram para as matas e a maioria veio a desaparecer. Depois do breve contexto histórico, Métraux (1958) analisa aspectos culturais e sociais que se resumem a uma série de itens, tais como: Meios de Vida, Agricultura, Colheita de Alimentos Selvagens, Caça, Pesca, Animais domésticos, Preparação de Alimentos, Religião, Mitologia, entre outros⁹⁶.

⁹⁴ Notas de Dante de Laytano: População; Localização; Linguagem; Procedência; Cultura (Economia, Alimentação, Armas, Borai, Tecelagem, Cerâmica, Trançaria, Diversos); Literatura; Conclusão; Bibliografia – Bibliografia de Alfredo Metraux; Nota Final: Agradecimentos.

⁹⁵ Referências citadas pelo autor: Comentários de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca’ (vide Pedro Hernández, 1852), Schmidel (1903), a ‘Conquista Espiritual’ de Ruíz de Montoya (1892), as ‘Cartas Anuais de La Compañia de Jesus’ (1927-29), Del Techo (1673,1897), Lozano (1873-75), relatórios jesuítas (Cartas anuas), uma monografia de Von Koenigswald (1908), uma monografia por Niemuendajú (1814) e uma série de estudos do padre Franz Muller (1934-1935) referente aos Cainguás paraguaios. (LAYTANO, 1957).

⁹⁶ Itens do texto transcrito de Métraux: Divisão de Tribos; Os Guaranis dos Séculos XVI e XVII; Tribos Guaranís Modernas; População; Fontes de Informação; Arqueologia no Território dos Guaranís; A conquista; As Missões; Cultura (Meios de Vida, Agricultura, Colheita de Alimentos Selvagens, Caça, Pesca, Animais domésticos, Preparação de Alimentos); Aldeias e Habitações; Vestuários e Enfeites; Transporte; Manufaturas (Cestos, Tecelagem, Fiação, Cerâmica, Trabalhos em Couro); Armas; Organização Política e Social (Lei e Ordem, Etiqueta); Ciclo da Vida (Nascimento e Recebimento do Nome, Iniciação dos Rapazes, Puberdade das

No item “Meios de Vida” o autor (MÉTRAUX, 1958, p. 47) afirma que “Os Guaranis parecem ter sido horticultores competentes, talvez superiores a seus modernos descendentes, os Caingúás”. Esta afirmação evidencia que Métraux (1958) tinha uma visão evolucionista sobre os povos indígenas. Esta perspectiva aparece em outros momentos, por exemplo, no começo do texto Métraux (1958) faz questão de explicar que existem dois tipos de Guarani, o “primitivo” e o “moderno” (este seria chamado de Caingúá).

O final do artigo é composto por notas de Dante de Laytano, entre elas destaco o item “Conclusão”, em que Laytano afirma que:

Não há nesses guaranis do Rio Grande do Sul senão uma forma atual de vida como herança social e continuidade histórica dos índios paraguaios de hoje ou argentinos. O guarani, de que se tratou nestas poucas palavras, em absoluto brasileiro, não pertence à estrutura etnográfica do país e eles representam um elemento adventício muito recente. As exceções são raras. (MÉTRAUX, 1958, p. 78).

Nesta nota, Dante Laytano apresenta a sua conclusão sobre os povos Guarani que vivem no Rio Grande do Sul a partir do texto de Métraux (1958). Nela ele afirma que estes povos não pertenciam à estrutura etnográfica do país por reproduzirem heranças sociais e continuidades históricas com os Guarani paraguaios e argentinos. Nesse sentido, evidencia-se que para Dante de Laytano os povos indígenas, eram grupos que pertenciam ou não a determinadas nações. Esta visão estava atrelada à perspectiva folclórica do diretor, que compreendia a cultura rio-grandense como um conjunto de diferentes grupos sociais que juntos formariam a identidade gaúcha. Portanto, se os Guarani descritos tinham heranças vinculadas a outras nações, não seriam grupos sociais que formariam a cultura gaúcha, visto que o Rio Grande do Sul era um Estado brasileiro.

Apesar de suas particularidades, os artigos publicados na nova série da revista do museu (1952-1958) seguiam mais ou menos o mesmo roteiro: informações estatísticas, linguísticas, históricas, sociais e culturais sobre os povos originários, especificadamente, os Kaingang e Guarani. O foco nestes povos dava-se pela perspectiva regionalista que o diretor Dante de Laytano mantinha ao projetar e executar as atividades no museu. Assim, como nos artigos publicados na primeira sessão de edição da revista (1927-1930) os povos indígenas foram representados como inferiores aos ocidentais, sejam estes povos do passado pré-colombiano ou contemporâneos aos autores. As diferenças evidenciadas dizem respeito aos

aspectos morais que aparecem nos artigos da segunda sessão e a frequente citação da atuação do Serviço de Proteção aos Índios para que os indígenas se tornassem “civilizados”.

A dicotomia selvagem/civilizado foi a característica mais encontrada nos artigos analisados (de ambas as séries da revista). Para entender a influência desta dicotomia no imaginário sobre os povos indígenas recorro a Navarro-Swain (1994, p. 55) que explica:

[...] os paradigmas criados no âmbito do imaginário atuam efetivamente, organizando uma sociedade dividida além da fórmula redutora rico/pobre, capitalista/proletário, em quadros de poder e força: masculino/feminino, forte/fraco, normal/patológico, verdade/mentira, real/ilusório, ativo/passivo, heterossexual/homossexual, certo/errado branco/negro, bom/mau, belo/feio, jovem/velho e assim por diante. Estas classificações atravessam a sociedade como um todo, numa complexidade que ultrapassa, evidentemente, a simples divisão em classes sociais, desenvolvendo dispositivos de controle, repressão, sistemas normativos, direitos e deveres; padronizando comportamentos/attitudes, criando as formas dos excluídos e dos marginais.

As representações dicotômicas entre ocidentais e indígenas, em que os primeiros entendidos como “civilizados” e os segundos “selvagens” ajudaram a produzir relações de poder na sociedade. Nesse contexto tem-se a hipótese que as revistas do museu ao representarem os povos indígenas de forma a os colocarem opostos aos ocidentais, inferiorizando-os contribuíram para a produção de imaginários a respeito destes povos, pois de acordo com Chartier (1990) a articulação entre o leitor e o texto é capaz de afetar o modo como ele compreende a si e o mundo ao seu redor. Todavia, não era apenas nas pesquisas e revistas que a temática indígena estava presente no museu, havia ainda, a coleção etnológica, que permaneceu na instituição, e as exposições, portanto, estas atividades também produziram representações acerca dos povos originários.

4.3 A coleção etnológica e a exposição de curta duração da obra *Viagem ao Brasil* (1815-1817)

Desde sua fundação o Museu Júlio de Castilhos salvaguardava coleções muito diferentes entre si, o que fazia dele, um museu enciclopédico. Todavia, na direção de Dante de Laytano o Museu Júlio de Castilhos pela primeira vez, transferiu parte de suas coleções (história natural, artes e documentos históricos) para outras instituições, deste modo, o museu tornou-se guardião somente de coleções relacionadas com a história do Rio Grande do Sul. Entre as coleções que não foram retiradas está a coleção etnológica; por alguma razão achava-se que esta coleção deveria ficar no museu.

Tem-se a hipótese de que a coleção etnológica seria considerada importante para a instituição devido ao interesse do diretor nos estudos folclóricos. Para Dante de Laytano, o estudo folclórico era utilizado para pesquisar as diferentes populações que formariam o Rio Grande do Sul, e isto incluía os povos indígenas. Ao ter permanecido no museu, a coleção seguiu sendo investigada. Neste sentido, analiso como foi realizado o processo de musealização de novos objetos adquiridos para a coleção etnológica durante a gestão de Laytano, em seguida, discorro sobre as representações dos povos indígenas para além da coleção etnológica, visto que, em 1954 o museu expôs temporariamente uma coleção de trabalhos da obra *Viagem ao Brasil (1815-1817)*, onde aparecem representados em desenhos aquarelados de diversos povos indígenas. Para começar, no quadro 15 apresento as novas aquisições da coleção etnológica realizadas durante a direção de Dante de Laytano:

Quadro 15 – Objetos indígenas adquiridos pelo museu durante direção Dante de Laytano:

Ano	Descrição do objeto	Forma de aquisição	Local de origem
1952	Uma zarabatana Um pote contendo ‘Curure’, veneno para envenenar a ponta das flechas Um ‘Camoti’ com dez flechas envenenadas	Doação de Tenente Pojucan Carreira Palmeira	Indígenas do Rio Içana (Amazônia)
1952	Uma Igaçaba, quase intacta Uma pedra, usado pelos índios para fazer pontas.	Doação de João Lino Braun (deputado estadual):	Fazenda da Tapera, de propriedades dois Irmãos Leivas Centeno, em Pacheca, no Município de Camaquã (Rio Grande do Sul)
1954	Um Tacape, arco e flechas usados pelos Xavantes; Flechas usadas pelos “Bugres”; Gravatás dos índios Xavantes para dia de festa; Uma Corda com que os índios de “diversas raças” fazem arco ou outros trabalhos de corda; Uma flecha lisa com que os	Oferta do Sr. João Antônio Gruntzel	Rio das Mortes (MT) – Fundação Brasil Central

	índios Xavantes pescam; Flechas tipo anzol usadas pelos índios “Bugres” em termo de guerra ou para pescaria		
1954	133 fragmentos de cerâmica indígena Material Dois grandes fragmentos de igaçaba Um quebrador de caroços	Doação de Ruy Ruben Ruschel	Sambaqui de Torres (Litoral norte do Rio Grande do Sul)
1955	Coleção de artefatos indígenas	Compra	Sem identificação

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações retiradas do Livro de Ofícios Expedidos (RIO GRANDE DO SUL, 1952b, 1954b), do Livro de Ofícios Recebidos (1952c, 1954c) e de NEDEL (1999).

Dentre os dados apresentados no quadro 15 há a informação sobre a doação feita pelo Sr. João Antônio Gruntzel⁹⁷. Estes objetos vieram de um dos postos da Fundação Brasil Central, localizado no Rio das Mortes (MT). A Fundação Brasil Central foi uma instituição fundada a partir da chamada “Marcha para o Oeste” ou “Expedição Roncador-Xingu” impulsionada pelo Governo Vargas em 1943 e finalizada em 1967, sob a Ditadura Civil-Militar⁹⁸. O objetivo desta fundação era colonizar o território compreendido entre os altos rios Araguaia e Xingu a fim de estabelecer uma rota de comunicação entre o Rio de Janeiro e Manaus. Esta colonização interna foi feita em territórios onde existiam diversos povos originários, como por exemplo, os Xavantes, citados na descrição dos objetos doados pelo Sr. João Antônio Gruntzel.

Na figura 15, encontra-se fotografado o Rio das Mortes, local de origem dos objetos doados pelo Sr. João Antônio Gruntzel. Não há uma precisão sobre o contexto em que estes objetos foram conseguidos, se amigavelmente ou fruto de alguma interação violenta, pois a história da “Expedição Roncador-Xingu” em relação à interação entre não indígenas e os

⁹⁷ Não foram encontradas informações sobre esta pessoa. Todavia, encontrou-se a informação que uma pessoa chamada José Antônio Guntzel trabalhou como zelador da Fundação Brasil Central, em 1952. Pode ser que tenha ocorrido um erro de digitação e o nome dele esteja errado na documentação ou pode ser que esteja correta, mas, infelizmente os dados são insuficientes para se chegar a uma conclusão.

⁹⁸ Importante destacar que foi nesta expedição que os irmãos Villas Bôas, ficaram famosos pela história de seu contato com os povos indígenas do Xingu. Uma das consequências deste contato foi a fundação do Parque Nacional do Xingu, em 1961.

povos originários variava conforme os envolvidos⁹⁹. Fato é que estes objetos chegaram ao Museu Júlio de Castilhos a partir de um processo de colonização interna, que oficialmente não visava a interação entre indígenas e não indígenas, mas a exploração das regiões e expansão do controle do Governo sobre o território nacional.

Figura 15 – Primeira casa construída em Xavantina, no mesmo lugar do acampamento pioneiro, ao fundo o Rio das Mortes:



Fonte: Museu da Fotografia Documental. Disponível em: < <http://www.mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/>>.
Acesso: 07/06/2019.

De acordo com Nedel (1999), a coleção etnológica foi pouco movimentada, algumas aquisições foram feitas como se observa no quadro 15, mas nada muito diferente do que já havia sido adquirido nas outras administrações, inclusive, a forma de organizá-la seguiu a mesma da direção de Emílio Kemp. Além das novas aquisições o museu chegou a doar alguns

⁹⁹ Vale ressaltar que para o Governo o contato com os indígenas não era o objetivo principal da expedição, entretanto, como não tinha como evitar, afinal de contas estavam adentrando nos territórios dos povos originários, tinha-se um projeto de assimilar estes povos, transformá-los em brasileiros, tê-los como mão de obra, para produzirem, seguia-se as premissas de um projeto econômico capitalista de exploração de recursos naturais e humanos. Todavia, entre os envolvidos na expedição existiam pessoas que acreditavam que a interação com os povos originários devia levar em conta suas culturas, é o caso dos irmãos Villas Bôas. Portanto, existia este confronto de ideias entre os inúmeros participantes desta expedição.

objetos da coleção etnológica para museus do Rio Grande do Sul, por exemplo, a doação feita para o Museu Farroupilha, como pode se ver no excerto abaixo:

Relação das peças em duplicata de História Nacional e História Natural, que o Museu Júlio de Castilhos oferece como colaboração ao Museu 'Farroupilha' da cidade de Triunfo: 1 machado de pedra lascada, 1 machado de pedra polida (médio), 1 machado de pedra polida (grande), 1 machado de pedra polida (pedaço), 3 boleadeiras, sendo duas grandes e uma pequena, 1 quebrador de caroço, 1 Nó, 1 apontador de Flecha (calibrador), 1 mão de pilão (mão de gral), 1 panela de barro (pequena, de Venâncio Aires), 1 arco flecha (restaurado), 1 flecha com ponta de ferro, 1 flecha com ponta de osso, 1 flecha com ponta de madeira dentilhada, 1 flecha com ponta de madeira lisa, 1 flecha com ponta, digo com batoque para a caça de aves (restauradas), colar indígena feito com sementes (lagrimas de N. Senhora) tendo dois dentes de animal, dois berloques de chifre e uma pequena placa de osso. (RIO GRANDE DO SUL, 1954c).

Por ser referência em instituição museal no Rio Grande do Sul, o Museu Júlio de Castilhos acabava auxiliando outros museus a formarem suas coleções e a se organizarem, como foi o caso da doação feita ao Museu Farroupilha, que foi fundado em 1953. Era comum o Museu Júlio de Castilhos receber correspondências de museus recentemente fundados e escolas solicitando doações de peças para formarem suas coleções.

Assim como a organização da coleção, sua exposição permaneceu da mesma forma que na direção anterior, localizada na Sala Indígena, pois a estrutura das salas do museu também não sofreu mudança. O quadro 1 apresenta a distribuição de funcionários por salas:

Quadro 16 – Distribuição de funcionários por sala (1954):

Funcionários	Salas
Aracy da Costa (servente)	Portaria
Sireno Alves dos Santos (servente)	Sala de Armas (história) e dos Comandantes de Região (história)
Paulo Xavier (Auxiliar Administrativo)	Sala General Osório (história) – Gabinete de Secretaria
Maria Silva (Extranumerária)	Sala Bento Gonçalves (história), Sala de Numismática e Sala Júlio de Castilhos (história)
Carlos T. Duarte (Assistente Técnico)	Sala Alcides Maya (arqueologia indígena) e Sala Rodolfo Von Ihering (zoologia)
José Júlio Barros (Oficial Administrativo)	Sala Adolfo Mabilde (zoologia) e História Nacional
Pílade Frediane (Preparadora)	Sala Rodolfo Simch (mineralogia) e Sala Apolinário Porto Alegre (móveis antigos)
Darcy Nascimento (Extranumerário)	Jangada (galpão do jardim)
Olympio Gomes (Sub Diretor)	Suplente

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1954b.

Observa-se no quadro 16, que a disposição dos funcionários seguia a estratégia da direção anterior, ou seja, cada funcionário ficava responsável por uma ou duas salas, independentemente da sua função. Chama a atenção no quadro uma informação sobre o funcionário Carlos Duarte. Nos quadros 7 e 8 elaborados sobre as outras direções, Carlos Duarte aparece como porteiro, já no de número 16 aparece como Assistente Técnico. Talvez, esta mudança de cargo deveu-se pela atuação do funcionário na organização das coleções etnológicas e numismáticas quando era porteiro, pois ele era muito elogiado, principalmente, pelo diretor Emílio Kemp, que chegou a solicitar gratificações para o funcionário em algumas correspondências enviadas à Secretaria de Educação e Cultura. Além disso, era este funcionário o responsável por receber a visita do público, conforme redigido por Dante de Laytano no relatório do museu de 1955.

Não foi somente na sala indígena que foram montadas exposições sobre os povos originários. No ano de 1954, o museu recebeu do Museu de Renânia (região oeste da Alemanha) a exposição de curta duração dos originais da obra *Viagem ao Brasil* (1815 a 1817) do Príncipe Maximiliano Wied-Neuwied da Renânia. Conforme o relatório do museu de 1955, esta exposição contou com 120 trabalhos do Príncipe, que estavam divididos em aventura, viagem, folclore e desenhos etnográficos (RIO GRANDE DO SUL, 1955a). Esta obra foi construída a partir das viagens de exploração que Maximiliano de Wied-Neuwied fez no Brasil nas regiões que hoje se encontram os Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais durante os anos de 1815 e 1817. Nesta viagem, o Príncipe teve contato com diferentes povos indígenas, que habitavam estas regiões. Estes povos foram representados por Maximiliano de Wied-Neuwied a partir de desenhos e textos escritos.

Não foram encontrados indícios de quais as imagens do livro foram utilizadas nesta exposição. No entanto, é possível ter uma ideia de como poderia ter sido a exposição a partir do olhar sobre a obra *Viagem ao Brasil*. Neste livro, apresentam-se relatos da viagem do Príncipe e figuras desenhadas através do olhar do mesmo. O viajante representava em desenhos aquarelados o que via, desde plantas, animais, momentos da viagem e os diversos povos originários que teve contato. A narrativa do Príncipe repercutiu em diferentes países europeus, foi comprada tanto pelos interessados nos estudos americanos, quanto pelo público leigo ao assunto (LIMA E SILVA, 2014). Deste modo pode-se afirmar que foi uma obra de significativa repercussão. Sobre a narrativa do Príncipe destaca-se que:

Com o seu pensamento enciclopédico, Maximiliano de Wied-Neuwied especificou nominalmente cada um dos adornos, pinturas corporais, arcos e flechas, tipos de

moradias, entre outros. Buscou também exercitar os conhecimentos adquiridos nas aulas de Blumenbach e nas leituras específicas, pois tratou da aparência física, dos tamanhos dos crânios e órgãos genitais. (LIMA E SILVA, 2014, p. 184).

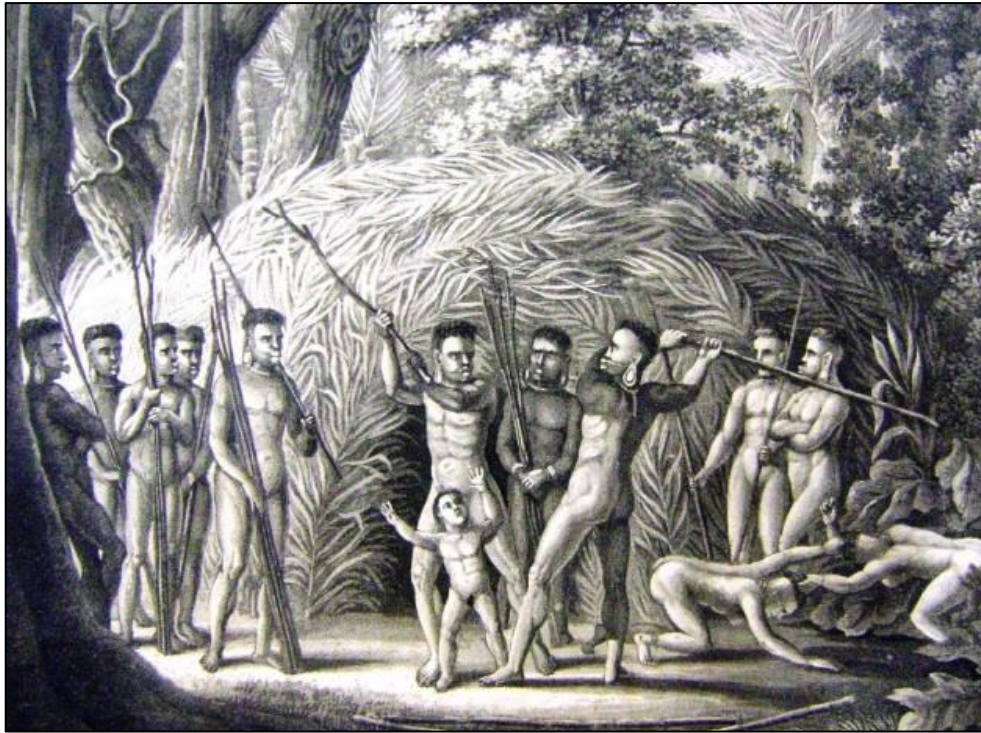
Importante ressaltar que esta obra foi traduzida para diferentes línguas, pois foi muito difundida pela Europa. Em cada edição nova ocorria alguma mudança, tanto no texto, quanto nas imagens, pois as editoras editavam o livro conforme o público que elas desejavam atingir. Uma das mudanças mais realizadas diz respeito à nudez. Nas imagens originais da viagem determinados povos indígenas, como por exemplo, os “Botocudos”, eram retratados com nudez pelo Príncipe, mas nas versões traduzidas estes desenhos aparecem sem ou com pouca nudez. Isto ocorria devido aos valores morais que existiam em determinados países em que o livro foi traduzido (LIMA E SILVA, 2014). No relatório de 1955, Dante de Laytano resalta que a exposição foi realizada a partir da obra original do Príncipe, mas esta informação não garante que a exposição tenha sido realmente feita com os desenhos e texto originais. Como não se sabe qual versão de fato foi utilizada na exposição, destacam-se duas figuras para que se possa perceber a diferença das imagens, na figura 16 tem-se a versão original e na figura 17 a tradução na língua inglesa:

Figura 16 – Briga dos Botocudos próximo ao Quartel dos Arcos do Rio Grande de Belmonte
(Versão Original):



Fonte: LIMA E SILVA, 2014, p. 188.

Figura 17 – Combate singular dos Botocudos (Versão Inglesa):



Fonte: LIMA E SILVA, 2014, p. 190.

Ao observar as duas figuras percebem-se as diferenças, principalmente quanto à nudez, as pinturas corporais e o formato do corpo das pessoas ali representadas. Na figura 16 os “botocudos” estão representados com pinturas corporais e nudez, já na figura 17 estas pinturas desaparecem e a nudez também. Nesse sentido, têm-se duas formas diferentes de ver a exposição ocorrida em 1954, no Museu Júlio de Castilhos. Caso tenham sido utilizados os desenhos aquarelados da versão original de *Viagem ao Brasil* a representação dos povos indígenas do Brasil carregou as premissas da antropologia ligada à história natural, visto que o Príncipe as retratou no século XIX sob seus conhecimentos, enquanto acadêmico enciclopedista (LIMA E SILVA, 2014). Entretanto, se as imagens foram utilizadas a partir de outras versões é possível que tenha ocorrido alterações em comparação com os originais, como por exemplo, corpos mais cobertos, ausência de pintura corporal e homogeneização dos diferentes povos originários.

Independentemente de qual versão foi utilizada na exposição de curta duração, a figura em destaque era a obra *Viagem ao Brasil* e não os desenhos aquarelados sobre os povos indígenas. Nas palavras do diretor Dante de Laytano: “A exposição constitui um acontecimento científico, atraindo um bom número de público e fazendo-se de mostra um bom catálogo” (RIO GRANDE DO SUL, 1955, p. 422). Assim, nesta exposição, as

representações a respeito dos povos originários tiveram conotações científicas, muito relacionadas com as descobertas importantes feitas pelo viajante, do que com um interesse sob os povos indígenas e suas diversidades; eles eram mais uma descoberta, assim, como a fauna e flora, também desenhadas pelo Príncipe e possivelmente presentes na exposição.

Até aqui se viu que a forma pela qual a coleção etnológica foi gerenciada na direção de Dante de Laytano não se diferenciou da administração anterior, de Emílio Kemp. A novidade entre as exposições que de alguma forma mostraram representações a respeito dos povos originários foi a exposição da obra *Viagem ao Brasil* (1815-1817), pois a sala indígena também permaneceu exposta da mesma maneira. Diante disto, questiona-se: será que os sentidos produzidos sobre a coleção etnológica mudaram? De acordo com Nedel (1999, p. 181):

Nas ações com vistas à ampliação de coleções e temas, a opção propriamente a de manter e acrescentar novos e ‘valiosos’ exemplares destinados à exibição dos ‘personagens ilustres’ da história regional, seguia o mesmo critério básico de seletividade usada pelo Museu desde anos vinte, qual seja: torna-los exemplos de ‘abnegação do povo rio-grandense para a construção da Pátria Brasil.

Apesar da permanência da coleção etnológica e do interesse de Laytano em estudar os povos originários a partir do folclore, a temática indígena continuou negligenciada e distanciada da história do Rio Grande do Sul. Um exemplo deste silêncio histórico ocorreu com as peças advindas das Missões, pois elas foram separadas da narrativa histórica sobre as reduções jesuítico-guarani. Para Nedel (1999, p. 162), “o mais provável, aqui, é que esses itens tivessem sido associados à rubrica etnográfica, dispersas entre as demais coleções de artefatos, expostos na sala ‘Alcides Maya’ destinada à arqueologia indígena”. Assim, ao que parece os povos indígenas interessavam à direção enquanto tema de estudos, como se viu na pesquisa *Material Indígena Existente no Museu ‘Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* e nas revistas do museu. Já nas exposições os indícios mostram que as narrativas permaneceram as mesmas das direções passadas, exceto a exposição de curta duração, que foi uma novidade, e apresentava os povos indígenas como descobertas científicas de um viajante europeu.

Mesmo que tenha se desvirtuado do pensamento dos diretores que, anteriormente, administraram o museu, ao apresentar a pesquisa sobre os povos indígenas, Kaingang e Guarani, na formação da cultura rio-grandense, Dante de Laytano continuou a enfatizar o papel luso-açoriano, das epopeias heroicas dos farroupilhas e da agência dos militares na conquista do território rio-grandense, tais como os demais diretores que o antecederam. Assim, este capítulo evidenciou que durante a direção de Dante de Laytano, os povos

indígenas foram estudados como grupos folclóricos. Esta perspectiva, apesar de se diferenciar em relação às direções anteriores, permaneceu produzindo representações baseadas na dicotomia selvagem/civilizado, e ainda, defendeu, a partir dos artigos das revistas, a ideia de “civilizar” os povos Kaingang e Guarani, considerados “primitivos”, através da atuação dos Serviços de Proteção aos Índios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim [...].

Michel de Certeau.

O historiador Michel de Certeau em uma das suas obras célebres, intitulada *A escrita da História* (1982), faz um singelo aviso ao pesquisador: sua dissertação, sua tese, seu texto deve ter um fim. Parece fácil esta lógica, ora um texto acadêmico tem começo, meio e fim. No entanto, o caminho trilhado na pesquisa, diferente do texto, não é definido por um começo, meio e fim.

O pesquisador mergulha ao longo de sua pesquisa em um milhão de possibilidades: hipóteses, problemáticas, documentações, aulas, seminários, conversas, vivências, encontros, desencontros, prazos, atrasos e em seu tema de pesquisa. Toda esta imersão deve ser transformada em um produto final: a dissertação, a tese, o texto acadêmico. Para arquitetar este produto e pôr um ponto final nele o pesquisador realiza uma série de escolhas: a abordagem teórica e metodológica, o estilo da escrita, os objetos de estudo, os documentos históricos, as descobertas e as lacunas deixadas ao longo da pesquisa. Portanto, eu sei, Michel de Certeau, que meu texto tem que ter um fim, e estou aqui para finalizá-lo, mas até lá proponho uma reflexão sobre toda esta longa jornada que trilhei até a escrita do ponto final.

Início este último momento *pré-ponto final* retomando um pouco algumas de minhas inquietações antes de ingressar no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como estudante de história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, procurei refletir a respeito dos silêncios encontrados nas narrativas historiográficas e sobre a marginalização de certas presenças na escrita da história.

Estas reflexões estavam presentes quando fui na aldeia Guarani Tekoá Pindó Mirim (Itapuã), localizada na cidade de Viamão, Rio Grande do Sul, e tive um dia inteiro de vivência com uma cultura que eu já tinha um imaginário a respeito formado a partir de diferentes representações que a mim foram apresentadas na escola, na universidade, no livro, na televisão, no museu, entre outros espaços. Naquela vivência, era a primeira vez que representações acerca dos povos Guarani chegavam a mim a partir deles.

Quando tive a oportunidade de visitar alguns museus de Porto Alegre durante a realização da disciplina de estágio de docência em história em espaços de Educação

Patrimonial as questões sobre a marginalização e os silêncios sobre determinados povos voltaram a fazer parte de minhas reflexões, a partir de discussões relacionadas ao patrimônio, lugares de memória e educação. Ao decidir tentar ingressar no Mestrado em Educação, estas foram as inquietações que me acompanhavam enquanto fazia o processo seletivo e continuaram ao adentrar na pós-graduação.

Entre tantas possibilidades de pesquisa eu decidi pesquisar “alguma coisa” sobre os povos indígenas, educação e lugares de memória, por quê? Carlos Ginzburg (1989, p. 179) afirma que: “ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras pré-existentes”. Quando ele escreve sobre a necessidade de o historiador jogar com o imponderável, necessitando de um golpe de vista ou intuição ele se refere ao paradigma indiciário, que seria uma forma de compreender o passado, dar sentido a ele.

Todavia, eu vou utilizar as ponderações de Ginzburg (1989) para explicar minha escolha. Entre tantas experiências que tive durante meu percurso acadêmico, a vivência na aldeia Guarani Tekoá Pindó Mirim e as reflexões feitas na disciplina de estágio de docência em história em espaços de Educação Patrimonial me levaram a ter a intuição de investigar no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de Pesquisa Memória, História e Educação a relação entre os povos indígenas, educação e lugares de memória. Tal golpe de vista não ocorreu a partir de alguma regra pré-estabelecida, eu decidi jogar com o imponderável, com o desconhecido, quis dar sentido ao passado a partir daquilo que me instigava no presente.

Ao ingressar no Mestrado em Educação tive a oportunidade de conhecer leituras, pesquisas e visitar, novamente, museus de Porto Alegre, estas atividades acompanhadas de reflexões deram luz à intuição de fazer do Museu Júlio de Castilhos e da sua coleção etnológica meus objetos de pesquisas. Assim, comecei a jornada da pesquisa que me levou a produzir esta Dissertação acerca das representações sobre os povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos (1901-1958). A partir daqui convido o leitor a refletir comigo sobre as descobertas, as lacunas, as inquietações e percalços que esta pesquisa me proporcionou.

A Dissertação foi dividida cronologicamente com o intuito de compreender **de que forma as diversas narrativas constituídas pelo museu Júlio de Castilhos no período de 1901 – 1958 criaram representações dos povos indígenas e quais foram os sentidos atribuídos a estas representações na coleção etnológica durante as quatro primeiras direções.** Assim, pretendo retomar quais foram as descobertas e hipóteses levantadas a partir da análise do corpus documental, começando, em 1901, ano em que o Museu do Estado expôs na Exposição Estadual de 1901, até a administração de Dante de Laytano, na década de 1950.

A primeira descoberta desta pesquisa foi a respeito da criação do Museu do Estado. Apesar de o museu ter sido fundado oficialmente, em 1903, foi encontrado no *Catálogo da Exposição Estadual de 1901*, um indício de que o Governo do Estado, naquela época, havia decretado a criação de um museu. Neste mesmo documento, o Museu do Estado é citado como um dos expositores. Nesse sentido, evidenciei que apesar da fundação oficial do museu ser datada no ano de 1903, pelo menos dois anos antes esta instituição, ainda, não oficial, expunha objetos na Exposição Estadual de 1901. Por esta razão, foi necessário mudar o recorte temporal, que anteriormente, iniciava, em 1903, para 1901, ano em que aparecem os primeiros objetos salvaguardados pelo Museu do Estado, entre eles, os da coleção etnológica.

A fundação do Museu Júlio de Castilhos ocorreu no período conceituado como *Era Brasileira de Museus (1870-1930)*. Naquele contexto histórico, as instituições museais eram identificadas como museus de história natural, suas coleções tinham caráter enciclopédico e as atividades realizadas nestes locais se constituíam em coletar, guardar, classificar e hierarquizar desde a fauna, a flora até os seres humanos. As epistemologias adotadas nos primeiros museus brasileiros eram, em sua maioria, vinculadas ao positivismo, cientificismo e evolucionismo; todas estas formas de conhecimento foram produzidas na Europa. Apesar de estas epistemologias serem produzidas a partir de uma perspectiva, eram lidas como universais e neutras.

Por terem um caráter enciclopédico, os primeiros museus brasileiros tinham entre suas coleções objetos indígenas, desde os primeiros anos de suas respectivas fundações. No caso do Museu Júlio de Castilhos, constatou-se que este aspecto não foi diferente. Suas primeiras coleções foram adquiridas da Exposição de 1901, realizada nos Campos da Redenção e Escola de Engenharia, na cidade de Porto Alegre. Assim, muitos dos objetos indígenas lá expostos acabaram sendo recolhidos para o museu, como 140 objetos expostos de diferentes cidades do Rio Grande do Sul¹⁰⁰. Outra coleção de objetos indígenas exposta na Exposição que acabou adquirida pelo museu foi a da coleção particular dos irmãos Barbedo, vendida para o museu, em 1905, dois anos após sua fundação. Estes indícios sobre os primeiros objetos indígenas da coleção etnológica foram outra descoberta tida a partir da pesquisa.

O primeiro diretor, Francisco Rodolfo Simch, assumiu a direção no ano da fundação oficial da instituição, em 1903. Uma de suas primeiras medidas foi dividir as coleções em

¹⁰⁰ Os 140 objetos expostos foram trazidos das seguintes cidades: Antonio Prado, Caçapava, São Sebastião do Caí, Caxias do Sul, Conceição Arroio, Lajeado, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Santo Antônio, São Luís, Soledade e Taquara.

quatro seções. A terceira seção era a Antropológica e Etnológica, nela eram expostos os objetos classificados na coleção etnológica. A maior parte dos objetos desta coleção era classificada como “pré-histórica” e sua divisão seguia as seguintes categorias: Armas, Utensílios, Adornos e Produtos de Indústria.

Entre o corpus documental não foram encontrados indícios sobre a quais povos indígenas pertenciam os primeiros objetos adquiridos pelo museu. Mesmo que esta questão tenha ficado em aberto, sabe-se que estes objetos foram retirados de seus contextos de origem e ganharam no museu outros significados, lá foram classificados, expostos e estudados a partir dos paradigmas das ciências naturais. Assim, o estudo sobre a direção de Simch mostrou que através de comparações dicotômicas (primitivo/civilizado, atrasado/evoluído) se pretendia estudar quais povos se aproximavam ou não de uma civilização considerada moderna. Para isso, eram realizadas comparações entre os materiais coletados para classificar os donos destes materiais em cadeias de evolução, do “primitivo” ao “civilizado”.

Passada a gestão de Simch, em 1925, assumia o museu o letrado, Alcides Maya. Sua direção foi caracterizada pela inclinação gradual das atividades relacionadas à história. Esta mudança de perfil do museu ocorreu por diversos fatores, um deles estava relacionado com as questões globais de fim da era dos museus enciclopédicos e início das instituições de pesquisa. Entre os fatores internos que levaram a esta inclinação pode-se citar o desejo de Alcides Maya em projetar um museu de história no Rio Grande do Sul e as mudanças administrativas, ocorridas em 1925, como a transferência do setor de História do Arquivo Público e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul para as dependências do museu e a organização da instituição em três diferentes departamentos: o administrativo, o de História Nacional (onde funcionavam os setores de história do Arquivo Público e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul) e o de História Natural (que se dividia em Biologia; Mineralogia, Geologia e Paleontologia; Antropologia e Arqueologia).

A pesquisa mostrou que em ambos os departamentos (História Nacional e Natural) vinculavam-se os debates raciais. Assim, importa ressaltar que existiam diferentes narrativas em que estas discussões eram inseridas. Como se pôde verificar, era no Departamento de História Nacional, que se produzia a história dos grandes homens rio-grandenses a partir dos documentos, objetos e imagens lidas com valor histórico; e esta história pertencia à “raça” branca do Rio Grande do Sul. Já, no Departamento de História Natural, eram estudadas as diferentes “raças” do Rio Grande do Sul, entre elas estariam os diversos povos indígenas.

Nesse sentido, evidenciei que os povos originários eram representados como “raças” “selvagens” e/ou “primitivas”, e estas não pertenciam ao passado histórico do Estado. Isto

ficou perceptível em uma troca de correspondências entre o museu e o fotógrafo Raphael Ferrari, quando este ofereceu pinturas de indígenas para o museu e o diretor, Alcides Maya, negou alegando que naquele momento o museu não se interessaria por assuntos americanos, somente se aceitaria pinturas relacionadas com a história rio-grandense, que no caso era a história do europeu, ocidental e cristão do Rio Grande do Sul.

Uma das formas encontradas pela direção para divulgar as pesquisas realizadas nos dois departamentos foi a publicação da *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Foram seis revistas publicadas (19,20,21,22,23,24) entre os anos de 1927-1930, o periódico era uma continuação da revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, deste modo a partir do número 19 foram incorporados artigos do Departamento de História Natural, do Departamento de História Nacional do Museu Júlio de Castilhos, além da continuação de transcrições de documentos do Arquivo Público. Ao analisar os artigos sobre os povos indígenas, constatei que para os autores estes povos eram objetos científicos. As nações indígenas eram compreendidas como “raças” “primitivas/selvagens” e ficavam à margem da história do Rio Grande do Sul.

Sobre os objetos indígenas adquiridos na administração de Alcides Maya, evidenciei que algumas aquisições foram feitas a partir de excursões de funcionários do museu, como a viagem até Novo Hamburgo para coletar artefatos indígenas, em 1929, e a viagem até Torres feita por Augusto Bianchi Filho para investigar o sambaqui encontrado na cidade, em 1937. A musealização dos objetos envolvia o recolhimento da peça para o museu, o seu estudo, e por fim sua definitiva seleção. Assim, quem definia se um objeto deveria fazer parte das coleções do museu eram os próprios servidores da instituição, que também classificavam e colocavam em exposição.

Constatei durante a pesquisa, que os objetos indígenas musealizados pelo Museu Júlio de Castilhos eram estudados a partir da antropologia e da arqueologia. No entanto, alguns artefatos ganharam outras leituras, por exemplo, as esculturas confeccionadas pelos Guarani das Missões, que muitas vezes foram compreendidas como arte e/ou relíquias históricas. Outro exemplo relaciona-se a seis flechas trazidas do Estado de São Paulo, em 1932, que por serem encontradas numa trincheira em meio à “Revolução Paulista” de 1932, foram compreendidas como peças históricas, pois estavam relacionados a um episódio que envolvia homens não indígenas, portanto, poderiam pertencer à narrativa histórica.

Entre os processos que envolvem a musealização dos objetos está a exposição. No caso da direção de Maya ela ocorria eventualmente, pois o museu ficou fechado por 14 anos. Distinto foi o caso da administração de Emílio Kemp, marcada pela reabertura da instituição

ao público e pelo esforço do diretor para que o museu a partir de suas exposições tivesse uma função educativa. Assim, na gestão de Emílio Kemp as exposições das diferentes coleções do museu foram divididas em diversas salas. Evidenciei que uma destas salas era destinada aos objetos da coleção etnológica. Esta sala, que levava o nome de um dos diretores do museu, Alcides Maya, seguia a seguinte estrutura: armas, instrumentos, objetos de cozinha e uso doméstico, e ainda, contava-se com as esculturas missioneiras do século XVIII.

Outra descoberta interessante evidenciada na pesquisa diz respeito à uma característica marcante da gestão de Emílio Kemp: a aproximação com instituições de ensino. Nesta relação, o Museu Júlio de Castilhos acabou doando diversas peças da coleção etnológica para que as escolas formassem seus museus escolares. Nesse contexto, o Museu Júlio de Castilhos se mostrava como referência no Rio Grande do Sul em estudos relacionados com os povos indígenas, pois detinha uma quantidade significativa de objetos em sua coleção etnológica.

Também detectei que a relação de Emílio Kemp com as escolas não se dava apenas pela doação de objetos. Entre as correspondências recebidas foram encontradas cartas de alunos que visitaram o museu. Nelas havia indícios de que os grupos escolares visitavam a instituição quando estavam aprendendo sobre os “povos primitivos do Rio Grande do Sul”. Nesse sentido, o Museu Júlio de Castilhos era referência para as escolas da região – ou pelo menos das que enviaram as cartas –, quanto ao ensino sobre os povos indígenas. Foi na instituição que as professoras levaram seus alunos para dar continuidade à aula sobre os “povos primitivos”.

A gestão de Emílio Kemp aproximou significativamente grupos escolares, mas acabou por afastar o museu da pesquisa científica. Diferente fez Dante de Laytano, que trouxe ao Museu Júlio de Castilhos atividades voltadas à pesquisa, principalmente, de cunho histórico regionalista e folclórico. Assim, na direção de Laytano ocorreu uma mudança museográfica que, em realidade, era reflexo da atmosfera cultural do Rio Grande do Sul. A década de 1950 foi marcada pelo *boom* dos Centros de Tradição Gaúcha e pela valorização da cultura por parte do governo.

Resultado dos estudos feitos pela administração de Laytano foi a pesquisa intitulada *Material Indígena Existente no Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Este documento foi encontrado entre os livros de correspondências do Museu Júlio de Castilhos. Ao descobri-lo contaguei a bibliotecária do museu com a minha felicidade! Passada a euforia com o achado, comecei a investigá-lo. A análise deste documento mostrou que o estudo foi elaborado pelo diretor, por seus alunos e alguns funcionários do museu a partir do interesse em estudar os povos indígenas que habitavam o Rio Grande do Sul, pois o diretor

entendia que a cultura gaúcha era formada por diferentes grupos sociais, entre eles, os povos originários. Além do texto, constava no documento que em anexo havia mapas da localização das nações indígenas no Rio Grande do Sul, 56 fotografias de objetos indígenas da coleção etnológica e 50 fotografias de indígenas. No entanto, estas imagens não estavam junto ao documento e também não encontrei entre o acervo iconográfico do museu¹⁰¹, talvez, estejam perdidas entre as poeiras do acervo técnico ou tenham seguido caminhos que a pesquisa não percorreu.

Mesmo não sendo possível encontrar todas as imagens dos indígenas, consegui investigar como elas chegaram ao museu. Encontrei entre as correspondências recebidas e expedidas dos anos de 1952 e 1953, cartas de Dante de Laytano a intendentess de cidades do Rio Grande do Sul. Nelas o diretor solicitava fotografias de indígenas em cidades¹⁰² que tinham postos ou toldos da Serviço de Proteção aos Índios em territórios indígenas. Assim, evidenciei que as fotografias de indígenas (pelo menos parte delas) em anexo à pesquisa foram solicitadas pelo diretor e adquiridas a partir da rede de comunicação que Laytano estabeleceu com as prefeituras de diferentes municípios do Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa foi apresentada em alguns eventos, como por exemplo, na *XXX Sessão do Congresso Internacional de Americanistas* (1954) e também foi impressa e enviada a algumas autoridades do assunto e à Imprensa Oficial. A divulgação de pesquisas como essa eram feitas também através da revista do museu, que foi reeditada na década de 1950 pela direção de Laytano, e ganhou o título de *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* e foi publicada em nove volumes, entre os anos de 1952 a 1958.

Nestas revistas, encontrei artigos referentes aos povos indígenas. Apesar de suas particularidades, evidenciei que estes artigos tinham, praticamente, a mesma estrutura, eram divididos em: informações estatísticas, linguísticas, históricas, sociais e culturais sobre os povos Kaingang e Guarani. A ênfase nos Kaingang e nos Guarani dava-se pelo perfil regionalista que o diretor Dante de Laytano mantinha nas atividades da instituição. Apesar da não homogeneização dos povos, pois foram tratados em separado os Kaingang dos Guarani, constatei que as representações seguiam visões colonizadas. As nações indígenas eram compreendidas como “primitivas” ou “selvagens” e, mesmo que participassem de alguma

¹⁰¹ Apenas encontrei algumas fotografias de indígenas no acervo iconográfico da instituição.

¹⁰² Destinatários das cartas enviadas pelo diretor: Passo Fundo, Erechim, Três Passos, Sarandi, Getúlio Vargas e Lagoa Vermelha.

forma da cultura ocidental (sendo catequizados, por exemplo) continuavam a ser vistos como inferiores em comparação aos descendentes de povos europeus. Por esta razão, as revistas enalteciam a atuação do Serviço de Proteção aos Índios, que no entendimento da época era um órgão imprescindível para tornar os povos indígenas “civilizados” e “nacionalizados”.

Além das pesquisas e das revistas, a temática indígena estava presente na coleção etnológica, que permaneceu no museu, mesmo com o desmembramento de outras coleções, em 1954. Nesse sentido, evidenciei que a coleção etnológica teria permanecido por ser considerada importante para a instituição. Além disso, a pesquisa revelou que durante a administração de Dante de Laytano, os povos indígenas interessavam como objetos de estudos folclóricos. Deste modo, além dos recursos bibliográficos sobre as nações indígenas, era relevante também analisar os objetos da coleção etnológica, e manter a sua exposição.

Todavia, não foi somente na sala indígena, que exposições com representações acerca dos povos indígenas foram expostas. Detectei que, em 1954, o Museu Júlio de Castilhos expôs de forma temporária uma coleção de trabalhos da obra *Viagem ao Brasil* (1815-1817) do Príncipe Maximiliano Wied-Neuwied. A exposição era composta por 120 trabalhos do Príncipe, que estavam divididos em aventura, viagem, folclore e desenhos etnográficos. Apesar de não encontrar indícios no corpus documental de como foi a exposição, sabe-se que a obra já havia sido publicada em diferentes países e era valiosa. Na exposição o livro ganhou *status* científico, os povos indígenas eram apresentados como descobertas da viagem do Príncipe, assim como a fauna e flora.

Ainda que a coleção etnológica tenha permanecido, que se tenha exposto uma obra com desenhos aquarelados de povos indígenas e da afeição de Laytano em estudar os povos originários através do folclore, as nações indígenas continuaram negligenciadas e distanciadas da história do Rio Grande do Sul. Ao analisar a direção de Dante de Laytano observei que os povos indígenas ganhavam a atenção da direção enquanto tema de estudo, como visto na pesquisa *Material Indígena Existente no Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* e nos artigos da revista. As narrativas conservaram-se as mesmas das direções passadas, até mesmo a exposição de curta duração, que mostrou povos originários como descobertas científicas de um viajante europeu, não destoava do que era apresentado na sala indígena da instituição.

Assim, mesmo que tenha transgredido do pensamento dos diretores que o antecederam, ao estudar a contribuição dos povos indígenas, inclusive os diferenciando (ao estudar os povos Kaingang e Guarani como distintos um do outro) e africanos na formação da identidade gaúcha, Dante de Laytano deu continuidade à ênfase do papel luso-açoriano, das

epopeias heroicas dos farroupilhas e da agência dos militares na conquista do território rio-grandense. Nesse contexto, os povos indígenas eram estudados como populações folclóricas, mas não seriam os povos de maior ênfase nas narrativas museológicas, pois estes eram os da cultura açoriana.

Ao longo das administrações analisadas constatei que os povos indígenas estiveram sob os olhares da história natural; eram objetos de estudo científicos, assim como as plantas ou os animais irracionais. Todavia, quando as suas histórias se cruzavam com as dos povos europeus eram estudados a partir da perspectiva histórica, sendo compreendidos como povos “primitivos” ou “selvagens”. Ainda, descobri que também foram pesquisados como povos folclóricos, que deveriam ser “civilizados” pelo Serviço de Proteção aos Índios ou estavam fadados a permanecer em “estado selvagem” ou a desaparecer. Em todas estas formas de conhecimento foram produzidas representações a respeito dos povos originários, a partir da colonialidade do saber, que legitimou um imaginário estabelecido pelas diferenças entre os europeus, compreendidos como colonizadores, e as nações indígenas, vistas como colonizadas. Mesmo que a pesquisa tenha evidenciado que as nações indígenas foram estudadas de diferentes perspectivas, as representações produzidas tinham um elo em comum: a inferiorização dos povos indígenas. Assim, estudantes, intelectuais, pesquisadores e diferentes pessoas que visitaram a instituição ou leram as revistas do museu se depararam com representações inferiorizadas e colonizadas a respeito dos povos indígenas.

Ao visitar o Museu Júlio de Castilhos no presente ainda noto a presença de algumas destas representações em suas exposições sobre os povos indígenas. Elas criaram um ou mais imaginários a respeito destes povos, pois foram produzidas numa instituição referência em termos de cultura, história e educação; presente no cotidiano de estudantes, intelectuais e cidadãos em geral. O museu sozinho não foi responsável por produzir um imaginário colonizado a respeito das nações indígenas, mas foi um dos espaços em que estas diversas representações foram produzidas. Todavia, esta instituição pode desconstruir tais imaginários, transitar da colonização para a descolonização na sua museografia. Para que as representações não sejam mais produzidas sobre os povos originários, mas por eles.

Nesta Dissertação, procurei compreender a produção de representações sobre os povos indígenas nas primeiras quatro direções do Museu Júlio de Castilho. Ao longo da pesquisa, tive que realizar escolhas, das quais resultaram nas descobertas descritas em cada capítulo. No entanto, esta triagem deixou lacunas e possibilidades ainda a serem exploradas, como a análise dos livros e revistas sobre os povos indígenas adquiridos pela biblioteca do museu ou o estudo do tema a partir de jornais da época. Além de outras possibilidades de corpus

documental, esta pesquisa poderia ser pensada a partir de outras perspectivas teóricas e metodológicas, como por exemplo, que dessem maior ênfase no percurso museal dos objetos. Enfim, retomo Michel de Certeau através de Antoine Prost quando ele diz que a escrita da história não termina. Assim, esta Dissertação sobre as representações dos povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos no período de 1901 a 1958 se encerra aqui, mas na pesquisa histórica não há ponto final.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Museus Etnográficos e Práticas de Coleccionamento: Antropofagia dos Sentidos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 31, p. 101-125, 2005. Disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/museus_etnograficos1.pdf. Acesso em: 14 out. 2018.
- BAPTISTA, Jean. Memória Nacional e Patrimônio Indígena: a inserção do protagonismo indígena no Museu das Missões e no Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo a partir de políticas públicas contemporâneas. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, p. 01-12, Jul./2011. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3273/Mem%C3%B3ria%20nacional%20e%20patrim%C3%B4nio%20ind%C3%ADgena.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 fev. 2019.
- BACZKO, Bronislaw. Los imaginarios sociales: Memorias y Esperanzas Colectivas. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, p. 1991.
- BARBEDO, Otacílio. Os nossos selvagens, contribuição para a Arqueologia Riograndense. **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 01, p. 513-541, jan./1952.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Ferdinand Buisson no Brasil - Pistas, vestígios e sinais de suas idéias pedagógicas (1870-1900). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 79-109, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30140/pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- BISCHOFF, Theodoro. Sobre os Sambaquis do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 21, p. 11-42, dez./1928.
- BRASIL, Fundação Nacional do Índio. Serviço de Proteção aos Índios - Serviço de Proteção aos Índios. [200-?]. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi>. Acesso em: 06 jun. 2019.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública. **Projeto História**. São Paulo, n. 17, p. 281-315, nov./1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11178/8189>. Acesso em: 03 mar. 2019.
- . **O Museu Paulista. Affonso de Taunay e a memória nacional (1917-1945)**. São Paulo: Unesp, 2005.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de sociomuseologia**, Lisboa, v. 09, nº 09, p.09-33, 1996. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia>. Acesso em: 15/01/2018.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CARNEIRO, Cintia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca da identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013. Disponível em: http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/Livros/ebook_museu_paranaense_e_romario_martins.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

CARVALHO, Josué. O espelho refletor de memórias e a relação do índio com o objeto musealizado: alteridade e identidade no contexto contemporâneo. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (coordenadores). **Questões indígenas e Museus: Debates e possibilidades**. Brodowski: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura (SEC), p. 54-60, 2012. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas%20Museus_2012.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.

CARVALHO, Josué. O museu, o nativo e a musealização do objeto. Dossiê etnologia e museus. **Campos – Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 16, n. 2, p. 59-54, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/48273/pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CASTELLANO, Cristina. **Museu, Linguagem e a coleção etnográfica Ticuna: A trajetória e os contextos**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) PPG-CIÊNCIAS DA LINGUAGEM/UNISUL, Palhoça, 2011. Disponível em: http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/103805_Cristina.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Coleção Sul Sul, CLACSO, Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina, p. 80-87, setembro 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 08 abr. 2019.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHAGAS, Mário de Souza. *Memória e Poder: dois movimentos*. **Ensaio de Museologia**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

———. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASHMORE, Elis. **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais**. São Paulo, Selo Negro/Summus, 2000.

CACHAFEIRO, Manolo Silveiro. **As Publicações do Museu Júlio de Castilhos e do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1903-1960)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) MSL –Museologia/UFRGS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/181714/001073713.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abri. 2019.

CONVENÇÃO Nº169 sobre os povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/ Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

COSTA, Christina Rostwiriwski da. **O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e sua Viagem ao Brasil (1815-1817)**. Dissertação (Mestrado em História Social) USP/PPGHS, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15042009-150645/publico/CHRISTINA_ROSTWOROWSKI_DA_COSTA.pdf. Acesso em: 02 mai. 2019.

COUTO, Ione Helena Pereira. A política institucional e o trabalho curatorial na montagem da exposição “Tempo e Espaço no Amazonas: os Wajãpi”. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (coordenadores). **Questões indígenas e Museus: Debates e possibilidades**. Brodowski: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura (SEC), p. 90-95, 2012. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas%20_Museus_2012.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.

———. Desenvolvimento e gestão de coleções etnográficas do Museu do Índio: 1942 aos dias de hoje. In: CURY, Marília Xavier (org.). **Direitos indígenas no Museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos**. São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, p. 62-75, 2016b. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/116/99/500-1>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CUAUHTÉMOC CAMARENA, Ocampo; LERio Grande do SulCH MORALES, Teresa. Los museos comunitarios como una estrategia de desarrollo y conservación. In: POSSAMAI, Zita Rosane; ORTIZ, Vitor. **Cidade & memória na globalização**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002, p. 131-140.

CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (coordenadores). **Questões indígenas e Museus: Debates e possibilidades**. Brodowski: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas%20_Museus_2012.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.

CURY, Marília Xavier (Coord.). Circuitos museais a visitação crítica: descolonização e protagonismo indígena. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penado**, Volume 7, Dossiê Número 3, p. 87-113, dez. 2017a. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/4175/2997>. Acesso em: 15 mar. 2018.

———. Lições indígenas para a descolonização dos museus: processos comunicacionais em discussão. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba – MG, Brasil, v. 7. n. 1, p. 184-211, 2017b. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/2199/2517>. Acesso em: 15 mar. 2018.

———. **Questões indígenas e museus: enfoque regional para um debate museológico.** São Paulo: Brodowski: ACAM Portinari; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (SEC); Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas_Museus_2013.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.

———. Teoria do Conhecimento, Teoria da Aprendizagem e Pedagogia museal: a considerar a participação do público. In: CURY, Marília Xavier (coord). **Questões indígenas e museus: enfoque regional para um debate museológico.** São Paulo: Brodowski: ACAM Portinari; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (SEC); Museu de Arqueologia e Etnologia da Unviersidade de São Paulo, p. 69-76, 2014. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas_Museus_2013.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.

———. **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate.** São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Estadual de São Paulo, 2016a. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/86/74/359-1?inline=1>. Acesso em: 10 nov. 2017.

———. **Direitos indígenas no Museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos.** São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016b. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/116/99/500-1>. Acesso em: 10 nov. 2017.

———. **Exposição, concepção, montagem e avaliação.** São Paulo: Annablume, 2005.

DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS. **Nações Unidas**, Rio de Janeiro, 2008,

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dir.). **Conceitos-chaves da Museologia.** Trad. e comentários Bruno Broulon e Soares e Marília Xavier Cury. Armand Colin: Icom, 2013.

Disponível em:

http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf. Acesso em: 15 jan. 2018.

DIAS, Maria Odila. **A interiorização da MetrÓpole e outros estudos.** São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: O Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros.** Dissertação (Mestrado em Educação) PPGEDU/UFRGS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72139/000882106.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 mar. 2019.

———. **Educar no Museu: O Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958).** Tese (Doutorado em Educação) PPGEDU/UFRGS, Porto Alegre, 2017. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158339/001021268.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 abri. 2019.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Território Primitivo: A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)**. Tese (Doutorado em História) PPG História/UNICAMP, Campinas, 2007. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_af472ab9083bd8edead17cda91002939. Acesso em: 12 fev. 2019.

FRAGO, Viñao. História de la educación e história cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, nº 0, p. 63-82, set/out/nov/dez/ de 1995. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/FRAGO.pdf>. Acesso: 08 fev. 2019.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Museus indígenas, museus etnográficos e a representação dos índios no imaginário nacional: O que o museu tem a ver com educação? In: CURY, Marília Xavier (org.). **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Estadual de São Paulo, p.33-38, 2016a. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/86/74/359-1?inline=1>. Acesso em: 10 nov. 2017.

———. A descoberta do museu pelos índios. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org). **Memória e Patrimônio ensaios contemporâneos**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; MEINERZ, Carla Beatriz. Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes. **Horizontes**, Dourados, v. 35, n. 1, p. 19-34, jan/abr. 2017. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/436/201>. Acesso em: 10 mar. 2018.

GIL, Antonio Carlos Amador. As ciências sociais ao serviço do colonialismo? A antropologia aplicada, o auge do indigenismo e sua crise no México da segunda metade do século XX. **Dimensões**, Vitória, vol. 19, p. 309-332, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/5410/3996>. Acesso em: 15 mar. 2019.

GINZBURGO, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRAUDO, Laura; MARTÍNSÁNCHEZ, Juan. **La ambivalente historia del indigenismo: campo interamericano y trayectorias nacionales (1940-1970)**. Lima: IEP, 2011.

GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. A construção social da memória e o processo de resignificação dos objetos no espaço museológico. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 42-55, jul/dez de 2010. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/download/136/134>. Acesso em: 20 fev. 2018.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é uma coisa de índio: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). PPG Antropologia/UFPE, Recife, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/19110/1/2012-dissertacao-AlexandreGomes.pdf>. Acesso em: 16 set. 2017.

———. Por uma antropologia dos museus indígenas: experiências museológicas e reflexões etnográficas. In: CURY, Marília Xavier (org.). **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Estadual de São Paulo, p. 133-155, 2016a. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/86/74/359-1?inline=1>. Acesso em: 10 nov. 2017.

———. “O passado vai tá sempre na frente do presente”: museus indígenas em rede, etnografia em processo. In: CURY, Marília Xavier (org.). **Direitos indígenas no Museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos**. São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, p. 195-217, 2016b. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/116/99/500-1>. Acesso em: 10 nov. 2017.

GONDIM, Vânia Lima. **Os Mbyá-Guarani e as ruínas de São Miguel das Missões: Memória e Tangibilidade**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais). PPG Memória Social e Bens Culturais/UNILASALLE, Canoas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/878/1/GONDIM.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Interdisciplinaridade em Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do conselho Internacional de Museus, 2010. V. 1. P. 123-126.

GUIMARÃES, Viviane Wermelinger. **Exposições museológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina: espaços para construções de parcerias**. Dissertação (Mestrado em Interunidades e Museologia). PPG Interunidades e Museologia/USP, São Paulo, 2014.

GUISARD, Luís Augusto de Mola. O bugre, um João-Ninguém um personagem brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 13 (4), p. 92-99, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a09.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

KASEKER, Davidson. Memória indígena: um desafio para os museus paulistas. In: CURY, Marília Xavier (org.). **Direitos indígenas no Museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos**. São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, p. 23-32, 2016b. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/116/99/500-1>. Acesso em: 10 nov. 2017.

KOSMOS 04. Revista Artística, Científica e Literária. Abril, Rio de Janeiro, 1906. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/kosmos/146420>. Acesso em: 15 out. 2018.

LAYTANO, Dante de. Populações Indígenas – Estudos Históricos de suas condições atuais no Rio Grande do Sul I Parte. **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 05, p. 149-209, jan./1955.

———. Populações Indígenas – Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – Caingang. **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 06, p. 201-246 jan./1956.

———. Populações Indígenas – Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – II Parte: a) Informações Antigas (Século XIX). **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 07, p. 151-203, jan./ 1957.

———. Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. II Parte – B) Informações Recentes (Século XX). **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 08, p. 49-132, jun./1957b.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA E SILVA, Igor. Viagem ao Brasil: produção e circulação entre o público europeu do século XIX. **CLIO**, Revista de Pesquisa Histórica, Recife, nº 32, p. 176-195, agost./2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24485>. Acesso em: 11 abri. 2019.

LIMA, Valeria Alves Esteves. **A viagem pitoresca e histórica de Debret : por uma nova leitura**. Tese (Doutorado em História/UNICAMP), PPGHIST/UNICAMP, Campinas, 2003.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; Galvão, Ana Maria de Oliveira. **Território Plural: a pesquisa em História da Educação**. São Paulo: Ática, 2010.

LOPES, Maria Margaret; MURRIELLO, Sandra Elene. Ciências e educação em museus no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 12, p. 13-39, jan./2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12s0/01.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

MACDONALD, Sharon. Expanding Museum Studies: an introduction. In: MACDONALD, Sharon (ed.). **A companion to museum studies**. Malden, MA: Blackwell Pub., 2006, p. 01-12.

MELO, Josiane Martins. **Objetos em trânsito: A musealização de artefatos arqueológicos no Museu Paraense Emílio Goeldi (1866-1907)**. Dissertação (Mestrado em História) PPG–HISTÓRIA/UFGA, Belém, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/36588385/Objetos_em_Tr%C3%A2nsito_a_musealiza%C3%A7%C3%A3o_de_artefatos_arqueol%C3%B3gicos_no_Museu_Paraense_Em%C3%ADlio_Goeldi_1866-1907_. Acesso em: 07 abri. 2019.

MÉTRAUX, Alfred. O Índio Guarani. Tradução Dante de Laytano. **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 09, p. 36-78, jan./1958.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NASCENTE, Livia da Silva. **Memórias e narrativas coletivas: os povos indígenas do Oiapoque no Museu do Índio**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) PPG- Memória Social/UNIRIO, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss287.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Você disse imaginário? In: NAVARRO-SWAIN, Tânia (org). **História no Plural**. Brasília: Ed. UNB, 1994, p. 44-67.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinqüenta**. Dissertação (Mestrado em História) PPG-História/UFRJ, 1999.

———. Breviário de um Museu Mutante. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 87-112, jan/jun 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a06v1123.pdf>. Acesso em: 3 out. 2018.

NÓVOA, António. Por que a História da Educação? In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, Vol. III: Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 09-13.

———. Carta a um Jovem Historiador. **História y Memória de la Educación**, 1, (2015): 23-58. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/HMe/article/viewFile/14111/12822>. Acesso em: 06 set. 2017.

PAZ, Felipe. R. Contri. **Cultura Visual e Museus Escolares: representações raciais no museu Lassalista (Canoas, Rio Grande do Sul, 1925-1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação) PPG- Educação/UFRGS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131867>. Acesso em: 13 nov. 2017.

PERUSSO, Michele Nori. A construção visual do homem dos trópicos: imagens e representações do Brasil pelo olhar do artista-viajante alemão Johann Moritz Rugendas. **Baleia na Rede**, Marília, São Paulo, Vol. 1, nº8, Ano VIII, p. 206-218, Dez/2011. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/baleianarede/article/view/1768>. Acesso em: 12 abri. 2019.

PINHEIRO, Niminon Suzel. Kaingang, Guarani, Terena e Krenak e o Museu Índia Vanuíre: identidades, alteridades e intervenções político-sociais. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (coordenadores). **Questões indígenas e Museus: Debates e possibilidades**. Brodowski: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura (SEC), p. 180-191, 2012. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas%20_Museus_2012.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.

———. Posso ser o que você é sem deixar de ser o que sou: direitos humanos, educação e os indígenas, In: CURY, Marília Xavier (coord). **Questões indígenas e museus: enfoque**

regional para um debate museológico. São Paulo: Brodowski; ACAM Portinari: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (SEC); Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, p. 61-68, 2014. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas_Museus_2013.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, nº 29, p. 9-27 1995. Disponível em: <file:///C:/Users/Joao/Downloads/sandrajatahy.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

———. **História & História Cultural**. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autentica, 2012.

———. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. V. 1 (Memória-História), Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 51-86. Disponível em: [http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20\(1984b\).pdf](http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20(1984b).pdf). Acesso em: 05 out. 2017.

POSSAMAI, Zita Rosane. “Lições de Coisas” No museu: O Método Intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas Primeiras Décadas do Século XX. **Education Policy Analysis/Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, Estados Unidos, vol. 20, p. 01-13, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2750/275022797043/>. Acesso em: 07 mar. 2018.

———. (In) Visibilidades do passado: percursos das relações entre História e memória nos museus. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; SANTOS, Nádia Maria Weber Santos (Org). **Memória Social: questões teóricas e metodológicas**. 1ed. Canoas: UnilaSalle, 2013, v. 5, p. 207-225.

———. Olhares cruzados: interfaces entre História, Educação e Museologia. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, Distrito Federal, Vol. III, nº 6, p. 17-32, março/abril de 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/14926/10690>. Acesso em: 08 fev. 2018.

———. Colecionar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903-1925). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p. 365-389, mai/ago 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434845003>. Acesso em: 13 mar. 2018.

———. Museus e coleções em perspectiva histórica: as primeiras décadas do Museu Julio de Castilhos (1903-1940). In: ASENSIO, LIRA, ASENJO & CASTRO (Eds.). SIAM. **Séries Iberoamericanas de Museologia**, Madri, Espanha, Vol. 6, p. 65-74, 2012. Disponível em: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/11564/57369_6.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 jan. 2018.

PROST, Antoine. **Dez lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**.

Edgardo Lander (org). Colección Sur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 107-130, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 17 nov. 2018.

QUINTERO, P. **Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad en américa latina**. Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural, *Pepeles de Trabajo* N° 19, p. 01-15, Jun./2010. Disponível em: <http://rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/1586/n19a01.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 abri. 2018.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social**; Rev. Sociol, Usp São Paulo, 11 (1), p. 189-195, maio de 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n1/v11n1a10.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994-1997, 3v.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1903a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1904a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1905a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1906a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1907a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1908a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1909a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1910a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1911a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1912a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1913a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1914a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1915a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1916a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1917a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1918a.

———. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1919a.

- . Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1920a.
- . Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1921a.
- . Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1922a.
- . Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1923a.
- . Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1924a.
- . Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1925a.
- . Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1926a.
- . Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior, 1927a.
- . Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior, 1928a.
- . Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior, 1929a.
- . Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior, 1930a.
- . Relatório da Secretaria da Educação e Cultura, 1940a.
- . Relatório da Secretaria da Educação e Cultura, 1942a.
- . Relatório da Secretaria da Educação e Cultura, 1947a.
- . Relatório da Secretaria da Educação e Cultura, 1948a.
- . Relatório da Divisão de Cultura da Secretaria da Educação, 1955a.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1903b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1904b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1905b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1906b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1907b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1908b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1909b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1910b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1911b.

- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1912b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1913b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1914b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1915b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1916b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1917b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1918b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1919b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1920b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1921b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1922b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1923b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1924b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1925b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1926b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1927b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1928b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1929b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1932b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1938b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1939b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1942b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1943b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1944b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1945b.

- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1946b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1947b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1948b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1949b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1950b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1951b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1952b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1953b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1954b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1955b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Expedidos, 1956b.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1903c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1904c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1905c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1906c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1907c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1908c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1909c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1910c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1911c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1912c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1913c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1914c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1915c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1916c.

- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1917c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1918c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1919c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1920c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1921c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1922c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1923c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1924c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1925c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1926c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1928c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1929c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1932c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1933c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1937c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1941c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1942c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1943c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1944c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1946c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1948c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1949c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1950c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1951c.
- . Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1952c.

———. Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1953c.

———. Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1954c.

———. Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1955c.

———. Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1956c.

———. Museu do Estado. Livro de Ofícios Recebidos, 1957c.

———. Catálogo da Exposição Estadual de 1901, 1901. Disponível em: <https://archive.org/details/catalogodaexpos03bragoog/page/n30>. Acesso em: 10 set. 2018.

SALLAS, Ana Luisa. Narrativas e imagens dos viajantes alemães do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história da nação. **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 17, p. 415-435, abr-jun, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17n2/09.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

SANJAD, Nelson Rodrigues. **A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República: 1866-1907**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6144>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SANTOS, Suzana Primo; GARCÉS, Claudia Leonor López. A coleção etnográfica do Museu Goeldi e os povos indígenas: desafios contemporâneos. In: CURY, Marília Xavier (org.). **Direitos indígenas no Museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos**. São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, p.76-82, 2016b. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/116/99/500-1>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Adriana de Oliveira. Tempo e agência: notas sobre o conceito de representação na antropologia e no museu. In: CURY, Marília Xavier (coord). **Questões indígenas e museus: enfoque regional para um debate museológico**. São Paulo: Brodowski; ACAM Portinari; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (SEC); Museu de Arqueologia e Etnologia da Unviersidade de São Paulo, p. 148-158, 2014. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas_Museus_2013.pdf. Acesso: 10 nov. 2017.

SILVA, Ana Celina Figueira da. **Investigações e Evocações do Passado: O Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre –Rio Grande do Sul, 1925-1939)**. Tese (Doutorado em História) PPG História/UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180928/001072500.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SILVEIRA, Andréa Reis. **O Museu Julio de Castilhos no Período 1960-1980: Acervos, discursos, representações e práticas através de uma exposição museológica.** Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) PPG Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural/UFSM, Santa Maria, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10986/SILVEIRA%2c%20ANDREA%20REIS%20DA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SOCHODOLHAK, Larissa Foss. Imagens do 'Índio' na Revista América Indígena: Órgão Trimestral del Instituto Indigenista Interamericano (1941-1945). **VIII CIH**, Maringá, Paraná, 136-144, out./2017. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3546.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

STRÁNSKY, Zbynek. Z. Sobre o tema Museologia – ciência ou apenas trabalho prático? (1980). **Revista Eletrônica de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**. Vol. 1, nº 1, p. 101-105, 2008. Disponível em:

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/10/5>. Acesso em: 15 jan. 2018.

TAVARES, Rosauero. Ruínas das Missões. **Revista do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 21, p. 167-226, dez./1928.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. O imaginário sobre o indígena: uma experiência de aprendizagem significativa no museu de arqueologia e etnologia da USP. **MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE**, Brasília, Vol. 07, p. 224-244, Out/Nov. de 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/viewFile/16631/11921>. Acesso em: 06 mar. 2018.

VENTURA, R. Estilo tropical: a natureza como pátria. **REMATE DE MALES**, Campinas, São Paulo, (7), p. 27-38, 1987. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636321/4030>. Acesso em: 10 set. 2018.

THIELKE, Natália. **O percurso das imagens: a estatuária missioneira no Museu Júlio de Castilhos e no Museu das Missões (1903-1940).** Dissertação (Mestrado em Educação) PPG-Educação/UFRGS, Porto Alegre, 2014. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107931/000945220.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jun. 2017.

VARINE, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, Santa Catarina, Ano 27, n. 41, p. 25-35, dez/2014. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2595/1495>. Acesso: 10 nov. 2018.

VERGARA, Antonio, G. **Invisibilidade/Visibilidade: O guarani pré-colonial em Gravataí.** Dissertação (Mestrado História). PPG História/UFPEL, Pelotas, 2012. Disponível em: Disponível em:

http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/2158/1/Antonio_Gabriel_Vergara_Dissertacao.pdf. Acesso em: 12 out. 2017.

WALSH, C. Introducción. Lo pedagógico y lo Decolonial: Entrejando caminos. In: WALSH, C. **Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**. Tomo I. Série Pensamento Decolonial. Quito, Ecuador, noviembre 2013, p. 23-68. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/282526879_WALSH_Catherine_Ed_Pedagogias_de_coloniales_praticas_insurgentes_de_resistir_reexistir_y_revivir_Tomo_I_Quito_Ecuador_Edicoes_Abya-Yala_2013. Acesso em: 9 out. 2018.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. “Shh! Aquí não se fala de Bugre!”: O indígena na Historiografia sul-rio-grandense. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRio Grande do Sul, v. 4, n.2, p. 50-63, dez./2011. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/9569/7300>. Acesso em: 11 abri. 2019.

APÊNDICES

Apêndice A – Breve Cronologia do Museu Júlio de Castilhos (1901-1958).

- 1901: Exposição Estadual de 1901: participação do Museu do Estado como expositor. Primeiras coleções adquiridas pelo museu.
- 30 de janeiro de 1903: Fundação oficial do Museu do Estado (Decreto nº 589 assinado por Antônio Augusto Borges de Medeiros) com sede nos Campos da Redenção, ao lado da Escola de Engenharia.
- 1903: 1º Regulamento da Instituição.
- 1905: Estado adquire a ex-residência do, então, falecido, líder republicano, Júlio de Castilhos, passando a ser nesse local a nova sede do museu.
- 19 de julho de 1907: Decreto de nº 1140 assinado pelo presidente do Estado Antônio Augusto Borges de Medeiros estabelece a troca do nome da instituição de Museu do Estado para Museu Júlio de Castilhos.
- 1907: 2º Regulamento da Instituição.
- 1903-1925: Direção de Francisco Rodolfo Simch.
- 1925: Troca de administração da Diretoria do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria do Estado de Negócios das Obras Públicas para a Secretaria do Estado do Interior e do Exterior; transferência da Seção Histórica do Arquivo Público do Estado (Decreto nº 5257) e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul para o Museu Júlio de Castilhos.
- 1926: 3º Regulamento da Instituição.
- 1927-1930: Primeira sessão da *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*
- 1938: Passa a integrar a Secretaria de Educação e Cultura.
- 1925-1939: Direção Alcides Maya e Eduardo Duarte.
- 1939-1950: Direção Emílio Kemp.
- 1943: 4º Regulamento da Instituição.
- 1952-1958: Direção Dante de Laytano.
- 1952-1958: Segunda sessão da *Revista do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*.
- 1954: Criação da Divisão de Cultura da Secretaria da Educação. Desmembramentos das coleções de ciências naturais e artísticas; transferência de documentos para o Arquivo Público do Rio Grande do Sul que também foi separado; vinculação à Divisão de Cultura.
- 1958: Fim da direção de Dante de Laytano.